



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas  
PPGSS – TECCER - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais e  
Humanidades – Territórios e Expressões Culturais do Cerrado

WEB GABNER PEREIRA RODRIGUES

LONJURAS –  
UMA RAPSÓDIA PARA O MORRO DA CAPUAVA,  
ANÁPOLIS-GO

Anápolis  
2021

WEB GABNER PEREIRA RODRIGUES

LONJURAS – UMA RAPSÓDIA PARA O MORRO DA CAPUAVA, ANÁPOLIS-GO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar, na linha de pesquisa: Saberes e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira

Anápolis

2021

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download* a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

### Dados do autor (a)

Nome Completo: Web Gabner Pereira Rodrigues

E-mail: gabnerr@gmail.com

### Dados do trabalho

Título: Lonjuras - Uma Rapsódia para o Morro da Capuava, Anápolis

Dissertação

Curso/Programa: Territórios e Expressões Culturais do Cerrado - TECCER

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis, 08/02/2022

Local

Data

Web Gabner Pereira Rodrigues

Assinatura do autor / autora

Tomás A. Jr.

Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

R6961

Rodrigues, Web Gabner Pereira.

Lonjuras – uma rapsódia para o Morro da Capuava em Anápolis-GO. / Web Gabner Pereira Rodrigues. - 2021.

198 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira.

Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado ),  
Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas  
e Humanas, Anápolis, 2021.

Inclui bibliografia.

1.Geografia cultural. 2.Patrimônio municipal - Anápolis(GO). 3.Área de  
Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite - Anápolis(GO) 4.Coluna Prestes. 5.  
Espaço religioso – Morro da Capuava – Anápolis(GO). 6.Dissertações –  
TECCER - UEG/UnuCSEH. I. Pereira, Robson Mendonça. II.Título.

CDU: 911.3(817.3)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus  
Bibliotecária da UnUCSEH  
CRB1/2385

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, a partir das quatorze horas, realizou-se a sessão de julgamento da dissertação, por meio de videoconferência entre os componentes da banca, do discente **WEB GABNER PEREIRA RODRIGUES**, intitulada “**LONJURAS – UMA RAPSÓDIA PARA O MORRO DA CAPUAVA, ANAPÓLIS-GO**”. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores: Dr. Robson Mendonça Pereira (Orientador), Dra. Josana De Castro Peixoto (Examinadora Interna), Dr. Yussef Daibert Salomão De Campos (Examinador Externo – PPGH/UFG), Dra. Milena d’Ayala Valva (Suplente Interno) e Dra. Sônia Maria De Magalhães (Suplente Externo). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo discente e seu orientador. Em seguida a Banca Examinadora reuniu-se, em sessão secreta, atribuindo ao discente os seguintes resultados.

Dr. Robson Mendonça Pereira (Orientador)

( x ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

\*Assinatura \_\_\_\_\_

Dra. Josana De Castro Peixoto (Examinadora Interna)

( x ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

\*Assinatura \_\_\_\_\_

Dr. Yussef Daibert Salomão De Campos (Examinador Externo – PPGH/UFG)

( x ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

\*Assinatura \_\_\_\_\_

Dra. Milena d’Ayala Valva (Suplente Interno)

( ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

\*Assinatura \_\_\_\_\_

Dra. Sônia Maria De Magalhães (Suplente Externo)

( ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).

\*Assinatura \_\_\_\_\_



**Resultado Final: ( X ) aprovado(a) ( ) reprovado(a).**

Reaberta a sessão pública, o Orientador proclamou o resultado e encerrou a sessão às 16:45hs., da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por mim secretário, discente e pelos membros da banca examinadora supracitada.

\*Secretário: Alex Douglas Costa

\*Discente: Web Gabner Pereira Rodrigues

\*Assinatura Eletrônica

Dedico esta dissertação:

A todos os seres e contingências que me fizeram estar vivo e ter acesso à educação pública.

Às mãos (inclusive mecânicas e as patas) que construíram essa cidade e essa paisagem (pro cerratense falta mar, mas não falta horizonte) que eu, humildemente, tentei homenagear e honrar.

Às aves do céu e lírios do campo, maritacas, pombos, lagartos, cinzas (seres de hoje e os já extintos), morcegos, tucanos, sapos estranhos, fungos e formigas; à vida incessante em ciclos, ciclos...

À *anima mundi*.

Às vítimas (de todo tipo).

Aos mortos (tantos) nisso que foi 2020-2021.

Para que se apazigue o algoz dentro de cada um de nós.

Para meus avós-professores (Antônio, Josefa, Maria Rosa, José Pedro).

Aos meus mestres-professores (desde a alfabetização até aqui).

Às maracas, macumbas, missas, exegeses, hermenêuticas.

À música (Steve Reich, John Cage, Peter Michael Hamel, Arvo Pärt, Meredith Monk, Robbie Basho, Michael Gordon, Evan Ziporyn, Pauline Oliveros, Robert Ashley e tantos outros, que contribuíram indiretamente e sem os quais eu jamais teria completado esse trabalho).

Para Gertrude Stein, Samuel Beckett, Virgínia Woolf, Manoel de Barros, Hilda Hilst e Clarice: “Que todos sejam felizes e me deixem em paz.”

Aos astros, constelações, meteoros.

Para tamanduás, preguiças e lobos-guará. Para as antas.

Aos familiares, amigos, amores (toda etapa concluída é um testamento).

Ao vento, à luz elétrica, aos combustíveis fósseis (embora seja lamentável, é preciso não ser ingrato), aos fenícios, aos caraíbas, aos carijós.

A uma coruja e ao Sol.

Mais explicitamente: aos que me antecederam e aos que me sucederão, ao Adão cromossomial e à Eva mitocondrial.

Aos sonhos, às utopias, a todos os espaços públicos.

À memória (escrita ou não).

À Santa Ana, ao Quarup, ao absoluto.

À felicidade (que há de “desabar sobre os homens, vai”)

(e para A Justiça, que há de atingir os homens maus).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento deste trabalho, que me permitiu a dedicação necessária para sua realização.

Igualmente agradeço a orientação e prestatividade do Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira e os demais professores que aceitaram compor a banca: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Josana de Castro Peixoto e Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Milena D'Ayala Valva e Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos. Presto meus agradecimentos a todo o corpo docente do PPGSS – TECCER e a todos os preciosos e talentosos colegas com quem compartilhei esta jornada.

Meus agradecimentos também para o Sr. Vereador Wederson Cristiano da Silva Lopes, que aceitou muito prestativamente conceder a entrevista que consta nessa pesquisa.

Gratidão aos meus pais, que me suportaram nesse período de estudos. Para com meus familiares, compreensivos e afetuosos, mesmo diante das ausências. Também aos camaradas do partido, que compreenderam sempre que precisei priorizar a pesquisa em detrimento da atuação política. Por fim, aos amigos que souberam me acompanhar e ouvir.

Agradecimentos a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a execução e conclusão desta pesquisa.

Averiguar o distante (Jian Yuan)

sem sair de casa	conhecer o mundo
sem espiar pela janela	ver o curso do céu
quanto mais longe se vai	menos se conhece

por isso o homem santo...

não anda....	e conhece
não vê...	e nomeia
não atua....	e realiza

Lao Zi

## RESUMO

O Morro da Capuava é um lugar de relevância histórica e cultural para o município de Anápolis (Goiás, Brasil) sendo o único patrimônio tombado não edificado, além de importante lugar de usufruto público. Considerando as áreas de conhecimento que o objeto da pesquisa engloba – cultural, histórico e ambiental – a pesquisa pressupõe uma abordagem interdisciplinar entre esses temas. Deste modo, buscamos contribuir para a compreensão da história do local e da cidade, situando-o como espaço de memória e elemento significativo de sua dinâmica social; que constitui e reflete seu imaginário simbólico. Para compreender o uso público no Morro da Capuava, caracterizamos as manifestações culturais e religiosas que ali ocorrem, utilizando os conceitos da geografia cultural para explicar suas potencialidades e a relação afetiva entre o espaço e seus frequentadores. A pesquisa também investiga as fundamentações teóricas que justificam o tombamento do Morro da Capuava a partir das Cartas Patrimoniais, o processo e os revezes desse tombamento, as recomendações e compromissos dos órgãos responsáveis e as referências ao Morro da Capuava na literatura dos autores memorialistas, aprofundando a compreensão sobre a passagem da Coluna Miguel Costa/ Prestes pelo município, na década de 1920. A pesquisa também tem o intuito de compreender questões que se impõem por sua localização numa área de proteção ambiental, a APA do Ribeirão João Leite. Para este fim, foram realizadas consultas a documentos e leis, relacionados ao Planejamento Urbano e Conservação Ambiental, tais como: Plano de Manejo da APA do Ribeirão João Leite e Plano Diretor Municipal. No contexto de transformações recentes ocorridas neste espaço, realizamos a caracterização do Cerrado na APA e o levantamento do seu estado de degradação ambiental. Com isso, busca-se ampliar o conhecimento da comunidade para a relevância desse sítio no âmbito histórico-patrimonial, ambiental e como espaço público de manifestações culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Municipal; APA do Ribeirão João Leite; Coluna Prestes; Geografia Cultural; Espaço Religioso.

## ABSTRACT

The Morro da Capuava (Capuava Hills) is a place of historical and cultural relevance for Anápolis (Goiás, Brazil) being the only unbuilt heritage listed, in addition to being an important place for public use. Considering the areas of knowledge that research object encompasses – cultural, historical and environmental, this research presupposes an interdisciplinary approach between these themes. We seek to contribute to the understanding of the place and city histories, as a memory place and a significant element of its social dynamics, which constitutes and reflects local symbolic imagination. To understand the public use in Morro da Capuava, we characterize the cultural and religious manifestations that occur there, using the concepts of cultural geography to explain its potential and the affective relationship between the space and visitors. The research also investigates theoretical basis that justify the listing of Morro da Capuava from the Heritage Conventions; the process and setbacks of this register, the recommendations and commitments of responsible institutions and the references to Morro da Capuava in the literature of memoir authors, increasing understanding of the Prestes's Column passage (Tenentism Revolt March) through the city on 1920's decade. The research also aims to understand issues imposed by its location in an environmental protection area: Ribeirão João Leite APA. For this purpose, consultations were carried out on documents and laws related to Urban Planning and environment conservation: the Ribeirão João Leite APA Management Plan and Municipal Master Plan. In context of recent transformations in this space, we carried out the characterization of Cerrado – brazilian ecosystem – in the APA as well as survey of its state of environmental degradation. With this, we seek to expand the community's knowledge about relevance of this site to history heritage, environmental and as a public-cultural space of manifestations.

**KEY WORDS:** Municipal Heritage; Environmental Protection Area of River João Leite; Tenentism Revolt March Prestes Column; Cultural Geography; Religious Space.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIA – Área Especial de Interesse Ambiental

AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

APA – Área de Proteção Ambiental

APAJoL – Área de Proteção Ambiental João Leite

APP – Área de Preservação Permanente

BRHRJ – Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

ERB – Estação de Rádio Base

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PDP – Plano Diretor Participativo

PDPA – Plano Diretor Participativo de Anápolis

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança

SECIMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás

SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás

UC – Unidade de Conservação

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Lonjuras (e aproximações) .....	13
1. PARAGENS... (PARECIDO COM UM PERISCÓPIO): SIGNIFICADO CULTURAL .....	16
1.1 Entre o Homem e o Mundo: o lugar da cultura .....	18
1.2 Uma herança criada: patrimônio e conservação .....	23
1.2.1 Prosaico, poético – Práticas seculares e devocionais .....	25
1.3 Ver para crer, ou, o que torna alguém um devoto .....	28
1.4 Ter fé no território .....	30
1.5 Itinerários: o lugar de um encontro .....	32
1.6 Território-testamento .....	38
1.6.1 E o Verbo se fez espaço: “ide por todo o mundo” .....	40
1.7 Hierofanias geolocalizadas: experiência interior em espaço exterior .....	45
2. EXPEDIÇÕES/PERCURSOS: SIGNIFICADO HISTÓRICO e Relatos sobre o Local.....	48
2.1 Primórdios: Surgimento de Anápolis, tropas, paisagem distante .....	49
2.1.1 “Acolher o santuário”, desejo de permanência .....	52
2.1.2 “Provavelmente”, Morro miragem .....	56
2.2 Episódio: Passagem da Coluna Prestes (1925-26) .....	59
2.2.1 Manter a chama acesa .....	60
2.2.2 Em trânsito / o condenado à morte .....	63
2.2.3 A Trégua (frustrada), “saudações mui cordiais” .....	70
2.2.4 Combate: A manobra de Anápolis .....	73
2.2.5 O caminho de volta .....	76
2.2.6 Epopeia esquecida .....	79
2.3 Marco (fictício): um Redentor para o Morro da Capuava (1967) .....	82
2.4 Defesa: Conceitos patrimoniais e políticas de preservação .....	87
2.4.1 Legislação e órgãos brasileiros .....	92
2.4.2 Um novo campo: proteção da área rural .....	94

2.4.3 Instrumentos: Leis de tombamento (1997, 2002, 2005, 2016) .....	95
2.4.4 Polos complementares, o desenvolvimento e a conservação .....	102
2.5 Reconhecimento: Projeto de “revitalização” pela prefeitura, 2015-16 .....	103
2.6 Domínio/ Usufruto: Reações online, protestos contra o “Centro de Louvor e Adoração” (2015-16) .....	105
<b>3. ORIGENS, OLHOS D’ÁGUA: SIGNIFICADO AMBIENTAL .....</b>	<b>111</b>
3.1 Traços: Caracterização do Cerrado .....	112
3.1.1 Impacto: situações de degradação no Cerrado .....	116
3.2 Um território definido por água: a APA do Ribeirão João Leite .....	117
3.2.1 Mananciais: Caracterização da APA do Ribeirão João Leite .....	122
3.2.2 Intersecção: APA e Macrozona do Ribeirão João Leite-Anápolis .....	125
3.3 Fragilidades: Situações de degradação ambiental .....	129
3.3.1 Bordas, campo-cidade .....	132
3.3.2 Fontes, olhos d’água .....	134
3.3.3 Os pastos e a pata dura dos bichos .....	138
3.3.4 Raízes originárias, daqui mesmo .....	141
3.3.5 Morar no alto: loteamentos na encosta do Morro da Capuava .....	144
3.3.6 Antenas para o céu .....	148
3.3.7 De barro, chaminés .....	150
3.4 Amparo: Políticas Públicas de Proteção Ambiental .....	152
3.4.1 Especial Interesse – AEIA .....	153
3.4.2 Norma hierárquica – Plano de Manejo .....	155
3.4.3 Rumos (Programas de Manejo) .....	158
3.4.4 Horizonte de transformações – Instrumentos de Política Urbana .....	162
3.5 Herança: Meio Ambiente e Patrimônio .....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – LITANIA: ENALTECIMENTO .....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO – Lonjuras (e aproximações)

Tendo como ponto de partida um lugar, esta pesquisa almeja desdobrar-se sobre temas correlacionados, que circunscrevem e tangenciam seu objeto. O Morro da Capuava é utilizado como um ponto de origem (um pretexto) para a reflexão sobre a história local, a fragmentação e fragilidade de remanescentes do sistema biogeográfico do Cerrado, os espaços públicos na contemporaneidade.

A delimitação espacial é intrínseca ao tema, e sua escolha se deve à sua relevância para a municipalidade, sendo o único patrimônio tombado não edificado de Anápolis e importante lugar de usufruto para a população. Conceitos ligados ao Patrimônio Histórico Cultural, à Proteção Ambiental e ao Espaço Público serão utilizados para buscar compreender as dinâmicas relacionadas ao Morro da Capuava e seu significado sociocultural. A pesquisa propõe-se a contribuir no estudo sobre o tema, ainda pouco explorado, incluindo a utilização do conceito de paisagem-cultural, o levantamento dentre as normas, cartas, acordos e resoluções patrimoniais, os meios teóricos e técnicos que respaldam seu tombamento e a salvaguarda de sua paisagem.

Distante do núcleo original da cidade, o local permaneceu inabitado até a definição do eixo de expansão Centro-Jaiara. O local oferece uma visão panorâmica geral da cidade, em virtude de sua situação topográfica e, principalmente, da paisagem ao horizonte, fator para sua especialização como lugar de contemplação, devoção e lazer.

Entretanto, nenhuma festa religiosa periódica ou grande evento tradicional ocorre no local. O que se verifica ao visitá-lo é que existe um uso quase incessante, cotidiano e espontâneo. As publicações sobre o Morro da Capuava e as poucas informações bibliográficas encontradas normalmente se resumem a enumerá-lo como um patrimônio tombado, processo marcado por revezes. Talvez por manter essa característica de concentrar práticas particulares de cada frequentador, não tenha merecido a atenção de um estudo sistemático, que é o esforço dessa pesquisa.

O levantamento desses dados bibliográficos, porém, podem esclarecer algumas questões que se impõem para o maior entendimento de como o Morro da Capuava se articula à história do município e ao imaginário dos anapolinos. É também bastante referida a passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes por Anápolis neste local, conforme atestam alguns

autores, assunto investigado entre os memorialistas locais e demais referências bibliográficas, tratado em capítulo específico sobre seus aspectos históricos. A pesquisa possibilita avançar no reconhecimento e valorização da história do lugar, em particular, e da municipalidade como um todo.

Além disso, o município de Anápolis concentra em sua região Oeste – principalmente na região do Morro da Capuava e onde sua visada alcança – nascentes de afluentes tributários do Ribeirão João Leite, que são relevantes para a formação do represamento artificial que abastece a cidade de Goiânia. Do ponto de vista de sua preservação, existe o Plano de Manejo da APA do Ribeirão João Leite, que determina os usos permitidos e não-permitidos e outras medidas para a conservação do local e manutenção do equilíbrio ecossistêmico. Refletir a respeito dos processos de interação entre sociedade e natureza tem esse duplo aspecto: ambiental e transcendente. Os aspectos naturais constituem a totalidade do lugar. A importância da conservação das áreas remanescentes de Cerrado se coloca como um tema bastante atual e também será discutida em capítulo específico.

Sendo um espaço público bastante ativo, o Morro da Capuava, no contexto anapolino, é exemplar dessa relação população-território, indivíduo-lugar. Recentemente, motivou protestos *online* quanto à obrigatoriedade de manter-se como espaço público e laico. Outras questões que se colocam dizem respeito às recentes transformações neste espaço, que foi equipado com infraestrutura por meio de projeto municipal, no ano de 2016 (a mobilização e a recente aprovação do tombamento repercutiram nas ações do poder público). Podemos afirmar que esse processo de requalificação recente alterou a frequência e diversificou os tipos de uso no local para lazer, prática esportiva, entre outros, caracterizando um elemento novo em relação ao seu uso público. Além da investigação teórica desenvolvida, realizaram-se (na medida do possível) algumas visitas ao local para observação dessas dinâmicas<sup>1</sup>, e que resultaram nas fotografias e notas de campo do Apêndice que integra essa dissertação. Outra importante contribuição é a entrevista concedida pelo autor da proposta mais recente de tombamento do Morro da Capuava e que continua vigente.

Dado o que foi exposto sobre o espaço do Morro da Capuava, coloca-se o problema: Qual a importância histórica e presente do Morro da Capuava para a municipalidade de

---

<sup>1</sup> De acordo com os decretos de restrição à circulação, em função da contenção da transmissibilidade do SARS CoV-2.

Anápolis? A intenção da pesquisa é concatenar os conhecimentos sobre o lugar e contribuir com novas análises, como por exemplo: seu processo de tombamento, a passagem da Coluna Prestes em Anápolis, a relevância dos espaços públicos na contemporaneidade e os aspectos ambientais correspondentes à Macrozona do Ribeirão João Leite em Anápolis.

Permite-se considerar o Morro da Capuava como sítio de interesse histórico-cultural pela totalidade de suas características: sua particularização como lugar de hierofania<sup>2</sup> e uso público para diferentes fins; suas propriedades espacial-geográficas; e em decorrência dos fatos históricos ocorridos ali. Entende-se que a imagem atual da paisagem do Morro da Capuava constitui-se das características ambientais, tal como percebidas pelo homem; bem como da história do lugar manifesta nas expressões humanas sobre o território, seu histórico de ocupação e manifestações particulares.

O projeto de pesquisa está estreitamente relacionado com a proposta do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (PPGSS TECCER), da Universidade Estadual de Goiás. Aos conceitos de território e cultura, soma-se o de paisagem-cultural. Entende-se que a pesquisa é de especial interesse para o município de Anápolis, local no qual o PPGSS encontra-se sediado, por oferecer contribuições para a compreensão da história da cidade, elementos de sua dinâmica social e dos espaços relevantes para sua memória. Por permitir o diálogo com diversos campos das ciências, é um objeto de estudo que fundamentalmente exige uma abordagem interdisciplinar, o que o torna tão interessante e complexo, que seriam necessários mais trabalhos, interpretações e leituras sobre esse lugar. Essa dissertação é um começo, um exercício de voltar a atenção para um patrimônio até então pouco estudado.

---

<sup>2</sup> Manifestação do sagrado, ou de algum de seus atributos.

## CAPÍTULO 1

### Paragens... parecido com um periscópio<sup>3</sup>: Significado Cultural

No topo de um elevado, figura uma praça. O morro, evidentemente, desde muito tempo (tempo geológico) esteve lá; a praça nem sempre esteve lá, ao contrário, é muito recente. Mas mesmo antes de ser estruturada como praça, já o era, em termos de função e uso (intensificados pela existência da praça, mas existentes mesmo antes dela). O Morro estava à periferia (no sentido geométrico: margem de uma circunferência definida por um centro) do vale que a cidade ocupou primeiro. De modo que hoje, nessa condição de margem, o Morro permite ver, por um lado, a cidade e, por outro, o rural. É difícil estimar desde quando, mas as gentes iam para lá, dando as costas à cidade (em sua maioria), para ver uma paisagem longe. Vinham de perto ou de longe para avistar mais lonjuras. O Morro não é tão íngreme, é possível dizer, e o esforço de subi-lo é proporcional ao ritmo da cidade: é possível chegar ao topo de automóvel. A pé, exige evidentemente um pouco mais de esforço, mas está ao alcance de um indivíduo medianamente saudável. Não sem propósito, quem se dedica a essa empreitada espera alguma recompensa: nesse caso, notadamente, a paisagem e/ou as relações sociais e/ou a “experiência” dita contemplativa (ou religiosa). O espaço é aplainado e tem dimensões modestas (estando em uma extremidade é possível avistar com nitidez alguém na extremidade oposta), mas comporta uma quantidade razoável de pessoas.

O caráter singular do Morro da Capuava enquanto espaço público nos tempos atuais fica demonstrado pela apropriação de seus frequentadores<sup>4</sup> e pelo reconhecimento institucional, via tombamento. A presença incontestável de indivíduos manifestando práticas religiosas coloca-se como elemento de investigação. Mas quais metodologias científicas poderiam ser empregadas para descrever e compreender a natureza desses eventos? Sendo um fenômeno distinto, como pode ser descrito? O que se entende por “patrimônio cultural”, nesse tombamento e qual o consentimento dessa classificação na opinião dos munícipes? Confunde-se cultura com religião, nesse caso, como correlatos?

---

<sup>3</sup> Instrumento óptico que, através de um mecanismo de espelhos, possibilita a observação de um plano acima, dando ao observador uma perspectiva diferente daquela que teria em sua posição (estando submerso ou soterrado, por exemplo).

<sup>4</sup> As notas de campo que constam no Apêndice desta pesquisa servem ao propósito de apresentar o lugar para quem nunca esteve nele. Nesse sentido, sua leitura é recomendada.

Figura 1: Uso público no Morro da Capuava, indivíduos e grupos em manifestações culturais e religiosas.



Fonte: fotografia do autor. Agosto de 2021.

Uma nota num jornal de 1953, comentava sobre o sentimento bairrista dos anapolinos àquela época, em vista do seu rápido crescimento. Entre expressões elogiosas como “Manchester goiana”, o autor do texto emitia: “[...] O morro da Capuava já viu as chuvas lavarem a terra vermelha por largos anos. [...]” (O ANÁPOLIS, 1953, p. 1 apud MACHADO, 2009 p. 168). O trecho apontado pode parecer até descolado do contexto da fala (que versava sobre o progresso e modernização do município), mas é interessante justamente por manifestar através da personificação<sup>5</sup>, o caráter simbólico do Morro da Capuava no imaginário local.

A personificação, neste caso, estende ao Morro a qualidade de um ente que vê, que tem consciência da passagem do tempo e dos fenômenos do clima, e sendo estático, (aqui uma interpretação pessoal) coloca-o quase numa posição de guardião, uma figura mítica. A isso somam-se os repertórios do imaginário individual, a partir de um arquétipo geral. A título de exemplo, através dessa citação, podemos conceber o Morro da Capuava como um ancião benevolente que acolhe o andarilho, que acompanha o ritmo da cidade e dos homens, observando, consentindo com as boas ações, lamentando as más, sempre vigilante e plácido, e assim por diante. Tais representações não são totalmente descoladas da análise do espaço, tendo em vista os efeitos da cultura sobre este. “O sentido último da abordagem cultural em geografia está em reencontrar a riqueza e a profundidade da relação que une o homem aos

---

<sup>5</sup> Prosopopeia ou personificação é uma figura de linguagem que consiste em atribuir sentimentos ou ações próprias dos seres humanos a seres ou objetos inanimados. (Inanimado significa, à rigor, sem alma.)

lugares. Essa relação varia segundo as civilizações e as épocas; ela pode ser real ou apenas sonhada.” (BONNEMAISON, 2012, p. 291).

A liberdade de abordar visões subjetivas e até oníricas do Morro, será nesse capítulo, mediada por estudos metodológicos acerca das relações entre espaço, cultura e religião, buscando aprofundar as razões que possibilitam esse processo de simbolização a partir de um elemento espacial, geográfico, de um lugar.

Assim e tanto quanto possível, os geógrafos devem procurar compreender a concepção de mundo que existe no coração do grupo ou da sociedade que estejam estudando. Isso menos pelo estudo da representação cultural em si mesma, mas sobretudo pelo estudo de suas expressões espaciais. Trata-se de reencontrar os lugares nos quais se exprime a cultura e, depois, a espécie de relação secreta e emocional que liga os homens à sua terra e, no mesmo movimento, funda sua identidade cultural. (BONNEMAISON, 2012, p. 289)

### 1.1 Entre o Homem e o Mundo: o lugar da cultura

Na paisagem é possível “ler” as interações entre a ação humana e o meio ambiente físico. Os aspectos culturais e religiosos, bem como “a organização social e hierárquica e as funções políticas, sociais e econômicas do grupo da sociedade estudada, [são] questões igualmente vinculadas ao território” (BONNEMAISON, 2012 p. 289). Caberia à análise geocultural identificar “esse espaço no qual se aloja a cultura” entendida como um “entrelaçado de signos, figuras e sistemas espaciais que são a representação [...] “geossimbólica” da concepção que os homens fazem do mundo e de seus destinos”, “espelho de sua sensibilidade cultural” (*ibidem*, p. 290).

[...] qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica<sup>6</sup>; a história de um povo evoca sua instalação em uma paisagem, seus problemas ecológicos e seus concomitantes culturais; e o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra. (MIKESELL, 1978, p. 4 apud CORRÉA, 2003 p. 19)

O processo histórico do surgimento de Anápolis no vale do Rio das Antas e a apropriação posterior do Morro da Capuava será abordado no item 2.1: “Primórdios: Surgimento de Anápolis, tropas, paisagem distante”. Supõe-se que a intensificação das visitas ao Morro da Capuava é um fenômeno recente, ligado à tendência de criação de espaços destinados especificamente ao lazer (que é entendido como uma funcionalidade).

---

<sup>6</sup> Cada um destes aspectos é respectivamente abordado em um capítulo deste trabalho.

Mas o que possibilitou o reconhecimento do Morro como um lugar e paisagem particular, que pudesse receber essa função, denota esse traço humano de simbolizar o espaço a ser ocupado, inclusive como maneira de orientar-se entre os demais espaços, de atribuir aos lugares valores e características específicas.

Conduzindo a um aprofundamento dos conceitos de cultura, etnia e território, a abordagem cultural nos leva a definir um espaço novo: o espaço dos geossímbolos. Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade. [...] Adaptando-se a um meio natural preciso, e em determinada configuração espacial, as sociedades interpretam e produzem seu espaço. Daí resultam “regiões”, polos, eixos, fluxos, em suma, uma estrutura geográfica. [...] o espaço geográfico é formado por um conjunto de geoestruturas aplicadas ou encaixadas sobre os meios naturais, dos quais as paisagens são reveladores visuais. (BONNEMAISON, 2012 p. 291-292)

Naturalmente, os acidentes geográficos se destacam na paisagem e recebem muitas vezes identificações (personificações) em certos mitos, tentativas de explicação acerca de sua origem e significado. Os morros são particularmente potentes desse tipo de significação, enquanto geossímbolo.

O homem procura ligar feixes de significados em determinados sítios e lugares privilegiados. Nas sociedades “primitivas”, os pontos notáveis, os nichos ecológicos especialmente protegidos e hospitaleiros, as fontes e os cumes das montanhas são os primeiros a serem apropriados e garantidos. Em torno deles, desenvolve-se aquilo que um etnólogo [...] chamou de “paragens tranquilas”. Desse modo, o território nasce de pontos e marcas sobre o solo: a seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto em sua periferia, e de maneira variável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos. (BONNEMAISON, 2012 p. 301)

Esses significados são aplicados objetivamente no espaço, revelando a relação entre cultura, território e dada comunidade de forma interdependente e simultânea. A cultura opera na construção da vida coletiva modelando a realidade social que, por sua vez, modela a cultura. Ou seja: “[...] os padrões culturais têm um aspecto duplo, intrínseco — eles dão significado, isto é, uma forma conceptual objetiva, à realidade social e psicológica, modelando-se em conformidade a ela e ao mesmo tempo modelando-a a eles mesmos” (GEERTZ, 1989, p. 69). Da mesma forma, “[...] os padrões culturais fornecem tais programas para a instituição dos processos social e psicológico que modelam o comportamento público”. (*ibidem*, p. 68). Sendo um conceito polissêmico, a cultura pode ser analisada por diferentes vias. Partindo de algumas definições, o termo pode significar:

(1) "o modo de vida global de um povo"; (2) "o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo"; (3) "uma forma de pensar, sentir e acreditar"; (4) "uma abstração do comportamento"; (5) "uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente"; (6) "um celeiro de aprendizagem em comum"; (7) "um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes"; (8) "comportamento aprendido"; (9) "um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento"; (10) "um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens"; (11) "um precipitado da história". (GEERTZ, 1989 p. 4)

Assim, os indivíduos são afetados pela cultura em que vivem, mas também a recriam ou contestam, simultaneamente. As ações dos cidadãos podem manter ou questionar “a cultura”, que na prática é muito mais plural do que o que se propaga como cultura, e que tende a considerar apenas os hábitos hegemônicos. Mas como um traço psicológico/subjetivo encontra expressão na coletividade? O que se entende por comportamento poderia ser esquematizado como: um sujeito pratica uma ação intencionada, portadora de uma determinada mensagem, direcionada a um outro (este outro pode ser concreto ou abstrato), de acordo com determinada linguagem ou código. “Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento — ou mais precisamente, da ação social — que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 1989 p. 12). A cultura seria então a estratificação de estruturas significantes relacionada ao comportamento dos indivíduos.

A cultura, hoje, tende a ser compreendida como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço. [...] a cultura é rica em significados porque é tida como um tipo de resposta, no plano ideológico e espiritual, ao problema do existir coletivamente em determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em causa a cada geração. Por isso, o cultural aparece como a face oculta da realidade: ele é ao mesmo tempo herança e projeto [...]. (BONNEMAISON, 2012, p. 280-281)

Mas também o comportamento humano é permeado de razões de ser e de significados, compartilhados ou individuais. Se o homem imprime no território sua “visão de mundo”, então, os conteúdos subjetivos são valiosos na análise dessa inter-relação. “O homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender sua unidade.” (RELPH, 1970 p. 197 apud GOMES, 2005 p. 327)

Isso significa que a cultura é uma construção, estando em interrelação: o comportamento humano (e suas motivações psicológicas, pulsões), a constituição social e a respectiva cultura. A análise cultural, segundo Geertz, deveria “examinar a cultura como uma reunião de textos”. (1989, p. 210). Os diferentes atores da cena social é que realizam esses textos. Contudo, não se deve considerar a cultura como “uma realidade ‘superorgânica’ autocontida, com forças e propósitos em si mesma” (*ibidem*, p. 8), ou seja, como estrutura isolada e disciplinadora; nem como “padrão bruto de acontecimentos comportamentais que de fato observamos ocorrer em uma ou outra comunidade identificável”. Ou seja, não cabe reduzir a cultura a uma determinada forma de agir de um único grupo, mesmo que este seja majoritário.

A cultura daria “forma” portanto ao componente subjetivo da cultura, não, porém como “mero reflexo de uma sensibilidade preexistente”, mas como “agente positivo na criação e manutenção de tal sensibilidade” (GEERTZ, 1989, p. 211). A cultura de um determinado local é diversamente expressada pelos diferentes sujeitos que compartilham um dado espaço, ou ainda, “a cultura é pública porque o significado o é” (*ibidem*, 1989 p. 9).

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989 p. 10)

Essa ressalva é importante, uma vez que compreende o indivíduo como ser autônomo – e não como um autômato, um títere guiado por padrões já aceitos, estabelecidos e imutáveis.

Isso é possível na medida em que compreendemos a situação humana na qual o homem está necessariamente sob influência das condições espaço-temporais, ressaltando o fato de que o homem é o ator, produzindo, reproduzindo e transformando a sua realidade - para compreensão da vida, do seu ser no mundo e do seu *self* propriamente. (FRANGELLI, 2012 p. 63)

Se a cultura é dinâmica e autorrealiza-se nos comportamentos dos diferentes grupos sociais, seja para continua-la ou para opor-se a ela, a cultura é também é uma herança. O conceito de cultura conforme empregado por Geertz (1989) avalia que é por meio dos símbolos compartilhados por uma comunidade de indivíduos (linguagem) que se dá essa transmissão de valores e comportamentos (e que em alguma medida, podem ser percebidos como

disciplinadores; hábitos que se replicam, a cultura como algo institucionalizado).<sup>7</sup> A cultura, entendida como tradição

[...] denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 1989 p. 66)

Bonnemaison (2012), por sua vez, vincula a cultura ao processo de constituição do território (dinâmicas sociais). A cultura é influenciada pelo território, simultaneamente, enquanto espaço físico, natureza. Nesse sentido, aliam-se o espaço físico (como mediador e suporte), o comportamento individual (expressão da psique) e o meio cultural (contexto gerado pelo coletivo de indivíduos).

A ideia de cultura, traduzida em termos de espaço, não pode ser separada da ideia de território. É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e espaço. Caberia ao estudo da geografia cultural, ou geocultural, 'fazer ressurgir as relações que existem no nível espacial entre a etnia e sua cultura.' (BONNEMAISON, 2012, p. 288)

O uso do conceito de território traz algumas implicações, sendo seu sentido mais sucinto: a delimitação de um dado espaço, que é apropriado por um dado grupo étnico. É por extensão do termo, que Bonnemaison (2012) compreende determinadas populações como “etnias modernas”, (por exemplo: os fiéis de uma igreja ou, de forma mais geral, o grupo – ainda que volátil – de frequentadores do Morro da Capuava) uma vez que, enquanto grupo cultural, eles [...] “têm um comportamento próprio, um ser-coletivo que se traduz ao mesmo tempo por uma visão de mundo e por tipos de territorialidades.” (BONNEMAISON, 2012, p. 284).

Realmente a etnia deve ser considerada num sentido ampliado, sem referência a uma origem biológica comum. A existência ou não de ancestrais comuns (reais ou hipotéticos) a um grupo étnico é coisa relativamente secundária. Uma etnia existe, primeiro pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz. É em seu seio que se elabora e se perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam a cultura e permitem que os grupos se reproduzam. Em outras palavras, a etnia é aquilo que em outros lugares é denominado de grupo cultural, mas cujos contornos nas civilizações tradicionais são fortes porque estão frequentemente ligados a uma expressão política – circunscrições de chefes tribais, reinos, eventualmente nações – e geográfica, isto é, um território, ou, pelo menos, certa área de ocorrência espacial. Sem etnia bem delineada, não pode haver cultura nem visão cultural. A etnia elabora a cultura e, reciprocamente, a existência da cultura funda a identidade da etnia.

---

<sup>7</sup> O título da composição de Laurie Anderson é uma metáfora mais que adequada: “*Language is a virus*” (1986).

Nesse sentido, podemos falar de etnia para todo grupo humano cuja função social, ou a simples existência geográfica, conduza a uma especificidade cultural. (BONNEMAISON, 2012 p. 284)

Assim, se por um lado a cultura se formula com as expressões cotidianas dos indivíduos, isso só pode ocorrer no espaço (uma vez que cada indivíduo e comunidade ocupam espaço físico). Então, necessariamente, a cultura se dá no espaço, e deixa nele sinais de suas expressões.

A espacialidade demarca a diferenciação locacional dos objetos nessa superfície, apresentando, dessa maneira, forma, gênese, movimento e significados. Nessa medida, é pelo meio que a Geografia estuda o homem, ou seja, é a partir do atributo da espacialidade que surgem os demais conceitos geográficos: lugar, território, região, espaço e paisagem; e da derivação deles as categorias de análise como lugar sagrado, território religioso, região cultural, espaço vivido e paisagem cultural dentre outras. (FRANGELLI, 2012, p. 44-45)

São interdependentes: a identidade, a cultura, as “etnias” e o território. Entende-se que a relação que os frequentadores do Morro da Capuava (“etnia”) criaram com esse espaço ao longo do tempo (tornado território por essa apropriação) estabeleceu ali uma identidade cultural, com comportamentos e significações particulares.

## 1.2 Uma herança criada: patrimônio e conservação

Reconhecer que o Morro da Capuava, na atualidade, apresenta diferenciações perceptíveis em relação a outros espaços da cidade, se deve não apenas a seus atributos físicos, topográficos. Sua presença na paisagem de Anápolis ocupa também o espaço do imaginário simbólico. “Existe um espaço objetivo, o das estruturas geográficas; mais adiante, um espaço subjetivo ou vivido; e, além, um espaço cultural, lugar de uma escritura geossimbólica” (BONNEMAISON, 2012 p. 296).

A construção (de um templo, por exemplo) é uma forma de intervir num dado território, mas não a única. Os fluxos de visitantes, as práticas exercidas (relacionadas às suas características), a reivindicação por infraestrutura e melhorias (sua configuração como praça), e até mesmo as disputas que o preservaram como área livre, são também expressões da relação entre a comunidade (os cidadãos) e este espaço. O desejo de mantê-lo como espaço livre (não construído, desimpedido, sem interferências que comprometessem a circulação), por

exemplo, pode basear-se justamente numa possível identificação do Morro com determinados valores e concepções compartilhados pelos frequentadores quanto ao seu uso (de preservação ambiental, de que permanecesse disponível para as visitas e assim por diante). Esses exemplos dizem respeito ao seu significado simbólico, mas influenciaram na sua imagem material no presente.

Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores. A ideia de território fica então associada à ideia de conservação cultural. (BONNEMAISON, 2012 p. 292-293)

O tombamento do Morro da Capuava, porém, não se baseia no conceito de geossímbolo, nem de território, mas de patrimônio cultural. A indagação sobre o que se entende por “cultural” nesse caso foi feita durante entrevista<sup>8</sup>, realizada em 18 de fevereiro de 2021, com o Sr. Wederson Lopes<sup>9</sup>, vereador autor da lei de tombamento vigente e que foi assim respondida:

Entrevistador: Sabe-se que o Morro da Capuava é um local de interesse cultural, ambiental e histórico para a cidade de Anápolis. Quais desses aspectos o tombamento contempla?

Wederson Lopes: *Então, o tombamento contempla todos os três aspectos. Ali foi tombado através dessa lei, como patrimônio histórico, cultural e ambiental. [...] Também é um patrimônio cultural devido a essa tradição da população anapolina, independente de religião, de frequentar o Morro da Capuava, pra descansar, pra contemplar, pra orar, pra rezar. Então há essa cultura do povo anapolino em frequentar o Morro da Capuava. [...]*

---

<sup>8</sup> A entrevista foi concedida por meio virtual; as questões foram enviadas por escrito e as respostas encaminhadas através de áudios e por isso apresentam características da oralidade. Foi realizada em 18 de fevereiro de 2021. Wederson Lopes aceitou muito prestativamente responder as questões, pelo que, novamente, agradecemos.

<sup>9</sup> Na sua biografia, que consta no site da Câmara Municipal de Anápolis, Wederson Cristiano da Silva Lopes indica sua formação em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Goiás (1999), em seguida, destaca sua vinculação a Igreja Luz dos Povos desde 2000 e que se tornou pastor em 2005. Seu envolvimento na política municipal começou em 2007. Foi candidato a vereador em 2008, ficando como segundo suplente. Em 2011 filiou-se ao Partido Social Cristão (PSC), elegendo-se para um mandato como vereador de 2013 a 2016. Em 2017, assume a Diretoria de Habitação, Licenciamento e Planejamento Urbano, na gestão do prefeito Roberto Naves e Siqueira (PTB), sendo em seguida nomeado Secretário Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Planejamento Urbano. Assume o mandato de vereador entre 2018 e 2020, exercendo a liderança de governo e a presidência da Comissão de Urbanismo, Obras, Transportes, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, função no qual desenvolve a atualização do Plano Diretor, da Lei de Parcelamento do Solo, do Código de Edificações e do Código Ambiental. É reeleito para um terceiro mandato como vereador (2021-2024). Disponível em <[https://www.anapolis.go.leg.br/vereadores-1/WEDERSON\\_LOPES](https://www.anapolis.go.leg.br/vereadores-1/WEDERSON_LOPES)>. Acessado em julho de 2021.

Entrevistador: O uso da população para atividades devocionais-religiosas foi interpretado como um fator cultural que justifica o tombamento?

Wederson Lopes: *Então, é um dos pontos que justifica, um dos pontos... Mas não o único, então o fato de pessoas irem ali pro Morro da Capuava pra fazer suas orações, suas preces, louvor, se reunir ali é um dos fatos sim que caracteriza a cultura de frequência naquele local, mas como eu citei antes, existem outros, como as pessoas que vão ali somente pra contemplar, pra sentar ali, pra ver a cidade, pra descansar, pra espairar... Então, são outros fatos que também justificam a cultura do povo anapolino em frequentar aquele local. Além dos fatos históricos e ambientais.* (LOPES, 2021)

“Somente pra contemplar” é uma consideração um tanto dúbia. A contemplação também pode ser considerada uma prática espiritual. Mas sem querer polemizar demais a fala do Sr. vereador Wederson, entende-se que ele se refere aos frequentadores do Morro da Capuava que o visitam sem a intencionalidade (a intenção é importante porque se vincula à motivação subjetiva de um comportamento) de exercer qualquer ritual ou cerimônia religiosa, o que também configura um tipo de apreço pelo local, por seus atributos visuais, pelas qualidades acústicas (a “tranquilidade”) do espaço. Mesmo sem formar uma unidade enquanto grupo religioso, esses frequentadores também configuram igualmente uma categoria social, dado que “possuem seus códigos, registros, centros de interesse e gostos comuns, uma consciência coletiva quanto aos que estão ‘do lado de fora’ [noção de alteridade], uma maneira de viver seus lazeres [...]” (BONNEMAISON, 2012 p. 285).

### 1.2.1 Prosaico, poético – Práticas seculares e devocionais

Percebe-se que a cultura a qual se refere, nesse caso, trata da visitação, frequência dos municípios, por motivação religiosa ou de lazer (afirmada inclusive como “tradição”). Pode existir um aparente paradoxo entre uma identidade territorial afirmada como tradição (que pressupõe certa estabilidade), mas que é fundada sobre a mobilidade de certos grupos. Porém, “a territorialidade se situa na junção dessas duas atitudes: ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade – dito de outra maneira, os itinerários e os lugares.” (BONNEMAISON, 2012 p. 287).

Os usos, religiosos ou seculares, não são concorrentes, e sim convergentes (ao menos no discurso). Pode ser que a pressão popular pela sua manutenção como espaço laico<sup>10</sup> tenha reforçado a análise do vereador que defende sua utilização para “contemplar”, “espairecer” e outras ações, à princípio, sem caráter devocional. Mesmo que o Morro da Capuava possa ser considerado um espaço “sagrado” para um grupo de indivíduos, um “locus sagrado” nunca é totalmente homogêneo e admite uma diversidade de comportamentos e intencionalidades.

Os locus sagrados variam escalarmente em tamanho e importância. Importância essa normalmente considerada em termos de símbolo e significado, como também capacidade de convergência de crentes e não crentes, e irradiação de suas ideias intrínsecas. Desse modo, o peregrino se destaca nesse contexto ao realizar seu ato de deslocamento a um centro gerando itinerários do seu local de origem ao centro de convergência, incluindo os itinerários no interior destes centros. (FRANGELLI, 2012 p. 57)

A noção de uma “tradição anapolina”, acerca dos “itinerários” que o Morro da Capuava mobiliza, parecem caminhar de encontro com essa perspectiva de reconhecimento e conservação cultural. Manter o Morro da Capuava como espaço livre e público, via tombamento, seria manter sua característica de condensar e atrair itinerários/peregrinações.

A riqueza cultural de uma civilização pode ser lida na multiplicação dessas “paragens tranquilas”, dos signos e lugares de enraizamento que são os territórios. Inversamente, o desaparecimento desses territórios em benefício de um espaço “banalizado” é sinal de um empobrecimento cultural, quando não se trata de certa incapacidade de se comunicar com uma terra e com seus semelhantes. O território não responde apenas a necessidade de identidade e segurança: é também o lugar de uma alteridade consentida. (BONNEMAISON, 2012 p. 301)

Categorias espaciais são relevantes para esse tipo de análise sobre lugares e percursos: a localização, a direção e a distância. Para o Morro da Capuava vale dizer que se trata de uma localização particular definida, capaz de catalisar, orientar e condensar os fluxos de visitantes (crentes ou não-crentes) que vêm de distâncias variadas, uma centralidade simbólica gerada por uma praça elevada – em síntese.

O espaço vivido é [...] um “espaço-movimento” formado pela soma dos lugares e trajetos que são usuais a um grupo ou indivíduo. Portanto, trata-se de um espaço de reconhecimento e familiaridade ligado à vida cotidiana. Todavia esse espaço cotidiano e subjetivo, ligado a um estatuto e a um comportamento social, não corresponde necessariamente a um “espaço de cultura”, menos ainda a um território. A cultura engloba o vivido, ao mesmo tempo que o transcende. A representação cultural vai além do horizonte cotidiano; ela nasce da sensibilidade e da busca de significações. (BONNEMAISON, 2012 p. 292)

---

<sup>10</sup> Ver item 2.6 Domínio/ Usufruto: Reações *online*, protestos contra o “Centro de Louvor e Adoração” (2015-2016).

A dificuldade de classificação do Morro da Capuava está justamente nessa situação de ambiguidade – É sagrado? É profano? É ambos? – no qual as práticas religiosas apresentam uma materialidade indiscutível por meio de ritos (gestos, cânticos, leitura/pregações), assim como as experiências “contemplativas” do espaço, sem que se consiga dizer se há preponderância de um aspecto sobre outro.

É no jogo simbólico espaço-temporal entre espaço sagrado e espaço profano que o sentido religioso – compreendido no dogma, na prática, na vivência da significação da vida do *homo religiosus* ou crente, ou mesmo no conflito com os não crentes – se manifesta material e imaterialmente a religião. (FRANGELLI, 2012 p. 55)

Assim, é possível dizer que o Morro da Capuava é um lugar, um núcleo aglutinador de expressões culturais, com um forte componente religioso, inclusive em termos de religião institucional. A despeito do debate sobre o caráter institucional das religiões e sobre os conflitos entre grupos e visões de mundo (disputas simbólicas), o Morro da Capuava mantém sua qualidade como espaço ecumênico, permitindo a coexistência entre crentes e não crentes. Mas

[...] o fato de pessoas fazerem o culto juntas, orarem no mesmo lugar, ou fazerem parte de uma paróquia não acarreta necessariamente um sentimento de integração e de comunidade religiosa. [...] no entendimento do que seja uma comunidade religiosa, devem-se considerar as necessidades e objetivos comuns, um sentido do bem comum, vidas partilhadas, cultura e visões do mundo, e ação coletiva. (ROSENDAHL, 2003 p. 206)

A impossibilidade de realizar questionários<sup>11</sup> para estimar numericamente as intenções dos visitantes (se com finalidades devocionais ou não), não minimiza a análise realizada. Para a interpretação da importância do Morro da Capuava, basta dizer que existe um componente indubitavelmente religioso (denunciado pelos ritos; conferir as notas de campo no Apêndice) e outro, secular, igualmente relevante. Esses diferentes usos compartilham o mesmo espaço, o que é o suficiente para considerá-lo um território onde se manifesta a cultura. “Considera-se como região cultural um tipo de área que revela, no plano espiritual e no plano material, uma concentração de representações simbólicas da cultura, vivida de modo coletivo por um determinado número de indivíduos” (ROSENDAHL, 2003 p. 218-219).

---

<sup>11</sup> Em vista da pandemia de SARS CoV-2 – 2020-2021.

A afirmação de que essas diferentes funções se complementam é importante, uma vez que se entende o espaço do Morro da Capuava como um condensador de sentimentos, práticas e maneiras de usufruto do espaço:

Segue-se daí que um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira. No fundo, ele é muito mais um núcleo do que uma muralha, e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou de exclusão do estrangeiro. (BONNEMAISON, 2012 p. 288)

### 1.3 Ver para crer, ou, o que torna alguém um devoto

O que denota uma diferença observável entre a cultura e a religião, segundo GEERTZ (1989), são os símbolos sagrados, capazes de induzir “disposições nos seres humanos” e “ideias gerais de ordem”. “Os símbolos religiosos oferecem uma garantia cósmica [da] capacidade de compreender o mundo, mas também [...] uma definição às suas emoções que [...] permita suportá-lo”. (*ibidem*, p. 77). Segundo o autor (*ibidem*, p. 72), a atividade religiosa (ou experiência religiosa), oferece ao crente a possibilidade de sanar a desordem e o despropósito inerentes à existência e a esse mundo.

Há pelo menos três pontos nos quais o caos — um tumulto de acontecimentos ao qual faltam não apenas interpretações, mas interpretabilidade — ameaça o homem: nos limites de sua capacidade analítica, nos limites de seu poder de suportar e nos limites de sua introspecção moral. A perplexidade, o sofrimento e um sentido de paradoxo ético obstinado, quando se tornam suficientemente intensos ou suportados durante muito tempo, são todos eles desafios radicais à proposição de que a vida é compreensível e de que podemos orientar-nos efetivamente dentro dela, através do pensamento — desafios que qualquer religião que pretenda substituir tem que enfrentar [...]. (GEERTZ, 1989 p. 73-74)

Em sua função psíquica, a religião orienta nossos recursos simbólicos para a formulação de ideias analíticas (na compreensão da realidade – pela abstração, oferecendo uma resposta metafísica) e de expressar emoções (disposições, sentimentos, paixões, afeições, sensações, tendências, capacidades, propensões, habilidade, hábitos, compromissos e inclinações que modelam o fluxo, a atividade e a experiência – pelos preceitos morais). (Geertz, 1989 p. 70-72).

A religião nunca é apenas metafísica. Em todos os povos as formas, os veículos e os objetos de culto são rodeados por uma aura de profunda seriedade moral. Em todo lugar, o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca: ele não apenas encoraja a devoção como a exige; não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional. (GEERTZ, 1989, p. 93)

Para Geertz (1989, p. 67), “[...] a religião ajusta as ações humanas a uma ordem cósmica imaginada e projeta imagens da ordem cósmica no plano da experiência humana.” A perspectiva religiosa seria, portanto, uma perspectiva entre outras, como a perspectiva histórica, científica, estética e do senso comum. Sua análise se volta então para a questão do convertido, ou como alguém adota tal perspectiva em detrimento das demais: “De que maneira um homem religioso muda de uma percepção inquietada de desordem experimentada para uma convicção mais ou menos estabelecida de ordem fundamental? O que significa exatamente a “crença” num contexto religioso?” (*ibidem*, p. 80)

A constatação racional de um mundo caótico seria substituída por noções religiosas, fabricadas para convencer (pela disposição e motivação – *ethos*) a respeito de condutas e concepções metafísicas. (Geertz, 1989 p. 83). Como característica universal, as religiões ressignificam “atos íntimos, banais” exercendo sua influência sobre os sistemas sociais (o coletivo) e sobre os sistemas de personalidade (o indivíduo). “A religião é sociologicamente interessante porque modela a ordem social tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza” (*ibidem*, p. 87).

A perspectiva religiosa repousa justamente nesse sentido do “verdadeiramente real” e as atividades simbólicas da religião como sistema cultural se devotam a produzi-lo, intensificá-lo e, tanto quanto possível, torná-lo inviolável pelas revelações discordantes da experiência secular. Mais uma vez, a essência da ação religiosa constitui, de um ponto de vista analítico, imbuir um certo complexo específico de símbolos — da metafísica que formulam e do estilo de vida que recomendam — de uma autoridade persuasiva. (GEERTZ, 1989 p. 82)

“Viver de modo realista”, na visão de Geertz (1989, p. 75), seria o poder de convencimento das “visões de mundo” das religiões, cada qual promovendo-se como autoridade a respeito do modo sensato de viver. Não é que as religiões operem de forma irracional – ao contrário, elas formulam noções que justificam o mundo e reconhecem nele uma intencionalidade e ordem, o que não se confirmaria na experiência humana comum, secularizada.

É justamente essa aparência do fatural, de descrever, afinal de contas, a forma genuinamente racional de viver que, dados os fatos da vida, é a fonte básica de tal autoridade ética. O que todos os símbolos sagrados afirmam é que o melhor para o homem é viver de modo realista — onde eles diferem é na visão da realidade que constroem. (GEERTZ, 1989 p. 96)

As religiões são tão eficazes em convencer seus adeptos da “realidade” de sua visão de mundo que, “os indivíduos que ignoram as normas moral-estéticas que os símbolos formulam, que seguem um estilo de vida discordante, são vistos não tanto como maus, mas como estúpidos, insensíveis, ignorantes ou, em casos de infrações extremas, como loucos.” (*ibidem*, p. 95). As concepções religiosas, suas formulações a respeito dessa vida não são imunes de serem questionadas pelas demais concepções culturais, igualmente convincentes. Para o descrente, por exemplo, a perspectiva religiosa significa apenas a incapacidade humana de defrontar-se com o caos, de

[...] simplesmente olhar com assombro ou apatia para aspectos estranhos da paisagem do mundo, sem tentar desenvolver algumas noções, por mais fantásticas, inconsistentes ou simplistas que sejam, sobre a maneira como tais aspectos podem coadunar-se com seus experimentos mais comuns. (GEERTZ, 1989, p. 74)

Além disso, a adesão dos preceitos religiosos tem suas restrições. Variando em cada cultura, os grupos podem engajar-se na vivência religiosa com maior ou menor intensidade e também questionarem ou não a autoridade moral de seus líderes.

Ademais, trata-se de compreender de que maneira as noções dos homens, embora implícitas, do “verdadeiramente real” e as disposições que essas noções induzem neles, dão um colorido a seu sentido do racional, do prático, do humano e do moral. Até onde isso alcança (em muitas sociedades os efeitos da religião parecem muito circunscritos, enquanto em outras eles são inteiramente difundidos), quão profundamente eles atingem (pois alguns homens e grupos de homens parecem utilizar a religião com muita superficialidade no tocante ao mundo secular enquanto outros parecem aplicar sua fé em cada ocasião, não importa quão trivial), quais os resultados efetivos (pois é muito variável o hiato entre o que a religião recomenda e o que as pessoas fazem realmente, culturalmente) — todos esses são temas cruciais na sociologia e na psicologia comparada da religião. (GEERTZ, 1989, p. 90)

#### 1.4 Ter fé no território

Mas a questão é: como se manifestam materialmente e espacialmente os conceitos de religião, que possa ser identificado no Morro da Capuava? Do comportamento humano, à tentativa de convencimento do outro, a religiosidade se expressa na “dinâmica da vida de relações no que concerne à sua difusão e abrangência [...], visto que de seu local de origem, no conflito entre crentes e não crentes, as religiões e seitas difundem a sua mensagem” (FRANGELLI, 2012 p. 57).

Entende-se que o fenômeno religioso se manifesta espacialmente marcando a paisagem pelas formas e conteúdos simbólicos. Os estudos sobre geografia e religião, particularmente no Brasil, dividem-se entre a interpretação da religiosidade como uma manifestação cultural ou da busca pela compreensão da natureza fenomenológica do sagrado. “O pressuposto é de que pela ação do Homem religioso se pode vislumbrar o espaço da religião, as representações, as expressões e percepções em face do discurso religioso e do pensamento religioso” (SILVA; GIL FILHO, 2009 p. 76). Resumidamente, grosso modo, o espaço pode ser considerado ele mesmo sagrado (e serão analisadas sua posição espacial e sua capacidade de mobilizar itinerários – peregrinações, romarias e outros); ou ser considerado, de modo mais amplo, como o lugar onde o sujeito experiencia o sentimento religioso.

O espaço sagrado é um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. E é o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas. (ROSENDAHL, 1994, p. 42 apud FRANGELLI, 2012 p.55)

As categorias nas quais se pode analisar o sagrado, segundo Gil Filho (2001) são: sua materialidade fenomênica, o sistema simbólico, a tradição e a natureza arquetípica (com enfoque teológico) e o sentimento e experiência religiosos. Esta última “é a experiência do sagrado *per se*. Esta dimensão, que escapa a razão conceitual em sua essência, é reconhecida através de seus efeitos”. (*ibidem*, p. 71-72). Para Gil Filho “o espaço sagrado é a imagem da experiência religiosa cotidiana assim como sua própria referência”. (*ibidem*, p. 75).

Gil Filho (2001, p. 68) defende a concepção de uma “*geografia religiosa*”, “focada na influência da religião na percepção do homem sobre o mundo e a humanidade, que essencialmente concerne ao âmbito teológico e cosmológico”, em resumo, nas expressões do sentimento religioso; em contraposição à geografia das religiões que é voltada para a análise dos efeitos das religiões, sobretudo em seu caráter institucionalizado.

Reconhecer a religião apenas como sistema simbólico ou como ideologia é subestimá-la no seu aspecto mais legítimo e essencial: a sua sacralidade. [...] o sagrado reserva aspectos dito racionais, ou seja, passíveis de uma apreensão conceitual através de seus predicados, e aspectos não racionais, que escapam à primeira apreensão, sendo estes exclusivamente captados enquanto sentimento religioso. (GIL FILHO, 2001, p. 70)

## 1.5 Itinerários: o lugar de um encontro

O crescente debate sobre diálogo inter-religioso apela para a superação do proselitismo que pode ter efeitos indesejados, como o ódio a determinados segmentos sociais e a violação dos direitos humanos. Além disso, as religiões possuem em comum a orientação para a harmonia e outros valores ideais: a compaixão, a caridade, a equidade... Desse modo, as diferenças acerca das conceituações sobre o que seja o absoluto, a verdade última, deveriam ceder lugar para a compreensão da diversidade de resposta para as perguntas essenciais do homem, sobre seu lugar no mundo, sua essência, sua origem e seu destino. Da compreensão dessa pluralidade de visão, viria o respeito à livre expressão das múltiplas crenças, conforme o julgamento e consciência individuais.

Mas esse diálogo, entretanto, nem sempre é fácil. O espaço físico, urbano e os próprios indivíduos podem oferecer obstáculos para o reconhecimento da alteridade do outro. O mesmo território que atrai os visitantes por seus atributos espaciais, e constitui uma identidade cultural local devido a essas visitas, pode ser dividido, repartido, tomado, particularizado. Mais do que as disputas simbólicas, entre as “visões de mundo” das diferentes religiões, o individualismo crescente, como sintoma das relações sociais e econômicas na contemporaneidade, se coloca como obstáculo para uma maior abertura para as trocas sociais e para a formação de laços comunitários mais consistentes.

Nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”: os usuários se apropriam do espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis”. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços territorializados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. [...] Assim, as diferenças se traduzem em táticas “exclusivistas” de territorialização, abrindo caminho para o estabelecimento de formas nuançadas de segregação, como atos de vontade que impossibilitam o convívio “entre diferentes” e negam o “outro” através da indiferença e do autoisolamento (em geral voluntário) de grupos e indivíduos no espaço público. (SERPA, 2019, p. 68-69)

Sendo um espaço compartilhado por grupos diversos, percebe-se como as contingências modelam territorializações distintas, onde os indivíduos agenciam-se em cada caso e momento, demarcando suas posições: o grupo dos que pregam, portando seus símbolos e agindo com indiferença às práticas que consideram discordantes de sua crença; e o dos que se portam com indiferença à presença dos pregadores e que seguem em suas atividades

comuns, “profanas” (no sentido daquilo que se diferencia do sagrado e não necessariamente de algo frontalmente contestatório ou desvirtuado, visto que para alguns, essa diferenciação sequer é considerada).

Essas relações podem se manifestar de maneira centrípeta (para dentro) e/ou centrífuga (para fora) quando se trata de intersubjetividade e modos de existência frente ao diferente e/ou ao igual (a mim). A forma como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que “ser lugar” ou “ser território” manifestam enquanto essência nas mais diversas escalas espaço-temporais. Quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes é possível perceber a constituição de momentos e princípios dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do ser-no-mundo. (SERPA, 2019, p. 63)

No caso do Morro da Capuava, não há um calendário litúrgico, à exemplo das festividades em outras localidades (Trindade ou Muquém, em Goiás, por exemplo). A ausência de romarias, padroeiros, calendários definidos de cerimônias, não impede de afirmar que os itinerários (desde a intenção de ida, o deslocamento, a chegada e a permanência e, por fim, o percurso de retorno) sejam revestidos de uma intencionalidade simbólica, o que também inclui as expectativas e realizações (e até frustrações) da visita. Conforme ressalta Rosendahl, “a liturgia no trajeto ao lugar sagrado ocorre no espaço-tempo sagrado” (2003 p. 205). A quantidade e a recorrência dos visitantes se caracterizam pela espontaneidade<sup>12</sup>, o que, ao invés de minimizar o valor dessas práticas, reforça o apreço dos cidadãos por este espaço e quanto atribuem a ele uma importância simbólica.

[... são] os aspectos subjetivos que produzem, reproduzem e transformam os *locus* religiosos. A análise da composição, escolha e refutação de determinados objetos, símbolos e moralidades de cunho religioso em espaços e tempos qualitativamente diferenciados tornam-se objetos de estudo dos geógrafos. Espaço sagrado, espaço profano, lugar sagrado e outras categorias de análise surgem para identificar determinadas práticas de vivência, modos de percepção e concepções simbólicas. (FRANGELLI, 2012 p. 57-58)

Os dados mais recentes do recenseamento da população de Anápolis, a respeito de sua autodeclaração religiosa (Quadro 1) certamente estão defasados, mas servem para demonstrar a heterogeneidade de “visões de mundo” existente, o que é útil para desfazer qualquer suposta hegemonia, já que “[...] o território é, antes de tudo, uma convivialidade” (BONNEMAISON,

---

<sup>12</sup> Nas inúmeras vezes que estive no local, em diferentes horários e datas, jamais o encontrei vazio.

2012, p. 300). Todos esses “grupos” convivem, compartilham e compõem a cultura local, deixando nela seus traços e agindo ativamente na sua construção. Também vale recordar que, como qualquer dinâmica ou fenômeno social que ocorra em um espaço determinado, “a coincidência da trama dos atores sociais com a expressão da religião em determinada temporalidade é um dado histórico, porém sempre em transição” (GIL FILHO, 2001, p. 78)

Quadro 1: Número de declarantes por denominação religiosa em Anápolis-GO, ano de 2010.

<b>DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS EM ANÁPOLIS</b>	
<b>RELIGIÃO</b>	<b>DECLARANTES</b>
Sem religião	17.550 pessoas
Budismo	45 pessoas
Candomblé	19 pessoas
Católica apostólica brasileira	198 pessoas
Católica apostólica romana	190.204 pessoas
Católica Ortodoxa	199 pessoas
Espírita	4.587 pessoas
Espiritualista	66 pessoas
Evangélica	115.244 pessoas
Hinduísmo	- pessoas
Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	379 pessoas
Islamismo	105 pessoas
Judaísmo	9 pessoas
Não determinada e múltiplo pertencimento	1.309 pessoas
Novas religiões orientais	111 pessoas
Testemunhas de Jeová	1.861 pessoas
Tradições esotéricas	108 pessoas
Tradições indígenas	- pessoas
Umbanda	137 pessoas
Umbanda e Candomblé	206 pessoas
Outras declarações de religiosidades afro-brasileiras	50 pessoas
Outras religiões orientais	- pessoas
Outras religiosidades	42 pessoas
Outras religiosidades cristãs	2.229 pessoas
Não sabe	161 pessoas

---

**Total****334.819 pessoas<sup>13</sup>**

---

Fonte: IBGE. 2010.

Um dos efeitos sociológicos da religião é justamente a disputa simbólica pelas representações e pelo espaço, a existência de conflitos na difusão da fé e sinalização de quais lugares são “sagrados” para cada cultura. É nesse sentido de disputa simbólica que se diz, por vezes, que Anápolis é uma cidade de maioria cristã, e que se fazem as afirmações de uma maioria católica ou evangélica/protestante (embora os dados desatualizados do último censo não contribuam nesse sentido – não é nada improvável que ao longo de uma década o quadro tenha se alterado substancialmente). Mas essa “disputa simbólica” apenas revela a disposição dos sujeitos a mudarem suas concepções intersubjetivas e as possibilidades muito plurais de crenças. Em sua qualidade espacial, tanto a religião quanto a cultura compartilham a característica de serem influenciados por acontecimentos que possam alterá-las ao longo do tempo.

Consequentemente, a abordagem cultural leva a colocar em primeiro lugar um espaço cultural que se determina tanto por sua dimensão territorial como por sua dimensão histórica. Território e cultura não podem ser atingidos senão no interior de uma duração e enquanto realidade móvel e conjuntural. (BONNEMAISON, 2012 p. 290)

Ao contrário do que se supunha, as religiões tiveram um substantivo crescimento no final do século XX e início do século XXI, contrariando o ideal moderno de “libertar o homem da tutela da religião”. O que se constatou foram novos rearranjos nos diferentes credos, que possibilitaram não apenas sua continuidade, mas sua incorporação à lógica midiática e econômica.

---

<sup>13</sup> A soma total dos declarantes em Anápolis, para aquele ano, era de 334.819 habitantes. Católicos romanos (56,8%) e evangélicos (34,4%) constituem os dois principais grupos, seguidos por aqueles que se declaram sem religião (8,0%). O percentual de evangélicos é significativamente maior que a média nacional do Censo de 2010 que foi de 22,2%. Esse segmento religioso foi o que mais cresceu no Brasil desde 2000, quando correspondiam a 16% da população, ao contrário da tendência de decréscimo histórico apresentada pelos adeptos do catolicismo que passaram de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010. Uma estimativa do Datafolha publicada na Folha de S. Paulo em 13/1/2020 confirma esse mesmo quadro para a década que se seguiu; os evangélicos corresponderiam a 31% da população, enquanto os católicos teriam se reduzido a 50%. Para esse período, a região Centro-Oeste apresenta o segundo maior percentual de evangélicos (33%). Os dados são de uma pesquisa realizada com 2.948 entrevistas, em 176 municípios de todo o país entre 5 e 6 de dezembro de 2019; com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml?origin=folha>>. Acessado em 14/08/2021.

O capital religioso é, sem dúvida, um instrumento de poder e de estratégia fortemente vinculado à política econômica do capitalismo global. A atual conjuntura mundial reflete um momento de grande efervescência nos espaços religiosos, quer, de um lado, pelo retorno de fundamentalistas, quer, de outro, pelos estilhaços de novas sensibilidades mágico-religiosas em formas espaciais variadíssimas. (ROSENDAHL, 2002 p.190-191)

No entanto, cada grupo configura espacialidades próprias, baseadas em sua origem histórica, condições socioculturais, entre outros. Em Anápolis, os seguidores do islamismo e do catolicismo ortodoxo, por exemplo, possuem um templo próprio (ponto estável e marco visual na paisagem) que aglutina as reuniões dos adeptos e suas cerimônias. Porém, não há informação da existência de uma sinagoga para o grupo autoproclamado judeu, tampouco de um templo para os autodeclarados budistas. Já as religiões de matriz africana ou afro-brasileira possuem uma territorialidade própria, com muitas unidades pelo município, mas os terreiros pertencem a um domínio mais privativo (característica condicionada pela discriminação histórica que enfrentam). As demais denominações (católica, evangélica, espírita...) também se encontram difundidas pelo tecido urbano, em diferentes hierarquias, demonstrando cada qual sua influência em sua porção territorial.

O lugar simbólico não é meramente descoberto, fundado ou construído. Ele é reivindicado, possuído e operado pela comunidade religiosa. Um dos instrumentos metodológicos utilizados para sua compreensão refere-se às relações de poder hierárquico de uma comunidade sobre outra, que resultará em associação ou exclusão, dominação e subordinação, inclusão e exclusão, dependendo da política e/ou da antiguidade de estabelecimento no lugar [...] (ROSENDAHL, 2003 p. 203)

Expandindo sua influência, as instituições religiosas influenciam todo um comportamento social, uma vez que “os conceitos religiosos se espalham para além de seus contextos especificamente metafísicos, no sentido de fornecer um arcabouço de ideias gerais em termos das quais pode ser dada uma forma significativa a uma parte da experiência — intelectual, emocional, moral.” (GEERTZ, 1989 p. 90). Nesse sentido, as instituições religiosas podem exercer também o controle ideológico das sociedades. “A difusão da fé torna-se particularmente importante para a geografia ao se referir sobre a ação missionária de expansão de ideias e condicionamentos simbólicos [...]” (ROSENDAHL, 2003 p. 203).

As comunidades religiosas podem ser analisadas sob o viés da apropriação espacial, ou seja, um território. Nesse território, através de estratégias de controle de pessoas e coisas – sua territorialidade –, uma dada religião pode ser compreendida como uma entidade, muitas vezes institucional. Esse tema engloba os comportamentos espaciais e estratégicos adotadas pelas religiões a fim de manter, organizar e expandir o seu controle. (FRANGELLI, 2012, p. 57)

Mas não só a religião institucionalizada adquire espaço. Também surgem novas formas mais diluídas de expressão religiosa: as “novas tradições” esotéricas (a antítese da expressão é assumida sem relutância), as práticas orientais e, principalmente, a liberdade do indivíduo de transitar por mais de uma instituição (múltiplo pertencimento), até entre as que são fundamentalmente divergentes (embora algumas instituições religiosas sejam particularmente proselitistas, nem mesmo os líderes tem controle absoluto sobre as vontades e ações dos indivíduos que autogerenciam seu sentimento religioso). Na contemporaneidade, verifica-se a presença e adaptação das religiões a um novo contexto: fluido, plural, dinâmico e multifacetado. São experiências religiosas em trânsito, itinerários potencializados, *performatividades*. Mas mesmo a ação mais interiorizada (um transe, um monge em experiência de *nirvana*) acontece em um dado espaço físico.

[...] o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e, muitas vezes, o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural. (BONNEMAISON, 2012 p. 300)

É nesse sentido que coabitam no Morro da Capuava, pastores em pregações fervorosas e membros da Escola de Filosofia Nova Acrópole – cujo currículo passa pelo *Bhagavad Gita* (texto clássico do hinduísmo), platonismo e até Helena Blavatsky (autora russa de obras sobre ocultismo). Paradoxalmente a toda essa fluidez de crenças, o Morro da Capuava é um referencial espacial e simbólico para essas *performances*. Sendo um ponto estável na paisagem, recebe essas diferenças e tem nelas o fundamento de seu valor patrimonial. É por estas constatações que, junto com Bonnemaision (2012), compreende-se o conceito de território como esse ambiente físico que ancora a(s) identidade(s) cultural(is).

Contudo, espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano. Existe aí uma espécie de relação dialética, pois cada um dos termos é, ao mesmo tempo, complemento e portador de significados contrários. Da união dos contrários, deveria surgir um tempo de síntese, ou pelo menos uma noção que os aproximasse. (BONNEMAISON, 2012 p. 301)

## 1.6 Território-testamento

Considerando essa pluralidade e mobilidade, dizer que o Morro da Capuava se trata de um espaço sagrado (e mais do que isso, “evangélico”) seria subestimar a existência e a manifestação de outras religiões minoritárias e ignorar o uso laico que muitos lhe conferem, práticas seculares, comuns. Optamos por considerá-lo um território, um espaço cívico e simbólico, considerado “sagrado” para alguns grupos.

A experiência religiosa produz na paisagem formas e funções religiosas. A geografia deve explicar o que produziu tal paisagem [...] como marca da experiência religiosa reproduzida no lugar e, por outro lado, como matriz dessa experiência simbólica impressa na paisagem. (ROSENDAHL, 2003 p. 202)

De acordo com Rosendahl, o lugar sagrado “é o lugar simbólico, lugar que unifica os grupos humanos quanto aos valores religiosos, no sentido etimológico de *religare*<sup>14</sup>, ou, em outras palavras, a junção dos homens no domínio do sagrado [...] vinculados com a divindade além da vida terrena” (2003, p. 207). Certamente, muitos frequentadores do Morro da Capuava percebem nele a possibilidade desse contato com o divino, ou algum de seus atributos. A autora alerta ainda para o fato de que há “religiões que mudam deliberadamente a paisagem e as que não o fazem”. (*ibidem*, p. 215). Saber que o Morro da Capuava já era frequentado antes de qualquer obra de infraestrutura, significa que suas qualidades (luz, sonoridade, altitude, ar, paisagem) prescindem de qualquer modificação; a praça foi um melhoramento, uma atenção do poder público para seu potencial já manifestado.

O cristianismo, como se sabe, é fundado nos textos religiosos, históricos e culturais do povo hebreu<sup>15</sup>, que possuem diversas alusões de montes (morros, montanhas) significativos, que possibilitaram ou fortaleceram a relação com o divino, que passam pelas figuras de Moisés a Jesus Cristo.

---

<sup>14</sup> A origem etimológica de religião não é uma questão encerrada. O debate passa por identificar a matriz de *religio*, sendo possíveis duas leituras: *relegere* (ler de novo, observar escrupulosamente um preceito) ou *religare* (recuperar um laço perdido entre Deus e a humanidade). Em todo caso, numa perspectiva de conciliar as duas origens possíveis, podemos compreender que “trata-se realmente de uma reunião, de uma re-união, de uma re-coleção. De uma resistência ou de uma reação à disjunção”. (VATTIMO, DERRIDA, 2000, p. 34 apud AZEVEDO, 2016, p. 95).

<sup>15</sup> O Cristianismo possui uma história intrínseca que é compartilhada pelas demais religiões monoteístas (islamismo e judaísmo).

Os fenômenos podem ser percebidos pela sua materialidade através dos sentidos, entretanto, quando concebemos uma realidade a esta, conferimos uma existência puramente intelectual. A realidade intelectual não é sensível *per se*. Sendo assim, os qualitativos e adjetivos de um fenômeno fazem parte deste âmbito, o mundo dos atributos e da nomeação. Do mesmo modo, as realidades do mundo da existência não são intrinsecamente não-sagradas. Em muitas culturas religiosas a realidade sensível é inerentemente sagrada, na medida em que faz parte do mundo da natureza [e] os elementos da natureza, a terra, a água e o fogo são inerentemente sagrados. Nas culturas religiosas africanas, como a cultura Iorubá, os elementos da natureza possuem uma sacralidade indissociável. [...] Contudo na cultura judaico-cristã houve uma ruptura. Nesta perspectiva, condicionou-se a sacralidade a uma ação externa de consagração do mundo. (GIL FILHO, 2001, p. 73-74)

Mas essa relação entre o povo judeu e um lugar físico – mais especificamente, sua identidade relacionada à reivindicação por um território – é baseada numa promessa, numa bênção. O território dado é uma libertação do exílio, mas não é (não ele todo, pelo menos) sagrado. “Os conceitos bíblicos de lugar sagrado afirmam que ele é ‘um lugar onde Deus habita’, demarcado e limitado em uma área geográfica determinada [...]” (ROSENDAHL, 2003, p. 206).

Mais ainda, o território não é deus, é uma dádiva – Deus, Ele mesmo, continua inalcançável, nas alturas, impronunciável. Essa mensagem de libertação do exílio é ressignificada posteriormente pelas vertentes místicas do judaísmo e do cristianismo, compreendendo essa terra prometida como um espaço abstrato e simbólico. Na visão “mística, Deus é descoberto por meio da disciplina espiritual, nas profundezas do próprio ser” (GEERTZ, 1989 p. 99). Essa concepção deísta de um deus abstrato permite a extrapolação de certas concepções religiosas de seu local e contexto de origem, onde correlacionavam-se os conteúdos simbólicos, as visões míticas e o seu meio ambiente físico de origem.

[...] a manifestação espacial da religião possui duas esferas, uma relacionada ao sentir mítico e outra ancorada na função representativa da linguagem, caracterizada pelo discurso religioso. O sentir mítico torna-se dizível através de uma linguagem religiosa. Tal ação se espacializa para além de sua origem. O espírito humano, inspirado por uma linguagem religiosa, espacializa, através de seu sentir, os enunciados religiosos por meio do qual se realiza enquanto ser. A ação humana, incitada pelo simbolismo religioso, se retroalimenta no espaço material, nas representações dos templos e nos matizes presentes nas manifestações religiosas da paisagem. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 90)

Desassociado de qualquer correspondente material, o deus cristão se situa como energia criadora, origem de tudo, e como Palavra materializada, “verbo feito carne” – logo, discurso num dado espaço. É completamente diferente das religiões animistas, para as quais

os elementos e fenômenos naturais literalmente **são** divindades. Para o cristianismo, uma nuvem, uma montanha, o fogo, podem extraordinariamente serem considerados (no máximo) **sinais** do deus único. Enquanto sinais (signos), o que se reforça é a comunicação (linguagem), ou seja, novamente “A Palavra”, mas “dita” de forma diversa, através de situações naturais extraordinárias.

A alienação entre a dimensão propriamente mítica da religião e o pensamento religioso é a marca mais perceptível nas religiões que possuem livros sagrados e realizam o discurso da legitimação histórica. O pensamento religioso perpassa as dimensões das expressões em um espaço de ação para as representações da linguagem e a abstração própria de um espaço concebido. [...] Quando se torna dizível [então] se espacializa, através de mediadores, para além do espaço originário. Essa é a esfera do representar e da ação religiosa, esfera na qual o sentimento se torna discurso, se transforma em narrativa. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 78)

A difusão da Palavra e da mensagem manifestada pelos sinais é vista pelo fiel como dever moral – e, portanto, se impõe, mesmo que para outros tempos e contextos. “O êxito do Cristianismo em sua dispersão espacial já estava delineado potencialmente nos evangelhos. [...] A espacialização do Cristianismo se baseia [...] na difusão dos ensinamentos religiosos, o que se configurava como uma prova de amor ao próximo” (GIL FILHO, 2001, p. 79)

#### 1.6.1 E o Verbo se fez espaço: “ide por todo o mundo”

Uma motivação histórica para a identificação dos evangélicos com o Morro da Capuava seria sua proximidade com a própria origem dessa denominação religiosa no município. Ao traçar o surgimento histórico do protestantismo/evangelismo em Anápolis, Andrade (2011) afirma que os primeiros núcleos de membros e cultos da Assembleia de Deus se estabeleceram na principal via de acesso ao Morro da Capuava: “Os cultos começaram a ser celebrados regularmente na Av. Tiradentes, nº 612, na casa de José Inácio de Freitas, o qual recebeu a incumbência de auxiliar os trabalhos da nova igreja”. (ANDRADE, 2011, p. 22). A construção de um primeiro templo se deu por volta de 1940:

Pensando em estabelecer a Igreja em local próprio, Antônio Moreira autoriza a José Inácio comprar um terreno e este adquire um lote na Av. Tiradentes, nº 610. Enquanto isso as conversões se sucediam e o rebanho crescia. Em julho de 1940 os cultos passaram a ser realizados numa sala emprestada na residência do irmão Antônio Coelho, que se mudara para um imóvel ao lado do terreno que a Igreja adquirira. Em agosto de 1940 iniciou-se a construção de um pequeno salão nos fundos do terreno que a igreja comprara. (ANDRADE, 2011 p. 23)

Após uma cisão desse grupo inicial, uma parte dos fiéis organizou-se provisoriamente na Rua Leopoldo de Bulhões (paralela à Av. Tiradentes) até que fosse erguida uma nova sede.

[...] pintaram o salão, encheram-no de bancos e instalaram a igreja, na Rua Leopoldo de Bulhões [...]. Logo começaram a orar a Deus pedindo um imóvel para construírem um templo. No início do ano seguinte, 1962, adquiriram um lote na Av. Tiradentes, nº 1299 e construíram um pequeno e lindo templo, instalando definitivamente, pela segunda vez, a Assembleia de Deus de Madureira em Anápolis [...] (ANDRADE, 2011, p. 26)

Ainda segundo Andrade (2011, p. 28), a construção da Catedral das Assembleias de Deus em Anápolis, também na Av. Tiradentes, teve início em 1991 e sua inauguração em 2002, ocupando o lugar da antiga e ampliando-a. Ao lado desse templo a igreja possui, atualmente, um veículo de comunicação de grande alcance na cidade, a Rádio Imprensa (104,9 FM).

A contextualização dessa origem protestante em Anápolis não tem o intuito de apontar uma razão para a apropriação do Morro da Capuava por esse grupo, o que seria restringir seu alcance espacial.<sup>16</sup> “Podemos pensar, então, [...] que uma paisagem [...] não pode simplesmente se reduzir a uma série finita de manifestações, porque cada uma delas é uma relação com o(s) sujeito(s) em constante transformação” (SERPA, 2019, p. 27)

[...] o fenômeno religioso, como tal, está além de suas implicações espaciais imediatas. Contudo, ao restringirmos o fenômeno religioso a uma rede de distâncias possíveis, o colocamos nos ditames do espaço geométrico e o cristalizamos em relações puramente locais. (GIL FILHO, 2001, p. 67)

O que se propõe é que essas igrejas, dada a proximidade, promovam campanhas de oração, vigílias e similares, inclusive mobilizando fiéis de outras denominações e localidades e/ou sinalizando que tal local é apropriado para este fim. Gradualmente, foi se constituindo essa “conquista” simbólica do espaço. (Figura 2).

---

<sup>16</sup> Já tive a oportunidade de conversar com frequentadores – antes do início da pandemia de Covid-19 em março de 2020 – e coletar depoimentos de pessoas que vinham de bairros bem distantes da Avenida Tiradentes.

Figura 2: Localização do Morro da Capuava, vias de acesso e principais templos religiosos em suas proximidades.



#### LEGENDA

- Acessos ao Morro da Capuava
- Rua Leopoldo de Bulhões
- Avenida Tiradentes

Esquema sobre imagem de satélite obtida pelo software Google Earth.  
\*Sem escala.

Fonte: do autor, sobre imagem de satélite obtida pelo Google Earth. (2021)

De especial interesse para essa pesquisa, foi o estudo empreendido por Silva e Gil Filho (2009) sobre a Igreja Internacional da Graça de Deus<sup>17</sup> (IIGD), que, por suas semelhanças, consideramos aplicáveis à algumas das denominações evangélicas de Anápolis. Segundo o autor, a fundação dessa igreja é uma extensão das experiências mítico-religiosas de seu fundador que, seguindo sua crença, cria uma organização que dissemina sua forma de interpretar as narrações bíblicas para outras pessoas. “Havia o ímpeto missionário de R.R. Soares naquilo que, para ele, era uma inspiração divina, tal forma de interpretar o Cristianismo não era encontrada em outras denominações cristãs” (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 86). A escolha individual e o ímpeto missionário de cada pastor, seu desejo de comunicar e propagar sua experiência e interpretação das escrituras, é o que possibilita a fragmentação das denominações evangélicas, já que existem tantas interpretações dos textos quanto há indivíduos (cada qual concebe sua própria).

O que era tradição textual se espacializa no cotidiano, o que fortalece o discurso. No caso da IIGD, o fiel animado pelo vivenciar dos conceitos contidos nos seus enunciados religiosos passa a agir como seu dispersor. Isso pode ser observado através do ímpeto missionário presente em alguns adeptos. Muitos fiéis se empenham bastante na conversão dos familiares que ainda não aceitaram a palavra. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 85)

A fundação dessas novas denominações favorece a propagação da Palavra (vista como um dever moral, e satisfazendo os indivíduos que assumem mais aguerridamente essa missão) e propicia a formação de comunidades que compartilham entre si os mesmos símbolos (no caso, principalmente a bíblia) e também a vivência prática do cotidiano.

A instituição religiosa possui caráter organizativo. O agrupar das pessoas no entorno de uma verdade religiosa, de uma linguagem coletiva de se falar ao mundo, auxilia na construção de centros de convívio comum, no qual se podem vivenciar as experiências alheias, aprender e realizar os rituais religiosos. (GIL FILHO, 2009, p. 86)

Para seus adeptos “[...] a religião traz respostas satisfatórias aos inúmeros tipos de problemas, como a cura de doenças, segurança econômica e emocional e harmonia afetiva.” (ROSENDAHL, 2003 p. 192). O pertencimento e o cumprimento das práticas, habilita o fiel a receber benesses ou expurgar faltas. Já em seu componente coletivo, as instituições religiosas

---

<sup>17</sup> Denominação neopentecostal criada em 1980, na cidade do Rio de Janeiro, pelo pastor Romildo Ribeiro Soares. Este havia criado em 1977, juntamente com Edir Macedo, a Igreja Universal do Reino de Deus, liderando-a no seu período inicial.

oferecem mais do que uma explicação teológica para o mundo, elas formam redes de sociabilidade.

A dimensão social ou da organização apresenta-se nesta rede de relações na medida em que a integração entre o discurso e o contexto assume um plano de correlações análogas. [...] A ação institucional configura a apropriação do sagrado tanto nos limites das relações sociais como nas fronteiras objetivas de sua espacialidade. (GIL FILHO, 2001, p. 78)

Ressalta-se que não é verdadeira a interpretação de que a cultura, e mesmo a religião (por mais institucionalizada), seja uma imposição, pois essa conclusão retira dos indivíduos a autonomia e os reduz à aceitação inconsciente de normas, regras e dogmas. A adesão a determinada visão de mundo ou hábito, requer a identificação do sujeito, mesmo que em maior ou menor nível.

“Os discursos religiosos são estruturadores das manifestações socioespaciais da religião, contudo não se pode esquecer que quem propicia a espacialização do simbolismo religioso impregnado nas narrativas é o próprio Homem por seu modo religioso de sentir e conceber o mundo”. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 91).

Mas as estruturas “espacializadoras” da Igreja não são apenas os templos construídos. Muitas das denominações utilizam-se de recursos de mídia para sua difusão e em muitos casos a mensagem do pastor chega por rádio ou TV. (Silva; Gil Filho, 2009, p. 88). Os estúdios de produção dessas mídias e suas antenas de comunicação também são estruturas físicas e, portanto, pontos geográficos que podem ser mapeados. Alguém que “recebe A Palavra” através das ondas de comunicação pode assim ter, mesmo de sua casa, uma experiência religiosa, desde que se sinta identificado (tocado) por ela.

Pode-se dizer que o processo de espacialização do fenômeno religioso é colocado em movimento pela ação do fiel. O espaço no qual o fiel realiza suas atividades é marcado pela forma como ele busca explicar sua vida. As narrativas religiosas e suas interpretações dão respaldo à objetivação do modo religioso de ver o mundo. Dessa forma, o espaço concreto é ao mesmo tempo propulsor e extensão do simbolismo religioso; propulsor, pois se apresenta como estímulo sensorial; e extensão, que se apresenta nas paisagens religiosas como símbolo espacializado. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 90)

Da mesma forma, as práticas religiosas das igrejas não são realizadas apenas no espaço fechado dos templos. Há práticas de manifestação a céu aberto, espontâneas e organizadas (como a distribuição de panfletos, campanhas de oração, entre outros). Existe também o

sentimento no fiel de “ser, ele mesmo a igreja” baseado em um versículo que diz: “Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali eu estou no meio deles”. Isso simultaneamente fortalece a sensação de pertencimento e habilita qualquer congregado a ser um difusor da mensagem.

O templo, para os fiéis da IIGD é um lugar sagrado, porém o espaço concreto cuja função é servir de abrigo, não. Aqui, a sacralização do espaço é mais fluida que a das tradicionais instituições cristãs. Mesmo que se fale de lugares sagrados, tal sacralização não se exerce de forma fixa, não se prende ao espaço concreto. O espaço sagrado da IIGD reside no espaço circunscrito ao estar junto, nas aglomerações em nome de Deus. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 89)

Essa tarefa como porta-voz favorece amplamente as práticas à céu aberto, como no Morro da Capuava, o que aumenta ainda mais a possibilidade de propagação de sua fé, para fora dos limites físicos de um templo fechado.

O narrar da experiência religiosa propicia sua reprodução no nominar das experiências míticas alheias. De certa forma, os primeiros veículos para a espacialização das ideias religiosas são as palavras, na oralidade e/ou na textualidade pela qual é difundido o saber religioso. A partir da apropriação desse conhecimento, o Homem religioso é sujeito “especializador” através da enunciação do discurso religioso. As representações que permeiam os discursos se espacializam para além do espaço originário. (GIL FILHO, 2009, p. 79)

### 1.7 Hierofanias geolocalizadas: experiência interior em espaço exterior

Nesse sentido, o homem não se situa apenas na realidade imediata dos fatos, mas exercendo a função simbólica, (re)significa os fenômenos e aspectos do seu cotidiano; a religião é um recurso que modela sua linguagem e as diferentes formas como se expressa.

[...] o Homem religioso sente no seu dia-a-dia os enunciados religiosos que professa. Da mesma forma como ele explica os fatos do mundo pelo viés religioso, ele tentará exercer seus atos sobre o mundo animado por explicações religiosas. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 85)

Assim, ações humanas orientadas para a comunicação com o sagrado – proclamação de preces e cantos em voz alta, ajoelhar-se, agrupamentos em círculo de mãos dadas, recostar-se para a leitura de textos sagrados – que pareceriam estranhas em outros pontos da cidade, no Morro da Capuava tem permissão para acontecer.

A experiência religiosa é ao mesmo tempo individual e coletiva. Ela tem um significado original para cada devoto. [...] a fé é individualmente vivenciada de forma diversa, numa relação direta entre uma só divindade e o crente; a experiência religiosa coletiva se torna verdadeiramente partilhada quando as crenças, as atitudes e as interpretações simbólicas adquirem uma forma comunitária. (ROSENDAHL, 2003 p. 193-194)

Em muitos casos, não se trata apenas da experiência mística da religião (no que tem de mais abstrato – os êxtases, arrebatamentos, entre outras nomeações). A religião pode ser vivida no ato de caminhar, de recitar, de cantar (verbalmente ou mentalmente) uma canção, entre outros exemplos. É esse caráter de algo vivenciado que aproxima as manifestações religiosas das manifestações culturais. É também o que torna muito tênue a separação entre o ato de “só contemplar” ou ter uma experiência religiosa interior significativa.

Em seu sentido de manifestação cultural, as práticas religiosas (ritos, cerimônias, celebrações) funcionam como um “acontecimento humano paradigmático” que abre a subjetividade do indivíduo para ele mesmo (GEERTZ, 1989 p. 211). A profundidade dessa experiência pode ou não ser imbuída de um sentido metafísico ou místico, mas será sempre repleta de significado, pelo componente altamente subjetivo dessa autorreflexão. Quando essas práticas assumem forma numa territorialidade definida, elas revestem o espaço de uma importância simbólica, um caráter único identificável, mesmo que não possa ser facilmente descrito. “Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente” (HOLZER, 2003, p. 120).

A constituição desses lugares de identidade é uma estratégia (ainda que inconsciente) de superação da tendência dos espaços muito genéricos, da banalização do espaço e o esvaziamento de seus significados mais profundos. “[...] As sociedades urbanas ou industriais tendem a restringir a extensão e o papel de seus territórios multicentrados, em benefício de um espaço centralizado, neutro e simbolicamente vazio, associado apenas às funções sociais e econômicas” (BONNEMAISON, 2012 p. 300).

O caráter que distingue os lugares de identidade reconhecível nos serve como referencial simbólico, mas também como forma de orientação no espaço. Assim, os conceitos de identificação e orientação, constituem-se como necessidade fundamental para o estabelecimento das comunidades humanas, das estruturas sociais e da cultura. Esses aspectos não se restringem a uma religião, ou instituição, mas são inerentes à condição

humana. Nas palavras de Eliade (1992, p. 18) “Todos esses locais guardam, mesmo para o homem mais francamente não-religioso, uma qualidade excepcional, “única” [...]. Até a existência mais dessacralizada conserva ainda traços de uma valorização religiosa do mundo.” Sagrado ou não, o Morro da Capuava pode ser observado de muitos pontos da cidade, servindo como um marco e referencial na paisagem anapolina, além de mobilizar os itinerários daqueles que vão visita-lo.

A Geografia do Sagrado não é a consideração pura e simples das espacialidades dos objetos e fenômenos sagrados e por conseguinte de seu aspecto funcional e locacional; mas sim, sua matriz relacional. A Geografia do Sagrado está muito mais afeta à rede de relações em torno da experiência do sagrado do que propriamente às molduras perenes de um espaço sagrado coisificado. (GIL FILHO, 2001, p. 74)

As relações simbólicas plurais que ocorrem no Morro da Capuava (que envolvem a reivindicação e a rejeição – implícitos, na verdade – de uns ou outros símbolos, do repertório simbólico deste ou daquele grupo) impedem que se possa afirmar que o Morro seja território particularizado deste ou aquele segmento. O que confirma sua importância é a capacidade do Morro da Capuava de atrair esses fluxos/itinerários, de fazer convergirem crentes e não-crentes, ambos atraídos por suas características espaciais: a tranquilidade, a visão panorâmica, o espaço verde, entre outros.

Encerrando esta breve contextualização dos aspectos simbólicos e culturais (intangíveis) do Morro da Capuava, iremos abordar sua posição na evolução urbana do município de Anápolis, e os acontecimentos que fundamentam seu tombamento como patrimônio histórico.

## CAPÍTULO 2

### Expedições/percursos: Significado Histórico e relatos sobre o local

Embora o Morro da Capuava seja tombado como Patrimônio Histórico de Anápolis (além de ambiental e cultural), os levantamentos e estudos que embasam sua importância histórica são bastante escassos. A pesquisa realizada buscou a ocorrência de menções ao Morro da Capuava entre os principais autores da história do município de Anápolis, registros dos eventos do sítio em questão, indícios sobre a origem das práticas devocionais que ali ocorrem e as tramitações legislativas que envolvem seu tombamento, revogação do tombamento e revalidação do tombamento.

As informações a respeito do Morro da Capuava contidas em publicações locais geralmente se resumem a referenciá-lo como patrimônio histórico municipal tombado. Chiarotti (2011), dedica-se brevemente a levantar aspectos históricos sobre o local, destacando, por exemplo, o episódio da passagem da Coluna Prestes. Entre os autores que vinculam a passagem da Coluna por Anápolis com o espaço do Morro da Capuava, as explanações tendem a ser bastante vagas, assunto que será tratado mais adiante. Entretanto, a importância histórica do morro aparece vinculada a esse episódio, sobre o qual se construiu certo consenso, amparado pelo discurso dos memorialistas, principalmente de Haydée Jayme Ferreira (1979), sempre lembrada como referência dessa relação entre a marcha e o morro.

Do ponto de vista das propostas de tombamento, o que se observa é que o processo tem como fator motivador, mais um apreço da população pelo local do que fruto de um trabalho de pesquisa e levantamento dos acontecimentos e transformações neste espaço. Mesmo entre as obras especializadas no patrimônio e história municipal, o Morro da Capuava não ocupa mais do que uma página.

Silva (2010), por exemplo, ao listar e descrever a condição e situação dos bens tombados como Patrimônio Histórico Municipal de Anápolis, faz o seguinte comentário sobre o Morro da Capuava, destacando seus principais aspectos (ambiental, histórico e cultural):

Esse patrimônio tem a natureza como referência e foi tombado em 2003. Quando a coluna prestes passou por Anápolis em julho de 1925 os revoltosos vindos do sul com destino ao norte fizeram parada nas suas imediações contribuindo, dessa forma, para complementar a história do município. Como o nome sugere, esse morro é uma das partes mais altas do relevo do

Município, possibilitando assim uma vista ampla de quase toda a cidade. Hoje serve como espaço de lazer, passeios e meditação espiritual, tornando-se um lugar bastante visitado, principalmente aos finais de semana. (SILVA, 2010, p. 36)

No trecho supracitado, porém, a data de tombamento informada é incorreta – na verdade, uma lei municipal de 2002 revogou um tombamento anterior, realizado em 1997<sup>18</sup>. Isso será abordado no item 2.4.1 “Instrumentos: Leis de Tombamento (1997, 2002, 2005, 2016)”. A ênfase dada pela autora às visitas “nos finais de semana” é algo que visivelmente alterou-se com o tempo: atualmente o Morro da Capuava é frequentado ininterruptamente, principalmente devido as obras de infraestrutura realizadas em 2016.

São objetivos desse capítulo, discorrer sobre a evolução urbana de Anápolis e do espaço do Morro, sua relação com a cidade e a cultura local; explanar as discussões sobre seu tombamento. e a preservação de seu caráter essencial; compreender as diferentes visões e representações construídas sobre o lugar e, por fim, compreender como este objeto repercute as diretrizes de preservação patrimonial e as estratégias de desenvolvimento municipal.

## 2.1 Primórdios: Surgimento de Anápolis, tropas, paisagem distante

Era comum que os primeiros povoados surgissem pelo território à razão da distância entre origem-destino e a jornada percorrida por um animal de montaria em um dia, marcando pontos de abastecimento e pouso. Assim, Anápolis constitui-se como um entreposto de Vila Boa (atual Cidade de Goiás) e Meia Ponte (atual Pirenópolis), além de Bonfim (atual Silvânia) e Corumbá, tendo por origem um pequeno aglomerado de casas, comércio e capela, em meados do século XVIII. Aqui tropeiros encontravam acolhida, mantimentos e local para repouso por parte dos que se haviam fixado primeiro, os moradores pioneiros. Conforme Polonial (2007), tanto o relato de Saint-Hilaire (1819) quanto o de Oscar Leal (1892) evidenciam a existência de atividades comerciais e agropecuárias na região de forma contínua ao longo de largo espaço de tempo. (2007, p.20). Polonial (2007) explica ainda que o arraial de Santana teve início antes da construção da capela em 1871, apesar do registro de que os fazendeiros realizavam festas em devoção a Sant’Ana desde 1833.

---

<sup>18</sup> Lei N° 2.511, de 25 de Agosto de 1997, revogada pela Lei N° 2.913/2002.

Em 1819, Auguste Saint-Hilaire menciona brevemente sua parada na Fazenda das Antas – um engenho-de-açúcar e um rancho – em local “situado acima do rio do mesmo nome e um dos afluentes do [rio] Corumbá”, ponto de parada de mercadores que percorriam as fazendas levando “cobertores, chumbo para a caça e outros artigos, que trocavam por bois”. Ao deixar a fazenda, Saint-Hilaire observou surpreso haver “tufos de árvores nos pontos elevados, pois geralmente só costumam ser encontrados nas baixadas. “Todavia, se existe de um modo geral no Brasil uma relação entre determinados tipos de vegetação e a natureza do solo, sua menor ou maior exposição aos ventos e a topografia do terreno, não deixa de haver exceções que escapam ao quadro geral”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p.102-3).

Outro viajante, Oscar Leal, no relato de sua segunda visita a Goiás, afirma ter passado pela recém-criada Vila de Santana da Antas, em junho de 1889, onde enaltece as qualidades hídricas e climáticas da localidade.

Antas!... Sepultada no meio do deserto, longe das grandes estradas que ligam a capital goiana às principais praças do sul do Estado, a vila ou povoação das Antas, surge à vista do forasteiro, depois que se desce a chapada, em extenso vale [...]. Consta de duas ruas paralelas que atravessam o largo da matriz, a qual fica situada bem no centro da povoação... Sua população, segundo meus cálculos na falta de estatística, orça por oitocentos a mil habitantes. Tem umas seis lojas de fazendas mal sortidas e acanhadas, ou com pequenos sortimentos, e algumas tabernas que vendem fumo, cachaça e mantimentos. O clima é saudável e as águas magníficas. No município há excelentes terras que produzem o que se planta e onde existem bem boas plantações. A Villa das Antas está a 900 metros sobre o nível do mar, o que assinala a salubridade local. (LEAL, 1892, p.53).

A Vila, marcada pela atividade agropecuária e o comércio, atraiu pessoas que se fixaram nas proximidades do córrego das Antas que viria ser o núcleo urbano original. (POLONIAL, 2007, p.16-17). Cinco fazendeiros das Antas doaram uma gleba de terras para Sant’Ana com o objetivo de instalar uma capela em sua homenagem no início de 1870. Por essa época o povoado contava com pelo menos sete casas e cerca de três mil habitantes espalhados pelas fazendas da região. Um contingente de moradores das Antas, tendo à frente Gomes de Sousa Ramos (1837-1889), encaminhou a solicitação ao Governo da Província de Goiás para construir a capela. A forte mobilização da população local teve efeito pois a autorização saiu em 17 de maio de 1870.

O efeito da instalação do edifício para atrair mais população para o arraial foi imediato, pois em 1872, o número de casas salta para vinte, tendo cerca de 120 moradores, desenvolvendo-se um pequeno comércio e um artesanato. (POLONIAL, 2007, p.17). Em maio daquele ano, os moradores do arraial com o apoio do capelão, encaminharam nova

solicitação ao governo provincial para que se criasse uma Freguesia na localidade, o que acabou ocorrendo através da Resolução Provincial nº 514 (6/8/1873) que a instalou com o nome de Sant'Anna das Antas, vinculada administrativamente ao município de Meia Ponte (Pirenópolis) na Comarca do Rio Maranhão. (PALACÍN; MORAES, 1989, p.61).

É possível que a proximidade com o Córrego da Antas, e, portanto, o acesso facilitado à água, tenha sido o mais relevante para a formação desse núcleo pioneiro<sup>19</sup>. Borges (1974, p. 639) assinala que o “território [da freguesia] ficou em local privilegiado, tanto pelas boas terras para o cultivo, quanto à abundância de águas, além da posição estratégica, pois ficava na rota da passagem de comerciantes goianos e mineiros”. Essa característica presente na formação do núcleo original de Anápolis, longe de ser uma exclusividade, pode ser notada no urbanismo brasileiro em seus primórdios, conforme assinala Castriota (2009):

[...] a maior parte das cidades aqui se desenvolveu próxima a rios e/ou em encostas suaves. [...] articulando-se geralmente ao longo de uma via mais antiga, na qual começam a aparecer edificações residenciais e comerciais. Como um resultado, a forma das cidades costuma se adaptar aos contornos do terreno de uma maneira “casual”: ao invés de uma malha rígida e ruas alinhadas, as cidades coloniais brasileiras [...] se espalham a partir do seu ponto de partida para cobrir as encostas, protegidas dos ventos mais fortes e das inundações, frequentes nas áreas mais baixas. (CASTRIOTA, 2009 p. 265-266)

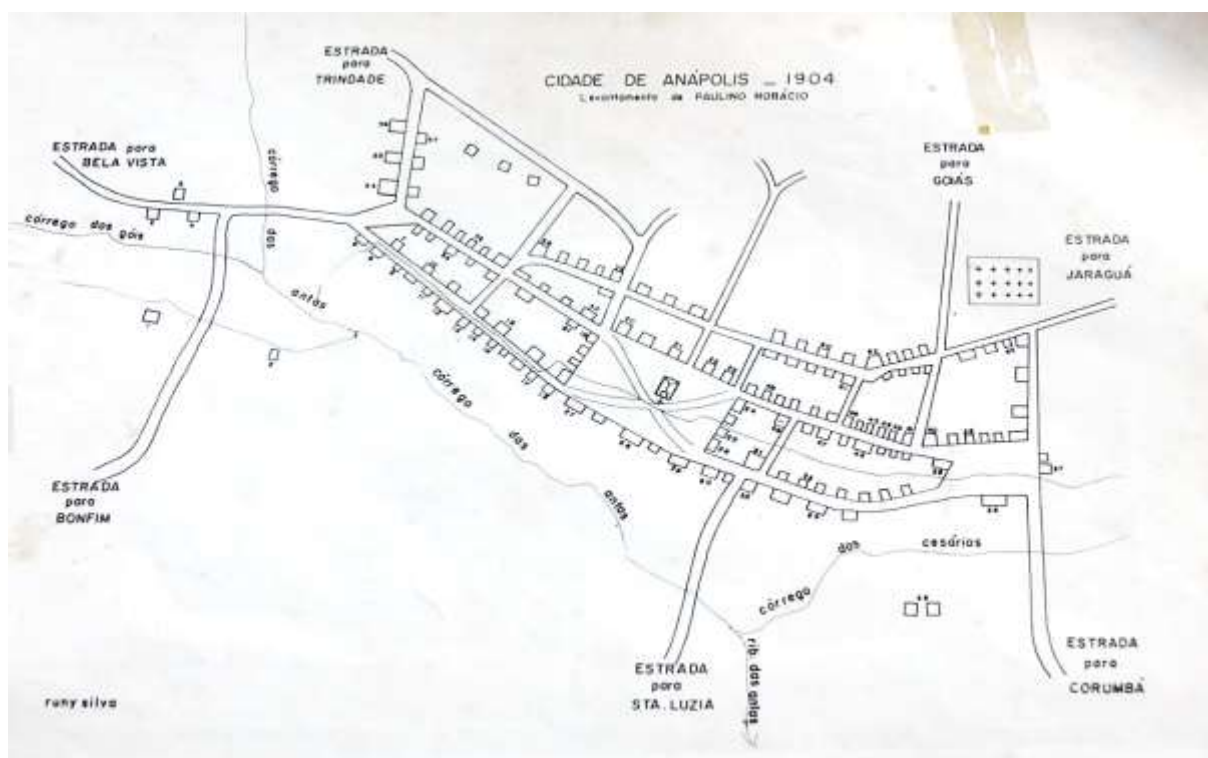
A planta da área urbana de Anápolis<sup>20</sup> (figura 3), datada de 1904, mostra a Capela de Sant'Ana no centro da imagem. A disposição linear das vias principais configura-se como prolongamento das estradas que dão acesso ao lugar, reforçando a perspectiva do antigo Arraial das Antas como um antigo pouso, uma rota de passagem. Nessa representação, o Morro da Capuava situar-se-ia no extremo superior direito da figura. Anápolis é representante de um padrão de formação de núcleos urbanos, dado que “a forma linear da maior parte das cidades é explicada pelo seu próprio processo de formação: em muitos casos, as cidades aparecem como uma conexão entre pequenos arraiais [...], erigidos ao redor de pequenas capelas”. (CASTRIOTA, 2009 p. 265)

---

<sup>19</sup> A encosta do Morro da Capuava é abundante em nascentes, mas o Córrego das Antas tem mais vazão, sendo um corpo hídrico de maior porte. Além disso, sendo uma borda de chapada, era bastante desfavorável a uma primeira ocupação.

<sup>20</sup> A Vila de Sant'Ana das Antas só foi elevada à categoria de Cidade com o nome de Anápolis em 31 de julho de 1907. Entretanto, desde 1887, quando a vila foi criada, foram sendo criadas as bases de uma administração local como a Coletoria Municipal (1888), os Correios (1890), a aprovação de Lei Orgânica Municipal (1896) e a construção da Cadeia Pública (1905).

Figura 3: Planta de Anápolis em 1904, a cidade se estende linearmente, principalmente nas meias encostas e próxima ao Córrego das Antas. Levantamento efetuado pelo Eng. Paulino Horácio. Nessa ilustração a direção norte está orientada para o lado direito da figura.



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico de Anápolis apud SANTOS, 2017 p. 156).

O núcleo inicial do que veio a se tornar a cidade de Anápolis, marcado simbolicamente pela edificação da Capela de Sant'Ana, ocupando o centro do povoado, situava-se distante do local do Morro da Capuava. Historicamente, após essa origem “espontânea”, arraigada organicamente ao terreno, com o desenvolvimento das vilas, o mais comum era que as cidades brasileiras tivessem as áreas mais elevadas ocupadas por edifícios significativos, sobretudo igrejas católicas, de onde marcavam sua posição hierárquica e impulsionavam a ocupação de seus arredores (TEIXEIRA, 2012). No entanto, isso não acontece em relação ao Morro da Capuava.

### 2.1.1 “Acolher o santuário”, desejo de permanência

A ausência da Igreja (enquanto instituição) nesse local de privilegiado destaque não significa uma sociedade secular e laica, como se poderia deduzir num primeiro momento. A construção e doação da capela por iniciativa organizada pelos próprios moradores pioneiros,

denota uma grande devoção popular. A história lendária do surgimento do povoado – que relaciona a doação das terras para Sant’Ana a uma promessa feita por volta da década de 1850, por conta de um episódio ocorrido nas proximidades do Córrego das Antas – elabora uma narrativa condizente com o caráter devocional local, reinventando sua origem, em substituição à versão, mais prosaica, de que era ponto de encontro das rotas de mercadores.

Uma vez que a pesquisa se dedica também a análise do conteúdo imaginário e simbólico associados aos lugares, cabe lembrar a história lendária de origem de Anápolis. O caráter profundamente devoto das populações, praticantes de um catolicismo popular, é evidenciado pela credence, que não encontrou obstáculo algum entre associar o capricho de um animal que empaca e a “vontade” de uma estatueta de Santa Ana em ali se estabelecer (figura 4).<sup>21</sup>

Eliade (1992) discorre sobre a relação entre a fundação de cidades e a visão cosmológica, frequentemente relacionado com o culto de um ancestral mítico. Mesmo nas sociedades mais seculares (ou profanas, nas palavras do autor, significando estar sob menor influência da visão religiosa) esses temas são recorrentes na figura de personagens e espaços importantes na criação e/ou desenvolvimento de localidades. Essa importância é expressa nos monumentos e demais lugares de memória coletiva.

Curiosamente, Eliade (1992<sup>22</sup>) analisa esse tipo de entendimento, onde um sinal externo (no caso um comportamento animal) indica o lugar sagrado:

Todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente. [...] É que o sinal portador de significação religiosa introduz um elemento absoluto e põe fim à relatividade e à confusão. Qualquer coisa que não pertence a este mundo manifestou-se de maneira apodítica<sup>23</sup>, traçando desse modo uma orientação ou decidindo uma conduta. **Quando não se manifesta sinal algum nas imediações, o homem provoca-o, pratica, por exemplo, uma espécie de *evocatio* com a ajuda de animais: são eles que mostram que lugar é suscetível de acolher o santuário ou a aldeia.** [...] os homens não são livres de escolher o terreno sagrado, os homens não fazem mais do que procurá-lo e descobri-lo com a ajuda de sinais misteriosos. (ELIADE, 1992, p. 20) (grifo nosso)

<sup>21</sup> Diz-se que uma tropa que passava pelo local teve um burro a empacar, e a imagem de Sant’Ana que portava se tornou pesada a ponto de não a conseguirem erguer. O ocorrido foi interpretado como uma “vontade” da Santa de que ali se fizesse uma capela em sua homenagem.

<sup>22</sup> A publicação do original é de 1957, sendo 1992 a data da tradução brasileira consultada.

<sup>23</sup> Convincente, evidente. Indiscutível. “apodítico”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/apod%C3%ADtico> [consultado em 20-02-2021].

Segundo Eliade (1992), o *homo religiosus* consiste-se num modo de ser no mundo, “dimensão possível da existência humana”, segundo o qual tudo está interligado pelo poder e regência do(s) deus(es); tudo tem no fim um propósito, capaz de sanar contradições e incoerências. “Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o *homo religiosus* acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui se manifesta, santificando-o e tornando-o real”. (ELIADE, 1992 p. 97). Esse “modo de ser”<sup>24</sup> é o que justifica uma comunidade encontrar na representação estatística um meio de se comunicar com uma ideia, um princípio de proteção e de concessão de bençãos. Um meio de se aproximar daquilo que intui sem poder ver.

Figura 4: Mural na Praça Sant’Ana, marco inicial de Anápolis, ilustrando a origem lendária do povoado que viria a constituir a cidade.



Fonte: fotografia do autor. (2018).

---

<sup>24</sup> A posição de ELIADE, que atribui a religiosidade como algo inerente ao humano, tem sido questionada na atualidade, que prefere reconhecer a religião como algo cultural, e, portanto, móvel, dinâmico. Essas discussões de cunho antropológico não fazem parte do escopo desta pesquisa, de modo que o autor é referenciado apenas para demonstrar aquilo que julgamos ser observável no caso aqui apresentado.

Eliade (1992) discorre ainda sobre a dimensão religiosa que possibilita o reconhecimento de espaços heterogêneos por suas características, atributos distintivos que marcam sua diferenciação daquilo a que chama “espaço profano”:

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. [...] Quando o sagrado se manifesta por uma hierofania<sup>25</sup> qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. (ELIADE, 1992, p. 17)

Todo lugar tem seu mito fundador, nos diz Eliade (1992), onde se supõe ser um *axis mundi* (centro do mundo) e nada importa que sejam infinitos centros, nenhum retira a qualidade particular do outro. O pensamento religioso também rejeita o argumento de que seja meramente a associação entre eventos de causas não inter-relacionadas.

A multiplicidade, até mesmo a infinidade dos Centros do Mundo, não traz quaisquer dificuldades para o pensamento religioso. Porque não se trata do espaço geométrico, mas de um espaço existencial e sagrado, que apresenta uma estrutura totalmente diferente e que é suscetível de uma infinidade de roturas e, portanto, de comunicações com o transcendente. (ELIADE, 1992 p. 33)

Gil Filho (2002) atualiza esse pensamento, considerando o papel cultural no reconhecimento das populações pela valorização de determinadas localidades em detrimento de outras, o que significa que não há uma qualidade intrínseca dos lugares, que independa do reconhecimento humano. “O espaço não é a cristalização do fenômeno, mas parte das possibilidades relacionais do mesmo. Assim, construímos imagens do espaço e atribuímos a elas as representações de nossa existência”. (GIL FILHO, 2002, p. 260). Afirma ainda que as qualidades físicas do espaço, suas propriedades ambientais constituem, elas mesmas, parte ativa na construção imagética e simbólica dos lugares.

Os espaços que se relacionam às concepções religiosas de suas respectivas culturas, explicitam sempre uma interação entre atributos físicos e os significados culturais, uma vez que a sociedade confere significado ao espaço segundo as características que sua cosmovisão nele reconhece; e por outro lado, o espaço é representado segundo essa mesma visão. Assim um lugar elevado (característica física) é considerado “mais perto de um deus celestial”

---

<sup>25</sup> Aparecimento ou manifestação reveladora do sagrado.

(concepção religiosa, significado e cosmovisão) e, portanto, é considerado “espaço sagrado” (representação). De igual modo, as transformações realizadas nesse lugar refletem essa representação (é erguida uma construção, ou estátua ou outro símbolo), e assim o espaço não é apenas identificado, mas também transformado a partir desse significado cultural que lhe é atribuído.

### 2.1.2 “Provavelmente”, Morro miragem

A figura 5 ilustra o núcleo inicial de Anápolis, tratando-se de uma gravura anônima, datada de 1888, que apresenta uma perspectiva do largo da Capela de Sant’Ana, tendo em destaque no canto superior direito a igreja construída no suposto local onde o ente teria se manifestado por intermédio do comportamento do animal. Machado (2009) identifica um dos elementos da imagem como sendo provavelmente o Morro da Capuava.

A imagem ilustra o largo de Santana em 1888, quando as casas foram construídas no entorno da capela de Sant’Ana, segundo o padrão da época em que as casas eram construídas com portas e janelas voltadas para a rua. **Ao fundo são visíveis duas elevações, provavelmente uma delas seja o morro da Capuava.** [...] A imagem, que é uma gravura, foi uma das primeiras representações da Freguesia de Santana das Antas, uma vez que não foram encontrados registros fotográficos sobre o início do povoado. (MACHADO, 2009. p.23) (grifo nosso)

Figura 5: Gravura do Largo de Santana, em 1888.

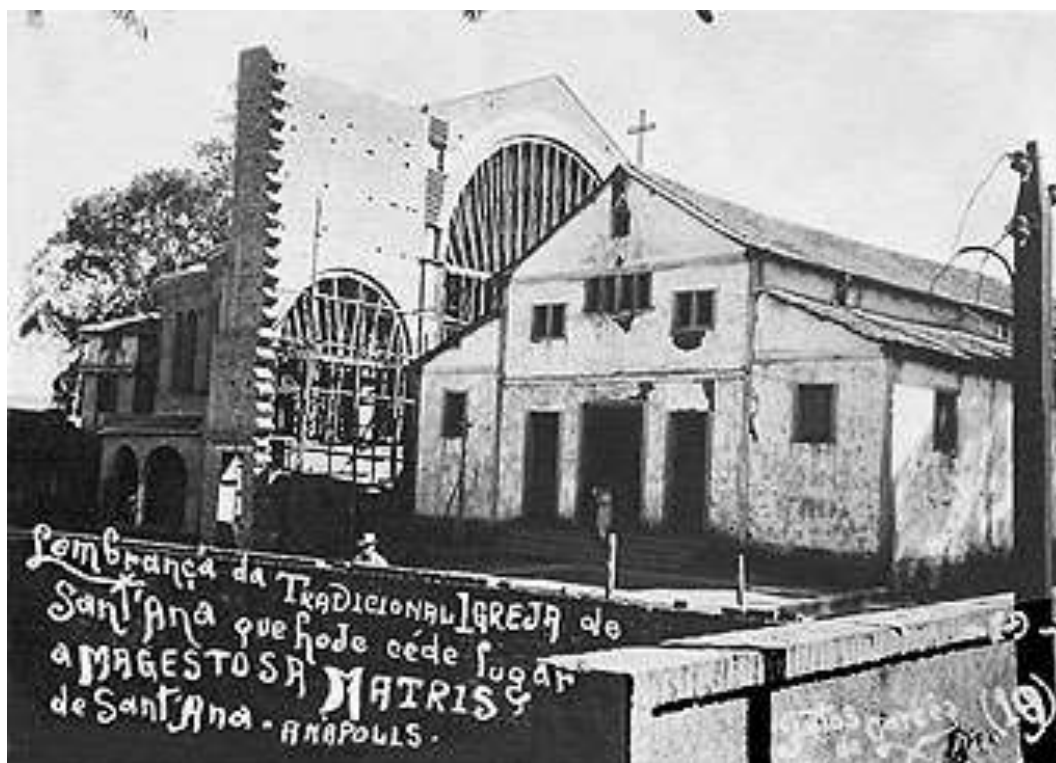


Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico de Anápolis apud MACHADO, 2009. p. 24.

É possível que o Morro da Capuava fosse considerado importante a ponto de ser representado na gravura, e isso seria um indício de que este integrava a cosmovisão do ilustrador, quiçá da comunidade. A capela inicial, porém, tinha sua fachada frontal voltada para o leste, como fica demonstrado na foto de quando a antiga igreja dá lugar à uma nova matriz, em construção<sup>26</sup> (figura 6), de modo que a posição das elevações não corresponde à orientação correta (pela gravura, estariam ao sul e o Morro da Capuava está à noroeste da igreja Sant'Ana, na realidade).

Evidentemente, se tratando de uma gravura, a imagem de 1888 não tem compromisso com esse nível de precisão; mas se o elevado representado na imagem é de fato o Morro da Capuava, é algo que pode ser questionado, partindo desse argumento a respeito da orientação geográfica da fachada da capela de Sant'Ana. Se a interpretação de Machado (2009) estiver correta, a gravura seria a primeira representação do Morro de que se tem notícia.

Figura 6 - Igreja de Sant'Ana, ampliação (década de 1940).



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico de Anápolis apud VARGAS, 2015 p. 33.

<sup>26</sup> Pelo ângulo da fotografia, apresenta-se o contraste entre o velho e o novo reforçado pela posição imponente da construção. A mudança da orientação da fachada, voltada para o norte, reconfigura a relação com a praça, uma vez que a capela voltada para o leste, em direção ao córrego das Antas, parecia já não mais corresponder aos anseios de modernização da cidade.

Assim, conservando certa distância, o agrupamento de casas que formava a Vila de Sant’Ana se desenvolvia mais ao vale do Córrego das Antas do que ao Morro da Capuava, à noroeste – este sendo ocupado por fazendas. Em uma fotografia datada de meados da década de 1920, é possível avistar o Morro no contorno do horizonte, à esquerda (Figura 7) e mostra a paisagem do município nessa época: um pequeno aglomerado de casas e a zona rural adjacente.

Figura 7: No primeiro plano a atual Rua 15 de Dezembro, esquina com a Rua 7 de setembro, como era na década de 1920. Ao fundo, avista-se o Morro da Capuava.



Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico de Anápolis apud VARGAS, 2015 p. 98.

De acordo com Castriota, “a cidade portuguesa tendia a ter um contorno impreciso, com o urbano fundindo-se lentamente no rural, à medida em que a cidade ficava menos densa quando se caminhava para a periferia”. (2009 p. 268). Nesse espaço periférico contactava-se uma ocupação de menor densidade, parcelas maiores de terrenos, constituindo “sítios” onde se observava a prática da agricultura de subsistência.

A fotografia mostra como o Morro da Capuava ficava muito mais distante da área urbana do que a gravura de 1888 dá a entender. Nessa imagem – fotografada de um ponto ao nordeste da praça Sant’Ana, núcleo inicial – percebe-se pelo trecho de terra batida e as casas

de adobe (com telhado de duas águas, portas e janelas de madeira voltadas para rua, despojadas de qualquer tipo de ornamento) um princípio de arruamento, mas um modo de organização ainda bastante rural, como era comum, à medida que se afastasse da área mais central.

Os proprietários dessas terras que margeavam essas proximidades do que hoje é o Centro Histórico de Anápolis, tiveram sua história marcada na década de 1920 por um evento geralmente associado ao Morro da Capuava – a passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes, tema do item a seguir.

## 2.2 Episódio: Passagem da Coluna Prestes (1925-26)

A passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes pelo município de Anápolis aparece atrelada ao tombamento do Morro da Capuava nos trabalhos de Silva (2010)<sup>27</sup> e Chiarotti (2011), em estudos acadêmicos voltados justamente à questão patrimonial, segundo os quais, o episódio justificaria sua relevância histórica. A principal fonte utilizada para estabelecer a relação entre o evento e o lugar é Ferreira (1979), mas o que a autora realmente menciona é um “local situado entre o Morro da Capuava e a atual Vila Jayara” (1979, p. 49), onde teria ocorrido o fuzilamento de um revoltoso no ano de 1926. Já Arimathéa (2007) narra encontro entre seu pai e Luiz Carlos Prestes no “elevado do Capuava” (2007, p.262), numa breve nota biográfica de seu livro, que reconta a história de diversas localidades anapolinas a partir de relatos orais e do senso comum sobre estes. Outros autores, como Freitas (1995), comentam a passagem sem relacioná-la diretamente ao Morro da Capuava, referindo-se a confrontos dentro da cidade (em 1926), ou sob a expressão genérica: “nas imediações”.

Cada citação referente a passagem da Coluna por Anápolis desses autores, será aprofundada adiante, com o objetivo de apresentar as referências que discorrem sobre o episódio, analisando como o mesmo foi tratado pelos memorialistas e historiadores locais e as diferentes impressões e interpretações acerca da passagem da Coluna Prestes por Goiás e especificamente por Anápolis. Optou-se preferencialmente por citações diretas, uma vez que algumas dessas obras estão esgotadas e não são tão facilmente encontradas.

De forma a ampliar a compreensão do evento além das descrições dos autores locais, utilizou-se a obra de Gomes e Montenegro (2010), que trata do movimento de 1925-26,

---

<sup>27</sup> Trecho citado na introdução deste capítulo.

concentrando seu recorte sobre o território goiano (que na época englobava também o Estado de Tocantins). O trabalho destes autores ajuda na compreensão da marcha como um todo; de como adentraram o Estado goiano (1925), os desvios e manobras, idas e retornos dos destacamentos, como procederam a fuga para o norte e igualmente sua jornada de regresso, passando novamente por Goiás no ano seguinte, utilizando-se da mesma estratégia. Para os efeitos dessa pesquisa, serão citados especificamente os trechos que dizem respeito ao território anapolino, episódios notáveis e relatos dos locais de passagem da marcha, postos em diálogo com os outros autores que, versando sobre a história municipal, abordaram também essa temática. Também é importante lembrar que os limites municipais na década de 1920 se estendiam à oeste até onde hoje se encontra Brazabrantes, territórios que foram sendo emancipados ao longo dos anos (COELHO, 2020)<sup>28</sup>.

Dessa forma, pretendemos elucidar alguns aspectos gerais desse movimento, que permitam compreender as divergências entre os relatos sobre a passagem da Coluna Prestes por Anápolis, seu percurso, como se deu, e a forma como foi incorporada à memória local.

### 2.2.1 Manter a chama acesa

Partindo do Rio Grande Sul e percorrendo o Brasil, a Coluna Miguel Costa/Prestes tinha por objetivo opor-se ao governo federal de Artur Bernardes, eleito em 1922, instituir o voto secreto e “reestabelecer os valores republicanos”. De mentalidade pequeno-burguesa, os comandantes da Coluna defendiam valores liberais, não tendo intuito explícito de estabelecer um governo popular ou debater a questão agrária, por exemplo<sup>29</sup> (PRESTES, 1991). Avançando por territórios ermos, a campanha militar utilizou-se da luta de guerrilhas – ou guerra de movimento – emboscadas e surpresas, de modo a continuar sua campanha, esperando alcançar aliados por onde passassem.

O governo federal, em reação, na tentativa de conter a Coluna, buscou aliados entre as lideranças locais, as polícias estaduais e os “coronéis do sertão”. Os chamados “Batalhões Patrióticos” eram constituídos de “provisórios”, coronéis e jagunços organizados por um chefe

---

<sup>28</sup> O território anapolino já terá sido superior ao dobro dos limites atuais.

<sup>29</sup> Luís Carlos Prestes (1898-1990), líder mais conhecido da Coluna, só viria a aderir ao comunismo em 1930, rompendo de vez com o tenentismo.

oligarca, que passavam a receber recursos do governo para agir na perseguição e no embate à Coluna Prestes. Como forma de recompensa, eram concedidas patentes nas forças armadas e a anulação de processos judiciais a que respondiam.

Não conseguindo dar combate real e efetivo a Coluna, que causava pânico por onde passava, pelo medo que a população do interior tinha de qualquer um que usasse farda (legalista ou revoltoso), e, acima de tudo, pela propaganda mentirosa e difamatória que era feita contra os “revoltosos”, o governo apelou para coronéis do sertão e seus jagunços que, cada qual, em seu domínio era senhor de “barraco e cutelo”. Nomes como Horácio de Matos, Franklin de Albuquerque, Abílio Wolney, Aldo Borges, Floro Bartolomeu, totô Caiado e outros mais, muitos deles anistiados por crimes que cometeram e pelos quais respondiam processos, tendo os seus nomes incluídos como “oficiais” de forma vergonhosa no almanaque do exército, sob o repúdio verbal ou silencioso dos que compunham aquela força de caráter nacional. (GOMES e MONTENEGRO, 2010. p. 22)

Havia uma expectativa por parte dos comandantes da Coluna de conseguir maior apoio a sua causa, de conseguir arregimentar forças o suficiente para rumar para o Rio de Janeiro, depor o presidente Artur Bernardes e iniciar um processo de regeneração da República. A campanha, porém, não conseguiu adesão numerosa entre as populações, que, amedrontadas, fugiam pela simples notícia de sua aproximação, deixando lugarejos e fazendas desertos, mas prosseguiu a campanha com o ideal de “manter viva a chama da revolução”. A ideia de força do movimento de oposição ao governo passava a contar mais com sua imagem de invencibilidade e imprevisibilidade, do que na arregimentação das populações à causa que defendiam, fazendo com que os objetivos e estratégias fossem redefinidos.

[...] diante da realidade que enfrentou, sem condições concretas de efetuar sua marcha rumo à capital federal (Rio de Janeiro), não mais procurando obter uma vitória militar propriamente dita contra os seus adversários, a Coluna se preserva, sendo concebida para “fustigar, desaparecer e renascer periodicamente. E conseguiu”. (DRUMMOND, 1999, p. 59 apud GOMES e MONTENEGRO, 2010 p. 53)

O modo de organização estratégica da Coluna, ilustra esse desejo de permanecerem em sua campanha oposicionista ao governo o mais longo tempo possível. Mesmo sem um grande número de aliados, seus líderes apostaram na “guerra de movimento” como tática militar, dividindo a tropa em destacamentos distintos, evitando o combate frontal com as forças rivais. Essa estratégia foi adotada quando os principais comandantes da Coluna Miguel Costa/Prestes chegaram à conclusão de que a guerra de posição – enfrentamento direto com forças inimigas –, mesmo em condições favoráveis, exigiria grande consumo de munição e equipamento bélico, enquanto o reabastecimento era incerto e precário. Nessa ocasião,

segundo Veiga (1992, p.41), Prestes entendia que “guerra no Brasil, seja qual for o terreno, é guerra de movimento”.

A estratégia dos comandantes resultou na forma de organização da Coluna, formada por quatro destacamentos chefiados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra, enquanto, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes vieram a assumir a direção do estado-maior, tendo Juarez Távora como seu vice-chefe. Os líderes da campanha que compunham este estado-maior iam ao centro, ladeados e protegidos pelos demais destacamentos nas quatro direções: a vanguarda, a retaguarda e agrupamentos à sua direita e à sua esquerda.

À vanguarda cabia o reconhecimento do terreno, quer em relação à vigilância das forças inimigas, quer em relação às condições da natureza, e do espaço organizado pelo homem em termos de economia, de estradas, de povoados, vilas e cidades. O grosso<sup>30</sup> da Coluna marchava no centro, comandados por Miguel Costa, por Prestes, Juarez e demais oficiais do Estado-Maior. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p.49)

A estes destacamentos cabia o reconhecimento do território, traçando táticas de evasão com o objetivo de confundir as tropas federais adversárias e invalidar as informações que estas obtinham, impedindo sempre o conhecimento de sua posição em tempo real. “Foram marchas e contramarchas, com a finalidade de confundir o inimigo, de combater-lo com escaramuças seguidas de avanços e recuos estratégicos, de proteger o corpo principal da Coluna em suas marchas e aquarteladas em fazendas.” (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 49)

Esse tipo de tática, obrigava os destacamentos da Coluna a alterarem constantemente sua rota. “As assim chamadas ‘potreadas’ eram patrulhas chefiadas por um oficial ao qual era confiado também o abastecimento, via apossamento de cavalos e cabeças de gado, que também exerciam a vigília do terreno e a identificação da aproximação das forças rivais.” (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p.41). A estratégia adotada garantiu a duração temporal e amplitude espacial alcançada pela Coluna.

Gomes e Montenegro (2010, p.134) comentam que houve vários casos de civis goianos que se incorporaram aos quadros de combatentes da Coluna (Atanagildo França e Coronel Filogênio de Carvalho, de Rio Verde; Olívio de Souza, de Catalão; padre Manoel de Macedo,

---

<sup>30</sup> A expressão “o grosso”, para referir-se ao Estado-Maior é empregada por Klinger – major incumbido de combater os colunardos – em correspondências oficiais, conforme será citado adiante.

da Cidade de Goiás; médico Elphenor de Oliveira de Pouso Alto; Joaquim Câmara Filho, entre outros). Esses autores citam trecho de entrevista do chefe da Coluna, Cordeiro de Farias, que relata os efeitos positivos da adesão desses “voluntários” nos destacamentos, uma vez que emprestavam seu conhecimento sobre o território.

Nos quatro destacamentos foram introduzidos goianos. Um grupo relativamente grande, de gente habituada às lidas referidas e que, pela experiência, sabiam improvisar condições de sobrevivência utilizando-se dos recursos do meio rural com o emprego de métodos de seus antepassados. (GOMES, MONTENEGRO. 2010 p. 135)

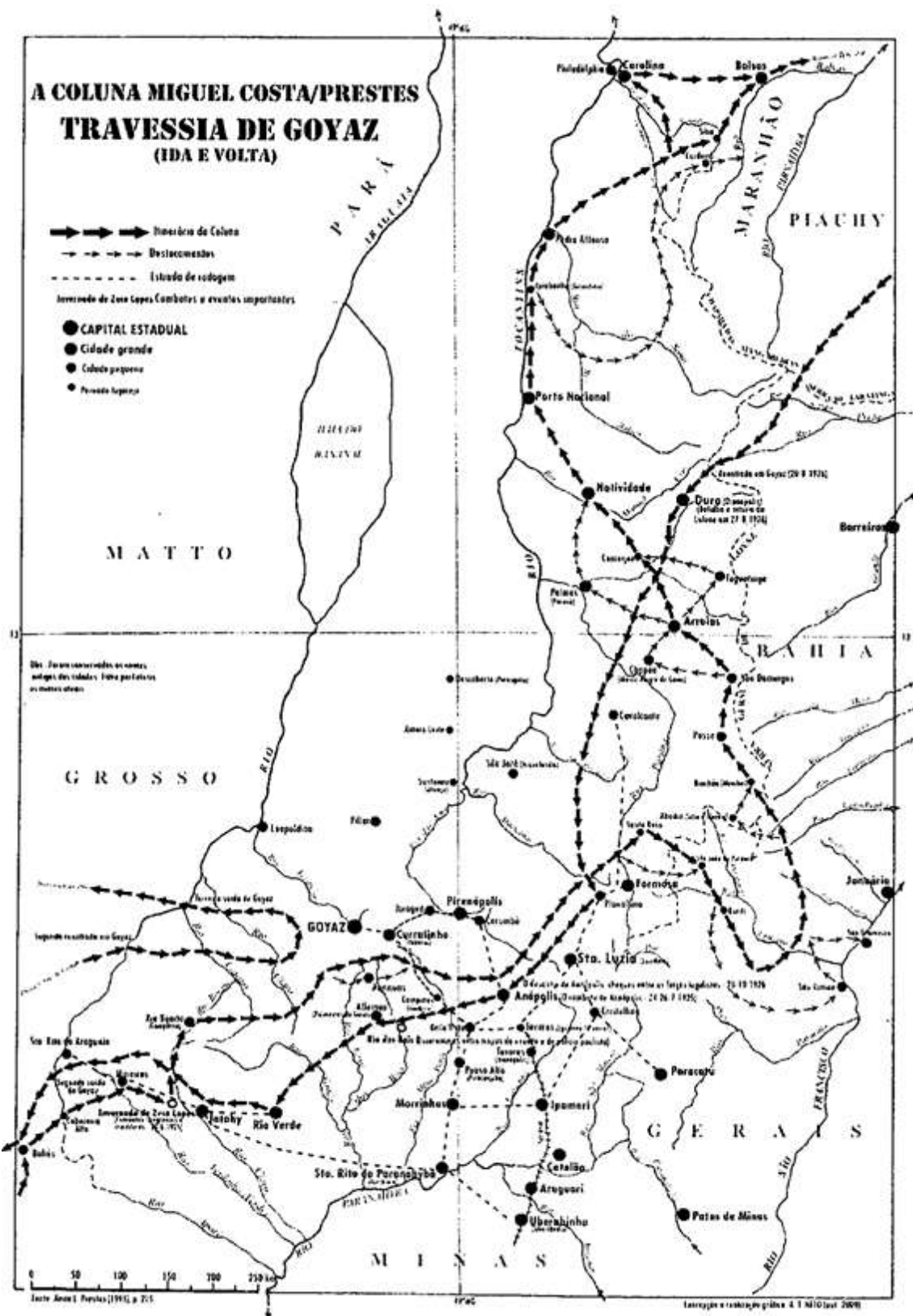
Fica demonstrado que, apesar da propaganda negativa do governo, a Coluna contou com a colaboração desses membros locais, que ajudaram a construir um mito de heroísmo em torno de seus combatentes e de seus feitos. Não se descartam os exageros em relação ao número de homens e ao poderio bélico e o elemento fantasioso das aventuras contadas com episódios de valentia, de enfrentamento a bandoleiros, que deviam conquistar a admiração dos sertanejos. Esse sentido heroico fica demonstrado pela alcunha de “Cavaleiro da Esperança”, dada ao líder da Coluna.

### 2.2.2. Em trânsito / o condenado à morte

Em 23 de junho de 1925, a Coluna Prestes adentrou o Estado de Goiás pelo sudoeste, na divisa com o Mato Grosso, e percorreu diversas localidades avançando em direção à então capital, atual Cidade de Goiás. Importantes confrontos se deram em território goiano, como em Jataí e Mineiros (fazenda Zeca Lopes), Rio Verde e na capital Cidade de Goiás. Da capital seguiram para Pirenópolis, tendo permanecido brevemente na Fazenda Babilônia. Episódios de combate em Anápolis são relatados tanto em 1925 (marcha em direção ao nordeste), quanto em 1926, regressando do nordeste em direção a fronteira com demais países latinos, em busca de exílio.

A primeira passagem por Anápolis teria ocorrido no período de 24 a 26 de julho de 1925, quando se deu o chamado “O Combate de Annápolis”. No ano seguinte, voltando da região nordeste e rumando no sentido sul em direção ao Mato Grosso, se dá “O desastre de Annápolis: choques entre as forças legalistas” na data de 26 de outubro de 1926, como é indicado na Figura 8 - “Travessia de Goyaz (ida e volta)”.

Figura 8: Deslocamentos percorridos pela Coluna, nas rotas de “ida e volta”, baseada nos croquis e memórias de ex-combatentes, notadamente de Juarez Távora, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes.



Fonte: PRESTES, 1991, p 215 apud GOMES, MONTENEGRO, 2010 p 132)

Destacando a importância das fazendas para o abastecimento das tropas Gomes e Montenegro (2010) comentam que

A principal razão que manteve a Coluna invulnerável em sua marcha histórica pelo interior do Brasil, portanto em condições de fazer a guerra de movimento e refazer-se das perdas sofridas; de gozar de momentos de descanso merecido; de obter alimentação suficiente para suprir suas necessidades vitais, principalmente a carne de churrasco tão ao gosto dos gaúchos que engrossavam as forças dos revoltosos; de refazer a tropa com novos animais de montarias, descansados; de cuidar dos feridos, foi sem dúvida, **o pouso nas fazendas e retiros** ao longo de todo o itinerário percorrido pelos destacamentos da Coluna, nos territórios dos quatorze estados brasileiros por onde ela transitou. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 93-94) (grifo nosso)

Considerando essa importância, Gomes e Montenegro (2010) apresentam uma relação das fazendas que serviram de local de pouso e passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes. As fontes e depoimentos que fundamentam o relato dos autores, para cada uma das fazendas e localidades mencionadas, não foram explicitados. Igualmente, não se pode afirmar que a sequência apresentada corresponde exatamente ao percurso espaço-temporal da Coluna (até porque os vários destacamentos faziam, cada qual, sua rota, separadamente).

No levantamento parcial que fizemos da passagem da Coluna pelo estado de Goiás (na época Goiás e Tocantins), constatamos mais de cem fazendas e retiros visitados pelos revoltosos. [...] No geral, devido a Coluna se preservar pela “guerra de movimento”, prevaleceu a pouca estadia nas propriedades rurais. [...] Para se ter uma visão mais detalhada do conjunto das fazendas de gado distribuídas no trajeto da grande marcha empreendida pela Coluna no estado de Goiás – que no dizer de João Alberto “eram encontradas à distância que não excediam de vinte quilômetros com casas coloniais de pedra, mal conservadas mas oferecendo boa pousada à tropa que acampava nas pastagens da cercania da sede” (BARROS, 1953, p. 115) –, pesquisamos nas fontes escritas, nos roteiros e croquis, nos mapas, nas falas com os entrevistados e registramos, na marcha de ida, as seguintes propriedades rurais distribuídas pelo território goiano [...]. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 96-97)

Como parte da estratégia da guerra de movimento, o percurso era muitas vezes contraintuitivo, motivado pelas fugas e aparentemente sem roteiro, sendo também referido como “manobra do laço húngaro”, devido as idas e voltas pelo território percorrido (figura 8). Foi assim que, partindo da capital, Cidade de Goiás, estiveram antes em Pirenópolis (Fazenda Babilônia) e só depois fizeram sua incursão por Anápolis (recuando para o sul), de onde seguiram para a atual região do Distrito Federal (retomando novamente a direção para nordeste) e, posteriormente, rumo aos Estados de Minas Gerais, Bahia e Tocantins. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 177). É o que demonstra o levantamento dos locais de passagem e estadia da Coluna Miguel Costa/ Prestes por Anápolis, no ano de 1925:

Nesta ocasião, o Senador Ramos Caiado<sup>31</sup>, alegando falta de gasolina e estando suas forças em diligências rumo à Goiabeiras (Inhumas), solicitou ao comando das forças de Anápolis o envio de um pelotão de guerra para defender Pirenópolis, ameaçada pelos rebeldes acampados na fazenda Babilônia. Acampamento na fazenda Tristão Mendes, nos arredores de Anápolis; Fazenda Cachoeira, de grande porte, situada no município de Anápolis, propriedade de José Gomes de Paula, possuindo cerca de 50 trabalhadores rurais, e rebanho superior a 1.000 cabeças, além de inúmeras montarias, alambique e outros aviamentos de produção artesanal; Fazenda São Felipe, situada a três léguas da cidade de Anápolis, local onde ocorreu combate com as forças de Klinger; Fazenda Brejo da Anta, situada às margens do ribeirão das Antas, afluente do Corumbá; De Anápolis, a Coluna passa por Santo Antônio do Descoberto penetra em terras e fazendas do atual Distrito Federal, e faz incursão em Minas Gerais [...]. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 100)

Ferreira (1979) também comenta a adesão de anapolinos à marcha. Pelo relato da autora, o próprio estado-maior da Coluna esteve na localidade, embora o indicativo da localização seja bastante impreciso, definido apenas como “cercanias de Anápolis”. É possível também inferir a percepção dos cidadãos para com os colunardos, pelo nome por meio do qual eram referidos, segundo a autora.

Em julho de 1925, a Coluna Miguel Costa-Prestes, em sua arrancada para o Norte do País, esteve nas **cercanias de Anápolis**. Formavam essa coluna: – o comandante general Miguel Costa, coronel Luiz Carlos Prestes, os tenentes-coronéis Antônio de Siqueira Campos, Juarez Távora, Major Paulo Kruger da Cunha Cruz, major Manuel Lira Nascimento, os capitães Emídio Miranda, Ari Salgado Freire Trifino Correia, Ítalo Landucci, os tenentes João Pedro, Nelson Machado e Sadi Vale Machado. Além do Dr. Pinheiro Machado e de soldados rasos, faziam parte da coluna **os civis que aderiram ao movimento**. A todos, o povo dava o nome de “Revoltosos”. (FERREIRA, 1979, p. 47-48) (grifo nosso)

Gomes e Montenegro, também ressaltam a participação de cidadãos anapolinos que vieram a integrar as tropas da Coluna: “[...] o Sr. João Mariano, e muitos outros trabalhadores de fazendas, como alguns da fazenda Catingueiro, em Anápolis, que seguiram a marcha por caminhos percorridos pela Coluna.” (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 134) E em outro trecho, inclusive citando a historiadora e jornalista Haydée Jayme Ferreira, menciona: “Na passagem da Coluna, em 1925, pelos arredores de Anápolis, [...] a mesma acampou na fazenda de Tristão Mendes, ocasião em que um jovem trabalhador da fazenda Catingueiro pediu sua incorporação à tropa.” (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 173)

---

<sup>31</sup> “Totó” Caiado, um dos “coronéis do sertão”, tinha sobre seu comando um Batalhão Patriótico para combater os rebeldes da Coluna.

Ferreira (1979) conta que, à mando de Prestes, um soldado foi condenado à morte devido a um homicídio que cometera em fazenda em Anápolis. Essa narrativa coincide com a conduta do comando central da Coluna, que – mesmo diante da impossibilidade de fiscalizar todos os integrantes da marcha, que incluía cidadãos-comuns e até bandoleiros que se juntavam aos destacamentos mais pela aventura do que pela “causa” – determinavam duras penalidades sempre que tomavam conhecimento de descumprimento às normas estabelecidas.<sup>32</sup> “No “Engenho da Serra” um soldado matou, inutilmente, o fazendeiro José Mendes, pai do ex-vereador José Lourenço Mendes. Luiz Carlos Prestes, como punição àquele assassinato, mandou fuzilar o soldado imediatamente.” (FERREIRA, 1979 p. 48)

O acontecimento mencionado por Ferreira (1979) é também narrado por Gomes e Montenegro (2010), porém, o assassino é descrito como cidadão civil anapolino, provavelmente um entre os “trabalhadores de fazendas” recém-ingressado na campanha. Nos demais pontos, a narrativa coincide.

Após vários dias, para dar proteção ao retorno dos homens da comissão<sup>33</sup>, escoltando-os até a fazenda de José Gomes de Paula, aconteceu um fato imprevisto. Antes, os homens da Coluna haviam acampado, para pouso e refeição, na fazenda Engenho da Serra, de propriedade de José Mendes, irmão de Tristão. Pois bem, o jovem que ingressara na Coluna no dia anterior, pressupondo, talvez, estar protegido no meio dos revolucionários, assassinou o proprietário José Mendes, deixando viúva sua mulher, e sem a proteção do pai, o filhote do casal, sem que se conheça a causa da vingança. Consta que Prestes determinou a imediata execução do criminoso. (GOMES e MONTENEGRO, 2010, p. 174)

A referida Fazenda Catingueiro, é mencionada como parte das glebas do que viria a ser o Cemitério São Miguel<sup>34</sup> (FREITAS, 1995 p. 25), portanto é um indício da presença dos destacamentos da Coluna em fazendas situadas à noroeste do município, portanto próximas do Morro da Capuava. Catingueiro também é o nome de um dos córregos que margeiam a encosta do Morro da Capuava. Só não é possível atestar que o Morro estivesse circunscrito no limite de propriedade desta fazenda – ou de alguma outra das que foram citadas.

---

<sup>32</sup> Gomes e Montenegro (2010) apresentam cartas do alto comando da Coluna aos destacamentos, condenando a desordem, o roubo que não ocorresse por motivo de subsistência, a embriaguez, a violência cometida às mulheres, entre outras más-condutas, e recomendando a punição àqueles que fossem flagrados cometendo tais atos.

<sup>33</sup> Comissão de anapolinos que buscaram mediar para que a Coluna não adentrasse a cidade. Tema do item a seguir.

<sup>34</sup> Ver item 2.3. Marco (fictício): Intenção de um Cristo Redentor (1967)

Ferreira (1979) menciona ainda os saques às propriedades, pelo que eram temidos pela população, o que incluía a captura de animais para locomoção e alimentação. A alegação para justificar tais ações era de que equivaliam a um imposto de guerra, e algo necessário para o avanço da campanha. “No município de Anápolis, além de saques em dinheiro, animais, roupas de uso, capas etc., mataram grande número de reses e suínos...’Na fazenda de José Gomes de Paula pernoitaram de 24 para 25 de julho, causando grandes prejuízos.” (FERREIRA, 1979 p.48)

Avançando sua narrativa sobre a passagem da Coluna por Anápolis, Ferreira (1979) oferece um relato que ilustra o catolicismo popular e o caráter profundamente devoto da população local. Os detalhes presentes no relato da autora (nomes de civis e militares e os momentos do dia dos acontecimentos), dão indícios de que foram diferentes incursões que estiveram presentes no município: do Comando Central da Coluna e de outros dois destacamentos (o que estava sob comando de Siqueira Campos e o chefiado por Cordeiro de Farias), além das tropas governistas que buscavam combater o movimento.

Passaram os revoltosos pela fazenda de D. Antônia de Jesus Parente Bastos, viúva de Acácio Bastos. Nessa fazenda, além da criação de gado e suínos, havia uma loja cujo estoque se compunha de secos e molhados, tecidos, roupas feitas, chapéus, arreios e produtos farmacêuticos.

Segundo narração de Maria Zoé Bastos Batista, filha de D. Antoninha – o Coronel Luiz Carlos Prestes chegou ali de manhã, coberto por um poncho, que não passava de um cobertor, com um buraco no centro. Perguntou à sua mãe se ela dispunha de alguma proteção para a sua casa. A fazendeira mostrou-lhe uma medalha com a efígie de Nossa Senhora, dizendo-lhe: – ‘Minha proteção é esta...’

O Cel. Luiz Carlos Prestes postou uma sentinela na porta da frente e outra na dos fundos da casa, para que a família não fosse molestada.

Mandou que se jogasse fora toda a cachaça estocada na casa, para evitar que seus soldados se embriagassem. Mataram 14 reses e alguns porcos, dos quais comeram as melhores postas e estocaram algumas para a continuação da jornada.

Às 18 horas seguiram viagem, sendo que Prestes comprou algumas camisas, cobertores e vinhos, pagando, por tudo, a quantia de um conto e quinhentos mil réis. (FERREIRA, 1979 p.48)

Pela narrativa de Ferreira (1979), o destacamento liderado por Siqueira Campos se deu posteriormente à de Prestes na propriedade de D. Antônia de Jesus Parente Bastos. A abordagem utilizada por este destacamento difere bastante da que é narrada em relação à Prestes.

À noite chegaram Siqueira Campos, ‘um tal de Hermenegildo’ e outros. Estes fizeram um verdadeiro saque: tomaram todo o dinheiro de D. Antônia, além de rasgarem até os colchões e as bonecas de Zoé, à procura de ouro e dinheiro, que supunham ali escondidos. (FERREIRA, 1979, p.48)

De fato, cabia ao destacamento de Siqueira Campos a maior parte das “requisições” feitas aos moradores das localidades pelas quais passavam. Prestes (1991) e Gomes e Montenegro (2010), justificam os possíveis excessos cometidos, dado que o que fosse arrecadado seria posteriormente distribuído a toda a marcha de combatentes.

Na maioria das vezes, os comandantes, principalmente Siqueira Campos, com um efetivo reduzido de 40 a 80 homens fazia incursões relâmpagos às cidades próximas do caminho a ser percorrido pela Coluna, destinados ao reconhecimento da localização do inimigo; à busca de aparelhos de transmissão de mensagens (telefones e telégrafos); à busca de bens materiais, em dinheiro e espécies (alimentos, remédios, calçados, tecidos), confiscados sob a forma de “imposto de guerra”. Nas fazendas, principalmente de montarias e alimentos. No ato da requisição de bens de comerciantes e fazendeiros, às vezes, de moradores particulares, indispensáveis à manutenção da tropa, o comandante da operação passava um recibo<sup>35</sup> assinado por ele próprio ou por Prestes, como garantia de que o confisco seria pago após a vitória do movimento libertador. Foi a única maneira encontrada pelo comando militar da Coluna para justificar o ato de apreensão de bens e valores de cidadãos nas cidades visitadas. É importante assinalar que as forças legalistas, em várias ocasiões, agiram da mesma forma. (LIMA, 1988 apud GOMES, MONTEIRO, 2010, p. 90)

Uma pequena área comercial é noticiada no alto da Avenida Tiradentes, próximo ao Morro da Capuava, segundo Batista (2010, p. 79)<sup>36</sup>; armazéns aos moldes do que é narrado sobre a propriedade de “Dona Antoninha”. A informação do valor pago por Prestes à comerciante é também um argumento em favor da conduta do comando da Coluna Miguel Costa/ Prestes: os pagamentos realizados dão prova da boa intenção de indenizar fornecedores de tropas e mantimentos, imprescindíveis à continuidade da campanha. Um dos efeitos da Coluna Miguel Costa/ Prestes foi justamente provocar por onde passavam o intercâmbio entre campo e cidade, metrópole e sertão, promovendo intersecções culturais e o conhecimento da realidade do povo do interior do país.

[...] o papel mais significativo representado pelas fazendas espalhadas, principalmente pelo interior do Brasil, foi sem dúvida o fato de possuir diversas ‘unidades domésticas artesanais’ e dependências, que durante século e séculos abasteceram as populações das nossas comunidades, tanto no meio rural quanto no meio urbano, em vista que, até recentemente, havia uma concreta interdependência entre as atividades do campo e dos nossos povoados, vilas e cidades, cujas funções produtivas e de consumo, se complementavam. (GOMES, MONTEIRO, 2010 p. 95)

<sup>35</sup> Era o expediente das “requisições sumárias” a serem pagas com “bônus revolucionário” sem dinheiro ou crédito. É claro que esses recibos ou bônus não tinham qualquer valor, inclusive se costumava mandar que se cobrasse o governo federal pelo pagamento e evidentemente aqueles que recebiam geralmente acabavam jogando fora o documento.

<sup>36</sup> Ver item 2.3. Marco (fictício): Intenção de um Cristo Redentor (1967)

### 2.2.3. A Trégua (frustrada), “saudações mui cordiais”

À época da marcha, o discurso oficial valeu-se do medo das populações para desmoralizar a campanha e minorar as adesões ao movimento. Entretanto, confrontados em seus valores tradicionais, indivíduos e povoados interioranos reagiram de maneiras diferentes à aproximação da Coluna Prestes. Pela sua dispersão no território, a baixa densidade e a situação de precariedade em que viviam, a Coluna foi muitas vezes encarada como uma mazela adicional aos povoados por onde passavam. Mas ao contrário do que era professado pelos veículos pró-governo da época, os combatentes da Coluna não eram os únicos a vilipendiar propriedades rurais e comerciais.

Por um lado, os revoltosos, famintos cansados de vagar pelos ermos do interior do Brasil. Por outro lado, os legalistas, na maioria “voluntários” agarrados a laço para desbaratar as forças rebeldes. Acrescentados pelos aproveitadores e desordeiros que, interessados nos saques, voluntariamente vinham engrossar as fileiras do governo. Os legalistas, pelo que eu pude apurar, eram mais temidos, por sua arrogância e desmandos. Agiam em nome da lei, eram, portanto, mais perigosos, assim pensava o povo pacato e humilde [...]. (LIMA, 1988 apud GOMES e MONTEIRO, 2010. p. 90)

Documentos e depoimentos atestam que a população de Anápolis, amedrontada, tentou, através de alguns representantes entre seus cidadãos, negociar com o comando da Coluna para que pousassem a cidade. Ferreira (1979) narra este acontecimento, incluindo os nomes desses moradores anapolinos.

Quando os revoltosos estavam acampados na fazenda de Tristão Mendes, uma comissão de anapolinos foi a seu encontro, a fim de lhes pedir que não entrassem na cidade e nem molestassem as famílias. Compunha-se tal embaixada de: José Fernandes Valente, Benedito Ramos, Zaqueu Crispim, Joaquim da Costa Ferreira e Ditinho Ricardo. Para o regresso à cidade, foi-lhes dado salvo-conduto. Perseguidos pela polícia mineira, os revoltosos tomaram o rumo Norte do País. (FERREIRA, 1979, p. 49)

Gomes e Montenegro (2010) também tratam da “comissão de anapolinos” que foram ao encontro do Comando da Coluna, para negociar e “interceder junto a Prestes para que não houvesse a ocupação da cidade de Anápolis”. Continuam dizendo que “o comandante da Coluna além de concordar com a proposta de paz, atendendo ao pedido das famílias, redigiu

um salvo-conduto” para que regressassem como porta-vozes. Os autores apresentam o seguinte documento<sup>37</sup>, assinado pelo alto comando da Coluna e dirigido à comunidade anapolina.

Salvo-conduto / Forças Revolucionárias / Q.G. da Divisão

Tem permissão de voltar à cidade de Anápolis os Srs. Zacheu Crispim, José Fernandes Valente, Benedito Ramos e Joaquim da Costa Ferreira, todos residentes na referida cidade.

Esses senhores que, comissionados pelas famílias de Anápolis, vieram ao encontro das forças revolucionárias, no dia 23 do corrente, pedir ao seu chefe que evitasse um encontro armado dentro da cidade, somente hoje, 25 devido aos encontros de vanguardas e de patrulhas, puderam abandonar as ditas forças. Às dignas famílias de Anápolis, apresentamos, por intermédio de seus representantes, saudações mui cordiais, esperando que bem ajuízem dos sentimentos que nos têm animado, ao trocar uma vitória certa pela justa satisfação de não derramar sangue de pessoas indefesas.

Fazenda Cachoeira, 25/07/1925

General Miguel Costa, Coronel Luiz Carlos Prestes, Tenente-coronel Juarez Távora. (GOMES e MONTENEGRO, 2010 p. 173-174)

Outra fonte documental utilizada por Gomes e Montenegro (2010) são os diários de Moreira Lima, combatente e testemunha ocular dos fatos ocorridos:

Relata Moreira Lima no seu diário de campanha que, no dia 23 de julho de 1925, a Coluna acampou na fazenda São Felipe, localizada nas proximidades da cidade de Anápolis, aproximadamente, a três léguas de distância. E que, à tarde desse mesmo dia, o Q. G.<sup>38</sup> foi procurado por uma comissão constituída por cinco comerciantes da cidade<sup>39</sup>, que pediram em nome das famílias anapolinas, que “nos abstivéssemos de entrar nela, afim de ser evitado um possível combate ali com alguma força inimiga que chegasse durante a nossa estadia”. (LIMA, L. M., 1979, p.177) O Q. G. atendeu o pedido dos anapolinos e, no dia seguinte, 24 de julho, os destacamentos da Coluna levantaram acampamento, tendo Cordeiro de Farias e seus homens assumido a posição de vanguarda. **Entretanto, ao sair de uma travessia de mata densa, depara com uma força inimiga comandada pelo major Klinger, que ocupara a estrada.** (GOMES e MONTENEGRO, 2010 p. 174-175) (grifo nosso)

Klinger também comenta em seu diário de campanha sobre o que ele chama “A Manobra de Anápolis”, ocorrida entre os dias 19 e 25 de julho de 1925. Diz ele:

---

37 Os autores, infelizmente, não informam a fonte ou arquivo no qual este documento se encontra.

38 Q. G. equivale a quartel-general, local de trabalho do oficial-general e seu estado-maior, de onde se expedem as ordens de operações militares.

39 Observar que o salvo-conduto é emitido da “Fazenda Cachoeira”, que seria de propriedade de José Gomes de Paula. Ferreira (1979) afirma, porém, que foram procurados pela “comissão de anapolinos” na Fazenda de Tristão Mendes.

A 23, S Ex. [...] punha à minha disposição uma Cia. Do 2º Btl. Da F. P. Gaúcha, que estava lançada para Anápolis [...]. No mesmo dia, ainda providenciei para que não viesse mais tropas ao meu encalço, desde Ritaíba [Santa Rita do Paranaíba]. Já eu tinha bastante força, mormente reforçado pela Cia. Gaúcha [...].

Acantonadas na cidade as forças, mineira e gaúcha, fui de auto reconhecer os arredores para instalação defensiva [...]. **As duas direções importantes da cidade de Anápolis (antiga Antas), na situação, eram a do Norte e do poente.** Nesta ficou a força gaúcha que distava uns 2km da saída oeste da cidade, naquela a mineira que ficava junto À saída Norte da cidade. O meu Posto de Comando ficou indicado na capela do cemitério, mais próximo da força mineira [...]. Antes da nossa chegada a Anápolis, o comércio mandara uma comissão ao encontro dos rebeldes para lhes oferecer uma contribuição pecuniária em troca de pouparem a cidade. Um dos seus membros chegou ontem à noite a Tavares<sup>40</sup> e diz que toda a comissão foi posta em liberdade. Sua informação reconfirma que ali estava o grosso. Um dos nossos soldados extraviados está preso.

NOTA – Essa comissão afirmou aos rebeldes que Anápolis não estava guarnecida, convicta de que essa era a verdade. Depois, porém, os rebeldes souberam que haviam chegado forças a Anápolis e isso custaria a vida aos membros da comissão, se não tivesse chegado **um outro portador<sup>41</sup>, mandado ao seu encalço, para retificar tal informação** [...]. Ontem tivemos encontro duro em Anápolis. Perdi 4 caminhões e um morto. Era o grosso dos rebeldes. Todos transpuseram a estrada do Norte da cidade, rumo ao nascente. A cidade nada sofreu. Sigo para Santa Luzia e Planaltina, Sds. (KLINGER, 1949, p. 206-207, 231, 244-46 apud GOMES e MONTENEGRO, 2010 p. 175-176) (grifo nosso)

A narrativa de Klinger revela a atuação de uma rede de mensageiros, que antecipavam informações, mesmo a distâncias consideráveis. Revela ainda que a comissão de anapolinos agiu de boa-fé, acreditando que Anápolis estivesse desprotegida, não sabendo que as tropas governistas se aproximavam. Porém, com o avanço das forças legalistas, o comando da Coluna poderia julgar os anapolinos como traidores, sendo a oferta monetária em troca da proteção da cidade, na verdade, uma emboscada. O mensageiro que chega em seguida avisa que as forças legalistas tinham acabado de chegar em Anápolis. Esse aviso contribuiu para que o comando acreditasse nos comerciantes e impediu que a Coluna caísse numa armadilha.

Arimathéa (2007), faz um depoimento que envolve uma curiosidade familiar: citando Iron Junqueira, afirma ter sido seu pai, José Ferreira da Silva (“Juca Serrador” ou “Juca Ferreira”) o responsável por avisar Luís Carlos Prestes da aproximação das tropas que intentavam aprisioná-lo. Uma vez que seu nome não consta no salvo-conduto, nem na citação

---

<sup>40</sup> Atual Vianópolis, ponto final da estrada de ferro naquela época.

<sup>41</sup> É bastante possível que esse portador da retificação da mensagem, seja José Ferreira da Silva, conforme se verá adiante.

de Ferreira (1979), é possível que este seja o “outro portador”, a que Klinger faz menção na citação anterior, e que teria assim livrado os demais da suspeita de conspiração.

Permitam-me os meus leitores apresentar-lhes o meu grande vulto: JOSÉ FERREIRA DA SILVA – meu pai! Sobre seu Juca Serrador, relata o grande poeta, escritor e humanista Iron Junqueira<sup>42</sup> – quando da passagem da Coluna Prestes por Anápolis –, sua população sentindo-se ameaçada resolveu mandar um emissário até ao comandante Luiz Carlos Prestes para alertá-lo do grande perigo da invasão: Aí... Um homem rompia a cavalo o pedregoso elevado do Capuava, naquele tempo distante do povoado de Sant’Ana, [...] para avisar a Carlos Prestes que a Tropa de Minas estava chegando para um combate inevitável, e seu Juca Ferreira foi o mensageiro da comunidade local. Com isso, o chamado “Cavaleiro da Esperança” empreendeu fuga deixando na pressa, um soldado ferido que fora capturado e [...] levado [...] a um local conhecido como Cerrado, hoje Nerópolis, onde foi fuzilado... (ARIMATHÉA, 2007 p. 262-3)

Desse modo, Arimathéa (2007) em seu depoimento, além de indicar a possível identidade desse homem responsável por retificar a informação sobre as tropas que chegavam; aproxima o Morro da Capuava e o comando da Coluna, personificado na figura de Luiz Carlos Prestes, indicando a presença dos “revoltosos” não apenas nas fazendas nas imediações da cidade, mas possivelmente sua presença no próprio morro, talvez valendo-se estrategicamente de sua posição, da amplitude visual que sua topografia oferece do entorno, para se precaver de ataques inesperados das frentes policiais contrárias ao movimento<sup>43</sup>.

Assim, embora o comando da Coluna tenha acatado o pedido dos anapolinos, trava-se combate entre o destacamento de Cordeiro de Farias e os integrantes das forças legalistas comandadas pelo Major Klinger, “à distância de uma hora da cidade”, em sítio descrito como Fazenda São Felipe. (Gomes e Montenegro, 2010, p. 97)

#### 2.2.4 Combate: A manobra de Anápolis

Uma vez surpreendidos, “o combate é inevitável”, e a batalha travada “dura das onze até as dezesseis horas.” A estratégia da “guerra de movimento” – muito mais favorável e eficaz para os objetivos dos rebeldes – eventualmente dava lugar ao choque direto. A conta dos

---

<sup>42</sup> Escritor anapolino de livros e colunista de jornais. A publicação onde se encontra tal referência não foi explicitada.

<sup>43</sup> Não está descartada a possibilidade de que o autor tenha dramatizado a situação, valendo-se de memórias pessoais mescladas à narrativa popular sobre o evento.

soldados derrubados e a pretensa vitória no combate diverge conforme o narrador. A única convergência entre os relatos parece ser a apropriação pelos colunardos de armas, munições e caminhões das tropas bernardistas, que é admitida pelo próprio Major Klinger. Cordeiro de Farias afirma que houve “muitas perdas de vidas em seu destacamento”, enquanto Moreira Lima, de forma ostentosa, narra que

Os caminhões bernardistas foram todos capturados, menos três, que os adversários incendiaram. A nossa linha avançou contra o inimigo, obrigando-o a internar-se em completa debandada na mata que ficava à sua retaguarda. Fizemos vários prisioneiros e apreendemos diversos caminhões, armas e munições, inclusive um fuzil-metralhadora. Apenas tivemos um morto, enquanto que o adversário perdeu de dez a quinze homens. Ao prosseguirmos a marcha, uma imensa coluna de fumo e fogo elevava-se vitoriosamente para o alto, açoitada pelo vento. Eram os caminhões inimigos que ardiavam. (LIMA, 1979, p. 178 apud GOMES e MONTENEGRO, 2010 p.175 -176)

As tropas comandadas por Klinger estavam muito mais condicionadas à infraestrutura de estradas, uma vez que era composta de automóveis, enquanto os colunardos marchavam à montaria. A tática utilizada foi de cercar as tropas legalistas, por meio de um destacamento liderado pelo tenente-coronel João Alberto, que, alterando sua posição, veio a “ocupar determinada curva da estrada, afim de impedir a retirada do adversário. O inimigo, percebendo essa manobra, tenta escapar, mas não consegue êxito, à exceção de um auto que conduzia o médico da força legalista.” (Gomes e Montenegro, 2010, p. 175). Da cidade de Posse de Goiás, em de setembro de 1925, o comando da Coluna, emite carta a João Batista Lusardo<sup>44</sup>, contando os combates recentes ocorridos, entre os quais, o da cidade de Anápolis.

[...] Depois da última carta que lhe dirigimos – vai já para dois meses – apenas tivemos quatro encontros com as tropas do governo – verificou-se o primeiro a 24 de julho, nas cercanias da cidade de Anápolis (Goiás) então ocupada por forças policiais mineiras. Começou o encontro às 11 horas entre as patrulhas da força ocupante e a vanguarda do 1º destacamento (tenente-coronel Cordeiro de Farias). Dele participou mais tarde, uma flanco-guarda destacada pelo 2º destacamento (tenente-coronel João Alberto). Os combatentes parciais prolongaram-se até às 14 horas, sendo as forças inimigas completamente desbaratadas. No campo de combate, ficaram abandonados pelo adversário, 5 caminhões, automóveis para transporte de forças, 2 cunhetes de munição, um fuzil-metralhadora e vários fuzis Mauser. O inimigo teve cinco mortos, deixando dois prisioneiros. [...] (LIMA, 1979 p. 190 apud PRESTES, 1991, p. 436)

---

<sup>44</sup> Deputado no Distrito Federal, correspondente do comando da Coluna Miguel Costa/Prestes e opositor de Artur Bernardes.

Pela batalha em Anápolis, Klinger, revela sua desilusão de poder fazer frente à Coluna, reafirmando sua posição por uma solução política do conflito. O comando da Coluna, no entanto, já havia recusado propostas de negociação anteriores.

Ontem livramos Anápolis e tivemos sério choque do nosso reconhecimento ao Norte da cidade, onde o grosso dos revolucionários atravessou rumo ao nascente<sup>45</sup>. Perdemos 4 caminhões e tivemos um soldado morto<sup>46</sup>, causando várias baixas. Estou aqui (Tavares), em marcha para Santa Luzia, talvez Planaltina ou Formosa. Quanto dar última palavra, pura utopia, conforme de Rio Verde, em longa correspondência telegráfica com o Sr. Ministro, procurei convencer, visto como os adversários fogem da luta e escapam para lugares ínvios, é impossível alcança-los, dada a vastidão do terreno e falta de meios ao pé da obra. O esmagamento é pura teoria. A questão não tem solução pela força. Importa corajosamente resolvê-la por via política com um ato radical de ampla volta à paz. Sds. (KLINGER, 1949, p. 246 apud GOMES e MONTENEGRO, 2009, p. 218)

Figura 9: Placa no Cemitério Bonfim, Belo Horizonte (MG), com o nome de um soldado da polícia militar mineira morto no combate de Anápolis.



Fonte: GOMES e MONTENEGRO, 2010, p. 178

<sup>45</sup> Direção leste. Coincide com a informação de que partiram de Anápolis em direção ao atual Distrito Federal.

<sup>46</sup> Possivelmente o soldado da polícia mineira Cabo Cassemiro J. Antnio de Souza, enterrado no Cemitério Bonfim, da figura 9.

Klinger desiste da perseguição aos rebeldes e opta por não enviar suas tropas para o combate, pelo que será depois julgado e condenado, por ter tomado tal decisão à revelia do Comando Militar de Mato Grosso. Coerente com seus relatórios anteriores, Klinger desmobiliza as forças, recusando-se a efetuar um enfrentamento, ao qual tinha sido incumbido. Sua postura provoca imediata reação dos generais do Exército. No comunicado de 9 de agosto, de nº 48, relatou: “S. Excia. quando mais não fosse, saberia pelo exemplo de Anápolis quanto é precioso um subordinado ter a coragem de desobedecer, na aparência, para mais honestamente obedecer, na realidade.” (KLINGER, 1949, p. 312-313 apud GOMES e MONTENEGRO, 2010, p. 218) O Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho nega qualquer possibilidade de anistia aos revolucionários em resposta a relatório de Klinger que havia sugerido uma postura de maior flexibilidade do governo em relação a guerra contra os rebeldes.

#### 2.2.5. O caminho de volta

O assim chamado “O desastre de Anápolis: choques entre as forças legalistas”, que tem por data 26 de outubro de 1926 (indicado na Figura 8) refere-se a um confronto equivocado entre duas tropas bernardistas, portanto, não rivais. Esse choque não teria ocorrido por acaso, sendo urdido habilidosamente por Prestes, ao atrair os jagunços do Coronel Horácio de Mattos para uma área do bloqueio efetuado pela Força Pública paulista, comandada por Coronel Pedro Dias, que “confundiram aquele bando de maltrapilhos com os rebeldes inimigos, iniciando o tiroteio.” (Meirelles, 1995, p.589)

Segundo Prestes (1991), a Coluna teria se aproveitado desse incidente ocorrido “nas proximidades de Anápolis. Nessa ocasião, as tropas da ‘legalidade’ sofreram pesadas perdas – 400 feridos e muitos mortos, tendo a Coluna Prestes escapado incólume, enquanto aquelas forças combatiam entre si [...]”. (PRESTES, 1991, p. 280).

Gomes e Montenegro (2010) apresentam também um levantamento das fazendas pelas quais teria passado a Coluna, no ano de 1926, quando novamente adentrou Goiás e procurava meio de se deslocar para o exílio no exterior.

Vadeado os rios Corumbá e Capivari, a Coluna após seis léguas de marcha contínua, faz pouso para sepear no lugar conhecido por Cardosos;  
 Depois de transpor serras, os combatentes da Coluna atravessam a estrada de autos que liga a cidade de Anápolis à Cidade de Goiás, capital do Estado;  
 Nova marcha e acampamento na fazenda Piancó<sup>47</sup>, e o Q.G. fica instalado na fazenda Cerrado;  
 A Coluna passa a três léguas da cidade de Anápolis, e envia um piquete de exploração à cidade, momento em que é recebida à bala por força inimiga;  
 Depois do combate de Anápolis em terras da fazenda São Felipe<sup>48</sup>, seguem em marcha por seis léguas e vão acampar e sepear na fazenda São Domingos, à margem do rio Meia Ponte [...]. (GOMES, MONTENEGRO, 2010, p. 109-110)

O relato de Ferreira (1979), teria sido o primeiro a relacionar a área do Morro da Capuava com a passagem da Coluna Prestes. O episódio, segundo a autora, teria ocorrido em 1926, portanto, no trajeto de regresso da Coluna do nordeste do país em direção ao exílio em país latino vizinho. O Morro, na ocasião, ficava fora do perímetro urbano do município, constituído de poucas casas e um pequeno comércio, como se pode observar na figura 7 (da década de 1920). Na ocasião, um membro da Coluna teria sido aprisionado e morto pelas tropas legalistas. O trecho, já citado anteriormente de forma resumida, é novamente apresentado, descrevendo o que teria sido essa segunda incursão dos colunardos por Anápolis:

Em setembro de 1926, voltando do Norte, estiveram novamente em Anápolis, desta vez dentro da cidade.  
 No local onde está situado hoje o prédio do Banco do Brasil, havia uma venda, onde os revoltosos estiveram bebendo pinga.<sup>49</sup>  
 A Força Pública de São Paulo, comandada pelo coronel Pedro Dias dos Santos, encontrava-se em Tavares (Vianópolis). Arlindo Costa deslocou-se para lá e voltou com aquele destacamento.  
 Os soldados, ao entrarem em Anápolis, já desceram dos caminhões empunhando seus fuzis. Travou-se forte combate nas imediações da Avenida Xavier de Almeida. Rechaçados pela polícia, os revoltosos fugiram novamente, em direção ao Norte. Prenderam um revoltoso, a quem o coronel Pedro Dias<sup>50</sup> mandou fuzilar, **num local situado entre o Morro da Capuava e a atual Vila Jayara**. (FERREIRA, 1979, p. 49)

---

47 A fazenda pode ter seu nome oriundo de um rio, de mesmo nome, situado no extremo norte do município.

48 Curiosamente, a mesma fazenda é descrita como local de combates no ano de 1925.

49 A embriaguez foi duramente condenada pelo comando central e era suscetível à diversas penalidades. Pode se referir não ao QG ou a algum dos destacamentos, mas à horda de homens que se incorporaram à marcha ou ainda às tropas bernardistas.

50 Segundo a autora, a atual Rua Coronel Aquiles de Pina já teve o nome de Coronel Pedro Dias, em referência ao evento, homenagem dada pelo intendente Graciano Antônio da Silva, pela lei nº 240, de 3 de novembro de 1926.

Ferreira (1979), filha do historiador Jarbas Jayme, tem conhecimento da Coluna Prestes muito provavelmente pelo estudo de outras obras, algo que se pode inferir sobretudo pela menção exata aos nomes dos integrantes dos postos de chefia. Mas adiciona-se à sua explanação do evento, uma história familiar, provavelmente transmitida por seus pais, uma vez que relaciona o falecimento de uma figura ilustre, a residência da família e os combates ocorridos.

Adolfo Batista, irmão do falecido coronel Zeca Batista, e que na época residia numa fazenda, encontrava-se na cidade, hospedado em casa de meus pais, na Rua do Comércio<sup>51</sup>. Assustado com o espocar dos fuzis, sofreu um colapso cardíaco. Na residência da autora deste livro, que, na época, contava 3 meses de idade, o ‘Mestre’ exalou seu último suspiro. (Ferreira, 1979, p. 49)

A versão de Ferreira (1979) foi tomada como fonte para as demais obras locais sobre essa segunda passagem. Freitas (1995), por exemplo, também se refere brevemente a passagem da Coluna, porém, sem mencionar o Morro da Capuava. O autor dá ênfase à suposta batalha ocorrida na área urbana. Afirma que em julho de 1925 “rumando para o norte do país, a Coluna Prestes passa nas imediações da cidade”. E em setembro do ano seguinte, “voltando do norte do país, a Coluna Prestes entra na cidade e, nas imediações da atual avenida Xavier de Almeida, trava combate com as forças policiais que estavam em sua perseguição”. (FREITAS, 1995, p. 25). O que o autor apresenta parece servir-se do relato anterior de Ferreira (1979), dada a semelhança.

No entanto, a narrativa dos memorialistas locais de um segundo confronto entre a Coluna Prestes e as forças legalistas no interior da cidade, encontra pouco respaldo entre as memórias e depoimentos dos combatentes. A explanação de Chiarotti (2001) acerca do Morro da Capuava, apresenta uma síntese dessas versões conflitivas sobre a Coluna Miguel Costa/Prestes em sua passagem pelo município de Anápolis.

De acordo com Manoel Vanderic e Júlio Alves (2001), a importância histórica do ‘Morro da Capuava’ se deve ao fato de ter ocorrido, em meados da década de 20, uma batalha entre os soldados da ‘Coluna Prestes’ e as forças do governo. Para os autores, em sua marcha em direção ao norte do país, a Coluna passou nas imediações de Anápolis, em julho de 1925. De volta do norte, em 1926, os autores mostram, pautados na obra “Anápolis, Sua Vida, Seu Povo” de Haydée Jayme Ferreira, que Prestes e seus homens entraram na cidade e foram rechaçados pela polícia, num combate nas imediações da atual Avenida Xavier de Almeida.

---

<sup>51</sup> Atual Rua Manoel d’Abadia, no Centro de Anápolis.

Para outros autores como Paulo Bertran, na obra “Fragmentos Culturais de Goiás”<sup>52</sup>, em meados do ano de 1925, os soldados de Prestes obtiveram uma das mais expressivas vitórias de toda a campanha, no ‘Morro da Capuava’. De opinião diversa é Fleury (2008), pois este relata que, na região chamada ‘Rebuleira’<sup>53</sup> nas proximidades do morro, no dia 24 de julho do mesmo ano, os soldados de Prestes e as forças governistas empreenderam combates intensos que se prolongaram até o cair da tarde. Assim, os rebeldes bateram em retirada, com sérias perdas e havendo, apesar disso, causado muitos danos aos legalistas. (CHIAROTTI, 2001 p. 31)

Apesar das inúmeras divergências nos relatos em torno da lenda construída sobre o que foi a Coluna Miguel Costa/ Prestes, é possível identificar alguns pontos comuns, entre relatos, *croquis* do percurso e documentos escritos (cartas e memórias), como: a passagem da marcha pela região oeste do município no ano de 1925, inclusive seu estado-maior; a comitiva de comerciários que intercede ao Q. G. da Coluna para que não adentre a cidade; o combate ocorrido nas imediações da cidade neste mesmo ano.

Já a presença da Coluna no Morro da Capuava e no interior da cidade em 1926, são um tanto imprecisos e de difícil comprovação. As informações que permitem conjecturar sobre o surgimento e a veracidade dessa narrativa construída, foram aqui apresentados, na medida em que se encontraram disponíveis as fontes bibliográficas.

#### 2.2.6. Epopeia esquecida

Se os eventos descritos pelos memorialistas anapolinos tangenciam o Morro da Capuava, é notável que não se encontre no local nenhum marco físico, elemento, placa ou menção a essa passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes. Relegada ao esquecimento, a passagem figura apenas nos poucos textos publicados sobre a localidade, poucas matérias jornalísticas e restrita às produções acadêmicas.

O mesmo ocorre não apenas em relação à passagem da Coluna por Anápolis, mas à memória da Coluna em geral. O esforço acadêmico de alguns autores procura superar esse apagamento. Essa intencionalidade é evidenciada na obra de Gomes e Montenegro (2010) que busca

---

<sup>52</sup> O trabalho não consta entre os livros publicados pelo autor.

<sup>53</sup> “Reboleiras” é o nome de um Córrego de Anápolis, mas situado mais ao norte do município e pertencente à Bacia do Rio Piancó, distante do Capuava. A bacia hidrográfica relacionada às morrarias da Serra do Sapato Arcado, do qual faz parte o Morro da Capuava é a do Ribeirão João Leite e seus tributários.

[...] oferecer uma visão da Marcha da Coluna no âmbito de um nível didático, acessível a todos, especialmente aos jovens dos dias de hoje que necessitam ter melhor domínio sobre os acontecimentos históricos – muitos deles **delegados, propositalmente, ao esquecimento** –, para que possam, no presente, conhecer e discernir melhor sobre a verdadeira conduta dos homens que construíram a nossa história. (GOMES e MONTENEGRO, 2010, p. 15)

Porém, a permanência dessas “versões anapolinas” da passagem da Coluna Prestes por décadas é reveladora. As alterações no campo historiográfico permitiram o reconhecimento de outras fontes e documentos, como a literatura e os objetos artísticos, não restritos ao texto, mas abrangendo a oralidade, a imagem, e mesmo o gestual, em igual condição de legitimidade, dada as novas categorias de estudo: história das representações, das mentalidades, do imaginário...

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1990, p. 476)

Nesse sentido, as versões sobre a presença da Coluna no Morro da Capuava, (mesmo que não comprovada) já constituem a história do lugar (mesmo que restrita a um grupo de pesquisadores, historiadores, jornalistas... dado que essa justificativa histórica não é necessariamente conhecida por seus frequentadores). As obras de memorialistas e escritores locais ao evocar essas recordações e reminiscências operam exatamente no sentido de estabelecer documentos-monumentos. Assim o texto memorialístico funcionaria exatamente como veículo para perpetuar a recordação, operando como “suporte da memória coletiva”.

Desse modo, as sociedades selecionam (produzem), não de forma isenta, aquilo que converge com sua visão, documentos e monumentos, e lhe conferem o status de autenticidade. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1990, p. 426).

Questionado sobre essa ausência de elementos materiais que promovam a memória da passagem da Coluna Prestes, Sr. Wederson Lopes (2021), autor do projeto de tombamento mais recente do Morro da Capuava, afirma que concorda sobre a importância de difundir as informações sobre esse evento. A transcrição da entrevista, no que diz respeito a relação com a Coluna Miguel Costa/Prestes, consta a seguir. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desse trabalho.

Entrevistador: Sabe-se que o Morro da Capuava é um local de interesse cultural, ambiental e histórico para a cidade de Anápolis. Quais desses aspectos o tombamento contempla?

Wederson Lopes: *“Então, o tombamento contempla todos os três aspectos. Ali foi tombado através dessa lei, como patrimônio histórico, cultural e ambiental. Histórico porque ali houve a passagem, na década de 20, da Coluna Prestes, passou ali pelo Morro da Capuava, é algo que está relatado em livros aqui da cidade, então nós consultamos inclusive os historiadores da cidade de Anápolis, pra saber se realmente havia uma relevância histórica, e foi contemplada através dessa passagem da nossa história do Brasil”.*

Entrevistador: Um dos fatores indicados como justificativa para o tombamento, é o fato histórico da passagem da Coluna Prestes, relacionado a este local. Qual a importância desse fato para a proposição e aprovação do tombamento?

Wederson Lopes: *“Então, esse é mais um, ou seja, é um conjunto de fatores. A questão da passagem da Coluna Prestes, faz parte da história brasileira, há várias décadas, e isso precisa ser melhor explorado até, pela comunidade educacional do município de Anápolis, com relação a essa passagem. Então esse é um dos pontos, não é o único que justifica, mas já justifica com relação a questão do tombamento de um local histórico, então isso é importante e justificou com relação a parte histórica, e tem a parte ambiental e a parte cultural também”.*

Entrevistador: Apesar de ser apontado como um fator para o tombamento, não há nenhum monumento ou marco que lembre a passagem da Coluna Prestes como episódio histórico. Vossa Senhoria, acredita ser importante resgatar a memória desse evento?

Wederson Lopes: *“Então, na verdade, só existe um livro, (aqui o entrevistado corrige o tom<sup>54</sup>) existe um livro, na verdade, de Haydée Jayme, que relata essa passagem da Coluna Prestes ali pelo Morro da Capuava, na cidade de Anápolis. É um fato que realmente é pouco explorado e repercutido e divulgado na cidade de Anápolis. E é mais um dos motivos, dessa lei que tombou o Morro da Capuava, pra provocar essa curiosidade na população, principalmente, nós achamos que as escolas municipais, a comunidade no município de Anápolis deveria buscar realmente conhecer melhor esse fato, de Carlos Prestes, da Coluna Prestes, dessa passagem aqui pela região de Anápolis. Existem relatos que passou ali também pela Cidade de Goiás, Goiás Velho como a gente fala, também da Coluna Prestes. Então, sim, considero que é importante que essa história seja resgatada e divulgada no nosso município”.* (LOPES, 2021)

A opinião expressada por Lopes (2021) dá ênfase na educação patrimonial, destacando o papel das escolas municipais para promover o conhecimento e valorização do patrimônio

---

<sup>54</sup> Seria totalmente justificável se o vereador afirmasse que o livro de Ferreira (1979) é a única fonte sobre esse acontecimento, pois as matérias e publicações se restringem somente a esta. Mas, prudentemente, o entrevistado hesita em fazer tal afirmação e corrige sua fala.

histórico e divulgação da história local, o que é também uma recomendação técnica de boas práticas patrimoniais. O vereador também demonstra conhecer uma importante fonte bibliográfica sobre o fato e a importância do evento para além dos limites municipais. É bastante curioso que o vereador tenha consultado a opinião de historiadores para comprovar a relevância do local como um “lugar de memória” da comunidade. Esta pesquisa busca atender esse propósito, de aprofundar o debate de tal tema, estabelecer um ponto de partida para futuras pesquisas sobre o local e o evento histórico.

Entretanto, a “curiosidade de buscar conhecer” precisa ser precedida pela compreensão de que esse conhecimento falta; algo de que sequer sabemos a existência, permanecerá ignorado. Nesse sentido, a propagação do conhecimento acerca das histórias sobre a passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes por Anápolis, seria bastante favorecida pela presença de um marco físico, visual, à exemplo de outras localidades.

### 2.3 Marco (fictício): um Redentor para o Morro da Capuava (1967)

À medida que crescia demograficamente, Anápolis requeria também uma expansão territorial e novos equipamentos coletivos. Freitas (1995), além de atestar a passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes, destaca outro acontecimento no ano de 1926, que nos permite conceber a paisagem do Morro da Capuava naquela época. O Cemitério São Miguel, que hoje é equidistante do Morro da Capuava e do Centro de Anápolis, na época de sua construção foi considerado suficientemente longe do núcleo urbano – o que comprova que à época da “chegada da Ferrovia”, o morro ainda permanecia afastado das atividades citadinas.

1925, julho “rumando para o norte do país, a Coluna Prestes passa nas imediações da cidade.

1926, setembro: voltando do norte do país, a Coluna Prestes entra na cidade e, nas imediações da atual avenida Xavier de Almeida, trava combate com as forças policiais que estavam em sua perseguição. [...]

- com a lotação já excedendo no antigo cemitério<sup>55</sup>, é construído outro, no alto da área desapropriada à Fazenda Catingueiro<sup>56</sup>. Atualmente é o cemitério São Miguel. (FREITAS, 1995 p. 25)

---

<sup>55</sup> O referido cemitério situava-se na atual Praça Americano do Brasil e com a chegada da ferrovia, sua localização ali foi considerada inconveniente.

<sup>56</sup> A referência à Fazenda Catingueiro também aparece nos relatos da passagem da Coluna Miguel Costa/Prestes por Anápolis, como citado anteriormente.

Com a passar dos anos, uma mudança de percepção pode ser notada em relação à região do Morro da Capuava, principalmente com o loteamento da Vila Jaiara<sup>57</sup>, quando sua condição topograficamente elevada é considerada um fator benéfico à saúde, iniciando o processo de urbanização e adensamento nessa direção do território anapolino. O anúncio da figura 10 também destaca as qualidades visuais, “belo panorama”, e a abundância de recursos hídricos, “ótima aguada”.

Em junho de 1947, o jornal *O Anápolis* trazia estampado nas páginas destinadas a publicidade o mapa do bairro Vila Jayara, denominado “Sanatório de Anápolis” e localizado no alto da Capuava. A metáfora utilizada fazia alusão às suas vantagens relacionadas com a saúde da população, graças a sua altitude. (MACHADO, 2009. p. 71)

Figura 10: Anúncio do loteamento da Vila Jaiara. Destaque para a chamada que indica sua localização “no alto do Capuava”.



Fonte: Jornal O Anápolis, nº 688, junho de 1947, p. 2. apud MACHADO, 2009. p. 71

A transferência do cemitério e a criação de um loteamento do qual se ressalta a salubridade de sua localização, são exemplos de um modelo urbanístico pautado no discurso sanitário, ao qual se quis conciliar a expansão urbana em Anápolis na primeira metade do século XX. No caso da construção do novo cemitério, pesaram as exigências da higiene pública,

<sup>57</sup> Outros fatores determinaram a localização da Vila Jaiara, como sua posição na saída norte da cidade, em direção a Ceres.

justificando o intuito de remover o antigo cemitério da área central, ponto final da ferrovia. A expansão urbana vislumbrada na construção de um loteamento na parte alta da cidade tentava atrair compradores através de uma propaganda que esforçava em atribuir ao empreendimento todas as vantagens de sua localização, explorando o mesmo discurso da salubridade.

Ainda a respeito da evolução urbana do município, Batista (2010) em seu livro “Anápolis:150 anos de bairrismo”, permite inferir por seu relato que a ocupação da região do Morro da Capuava foi tardia e gradual, sendo inexpressiva até a consolidação da Vila Jaiara:

No alto da avenida [Tiradentes], eram poucos os comerciantes expressivos, além de pequenos bares. No alto, ao lado do Morro da Capuava, ficava um trecho de um quilômetro sem nenhuma casa, até se atingir a Vila Jaiara, onde os moradores se juntavam aos fazendeiros, que faziam suas compras no único estabelecimento comercial, instalado bem em frente à indústria têxtil: o Armazém Popular. (BATISTA, 2010 p. 79)

Figura 11: Rodovia Anápolis-Colônia Agrícola, Km 4, em 1949. Atual Av. Presidente Kennedy /Fernando Costa. Morro da Capuava acima, à esquerda.



Fonte: Acervo Onofre Rezende – Documentos. Anápolis, GO. Disponível em: <http://daniel-familiarezende.blogspot.com/2011/03/70-anos-da-familia-rezende-em-anapolis.html>. Acesso em junho de 2021.

Entre o anúncio do loteamento e sua implantação efetiva, na década de 1950, novas ocupações e parcelamentos foram sucedendo, preenchendo o vazio entre Centro e Jaiara, em direção ao Morro da Capuava, até que a integração entre estes dois polos se completasse. A

situação topográfica da região oeste de Anápolis, constituída de morrarias e declividades acentuadas, inviabiliza sua urbanização e, nesse sentido, o crescimento nessa direção foi parcialmente atenuado. Posteriormente, por questões ambientais, esse crescimento passa a ser restringido legalmente pela criação da Área de Proteção Ambiental João Leite – questão que será tratada de maneira mais aprofundada no Capítulo 3.

No final da década de 1950, Freitas (1995) comenta a respeito de uma iniciativa popular que voltava sua atenção para o Morro da Capuava e pretendia sinalizá-lo com um marco simbólico.

Em 1957, um grupo de pessoas teve a ideia de construir um Cristo Redentor, no morro da Capuava. De imediato, teve início uma campanha financeira para adquirir o dinheiro necessário à construção da obra. Os meios de comunicação incentivaram e muitas pessoas se envolveram com a ideia. Contudo, tal iniciativa, assim como surgiu, desapareceu rapidamente, não se sabendo os motivos que levaram ao cancelamento da construção do Cristo Redentor. (FREITAS, 1995 p. 131)

Por sua vez, Silva (2014) extraiu de matérias jornalísticas da época, informações que personalizam a autoria do projeto (em um indivíduo e não em um grupo) e que a desistência da empreitada teria ocorrido devido à falta de recursos (e não por motivo indeterminado, conforme apontado acima por Freitas (1995). O autor assinala ainda que a iniciativa fazia parte dos planos da comissão do Cinquentenário de Anápolis, sendo, portanto, um marco festivo e comemorativo.

A comissão do cinquentenário tinha como função angariar fundos para o festejo e planejar o andamento do mesmo. Uma das realizações prevista pela comissão era a “ereção de uma estátua do Cristo Redentor no alto do morro da Capuava” (*O Anápolis*, 26-10-1956). Essa ideia partiu de Paulo Matos, segundo o projeto inicial a estátua deveria ter 5 metros e dois holofotes o iluminando. A revista *A Cinquentenária* previa a realização da obra para o final de 1957, destacando que “essa é, sem dúvida, uma das maiores obras já planejadas para comemorar o cinquentenário da cidade, que, pela relevância, focalizamos com prazer nestas páginas”. (*A Cinquentenária*, 1957: 104). Devido a problemas orçamentários a obra não foi realizada. (SILVA, J. F. 2014. p. 58)

Não se sabe a origem do reconhecimento do Morro da Capuava como espaço de apropriação pública ou de culto. Muitas localidades em Goiás (e no Brasil, em geral<sup>58</sup>) possuem este elemento, geralmente nos pontos mais elevados ou marcando as “entradas” das

---

<sup>58</sup> Segundo matéria da Folha de São Paulo, de 27 de janeiro de 2003, são 112 réplicas espalhadas pelo Brasil, seis apenas no Estado de Goiás. Este número certamente pode ter aumentado. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/turismo/fx2701200316.htm>

áreas urbanizadas, e é mais um indício da forte presença do catolicismo popular no imaginário e constituição da cultura local. Mas, por si só, a intenção da construção da estátua não comprova que àquela época pessoas já frequentassem o local para orações ou contemplação, que ele fosse reconhecido e incorporado para tal finalidade. Mas, como visto no Capítulo 1, é comum atribuir um caráter transcendente às montanhas e morros.

As estátuas do Redentor apresentam a figura humana de Cristo estilizada pela posição dos braços abertos, formando uma cruz. Enquanto elemento simbólico, nos diz Eliade (1992): “A ereção da Cruz equivalia à consagração da região e, portanto, de certo modo, a um ‘novo nascimento’. [...] A terra recentemente descoberta era ‘renovada’, ‘recriada’ pela Cruz”. (ELIADE, 1992 p. 22).

Embora não se tratasse de uma “terra descoberta”, o entusiasmo com a construção deste marco aponta esse desejo de consagração do Morro da Capuava e pode até mesmo sinalizar essa “recriação” (ao menos no imaginário) de um ponto catalisador do sentimento religioso, que se complementa (ou mesmo se contrapõe, a depender da denominação religiosa do cidadão) com a Matriz de Sant’Ana.

É possível imaginar que, além da interpretação simbólica dos elevados como espaços “mais próximos de Deus” – naturalmente relacionado àquilo que é celeste – houvesse também a tentativa de substituir um imaginário incomodo, identificado com a passagem da Coluna Prestes (cujas fama vem sempre associada à sua adesão ao comunismo, mesmo que isso só fosse ocorrer após a peregrinação da Coluna pelo Brasil). A pretensão da comissão ao tentar instalar um marco cristão no local poderia então ter como objetivo promover um esquecimento que atenuasse conflitos e diferenças sociais. O Redentor serviria então para apagar a lembrança da passagem da Coluna, em função de um outro conteúdo simbólico, ligado às próprias origens devocionais de Anápolis.

Após esse episódio do cinquentenário, as fontes escritas voltam a referir-se ao Morro da Capuava apenas no final da década de 1990, em função da lei de seu tombamento. Desde então, o local vem passando por significativas transformações, conforme será abordado adiante. Primeiramente, discorreremos sobre questões patrimoniais e seus fundamentos teóricos e administrativo-jurídicos.

## 2.4 Defesa: Conceitos patrimoniais e políticas de preservação

As definições de território e de lugar, discutidas no capítulo anterior, serão aqui retomadas para com o objetivo de analisar teoricamente as normas, leis e recomendações formais que justificam e orientam o poder público para promover a conservação de bens patrimoniais.

Segundo Castriota (2009 p. 84), o conceito de patrimônio foi ao longo dos anos deixando de se referir a um levantamento de monumentos, artefatos excepcionais, herdados do passado, passando a designar, de forma mais abrangente, relações socioculturais, o meio circundante e aquilo que é “intangível”, como, por exemplo, práticas e saberes, valorizando as especificidades locais. Passam a ser consideradas “a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado.” “Além disso, superando a visão retificada da cultura como um ‘conjunto de coisas’, tende-se cada vez mais a trabalhá-la como um processo, focalizando-se a questão – imaterial – da formação do significado.” (*ibidem*, p. 85)

A maior parte dos conceitos que norteavam então as escolhas e opções na constituição do corpus patrimonial derivava do campo das artes, usando-se noções como as de “obra-prima”, “valor intrínseco” e “autenticidade”, que eram incorporadas sem maiores discussões ou aprofundamento. (CASTRIOTA, 2009 p. 85)

Essa ampliação no campo de estudos patrimoniais, com o desenvolvimento do conceito de “patrimônio cultural”, incorpora manifestações populares, deixando de se embasar apenas pelo julgamento estético e pela excepcionalidade, passando a abranger o processo histórico e dinâmico de formação do significado cultural do bem, para as sociedades que o constituíram ou herdaram. O entendimento do que é cultura, a partir de novos conceitos antropológicos, também passou por uma ampliação, que leva em conta populações e tradições até então excluídas, por estarem à margem da “cultura erudita”. Esses novos paradigmas, que dizem respeito ao que é intangível “recolocam de forma também fundamental a avaliação do que seria estética ou historicamente significativo”. (CASTRIOTA, 2009. p 96)

A evolução desses conceitos se deu de modo gradual ao longo do tempo, como é possível observar pelas Cartas Patrimoniais: acordos, normas e recomendações, tanto teóricas quanto técnicas, que resultam de encontros e congressos das organizações responsáveis pelo estudo, reconhecimento e conservação dos monumentos históricos; às quais os países firmam compromisso tornando-se signatários.

Texto fundamental para a conservação patrimonial, a Carta de Veneza (1964)<sup>59</sup>, conceitua o valor dos monumentos históricos, como “portadores de uma mensagem espiritual do passado, os monumentos históricos de um povo constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares”. O documento trouxe avanços significativos para o campo de estudos patrimoniais, como no artigo primeiro, que destaca a diferença entre o significado histórico e a escala do que se denomina monumental; devendo ser protegidos os bens em função de sua relevância enquanto testemunho histórico, ainda que as dimensões sejam modestas. Também traz o entendimento da necessidade de salvaguardar não apenas o objeto, mas também seu entorno, abrindo a possibilidade de se discutir futuramente a “ambiência” dos monumentos, e, por extensão, a criação do conceito de paisagens culturais.

A “Convenção do Patrimônio Mundial”, de 1972, traz mais explicitamente a definição do que se entende por “patrimônio cultural imaterial”:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 1972 apud CASTRIOTA, 2009 p. 208)

Admitindo o reconhecimento desses diferentes aspectos do patrimônio, a saber: a questão imaterial ou intangível, e a própria cultura (que se sabe, é dinâmica por definição), coloca-se como questão como desenvolver estratégias de conservação, uma vez que o objetivo também se desloca da manutenção dos aspectos físicos (através do restauro, reparação preventiva, conservação e outros) para a promoção e continuidade desses processos culturais, incorporados pelo patrimônio, sem incorrer no paradigma da inalterabilidade, uma vez que a cultura é viva e mutável.

Ao invés de reificadamente, colocar a ênfase nas características técnicas ou estéticas dos artefatos em si, como expressão do patrimônio cultural, o conceito de patrimônio intangível visa os artefatos e espaços como expressões das práticas, processos e representações que as comunidades e indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Com isso, valoriza-se justamente a dimensão viva da cultura, o trabalho do qual resultam, em última instância, as obras da cultura. (CASTRIOTA, 2009 p. 13)

---

<sup>59</sup> Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

Parte dessas estratégias incluem a contextualização do patrimônio na dinâmica socioeconômica, visando sua sustentabilidade, servindo-se da educação patrimonial, entre outras estratégias, necessárias para o reconhecimento e valorização do bem a se preservar.

Se quando se trabalhava com uma concepção tradicional de patrimônio, a discussão ainda se centrava majoritariamente no como conservar – restringindo-se a ideia da conservação à sua dimensão física, – com o advento da dimensão imaterial ou intangível o foco teve que se deslocar necessariamente para o âmbito do que conservar e do porquê conservar, o que coloca em cena necessariamente a questão dos valores. (CASTRIOTA, 2009 p. 209-210)

É partindo desse entendimento que o Morro da Capuava pode ser reconhecido como um patrimônio, embora não consista de objeto construído. Assumindo estes novos paradigmas, a declaração de um patrimônio passa a depender, portanto, das relações entre o lugar e a comunidade - que reconhece nele um valor singular a ser resguardado - e das ações humanas (ainda que mentais, intangíveis) que ali se operam e que podem ser entendidas como “base da construção social de identidades espaciais distintas, que, em última instância, permitem que cada setor da cidade seja percebido e representado de forma própria pela população”. (CASTRIOTA, 2009 p. 194). No caso específico do Morro da Capuava, algumas dessas práticas englobam a pausa, os ritos, a prece, o contemplar.

O texto conhecido como Normas de Quito (1967)<sup>60</sup> também aborda a definição de monumento, considerando a paisagem natural como um possível componente do bem patrimonial. Entretanto, de modo a distinguir o patrimônio natural e o patrimônio cultural, diz que “Os lugares pitorescos e outras belezas naturais [...] não são propriamente monumentos [...]. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica.” (CURY, 2004, p. 106)

A Recomendação de Paris (1962)<sup>61</sup>, por sua vez, aborda o caráter visual do sítio como ponto de interesse, ampliando a possibilidade de bem a ser preservado:

[...] Os sítios isolados e de pequenas dimensões, naturais ou urbanos, assim como *porções de paisagem que apresentam um interesse excepcional* [...]. Deveriam ser *igualmente protegidos por lei os terrenos de onde se aprecia uma vista excepcional* e os terrenos e imóveis que cercam um monumento notável. (CURY, 2004, p. 86) (grifo nosso)

<sup>60</sup> Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico – OEA - Organização dos Estados Americanos.

<sup>61</sup> Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios – Recomendação de Paris, 1962.

É preciso estabelecer a diferença entre lugar e cena; de modo a compreender a hierarquia de valor nos espaços do Morro da Capuava e entorno. O sentido do lugar é “[...] demonstrado quando as pessoas aplicam seu discernimento moral e estético aos sítios e localizações” (TUAN, 1983 p. 410). Assim, a importância do Morro da Capuava excede a vista que oferece, mas constitui-se dela como parte de seu caráter.

Uma cena pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza da cena mudar a cada mudança de perspectiva. A cena é definida por esta perspectiva, o que não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar aparecer como tendo uma existência estável, independente de quem o percebe. (TUAN, 1983. p. 411)

O valor imaterial dos elementos culturais que participam na constituição e importância de um patrimônio é salientado no texto da Conferência de Nara (1994)<sup>62</sup>:

A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível *fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual* da humanidade. [...] Todas as culturas e sociedades estão arraigadas em *formas e significados particulares de expressões tangíveis e intangíveis*, as quais constituem seu patrimônio e que devem ser respeitadas. (CURY, 2004 p. 320) (grifo nosso)

Por fim, as diretrizes patrimoniais buscam estabelecer o vínculo entre o monumento histórico e a realidade contemporânea, como na Declaração de Sofia (1996)<sup>63</sup>:

[É] indispensável a exigência de que todo monumento histórico considere o seu entorno físico e a sua dimensão social. Isto significa sua inserção nas diversas áreas do contexto histórico contemporâneo, nas diferentes atividades quotidianas, considerados sempre o conhecimento empírico e as habilidades da população. [...] levar-se-á em conta, e cada vez mais, a relação entre o patrimônio e a comunidade que o herdou. Convém acrescer que esta relação integra o conjunto dos elementos históricos, espirituais e afetivos existentes na raiz das transformações sociais. [...] serão necessários sempre estudos analíticos e inventários completos, com o objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem. (CURY, 2004 p. 356)

Também as recomendações da Resolução de São Domingos (1974) estabelecem a importância do estudo da área em suas diversas instâncias, o que não foi realizado para o tombamento do Morro da Capuava, como se verá adiante. Esse levantamento é parte das ambições desta pesquisa.

---

<sup>62</sup> Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial - novembro de 1994.

<sup>63</sup> XI Assembleia Geral do ICOMOS, 9 de outubro de 1996.

Os problemas de preservação [...] obrigam a um trabalho prévio de investigação documental [...] devendo levar-se a cabo estudos integrais para resgatar a maior quantidade de dados relacionados com a história do sítio. Respaldados na noção de centro monumental<sup>64</sup>, tais estudos deverão ser estendidos à proteção dos valores tradicionais e naturais da área em questão. (CURY, 2004 p. 196)

O valor patrimonial do Morro da Capuava Ihe foi atribuído mesmo antes de receber um projeto público de tratamento paisagístico, sendo o único bem tombado municipal que não corresponde à categoria “edifício”. Não havendo o elemento construído, poderia ser considerado apenas uma região topograficamente diferenciada da cidade. Tampouco o seu aspecto natural como remanescente do cerrado e local de nascentes Ihe valeria isoladamente o valor de um bem tombado. O componente cultural é o que o diferencia, ajudando a contar a história da cidade como um todo, e considerando a dimensão sociocultural dessa parcela do território. “Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas antes da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem.” (CASTRIOTA, 2009 p. 160)

A Recomendação nº R (95) 9, define em seu artigo primeiro que a paisagem é constituída “em um triplo significado cultural”: a) modo como o território é percebido por um indivíduo ou pela comunidade; b) testemunho da relação entre indivíduos e meio ambiente; c) caracterização de culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições, implicando na relação entre homem e ambiente natural, em seus aspectos materiais e imateriais.<sup>65</sup> A “paisagem cultural” é assim definida:

Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, [...] ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (CURY, 2004, p. 331-2)

---

<sup>64</sup> Reaparece a noção de ampliação do conceito de patrimônio, que não se limita ao monumento estritamente, mas se expande ao seu campo de influência e aos elementos imateriais que o constituem.

<sup>65</sup> Anexo à Recomendação nº R (95) 9 – Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Adotada pelo Comitê de Ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º Encontro de Vice-Ministros do Conselho da Europa.

Enquanto paisagem cultural, entende-se a interação entre atributos físico-geográficos e fatores que dizem respeito à subjetividade, individual e coletiva; o valor pessoal e afetivo que lhe é conferido por parte de seus frequentadores.

O patrimônio é uma riqueza social; portanto, de responsabilidade coletiva;  
 A conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial;  
**As municipalidades são as principais responsáveis pela conservação;**  
 A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas;  
 A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes;  
 A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais;  
 A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação. (CARTA DE AMSTERDÃ, 1975 apud CASTRIOTA, 2009 p. 231-232) (grifo nosso)

O documento atribui um papel significativo e determinante aos municípios na tarefa de “conservação integrada” do patrimônio. No Brasil, o Decreto N. 3.551, de 4 de agosto de 2000 estabelece o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, responsável pela política específica de inventário, referenciamento e valorização desse tipo de patrimônio. Os instrumentos instituídos e regulamentados por esse decreto são debatidos no item a seguir.

#### 2.4.1. Legislação, órgãos brasileiros e o patrimônio imaterial

Pautado em instrumentos distintos do tombamento, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial oficializa pelo Decreto N. 3.551, o registro e o inventário como medidas de preservação de bens imateriais. O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial possui âmbito legislativo-jurídico, e o bem a ser conservado pode ser inscrito nas seguintes categorias:

[...] Livro de Registro dos Saberes, para os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; Livro de Registro de Celebrações, para os “rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social”; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as “manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; e Livro de Registro dos Lugares, para “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”, podendo ainda ser criados novos livros para abarcar melhor as especificidades do patrimônio. (BRASIL, Decreto nº 3.551, 2000 apud CASTRIOTA, 2009 p.220)

Já o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) foi desenvolvido pelo IPHAN como mecanismo complementar ao Registro Cultural, atuando no âmbito das recomendações técnicas e na produção de “conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”. (CASTRIOTA, 2009 p. 223)

O conceito de “paisagem cultural” passa a ser reconhecido no Brasil, apenas em abril de 2009, pela Portaria N°.127 do IPHAN, definida no Art. 1º como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (CASTRIOTA, 2009 p. 262).

A formalização desses aspectos a nível nacional, abre espaço para iniciativas regionalizadas – estaduais, municipais – de reconhecimento de bens a serem conservados, impulsionando e disseminando iniciativas de políticas de proteção patrimonial. Entretanto, dada a complexidade do assunto, faz-se necessário também a criação de medidas criativas de planejamento integrado e multidisciplinar, que deem conta da salvaguarda de tais objetos – sejam monumentos, paisagens ou mesmo relações socioculturais.

A combinação entre a ampliação teórica e a formalização institucional, mediada pelo IPHAN, abre interessantes possibilidades, onde o poder público pode atuar, não mais apenas através da chancela e do título de bem patrimonial (tombamento, registro ou inventário), mas podendo também colaborar em conjunto com outras iniciativas, como organizações da sociedade civil, universidades, empresas de turismo e outros, promovendo as iniciativas de requalificação de paisagens, bairros ou lugares com características particulares e até mesmo cidades inteiras, e de reconhecimento de modos tradicionais, que possuam valor cultural e/ou turístico.

As diretrizes de intervenção em paisagens culturais, podem ser de diferentes tipos – preservação, restauração, revitalização e outros – e serem definidas conforme as especificidades de cada objeto de interesse e com as respectivas técnicas de cada uma dessas estratégias. A ressalva é que não se atente apenas da dimensão estética das paisagens, mas as relações socioculturais intrínsecas e sua inserção no contexto local, também tendo em vista seu desenvolvimento socioeconômico e sua continuidade no tempo.

#### 2.4.2. Um novo campo: Proteção da área rural

De acordo com Castriota (2009, p. 269-272), outro campo onde o conceito de paisagem cultural se mostra promissor diz respeito às zonas rurais. Conforme o autor “preservar as paisagens culturais vai ser, muitas vezes, defrontar-se com as formas tradicionais de produção, entre as quais a agricultura, em todas suas dimensões” (2009, p. 269). Uma vez entendida como modo de produção tradicional, a pequena propriedade e a agricultura familiar (de subsistência) são representativas de um modo de vida e de uma relação homem-ambiente específicos (tanto materiais, com seus objetos, ferramentas, técnicas, documentos, arquitetura e outros; quanto imateriais, na linguagem oral, no modo de vida, produções folclóricas e artísticas e outros) no que diz respeito à distribuição fundiária e ao uso da terra, e, assim, estes instrumentos patrimoniais poderiam ser utilizados em diversos casos para conter o avanço da industrialização da produção agrícola e dos latifúndios monocultores, que são a principal ameaça para a preservação destes modos tradicionais e das paisagens a que estão atrelados.

Dentro dessa perspectiva, desempenha um papel importante a agricultura urbana, que é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno (periurbana), e destinada à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. [...] O que se nota, recentemente, é que sua retomada em comunidades urbanas de baixa renda tem gerado resultados muito positivos, contribuindo tanto para a segurança alimentar das famílias envolvidas, quanto para o fortalecimento dos vínculos de vizinhança e para a valorização da cultura e do conhecimento popular. (CASTRIOTA, 2009 p. 271-272)

Desse modo, além de conservar em suas principais características a paisagem rural como um bem cultural – políticas públicas de promoção do turismo regional e da agricultura familiar favoreceriam as relações sociais entre os agricultores familiares, em sua gestão comunitária e organização participativa, de modo que o patrimônio também integre as condições de vida dessa população, possibilitando a ampliação e distribuição dos benefícios gerados por essa preservação. Esse retorno positivo se traduz em engajamento dos habitantes, que passam a ser os principais interessados na preservação do bem cultural.

Uma vez que estes instrumentos legais existem, podem ser empregados para esta finalidade. Este tema se complementa com a análise realizada no Capítulo 3, onde as legislações ambiental e patrimonial podem ser combinadas para promover a preservação de formas sociais e características paisagísticas. O problema que se impõe é a complexidade de interrelacionar e conciliar essas diversas instâncias – a conservação da cultura, os incentivos

econômicos, a questão fundiária, ambiental e outras – que requerem um planejamento integrado e participativo.

### 2.4.3. Instrumentos: Leis de tombamento (1997, 2002, 2005, 2016)

Feita essa breve e necessária introdução teórica sobre a questão patrimonial, passamos ao caso particular do Morro da Capuava e seu processo de tombamento, que foi curiosamente marcado por revezes. O tombamento é um dos instrumentos de salvaguarda, empregado pelo poder público e motivado pelo reconhecimento da importância do referido bem. Como foi tratado nas seções anteriores, outros instrumentos poderiam ter sido empregados, como o registro ou o inventário, mas tais práticas não são tão recorrentes.

No caso do Brasil, [...] pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase que automaticamente, com “tombar”. Instrumento introduzido no Brasil na década de 1930, o tombamento, pensado inicialmente para proteger bens excepcionais, permanece até muito recentemente quase como o único tipo de proteção efetivamente utilizado no país. (CASTRIOTA, 2009 p. 156)

O primeiro reconhecimento do Morro da Capuava como bem patrimonial se deu através da Lei Municipal nº 2.511, de 25 de agosto de 1997. Este primeiro projeto é bastante pautado nos aspectos físicos do Morro da Capuava, sua dimensão material. Determinava expressamente:

Art. 1º Fica o Morro da Capuava, localizado ao final da Rua Leopoldo de Bulhões, setor norte da cidade, considerado como parte integrante do Patrimônio Histórico Municipal.

Art. 2º Como consequência desta lei fica o espaço territorial do Morro da Capuava e seus componentes, protegidos de forma especial, sendo vedada qualquer utilização que comprometa sua integridade, da mesma forma como ficam proibidas, a alienação, destruição, demolição ou mutilação de todos os elementos, naturais ou não, que constituem o conjunto de seu território.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a promover, em órgão próprio, o registro e a fiscalização deste tombamento de bem do interesse do patrimônio histórico do município de Anápolis, de conformidade com o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e outras leis pertinentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 1997)

Contudo, tal lei é revogada no texto da Lei nº 2.913, de 20 de novembro de 2002 em seu Art. 1º “Fica revogada a Lei nº 2.511, de 25 de agosto de 1997, que “Determina o tombamento do Morro da Capuava em Anápolis/GO e dá outras providências”.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2002) <sup>66</sup>. Sem maiores justificativas, a lei comunica apenas isso que foi citado, e a indicação de que fora aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito. Especula-se que havia interesses imobiliários em jogo, que almejavam a ocupação deste espaço, um problema recorrentemente enfrentado pelos instrumentos e instituições de proteção ao patrimônio.

[...] passa a predominar na ocupação urbana quase que unicamente o valor econômico-especulativo, em detrimento de todos os outros valores humanos, simbólicos, políticos e outros. A terra passa a ser vista agora como mais um bem especulativo, o que provoca resultados desastrosos em termos de qualidade de vida das cidades. (CASTRIOTA, 2009 p. 88)

Quase um mês após o cancelamento do tombamento do Morro da Capuava como patrimônio histórico, o município institui o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis (COMPHICA), pela Lei nº 2936, de 23 de dezembro de 2002<sup>67</sup>, ligado à Secretaria Municipal de Cultura<sup>68</sup> e ao prefeito, ficando este órgão responsável pelas políticas de preservação dos bens culturais e históricos, servindo para assessorar a tomada de decisão e avaliação das proposições de tombamento e cancelamento de tombamento.

Caberia a este conselho: examinar propostas de inclusão de bens culturais à lista de patrimônios municipais, que podem partir da iniciativa de associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil; analisar o estudo prévio de impacto de vizinhança de obras próximas aos bens tombados, exigidos em função da “proteção da paisagem urbana e do patrimônio histórico e cultural”.

Entretanto, algumas das atribuições no texto da lei podem parecer um contrassenso, para um órgão cujo objetivo é zelar da preservação desse patrimônio, tais como: dar “parecer sobre o tombamento e cancelamento do tombamento<sup>69</sup>”; expedir “licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial”;

---

<sup>66</sup> Disponível em < [https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2002/1268/1268\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2002/1268/1268_texto_integral.pdf) > Acesso em: maio/2021.

<sup>67</sup> Igualmente sancionada pelo então prefeito, Ernani José de Paula. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/go/a/anapolis/lei-ordinaria/2002/294/2936/lei-ordinaria-n-2936-2002-cria-o-conselho-municipal-do-patrimonio-historico-e-cultural-de-anapolis> (Acessado em 22 de fevereiro de 2021)

<sup>68</sup> Foi incorporada à Secretaria de Integração Social, Cultura e Esporte, criada em 2021.

<sup>69</sup> Cancelamento aprovado somente por unanimidade, conforme Art. 5º.

direcionar “quanto à demolição, no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção do bem”.

Evidentemente, o Conselho poderia deliberar contra tais ações, mas era esperado que a lei fosse mais restritiva, e não fossem deixadas tantas exceções no que compete à proteção e salvaguarda. De uma ótica mais conservacionista, cabia ao CONPHICA avaliar quanto

[...] à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades de bem tombado pelo Município e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que, umas ou outras possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente;  
à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2002)

Já no Parágrafo Único do Art. 5º, a redação da lei diz que “os tombamentos realizados por força de lei específica aprovada pelo Legislativo não poderão ser revogados pelo Conselho”. Entretanto, é justamente isso o que havia ocorrido em relação ao Morro da Capuava (há apenas pouco mais de um mês) antes que tal lei fosse promulgada, o que julgamos ser uma evidência da pressão imobiliária para alterar o uso e ocupação no Morro da Capuava.

A primeira medida de retificação da anulação do tombamento do Morro da Capuava aparece no texto da Lei nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005<sup>70</sup>, comprometendo-se assim a prefeitura a retomar os processos de salvaguarda deste e de outros bens, bem como a inclusão de outros (o Art. 1º designa os prédios sedes do Colégio Estadual Antesina Santana e do Colégio Couto Magalhães), além de nomear o órgão competente a inscrever e fiscalizar o tombamento dos bens de interesse histórico e artístico municipal.

Art. 2º. Fica atribuída, à Secretaria Municipal de Cultura, a responsabilidade da inscrição nos Livros dos Tombos e do devido processo para a organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, bem como dos **tombamentos de monumentos naturais, sítios e paisagens**, aplicando-se, no que couber, as orientações oriundas do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e demais legislações sobre a matéria.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Cultura, poderá requisitar o auxílio técnico das demais Secretarias e/ou Órgãos Municipais, para os levantamentos topográficos, arquitetônicos, artísticos e outros necessários à instrução dos processos de tombamentos.

---

<sup>70</sup> Na segunda gestão de Pedro Fernando Sahium como prefeito de Anápolis (2005-2008). Disponível em: [https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2005/1011/1011\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.anapolis.go.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2005/1011/1011_texto_integral.pdf). Acessado em 18/5/2021.

§ 2º. **Deverão ser providenciadas as inscrições nos Livros dos Tombos e os devidos processamentos relativos aos tombamentos determinados por esta Lei e pelas Leis Municipais n.º: 1.824, de 03 de janeiro de 1991; 2.511, de 25 de agosto de 1997 e 2.732, de 29 de maio de 2001.** (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2005) (grifo nosso)

Também na Lei Orgânica do Município de 06 de julho de 2009, em “Dos Atos das Disposições Transitórias”, no Art. 14, se diz: “O Morro da Capuava será tombado pelo Município, como patrimônio histórico, cultural e paisagístico.”<sup>71</sup>

Apesar dessas determinações supracitadas, essa reinclusão do Morro da Capuava na lista de patrimônios municipais somente se efetivaria em 2016. Por iniciativa do vereador Wederson Lopes (PSC) foi encaminhado o projeto de lei ordinária nº 7 em 2014 e que somente foi levado à votação dois anos e nove meses depois. A Câmara Municipal aprovou de forma unânime a Lei nº 3.882 em 21 de novembro de 2016 restabelecendo o tombamento do Morro da Capuava quatorze anos depois de sua revogação:

LEI Nº 3.882, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016  
DETERMINA O TOMBAMENTO DO MORRO DA CAPUAVA,  
CONSIDERANDO-O COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica **tombado como parte integrante do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de Anápolis, o Morro da Capuava**, localizado no final da Travessa Dom Bosco, no bairro Bom Sucesso.

Art.2º. VETADO.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a promover, em órgão próprio, o registro e a fiscalização deste tombamento de bem de interesse do Patrimônio Histórico do Município de Anápolis, de conformidade com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2016) (grifo nosso)

Em comparação com o projeto de lei de Wederson Lopes, de 2014, a lei sancionada em 2016 inclui o termo “Ambiental”, (que não aparecia no projeto protocolado) mas veta o artigo 2º, que estabelecia de fato as restrições protetivas para a conservação do bem. Além disso, o projeto de lei original incluía uma “justificativa”, um curto texto explicativo com o objetivo de fundamentar o tombamento e a razão disso ser de interesse público.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-anapolis-go> Acesso em maio/2021.

**PROJETO DE LEI N° DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014 - PROTOCOLO N° 007/2014<sup>72</sup>**

[...]

Art. 2° - Todo o espaço do morro da Capuava e seus componentes ficam protegidos de forma especial, sendo proibidas a alienação, destruição, demolição ou mutilação em todo o território do morro. [...]

**JUSTIFICATIVA**

O local a requerer tombamento é um local visitado e utilizado para a realização de atividades religiosas, chamado de Morro da Capuava, localizado na Travessa Dom Bosco, no bairro Bom Sucesso. Tendo como base a Lei 287/2002, que permite um compromisso com a população, para a preservação do local durante o seu uso.

Havia um tombamento no Morro da Capuava em 1997, com o objetivo de proteger o local, que tem sido utilizado durante muitos anos para a realização de atividades religiosas, porém em Novembro de 2002, a Lei n° 2.913 revogou com uma justificação nada plausível<sup>73</sup>, o Morro da Capuava que na época era declarada como Patrimônio Histórico do Município de Anápolis, hoje se encontra desprotegida, podendo ser alterado ou derribado a qualquer momento. Com o qual se faz necessária a promulgação deste projeto para proteger e preservar este bem. (sic) (CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, 2014)

Cabe questionar se o veto ao artigo 2°, previsto no projeto de lei, não poderia comprometer a efetividade deste instrumento. O que se teme é que o bem sofra novamente uma descontinuidade da proteção de seus aspectos essenciais, vítima de alguma das irregularidades administrativas que, infelizmente, acometem a gestão pública. Alguns impactos ocorridos entre os anos de 2002 a 2016, em que o tombamento permaneceu suspenso, são apontados no item 3.3.5 “Morar no alto – loteamentos na encosta do Morro da Capuava”.

Perguntado em entrevista (citada também anteriormente) sobre os motivos da proposta de retomada do tombamento, o vereador e autor do projeto, Sr. Wederson Lopes, demonstra o intuito de manter o espaço do Morro da Capuava livre de edificações, preservando seu uso público e a área verde de lazer e contemplação. Segue o trecho da entrevista, no que concerne à revogação da lei de 1997 e a nova proposição de tombamento. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desse trabalho.

---

<sup>72</sup> Os trechos omitidos são os que constam exatamente iguais na lei n° 3.882, citada anteriormente.

<sup>73</sup> A Lei N° 2.913 supracitada, em si, não traz nenhuma justificativa. Apenas determina a revogação da lei de tombamento que a antecede.

Entrevistador: Conte um pouco sobre a origem da intenção de propor o tombamento do Morro da Capuava. (Se existir alguma ligação afetiva ou motivação pessoal, esse relato também é de relevância para o estudo.)

Wederson Lopes: *Na verdade, o Morro da Capuava havia sido tombado alguns anos atrás, décadas atrás, e houve uma lei revogando o tombamento do Morro da Capuava porque havia o interesse de gestões anteriores, para que ali fosse um local que fosse desafetado e vendido pra que pudesse ser ou loteado ou feito ali um restaurante, um empreendimento, um bar, algo ali pra aproveitar a vista da cidade e trazer lucro pra quem fosse comprar aquela área. E nós ficamos preocupados com a situação, até porque muitas pessoas frequentam o Morro da Capuava, com a finalidade de ali contemplar a vista da cidade, é um local público, as pessoas vão ali pra fazer suas preces, independente de religião, ou vão ali simplesmente pra descansar a cabeça, pra espalhar. E há ainda uma prerrogativa na Lei Orgânica do Município, como uma demanda que deveria ser implementada, que era o tombamento do Morro da Capuava, isso conta na Lei Orgânica do Município de Anápolis. Então, diante de todas essas informações, nós apresentamos o projeto no ano de 2013. Se não me engano, essa lei foi aprovada em 2015, onde nós conseguimos aprovar o tombamento do Morro da Capuava, visando a sua preservação. Não houve nenhuma motivação particular com relação ao vereador, mas com relação a uma demanda, a uma parcela da população que frequenta daquele local, onde o vereador, né, o Wederson, eu, o autor dessa lei, também sou frequentador do Morro da Capuava.*

Entrevistador: Havia algum movimento social ou reivindicação popular que pedia essa medida de proteção?

Wederson Lopes: *Então, com relação a essa mobilização, havia sim uma mobilização com relação a melhorias ali no Morro da Capuava: questões de segurança, de acessibilidade, de banheiros, né, iluminação... Havia uma demanda nesse sentido, porém não havia um conhecimento de grande parcela da população, do risco que se corria daquele local, ele não atender essa finalidade que já é tradicional da cidade e se perder. Então, como nós tínhamos conhecimento desses fatos e fomos procurados pra que pudéssemos apresentar, junto ao Poder Executivo a demanda de melhorias daquele local, nós aproveitamos as duas situações e aconteceu tanto a aprovação da lei quanto as melhorias ali no local.*

[...]

Entrevistador: A lei: 2.511, de 25 de agosto de 1997, foi a que determinou o primeiro tombamento do Morro da Capuava, que foi revogado pela lei nº 2.913, de 20 de novembro de 2002. Vossa Senhoria sabe o que motivou essa revogação?

Wederson Lopes: *Então, a revogação foi motivada justamente para que aquele local fosse vendido, pra que se loteasse aquele local, pra construção de edifícios, casas, edificações ali naquele local, é, que descaracterizaria completamente o Morro da Capuava, e também, é, houveram notícias de que haveria a intenção de empreendedores de criar ali no Morro da Capuava um empreendimento, tipo um grande restaurante, com bar, com boate, pra que pudesse explorar ali a vista do local, né, trazendo pra esse tipo de empreendimento retorno financeiro.*

Entrevistador: A lei nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005, Art. 2º, § 2º, além de atribuir à Secretaria de Cultura a inscrição no Livro dos Tombos do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, diz que: “Deverão ser providenciadas as inscrições nos Livros dos Tombos e os devidos processamentos relativos aos tombamentos determinados por esta Lei e pelas Leis Municipais nºs: [...]; 2.511, de 25 de agosto de 1997 [...].”

Portanto, essa lei já não contemplava a retomada do tombamento do Morro da Capuava? Por que isso não se realizou e em que medida o projeto da autoria de Vossa Senhoria foi importante para revalidar esse instrumento de proteção?

Wederson Lopes: *Nós entendemos que não, não estava contemplado, o Morro da Capuava estava desprotegido, havia ainda uma prerrogativa na Lei Orgânica do Município de Anápolis, como uma ação futura a ser implementada, quando foi fechado e aprovada a Lei Orgânica do Município de Anápolis, ficou como uma demanda a ser implementada, o tombamento do Morro da Capuava. E essa ação nossa, ela foi feita, seguiu todos os trâmites, foi aprovada na Câmara Municipal, foi sancionada pelo prefeito à época, e, sim, agora nós temos a garantia de que o Morro realmente está protegido no município de Anápolis. E essa lei é tão importante que nós estamos hoje gravando essa entrevista, pra falar sobre essa lei do Morro da Capuava, que inclusive deu segurança ao Executivo, para que ele pudesse implementar melhorias, trazendo segurança e acessibilidade pra que a população continuasse frequentando aquele local. (LOPES, 2021)*

Como visto anteriormente, a ampliação do campo teórico do patrimônio, demonstra as limitações dos instrumentos usuais, como o tombamento, que foram sem dúvida importantes, mas que agora necessitam ser pensados de modo mais abrangente, em conjunto com outros mecanismos urbanísticos e de planejamento regional, que concebam o bem cultural não como algo isolado, mas integrado com toda a realidade local, “o histórico” e o “novo” em coexistência harmônica e prezando tanto pela preservação quanto pela qualidade de vida dos habitantes.

É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de “patrimônio ambiental urbano”, matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que forma a cidade e não apenas monumentos “excepcionais” isolados. (CASTRIOTA, 2009, p. 89)

Se o que se coloca em salvaguarda no Morro da Capuava é a vista (e a vista é de uma paisagem transformada, mesmo a rural), então se estabelece uma série de dificuldades de preservação e conservação do patrimônio.

Preservar o patrimônio ambiental urbano é, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados: a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural. (CASTRIOTA, 2009, p. 89)

#### 2.4.4. Complementares, o desenvolvimento e a conservação

De modo a conciliar as políticas de preservação patrimonial e as políticas de desenvolvimento, Castriota destaca a noção de “conservação integrada” veiculada na Declaração de Amsterdã de 1975, que “explicita a necessidade de a conservação ser considerada não como uma questão marginal, mas como um dos objetivos centrais do planejamento urbano e regional” (2009, p.161).

Castriota (2009) sistematiza as estratégias de atuação no patrimônio conforme três modelos distintos: o de preservação, o de conservação e o de reabilitação. O “modelo de preservação” carrega uma conotação que implica na inalterabilidade, na limitação às transformações; o “modelo de conservação” abrange em sentido mais amplo os processos e a evolução do bem, passando a atuar sobre o planejamento e gestão destas transformações. O modelo de “reabilitação” por sua vez, pretende a formulação de estratégias de integração das áreas a serem conservadas aos planos mais gerais de desenvolvimento, valendo-se justamente de sua condição como bem patrimonial de maneira propositiva, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação. “No modelo da reabilitação, o Estado vai deixar de desempenhar um papel negativo, de apenas impor restrições à descaracterização, e passa a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem preservadas/ conservadas/ revitalizadas” (CASTRIOTA, 2009 p. 167).

Pela compreensão do contexto urbanístico e da realidade local, das intersecções entre natureza, cultura e sociedade, e partindo do princípio de que a cidade é um organismo vivo e complexo, as “estratégias de qualificação ambiental”, de “conservação integrada” e de “reabilitação urbana” são respostas possíveis ao desafio de conciliar a proteção patrimonial e o desenvolvimento urbano, incluindo a melhoria das condições de vida das populações.

Nesse sentido, é fundamental a integração absoluta entre a política específica de preservação do meio ambiente urbano e a política urbana de um modo geral. Ao se pensar em termos de preservação ambiental, deve-se tentar harmonizar sítios e edificações preexistentes com as novas, utilizando para isso instrumentos urbanísticos mais gerais, como o Plano Diretor para o município, a Lei do Uso e Ocupação do Solo, os códigos de obras e posturas, entre outros. (CASTRIOTA, 2009 p.90-91)

Esse modelo de planejamento e gestão integrada do território, também abre a possibilidade de combinações com outros instrumentos urbanísticos – no caso brasileiro, os que estão previstos no Estatuto da Cidade, como: a “Transferência do Direito de Construir” (TDC), o “Direito de Preempção”, as “Operações Urbanas Consorciadas” (OUC), a criação de “Áreas de Especial Interesse” (AEI) e outros – partindo sempre de uma compreensão ampla do bem patrimonial e das características que se deseja conservar, incorporando a participação da população envolvida e garantindo sua permanência, impedindo a gentrificação em função da possível valorização dessas áreas.

No caso específico do Morro da Capuava, foi criada uma Área de Especial Interesse Ambiental (AEIA)<sup>74</sup>, cuja delimitação espacial é seu topo, a área pública e parte da encosta. As questões ambientais, as restrições urbanísticas que incidem sobre a AEIA do Morro da Capuava e outros aspectos sobre a política municipal de meio ambiente serão abordados mais profundamente no Capítulo 3 desta pesquisa.

## 2.5 Reconhecimento: Projeto de “revitalização” pela prefeitura, 2015-16

As ações da prefeitura de “revitalização” do espaço do Morro da Capuava, foram realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando a ampliação da área pública e a disposição de equipamentos de infraestrutura, recebendo tratamento paisagístico pelo projeto municipal de praças no ano de 2015-16. (Figura 12)

Neste caso, fica explícito que “Todo ato de reconhecimento altera o que sobrevive do passado” (LOWENTHAL, 1986, p. 263 apud CASTRIOTA, 2009, p.74). A obra equipou o espaço com mirante, área de estacionamento (pavimento permeável com pedra brita), equipamento sanitário, calçamento, iluminação, bancos e papeleiras, além do plantio de árvores e vegetação de forração. (Figuras 13 e 14).

Aparentemente não se verifica em seu entorno algum processo de gentrificação e o perfil da população que habita seu entorno permanece praticamente o mesmo de antes da obra de intervenção/revitalização. Sabe-se, contudo, que algumas desapropriações foram feitas, a fim de ampliar o espaço, através do Decreto nº 37.806, publicado no Diário Oficial

---

<sup>74</sup> De acordo com Mapa de Áreas Especiais, Anexo XIV da Lei de Revisão do Plano Diretor Participativo de Anápolis, Lei Complementar Nº 001 de 15 de Fevereiro de 2016.

do Município, no dia 2 de setembro de 2014, que declara a área do topo do Morro da Capuava, como utilidade pública. Pelo decreto, defende-se a finalidade de “proteção do local no que diz respeito aos aspectos paisagístico, topográfico e criação de espaço livre para uso público”. A iniciativa condiz com as práticas patrimoniais, segundo as quais:

[...] a proteção e a restauração devem ser acompanhadas por “uma ação de revitalização”, crendo-se ser essencial “manter as funções já existentes” e “criar outras novas, compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem” (art. 33). (CARTA DE AMSTERDAM, apud CASTRIOTA, 2009 p. 232)

Figura 12: Imagem de divulgação do projeto, fixado em *outdoor* durante as obras de “revitalização” e nas redes oficiais da prefeitura.



Fonte: Prefeitura de Anápolis (2016).

Na época, ainda tramitava na Câmara dos Vereadores o projeto de lei que visava recuperar o tombamento do Morro da Capuava. Uma matéria publicada no *Jornal Contexto*<sup>75</sup> destacava a importância do local como “espaço de oração e meditação” e que em março daquele mesmo ano, a prefeitura iniciara a “revitalização completa” tornando-o um “ponto turístico da cidade”. Ressaltava também sua importância como espaço de lazer e “a bela paisagem que é proporcionada de uma das mais altas regiões do Município”.

<sup>75</sup> Prefeitura quer Morro da Capuava para uso público Disponível em: <https://portalcontexto.com/prefeitura-quer-morro-da-capuava-para-uso-publico/> Acessado em maio/2021.

Figura 13: Antes das intervenções da prefeitura. Outubro de 2015.



Fonte: Colagem digital a partir de imagens do Google Maps. (2018)

Figura 14: Com as intervenções da prefeitura, obras recém-inauguradas. Dezembro de 2016.



Fonte: Colagem digital a partir de imagens do Google Maps. (2018)

É comum que o agente promotor da valorização desses espaços seja o poder público. Acompanhando uma tendência geral, impulsionada pelos debates acerca da questão patrimonial, constata-se que, em Anápolis, assim como em outros municípios

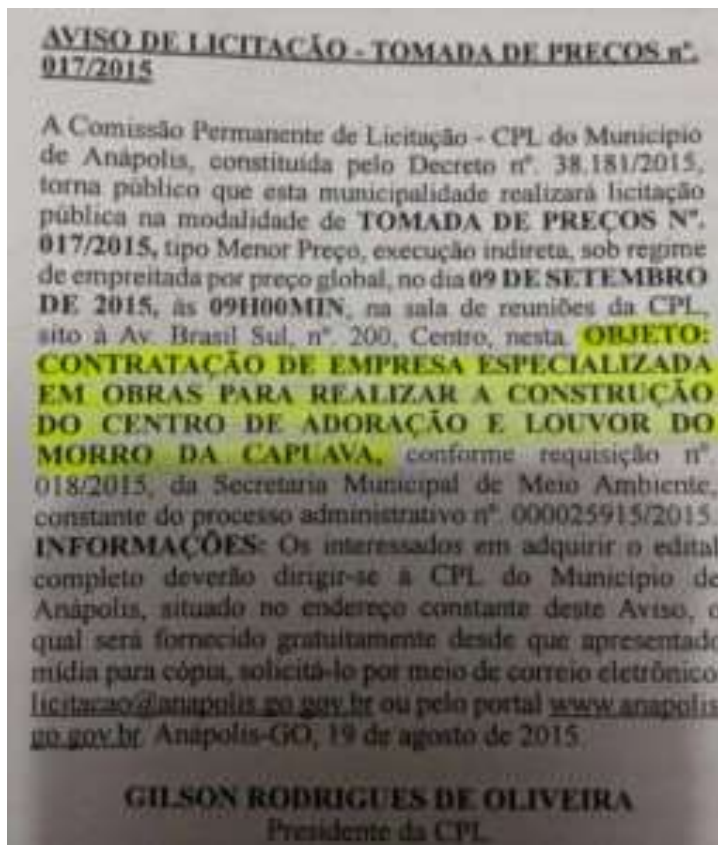
[...] lançou mão de instrumentos urbanísticos para a proteção de áreas históricas. Apesar das dificuldades de se realizar uma efetiva integração entre essas políticas, como mostramos, o fato é que a partir desse momento muitos municípios brasileiros passaram a lançar propostas não somente de conservação de áreas, mas incorporaram em certa medida a ideia de sua reabilitação. (CASTRIOTA, 2009, p. 245)

## 2.6 Domínio/ Usufruto: Reações *online*, protestos contra o “Centro de Louvor e Adoração” (2015-16)

A publicação no Diário Oficial de um processo licitatório para a construção de um “Centro de Adoração e Louvor” (figura 15) no espaço do Morro da Capuava, motivou reações e debate por parte de alguns segmentos sociais. Segundo matéria do Portal 6, o partido “Rede Sustentabilidade” e o Coletivo “Anapolinos pela Democracia” protocolaram representação junto ao Ministério Público Estadual, contestando a decisão.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> PORTAL 6. Disponível em: <https://portal6.com.br/2015/09/01/morro-da-capuava-coletivos-apresentam-representacao-contraprefeitura-de-anapolis-no-mp>. Acesso em maio/2021.

Figura 15: Aviso de licitação para dar seguimento à construção do “Centro de Adoração e Louvor”.



Fonte: Portal 6, em matéria de 30 de setembro de 2015. Prefeitura vai construir “Centro de Adoração” no Morro da Capuava. Disponível em: <https://portal6.com.br/2015/08/28/prefeitura-de-anapolis-vai-construir-centro-de-louvor-e-adoracao-no-morro-da-capuava/>. Acesso: maio/ 2021.

Alegaram que o nome do espaço trazia forte conotação evangélica/protestante, atendendo interesses do “*lobby* de igrejas evangélicas”, o que feriria a laicidade do espaço e, por consequência, o direito de livre manifestação dos frequentadores. Essa reivindicação por um espaço urbano democrático, torna-se bastante emblemática na história recente do município. Segundo Castriota (2009), uma vez que o patrimônio precisa estar integrado à realidade social onde está inserido, as estratégias de proteção patrimonial também necessitam

[...] criar mecanismos para se perceber o ponto de vista dos moradores e das comunidades envolvidas, que muitas vezes difere da perspectiva dos técnicos dos órgãos de preservação. Além disso, já no funcionamento diário das políticas do patrimônio, é preciso, em muitos casos, também se democratizar os conselhos de patrimônio, ampliando-se sua composição, de forma a se incorporar os diversos atores sociais, garantindo-se o exercício de um verdadeiro debate democrático. Por fim, parece-nos fundamental ainda se garantir o caráter deliberativo desses conselhos, o que diminuiria a possibilidade de ingerência direta e extemporânea dos agentes políticos no processo. (CASTRIOTA, 2009, p. 183)

À época do anúncio das obras a se realizarem, o debate mobilizou também as redes virtuais (grupos no *Facebook* e outros) e plataformas de abaixo-assinado *on-line*, em protesto contra a construção. A repercussão negativa fez com que o poder público municipal recuasse, sendo realizadas as obras de infraestrutura, mas conservando o espaço livre, não-edificado.

Um abaixo-assinado *on-line* na plataforma *change.org*<sup>77</sup> pedia que se “Cancele a construção do Centro de Adoração e Louvor no Morro da Capuava”. Não consta a data da petição, apenas a informação de que fora postado a seis anos (2015, portanto) e que se encontra encerrado, tendo obtido 211 apoiadores e 69 comentários.<sup>78</sup>

Os comentários no abaixo-assinado são uma amostra de como este segmento contrário à construção percebe o Morro da Capuava, e manifestam seu desejo de como este deveria ser/se conservar. A opinião predominante – expressando preocupação pela laicidade da administração, que poderia estar comprometida, e pelo custo econômico da obra – pode ter sido influenciada pelo teor da redação da petição, cuja justificativa diz:

Não compete à Secretaria do Meio Ambiente de Anápolis se ocupar de construir templos religiosos, compete a ela promover a preservação do meio ambiente na cidade. Construir algo que promova a consciência do cuidado com a natureza no local é uma proposta a ser pensada, mas um centro de religiosidades só irá degradar ainda mais o Morro da Capuava!

Além disso, a cidade de Anápolis precisa promover o bem estar dos seus cidadãos em cada setor e não promover a centralização dos serviços o que impõe o deslocamento de todos para um só ponto.

Ainda, faltam os serviços mais essenciais em muitos bairros da cidade, tais como: saneamento básico, creches, postos de saúde, escolas. Portanto, investir na religião não é prioridade para o bem estar dos anapolinos.

A população tem o direito de se manifestar e até se opor aos gestores públicos, de modo a exigir respostas e possíveis correções em suas ações! Essa reivindicação não se trata de oposição a qualquer religião, mas, antes, uma defesa da laicidade do Estado e do dever do Estado em garantir os direitos básicos e fundamentais de seus cidadãos.

Assinem para encaminharmos para os responsáveis em Anápolis, só reclamar não resolve nada!!

Lembro três dos principais deveres dos administradores: Dever de probidade; Dever de eficiência e Dever de prestar contas.

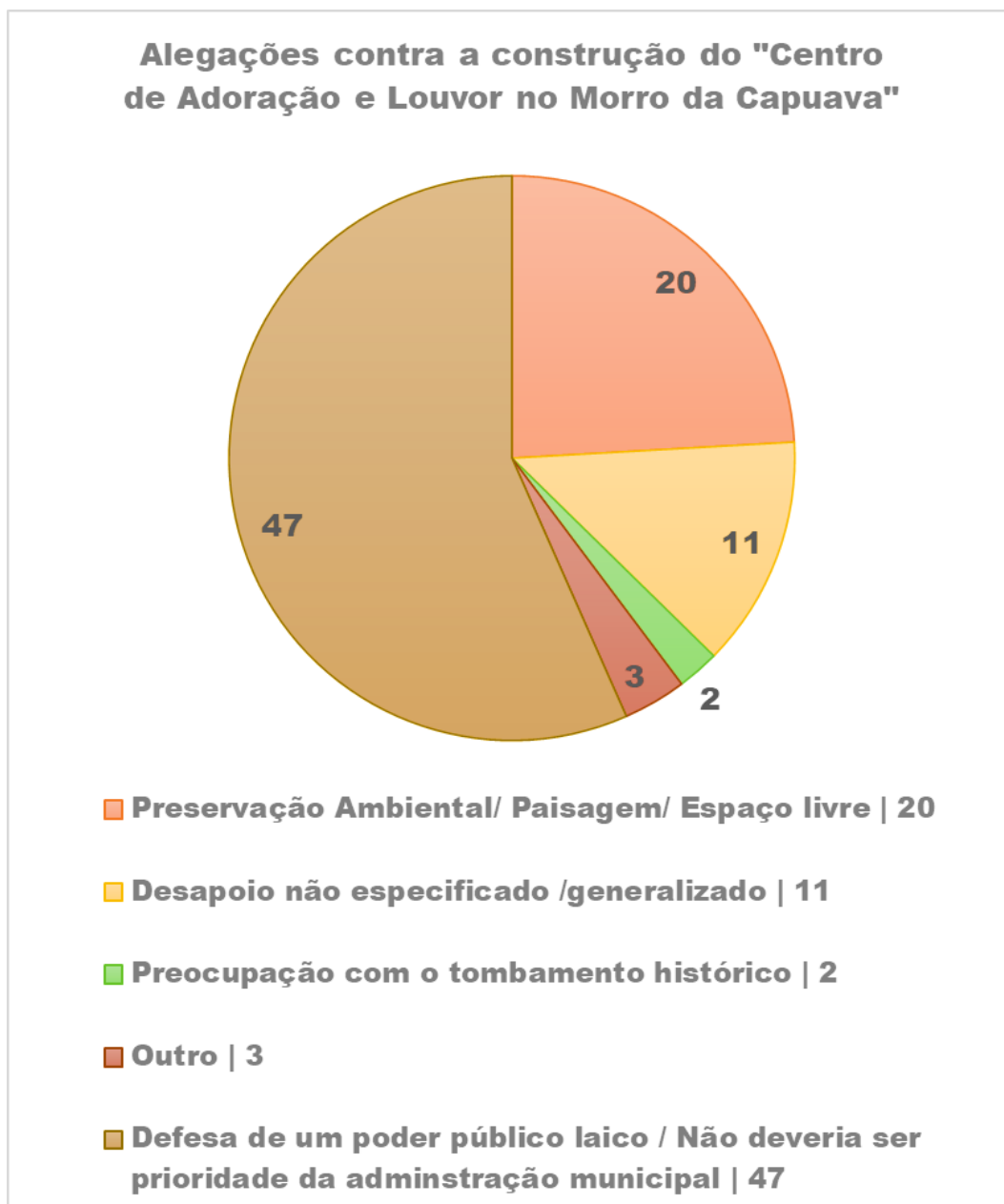
O dever de probidade significa a retificação de algumas intenções e comportamentos da atuação do agente que venha a demonstrá-las incorretas. Já o dever de eficiência consiste na produtividade, perfeição do trabalho, adequação técnica aos fins que a administração almeja, para que se alcance bons resultados. [sic] (Change.org, 2015)

<sup>77</sup> Disponível em: <https://www.change.org/p/prefeitura-de-an%C3%A1polis-cancele-a-licita%C3%A7%C3%A3o-para-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-centro-de-adora%C3%A7%C3%A3o-e-louvor-no-morro-da-capuava>. Acesso em maio/2021.

<sup>78</sup> Tentamos localizar a autora da petição, indicada como Camilla Borges, mas isso não foi possível, pois a plataforma não oferece nenhum meio de contato direto.

Os 69 comentários na petição foram lidos e categorizados conforme o teor do argumento empregado para opor-se ao projeto. Os comentários que apresentavam mais de um dos argumentos da classificação foram contabilizados separadamente em cada categoria, ou seja, o mesmo comentário pode ser contado mais de uma vez. O gráfico 1 a seguir, mostra essa classificação e o peso dado a cada uma das alegações.

Gráfico 1: Classificação das alegações presentes nos comentários da petição online pelo cancelamento da construção do “Centro de Adoração e Louvor no Morro da Capuava”.



Fonte: Dados da plataforma *Change.org*, sistematizados pelo autor. (2021)

Não se trata de compreender o patrimônio como algo inalterado no tempo e descolado da realidade social. No entanto, concordamos que a justificativa da petição pelo cancelamento da construção parece plausível, uma vez que poderia alterar a dinâmica existente no local: desde a divisão fundiária até o uso espontâneo e contínuo por grupos plurais. Evidentemente, qualquer proselitismo é nocivo à noção de respeito à religiosidade de outrem e à possibilidade de existirem espaços ecumênicos.

Antes de qualquer intervenção no tecido vivo da cidade é muito importante a percepção dos mecanismos criadores de significado em jogo ali: é vital perceber, acima de tudo, como os moradores e usuários utilizam e valorizam aqueles espaços que constituem o seu dia-a-dia. É necessária, para isso, a criação de mecanismos que permitam a real e efetiva participação dos agentes envolvidos no processo, em todos os seus momentos: na elaboração, implantação e gestão dos projetos a serem eventualmente desenvolvidos. (CASTRIOTA, 2009, p.91)

As obras de revitalização do espaço foram concluídas no final de 2016, concedendo ao espaço diversas melhorias, mas sem a construção de um templo, de nenhuma denominação, nem ecumênico. O uso do espaço continua público e ao ar livre.

Permanecem, porém, traços que perturbam o caráter público do lugar, denotam a indistinção entre a coisa pública e o que é privado, e até mesmo a tentativa de imposição de uma determinada visão de mundo, de acordo com uma determinada denominação religiosa. Exemplo disso pode ser observado na figura 16, que mostra uma placa afixada no espaço do morro com os dizeres: “O Pastor Erivaldo te deseja a benção de Deus. Utilidade Pública!”.

Há o risco de que o conservadorismo crescente, leve à segregação do espaço para o uso coletivo de um perfil muito restrito de frequentadores, impedindo, pelo constrangimento, a pluralidade e o livre exercício que caracterizam o espaço dito público. Espaços são “privatizados” não apenas pela fiscalização e repressão, mas também por essa vigília moral coercitiva, que subverte a natureza política do espaço público, na qual se desenvolvem os movimentos de luta pelo “direito à cidade”, a presença e a convivência da(s) diversidade(s) e o encontro (e até mesmo o embate) entre todas as camadas que constituem a sociedade. De acordo com Serpa,

Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica [...] (SERPA, 2019, p. 57).

Figura 16: Placa fixada no espaço público do Morro da Capuava.



Fonte: fotografia do autor. Fevereiro de 2021.

É possível dizer que no espaço do Morro da Capuava faz-se uma exceção à norma geral dos espaços contemporâneos, onde as relações sociais são permeadas por trocas monetárias e “sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis de se sustentar”. (Harvey, 2008, p. 82). Porém, se não há restrições econômicas de acesso a este espaço, é preciso observar os riscos de uma especialização de seu uso (para fins devocionais, neste caso), o que poderia, ainda que de forma implícita, determinar um *ethos* local – padrões de conduta aceitáveis e indesejáveis – o que termina por ferir a total liberdade de apropriação e manifestação que deve caracterizar um espaço público.

## CAPÍTULO 3

### Origens, olhos d'água - Significado Ambiental

Situado a noroeste do município de Anápolis, o Morro da Capuava é um ponto elevado numa região de serrarias, que limita em parte a expansão urbana por suas condições altimétricas, conformando um ponto que divide a paisagem urbanizada (sentido leste) e a paisagem rural (sentido oeste). Uma vez compreendido como lugar de interesse para usufruto de seus frequentadores e como importante marco histórico da cidade, empreende-se a pesquisa de seu entorno físico e questões ambientais que dizem respeito ao espaço do Morro da Capuava.

Primeiramente, o espaço de uso público, o topo do referido morro, é considerado pela legislação municipal uma Área Especial de Interesse Ambiental (AEIA), ficando sujeita às restrições da legislação específica sobre esse tipo de zoneamento. As nascentes na encosta do morro, formam uma extensa rede hídrica que compõe o Ribeirão João Leite, que é responsável pelo abastecimento da capital Goiânia. Devido a isso, o Macrozoneamento dessa região do município se insere na Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite (APAJoL), de jurisprudência estadual, sobre a qual incide uma legislação própria. O Morro da Capuava também foi tombado como patrimônio ambiental, como foi referido no capítulo anterior.

Os aspectos naturais do local serão estudados neste capítulo e avaliadas suas condições de preservação e as sobreposições entre as legislações que incidem sobre essa porção territorial. Dois principais tópicos ambientais serão considerados, por sua importância: o abastecimento hídrico (que anualmente se mostra deficiente, sobretudo no fim do período de estiagem – entre os meses de agosto e setembro) e a preservação de áreas remanescentes de Cerrado.

Como constituintes dos atributos do sítio, a paisagem natural (zona rural) circundante e o horizonte distante, relevo, flora e fauna; são todos objetos de apreciação contemplativa e sua conservação tem esse duplo aspecto: ambiental e cultural. Avaliando as determinações do Plano Diretor Participativo de Anápolis (PDPA), é possível prescrever a permanência e as possíveis alterações urbanísticas, construtivas e paisagísticas permitidas para este horizonte espacial, bem como danos e riscos ambientais e potencialidades de usos sustentáveis para a área.

Uma vez que o Morro da Capuava oferece visão panorâmica praticamente total (e que seria impossível tratar de todos as questões ambientais do município), optamos por delimitar este estudo considerando sua situação na APAJoL – seu topo, as encostas, e parte da visão que abrange para oeste, compreendendo suas nascentes e afluentes, que contribuem para a formação do Ribeirão João Leite e do seu represamento artificial.

Partindo de pesquisas bibliográficas, avalia-se características do ambiente geral do Cerrado e específico da APAJoL e problemas de degradação verificados na área de estudo. Através de visitas *in loco* e imagens de satélite (obtidas do *software* Google Earth), aponta-se problemas ambientais percebidos no entorno do Morro da Capuava e seus agentes causadores. A identificação das Áreas Especiais definidas pelo PDPA se deu por arquivo de carta-imagem disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Anápolis (utilizando-se *software* AutoCAD) e que serviu para produção de figuras para melhor demonstrar os aspectos ambientais que se quis destacar.

### 3.1 Traços – Caracterização do Cerrado

O Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade. Tal fato contrasta com sua aparente aridez. O sistema biogeográfico do Cerrado (Dutra e Silva; Barbosa, 2020) evoluiu em perfeita adaptação aos condicionantes físicos que o constituem, bem como à fenômenos naturais (como tempestades e incêndios) e às mudanças estacionais, bastante distintas, tendo alcançado seu clímax evolutivo. (Barbosa, 2014)

O Cerrado foi milenarmente adaptando-se ao solo ácido e seco, à intensa radiação solar, aos incêndios naturais, às fases muito demarcadas de chuva e estio, o que resultou em complexas relações entre seus recursos e organismos. Desse cenário improvável, depende o abastecimento de lençóis freáticos e dos principais aquíferos brasileiros: as águas pluviais só penetram o solo através do sistema de raízes da vegetação do Cerrado. No Planalto Central afloram olhos-d'água.

Esse serviço ecossistêmico é de relevância crucial no Bioma Cerrado: a estrutura radicular das plantas nativas do Cerrado evoluiu durante 40 milhões de anos para absorver as águas das chuvas, marcadas por sua sazonalidade. Não por menos, a vegetação nativa do Cerrado tem plantas com apenas um terço de sua estrutura exposta acima do solo, sendo os demais dois terços no subsolo mediante um sistema radicular extremamente complexo. (SEMAD, 2019, p. 318)

Por sua extensão, o Cerrado ocupa diferentes conformações geológicas, mas costuma ser mais amplamente associado à vegetação e ao território do Planalto Central. Ab'Sáber (2003) ao definir em termos gerais o ambiente do Planalto Central, ressalta as qualidades das amplas perspectivas visuais obtidas desses altos relevos:

Terraços cascalhentos, mal definidos nas vertentes. [...] Enclaves de matas em manchas de solos ricos ou em áreas localizadas de nascentes ou olhos d'água perenes [...] formando "capões" de diferentes ordens de grandeza espacial. [...] Por toda a parte, visuais notáveis do pôr-do-sol, no largo horizonte do Planalto. (AB'SÁBER, 2003, p. 18-19)

É curioso como esse efeito quase cenográfico, de silhuetas de árvores tortuosas contra o céu, é associado inerentemente ao Cerrado e até figura nas representações socioculturais e midiáticas mais diversas. Entretanto, o Cerrado compõe-se de paisagens e composições florísticas diversificadas. Segundo Ab'Sáber (2003), as características da vegetação do cerrado são determinadas pela posição e volume d'água existente logo abaixo da superfície, e sua disponibilidade durante a estação seca.

O ritmo marcante do tropicalismo regional, com estações muito chuvosas alternadas com estações secas [...] implica uma preservação intensiva dos padrões de perenidade dos cursos d'água regionais. Mesmo nos canais de escoamento laterais aos chapadões e de reduzida extensão permanece uma espécie de linha úmida d'água quase superficial, que atravessa toda a estação seca no meio do ano. Este lençol d'água também sofre variações, de um a quatro metros no subsolo superficial dos cerrados, continuando, porém, tangente à superfície da topografia, o que alimenta as raízes da vegetação lenhosa nessa área. (AB'SÁBER, 2003, p. 38)

O que determina o aspecto tortuoso dos caules é a presença de ferro e alumínio no solo. A aparência xeromórfica<sup>79</sup> de muitas espécies do Cerrado é falsa, o que pode ser observado pela manutenção da folhagem verde, mesmo no período de estiagem. Existe água permanentemente disponível nos cerrados. Espécies da vegetação nativa, adaptadas a essas condições, desenvolveram raízes profundas, que mesmo durante a estação seca conservam sua folhagem.

A natureza física e ecológica dos cerrados possui poucas deficiências hídricas no solo subsuperficial, apresentando entretanto fortes deficiências de umidade do ar na prolongada estiagem do meio do ano. [...] A flora dos campos cerrados é exposta ao máximo de iluminação pelo clima, que se caracteriza por um número elevado de dias de céu descoberto e pela natureza da vegetação rala que produz sombra mínima. (AB'SÁBER, 2003, p. 120)

---

<sup>79</sup> Capacidade de inibir a perda de água por evaporação, característica associada a cactos e outras espécies desérticas.

Pelo longo histórico de queima, estas áreas apresentam comunidades adaptadas ao fogo: algumas espécies apresentam estratégias fisiológicas (rápida recuperação após a queimada), morfológicas (proteção de gemas abaixo da superfície) e ecológicas (sincronismo da floração ou germinação associado à queimada, estratégia que favorece a ocupação de espaços abertos após o fogo). É observado o aumento do uso da área queimada por comunidades de herbívoros pelo aumento de recurso alimentar pela rebrota das áreas queimadas. O Cerrado se destaca pela vasta diversidade ambiental e pela dinâmica interdependente das populações que sobrevivem de seus recursos e colaboram igualmente para seu equilíbrio e manutenção. Deste modo, [...] “a vegetação dos cerrados conseguiu a façanha ecológica de resistir às queimadas, renascendo das próprias cinzas, como uma espécie de fênix dos ecossistemas brasileiros”. (AB’SÁBER, 2003, p. 43). Parece conciliar-se aqui certa beleza e certa feiura cênica, um aspecto raquítico de impressionante resistência, uma aridez superficial a esconder seus recursos hídricos, subterrâneos.

A região central dos cerrados ocupa, predominantemente, maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira [...]. Onde ocorrem bancadas de laterita, na cimeira dos platôs, aparecem [...] campos pontilhados de arboretas anãs. (AB’SÁBER, 2003, p. 37)

O Morro da Capuava é um exemplar desse tipo de formação fitogeográfica, característico das serrarias no Planalto Central. Nas figuras 16+1 e 18, observa-se do platô que constitui seu espaço público, mirando o norte, as formações vegetais típicas em sua encosta, caracterizada por florestas savânicas, ou, na concepção mais popular, por seus galhos tortuosos. Também se observam as matas ciliares – que se apresentam como manchas densas nos vales de nascentes e os campos, onde figuram algumas espécies de maior estatura.

Ab’Sáber (2003) afirma que a supressão do revestimento vegetal primário para dar lugar a espaços agrários e o desenvolvimento e subdesenvolvimento periurbanos, são as principais ações antrópicas que ameaçam os ecossistemas, notadamente nos países em desenvolvimento, e no caso brasileiro, o Cerrado.

Os cerradões [...] pertencem a um patrimônio biológico arcaico, comportando-se como adensamento de fitomassas de cerrados, verdadeiras florestas reexpandidas na cimeira dos planaltos regionais. [...] quando degradados por extensivas ações antrópicas, não se refazem facilmente. E, na prática, jamais se recompõem. (AB’SÁBER, 2003, p. 42)

Figura 16+1: Paisagem da direção norte, a partir do Morro da Capuava. Formações vegetais de campos, matas ciliares e floresta de Cerrado.



Fonte: fotografia do autor. (2019)

Figura 18: Paisagem ao sul do Morro da Capuava. Ao centro, espécie lenhosa e de caule tortuoso, características identificadas à vegetação do Cerrado.



Fonte: fotografia do autor. (2019)

### 3.1.1 Impacto - situações de degradação no Cerrado

Acerca dos aspectos geológicos, Ab'Sáber (2003, p. 37) afirma que “o tipo de solo da estrutura superficial das áreas mais elevadas na região do Cerrado é constituído por solos pouco profundos e por fragmentos de material rochoso, dispostos caoticamente na superfície, na forma de lateritas<sup>80</sup>”. A camada de solo formada por partículas minerais e orgânicas é rasa, e, sendo de menor permeabilidade, esse tipo de solo possui maior vulnerabilidade à erosão, o que é agravado onde o relevo apresenta declives acentuados e, sobretudo, quando falta a cobertura vegetal.

O fogo fez parte da evolução do Cerrado, mas ocorria muito mais na estação chuvosa e graças a raios, sendo predominantemente de superfície. Atualmente ocorre com frequência maior que outrora devido a ação antrópica e, sobretudo, no período seco, causando impactos mais severos (Dutra e Silva; Barbosa, 2020). Além disso as áreas naturais são cada vez menores e mais fragmentadas, o que agrava a perda de áreas remanescentes por incêndios frequentes.

A exploração econômica das áreas de Cerrado, transformando sua vegetação nativa em campos de monoculturas, é um fenômeno relativamente recente, mas que transformou profundamente as paisagens em curto espaço de tempo.

A agricultura anual representa 8,54% de uso e cobertura no bioma, são áreas extensas que apresentam monoculturas de ciclo anual, que utilizam padrões mecanizados, produtos defensivos, uso de certificações. A agricultura perene representa 3,15% de utilização do bioma, sendo caracterizada pelas colheitas sucessivas, sem necessidade de novos plantios pós colheita. Geralmente são espécies únicas, com longos ciclos vegetativos, e 54,62% são áreas naturais/naturais não vegetadas, com atividades produtivas pouco intensivas ou de subsistência. Por sua vez, a área de pastagem possui uma vegetação de forragem, gramíneas, visando a atividade de pecuária, representando 29,46% da área em relação ao uso e cobertura no bioma. (CAVALCANTE, 2018, p. 94)

Contudo, o reconhecimento da riqueza do Cerrado pouco se refletiu em termos de ações de efetiva proteção ambiental seja pelo baixo percentual de áreas de proteção integral, seja pelas “crescentes as pressões em favor da expansão da fronteira agrícola. Tal fato, coloca a região num contexto ambiental insustentável”. (CAVALCANTE, 2018, p. 91). A correção do solo, por meio de insumos químicos e defensivos agrícolas, altera suas características e, dado o tempo de formação desse sistema biogeográfico, há o risco de perdas irreparáveis em

---

<sup>80</sup> Esse tipo de formação rochosa, com a aparência de um cascalho ferruginoso, pode ser facilmente observado na encosta do Morro da Capuava.

seu equilíbrio ecossistêmico (Dutra e Silva; Barbosa, 2020). Além disso, os fertilizantes e insumos agrícolas escoam diretamente para as águas superficiais, utilizadas para o consumo humano.

Esses impactos são observados no Cerrado em geral, como efeitos da ação antrópica sobre o território. O quadro se repete regionalmente, bem como em escala local: “A utilização imediata e pouco racional dos capões de mata “matos grossos” eliminou a cobertura vegetal e estragou os solos de modo quase irreversível (caso dos capões de matas situados ao norte de Anápolis e do extenso mato grosso de Goiás [...]). (AB’SÁBER, 2003, p. 19).

### 3.2. Um território definido por água – APA do Ribeirão João Leite

Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é criada conforme o planejamento regional (seja intermunicipal, estadual ou nacional) com fins de conservação de algum recurso natural ou ecossistema considerado de interesse, buscando conciliar a ocupação humana e as atividades econômicas (via uso sustentável) com a manutenção da oferta do recurso, considerado importante para a qualidade de vida da população que dele se beneficia. O objeto desse tipo de proteção legislativa pode ter valor estético, cultural, de manutenção de determinado serviço ambiental ou a combinação entre estes fatores.

Assim, a APA do Ribeirão João Leite (APAJoL) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável no Estado de Goiás, que tem por finalidade compatibilizar a preservação ambiental – necessária para manter o abastecimento de água – com as atividades econômicas, regulando o uso sustentável dos recursos naturais dentro de sua área de abrangência. Tem como preceito assegurar as condições para a manutenção e qualidade dos recursos hídricos, proteger os remanescentes de Cerrado e melhorar a qualidade de vida da população local por meio de orientação e disciplinamento do uso do solo para as atividades econômicas, desde que compatíveis com a preservação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

Pautada pelo interesse coletivo, a regulação estatal sobre as atividades produtivas e a ocupação de tal território, aplica-se por meio da legislação ambiental e os usos na área ficam condicionados a seguir as orientações do Plano de Manejo, baseado em critérios técnicos, sem que para isso as terras sejam desapropriadas (estatizadas). Ou seja, mesmo o uso das propriedades particulares deve estar compatível com os objetivos da criação da APA, sendo

principalmente incentivadas as atividades de educação ambiental, visitação, pesquisa científica e outros usos sustentáveis.

Os dados (ISA, 2012) apontam que as áreas de proteção legal correspondem à apenas 3,63% do território goiano, o que o coloca como uma das unidades federativas com menor índice de áreas protegidas, sob a forma de Unidades de Conservação (UCs) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Inserido no interior da APAJoL, o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (criado pela Lei Estadual nº 11.878/1992), é uma Unidade de Conservação Integral (tipo de delimitação mais restritiva) no qual é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, para fins de pesquisa, turismo ecológico e educação ambiental, por exemplo.

Apesar da elaboração do Plano de Manejo<sup>81</sup> constituir importante ferramenta estratégica para a gestão de uma APA, “o Plano de Manejo da APAJoL foi finalizado somente em 2009, com sua aprovação devidamente legitimada por meio da Portaria SEMARH nº008/2010”. (SEMAD, 2019, p. 230). Uma revisão foi publicada e aprovada através da Portaria nº 119, em 2019 pela SEMAD. As determinações do Plano de Manejo serão explanadas em tópico específico mais adiante.

Com cerca de dois milhões de habitantes, a região metropolitana de Goiânia é uma das que mais crescem em extensão e densidade no Brasil. Para assegurar seu abastecimento de água, foi criada a APAJoL através do Decreto nº 5.704, de 27 de dezembro de 2002 e construída a barragem do Ribeirão João Leite no ano de 2005. Seu enchimento se concluiu em 2009 (GOIÁS, 2002). A barragem assegura o abastecimento, mesmo durante a estação seca anual, quando o volume de água do Ribeirão João Leite diminui significativamente.

A bacia do Ribeirão João Leite possui área de 761 km<sup>2</sup>, com uma extensão de 130 km e suas nascentes são localizadas na região montanhosa conhecida por Serra do Sapato Arcado que abrange o território de sete municípios goianos: Goiânia, Anápolis, Nerópolis, Ouro Verde de Goiás, Goianápolis, Campo Limpo de Goiás e Terezópolis de Goiás (SEMAD, 2019). A área compreendida pela APAJoL é um pouco menor do que a da bacia do mesmo rio, abrangendo aproximadamente 720 km<sup>2</sup>.

---

<sup>81</sup> As determinações do Plano de Manejo serão explanadas no tópico 3.4.2, mais adiante.

Os mapas 1 e 2 apontam a localização e as dimensões espaciais da APAJoL. Para sua produção, foram utilizados os bancos de dados do SIEG (Sistema Estadual de Geoinformação) e do LAPIG-UFG (Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás), operacionalizados em *software* livre QGIS, versão 3.8.

O Mapa 1 localiza a APA do João Leite e o limite municipal de Anápolis no Estado de Goiás. Demonstra ainda a área da APA que intersecciona o território de Anápolis. Para dar mais visibilidade às nascentes da Serra do Sapato Arcado – na parte oeste do município e entorno do Morro da Capuava, que interessam a essa pesquisa – suas linhas aparecem destacadas na espessura de seu curso, até o represamento, em relação aos demais cursos d'água. O Mapa 2 é uma representação gráfica do relevo na região, ao qual se sobrepõem a bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite, o perímetro da APAJoL, o limite municipal de Anápolis destacado e as manchas das demais áreas urbanas.

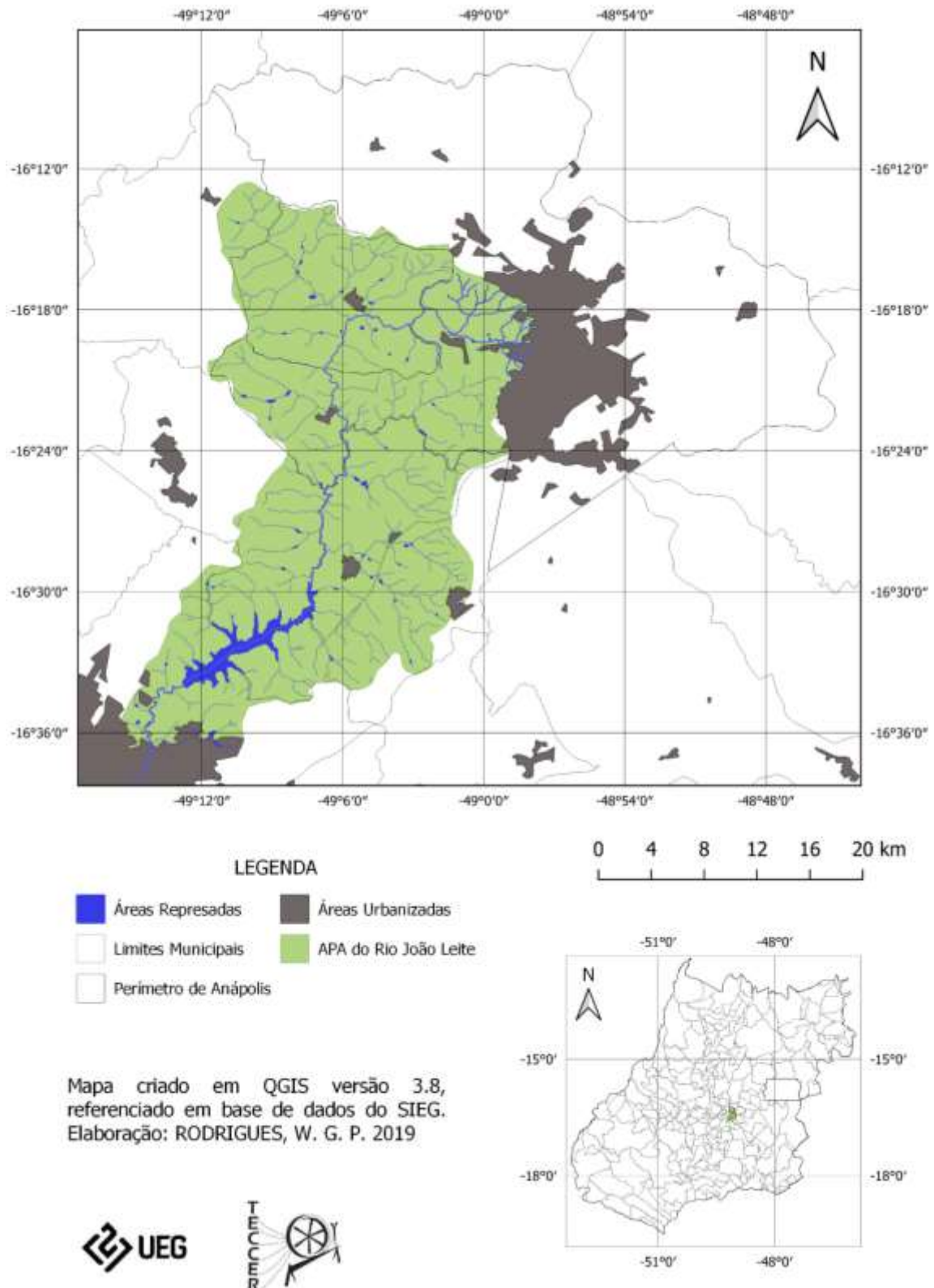
O principal desafio atualmente para a Bacia Hidrográfica do Rio João Leite é a promoção de práticas sustentáveis de preservação e conservação ambiental dos recursos hídricos a despeito das várias fontes de contaminação e degradação. A pecuária e a agricultura, aliadas ao uso de agrotóxicos e à falta de conservação de solos, são os principais problemas a serem resolvidos.

Segundo diagnóstico mais recente (SEMAD, 2019), as áreas de pastagem representam a parcela mais significativa na APAJoL, correspondendo a 53,96%. As áreas urbanas representam 3,94% do território da APAJoL – a maior parte pertencente ao município de Anápolis. Esse avanço da área urbana, no caso anapolino, vem apresentando crescimento desde o período da criação da APAJoL aos dias atuais, mediante a expansão do seu perímetro<sup>82</sup>. As áreas florestais também são expressivas, correspondendo a 24,58%, mas esse valor percentual é distorcido pela presença do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, o que significa que grande parte das áreas de vegetação nativa estão concentradas nessa Unidade de Conservação, e são pequenas e fragmentadas no restante da APA. Sabendo que há expressiva contribuição das nascentes à montante, denota-se a necessidade de se adotarem instâncias de proteção mais restritiva, para além dessa UC.

---

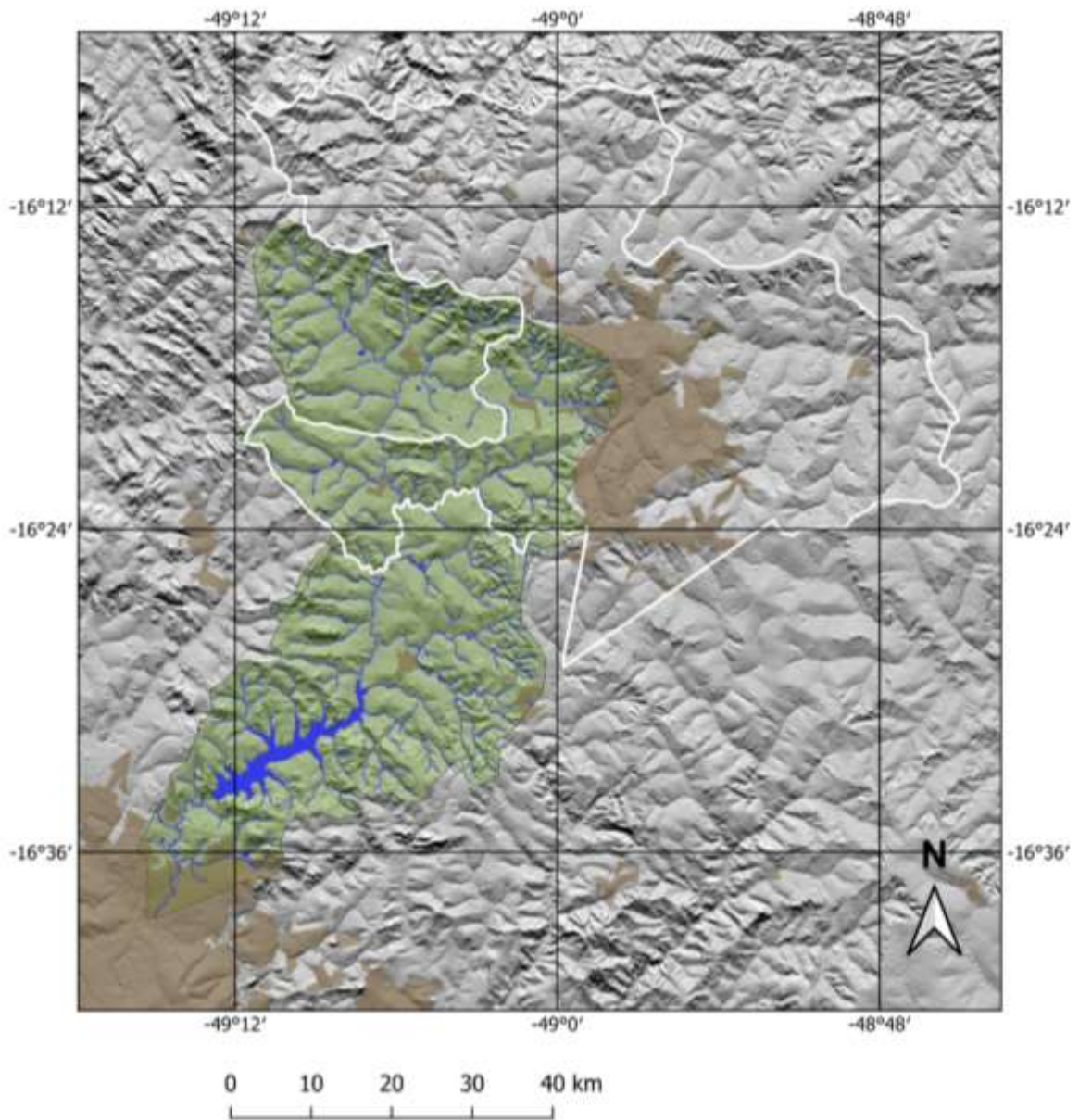
<sup>82</sup> A questão será explanada no item 3.3.5, mais adiante.

Mapa 1: Localização da APA do Ribeirão João Leite e sua intersecção com o Município de Anápolis – Goiás. Base de Dados de 2017







Fonte: do autor (2019)

Mapa 2: Relevo e bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite. Área da APAJoL, limite municipal de Anápolis e demais áreas urbanas. Base de Dados de 2017.



### LEGENDA

Cursos d'água	
Baragem do Ribeirão João Leite	
Áreas Urbanizadas	
APAJoL	

Mapa Criado em QGIS, versão 3.8, referenciado em base de dados do LAPIG-UFG. Elaborado por RODRIGUES, W.G. P., 2021.



### 3.2.1 Mananciais: Caracterização da APA do Ribeirão João Leite

Porém, a presença do Parque Estadual não significa necessariamente seu equilíbrio ecológico, uma vez que sua área é atravessada pela BR-060. A colonização de gramíneas facilmente inflamáveis nas margens dessa rodovia, o fluxo intenso de pessoas, o descarte indevido de lixo, vazamento de combustíveis, e agentes de incêndios (pontas de cigarro, por exemplo, ou mesmo queimadas intencionais, que posteriormente fogem ao controle), todos representam riscos à preservação na área. O atropelamento de animais também ocorre com frequência, agravando o processo de redução dessas populações. A área sofreu um incêndio de grandes proporções no ano de 2020.<sup>83</sup>

Em toda a APA do Ribeirão João Leite, verifica-se o predomínio da pecuária extensiva, uma vez que as pastagens ocupam mais da metade da área do local. Em geral, a APAJoL é pouco urbanizada e apresenta relevante porcentagem de vegetação nativa. Porém, a maior parcela dessa vegetação nativa encontra-se na Unidade de Conservação Integral e Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, as demais áreas ficando fragmentadas e dispersas pelo território. O Plano de Manejo revisado em 2019, traz dados sobre o uso e ocupação do solo na APAJoL, apontados em 2018, apresentados na Tabela 1, da qual foi gerado o Gráfico 2, demonstrando os outros usos que caracterizam o local. As áreas urbanas e florestadas (silvicultura) são pouco predominantes.

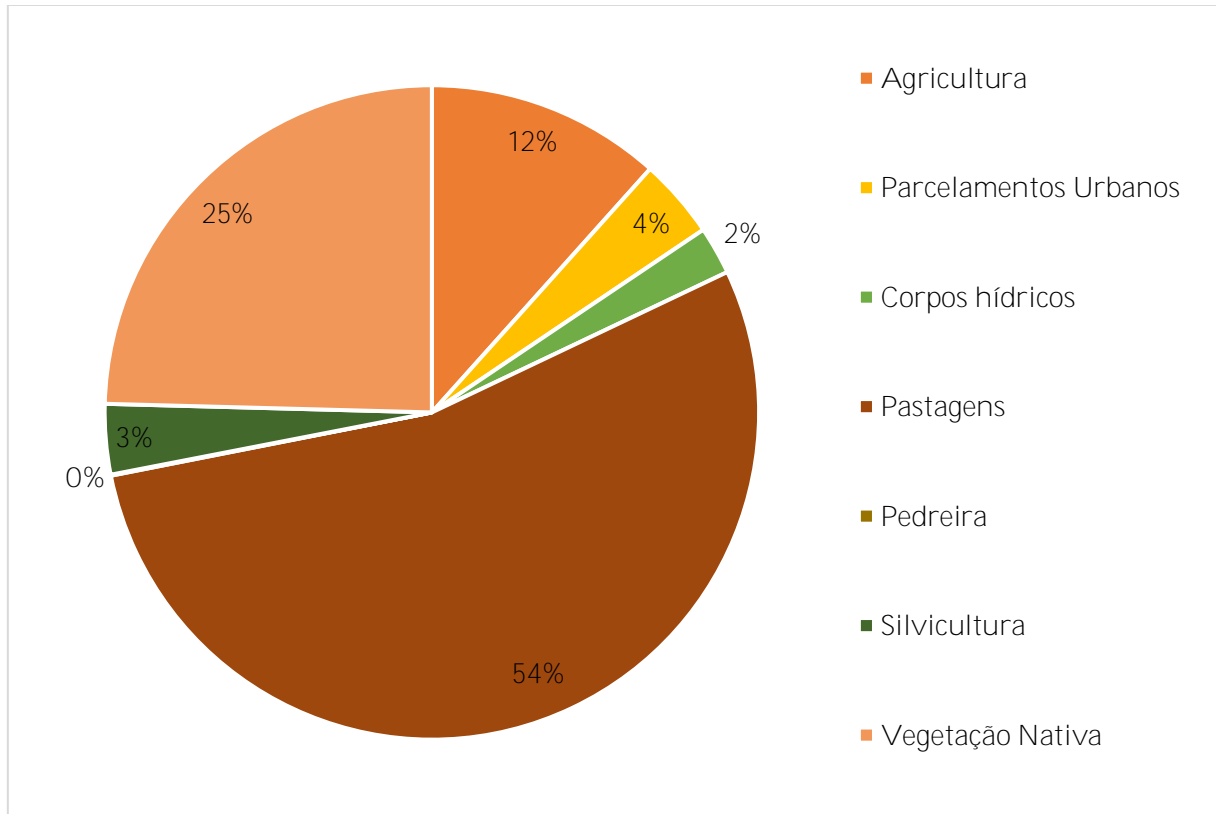
**Tabela 1: Uso do Solo e Ocupação na APAJoL, em Termos Absolutos (ha) e Relativos (%) - 2018**

<b>Classes de uso</b>	<b>Área em hectares</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Agricultura</b>	<b>8.300,58</b>	<b>11,63%</b>
<b>Parcelamentos Urbanos</b>	<b>2.913,25</b>	<b>3,94%</b>
<b>Corpos hídricos</b>	<b>1.688,78</b>	<b>2,37%</b>
<b>Pastagem</b>	<b>38.502,60</b>	<b>53,96%</b>
<b>Pedreira</b>	<b>33,16</b>	<b>0,05%</b>
<b>Silvicultura</b>	<b>2.476,35</b>	<b>3,47%</b>
<b>Vegetação Nativa</b>	<b>17.542,40</b>	<b>24,58%</b>

Fonte: Adaptado de SEMAD, 2019.

<sup>83</sup> Notícia publicada no G1 Goiás em 16/9/2020: “Incêndio atinge há quatro dias o Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, em Goiânia” em <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/09/16/incendio-atinge-ha-quatro-dias-o-parque-altamiro-de-moura-pacheco-em-goiania.ghtml>. Acesso em junho/2021. Também o site da SEMAD noticiou em 18/9/2020: “Incêndio no Parque Altamiro de Moura Pacheco é controlado”, afirmando que a área consumida pelo fogo era de 1.427 hectares ou cerca de 28% da área total do parque.

Gráfico 2: Uso do Solo e Ocupação na APAJoL, GO - 2018



Fonte: adaptado dos dados da SEMAD, 2019.

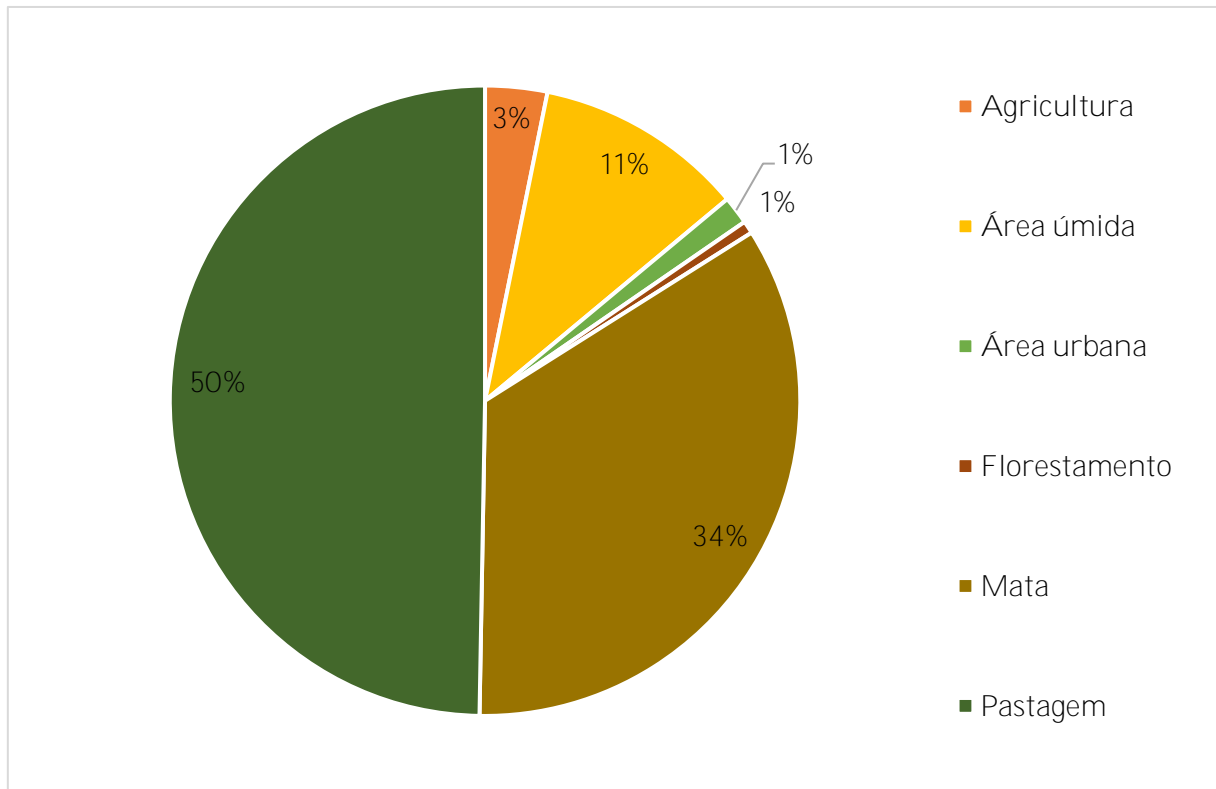
Analisando os dados apenas nas APPs, de acordo com o relatório da SECIMA (2015), os tipos de ocupação do solo mostram um quadro mais preocupante. As áreas de vegetação que deveriam ocupar a totalidade da área de APPs (para proteção dos mananciais e estabilização dos solos) correspondem a apenas cerca de um terço da área. Os índices de uso e ocupação em APPs estão descritos na Tabela 2 e Gráfico 3, por área e porcentagem.

**Tabela 2: Usos nas APPs do Bacia do Ribeirão João Leite, área e porcentagem - 2015**

Classes de uso	Área em hectares	(%)
Agricultura	315,5	3,2
Área úmida	1066,4	10,8
Área urbana	143,3	1,4
Florestamento	64,2	0,6
Mata	3391,3	34,2
Pastagem	4925,4	49,7
<b>Total:</b>	<b>9906</b>	<b>100</b>

Fonte: SECIMA, 2015.

Gráfico 3: Uso do Solo e Ocupação nas APPs da Bacia do João Leite, GO -2015



Fonte: adaptado dos dados da SECIMA, 2015.

O estado de precário de conservação das APP's na zona rural é indicado pelos relatórios técnicos como também pelos próprios produtores e residentes da região. Medidas de proteção às nascentes tem sido implementadas mas carecem de ampliação, para que isso venha a repercutir numa melhora significativa.

Na área rural, representantes locais relataram que há diversos problemas ambientais, como o desmatamento, principalmente em áreas de APP dos cursos dos rios e nascentes. Muitos produtores não tem a consciência da necessidade de preservar a mata ciliar, utilizando-se até mesmo desta área para plantio. Outra pressão sobre as APPs são os pecuaristas que permitem a aproximação do gado no curso rio e nascentes para dessedentação, o que tem causado impacto em nascentes. No entanto, importante apontar também que existem produtores que investem na recuperação dessas áreas com vista a manter a produção natural de água. (SEMAD, 2019, p. 228)

Os estudos de acompanhamento do uso do solo na região da APAJoL, desde 1984, apontam uma enorme perda por desmatamento, o que incide inclusive sobre áreas de proteção legal, seja para a produção agrícola, seja para a formação de pastagens.

Quanto à cobertura vegetal, constata-se para o período<sup>84</sup>, perda total de 315,4 km<sup>2</sup>, aproximadamente 35% da área total vegetada existente em 1984. As áreas de cultivo apresentam-se distribuídas por toda área de estudo, porém, é nítida a concentração na região leste do município de Anápolis, a vista seus relevos aplainados, favoráveis à mecanização e desenvolvimento de monoculturas, principalmente soja, cana e milho. De forma geral, [...] 27% das áreas cultivadas em toda extensão dos sete municípios se encontram dentro dos limites da APA. (SEMAD, 2019, p. 221)

O cumprimento dos objetivos da criação da APAJoL, ou seja, o provisãoamento de água para a região metropolitana de Goiânia, vai depender em grande medida da substituição de modelos produtivos obsoletos, como a monocultura e a pecuária extensiva, e da adoção de práticas de preservação ambiental para que se possa manter a vazão dos corpos hídricos e promover a melhoria da qualidade da água na Bacia, favorecendo a recarga e a retenção da água nos lençóis freáticos que alimentam as nascentes e córregos.

### 3.2.2 Intersecção – APA e Macrozona do Ribeirão João Leite-Anápolis

Importante instrumento de gestão das cidades, o Plano Diretor Participativo (PDP) tem por função regulamentar os serviços urbanos e as questões relativas à propriedade e ao cumprimento de sua função social, de modo a garantir a qualidade de vida das populações em equilíbrio com o território ocupado por um município. Anápolis, especificamente, tem o zoneamento de seu território definido a partir das Bacias Hidrográficas. São definidas Macrozonas, com diferentes requisitos e restrições em função da utilização dos corpos hídricos.

O Morro da Capuava – topo, encostas e nascentes – situa-se na Macrozona do Ribeirão João Leite, região oeste de Anápolis. De acordo com este zoneamento, 20% do território de Anápolis está inserido nessa área de planejamento (aproximadamente 194,45 km<sup>2</sup>). A incidência e intersecção da APAJoL com o município de Anápolis é demonstrada no Mapa 3.

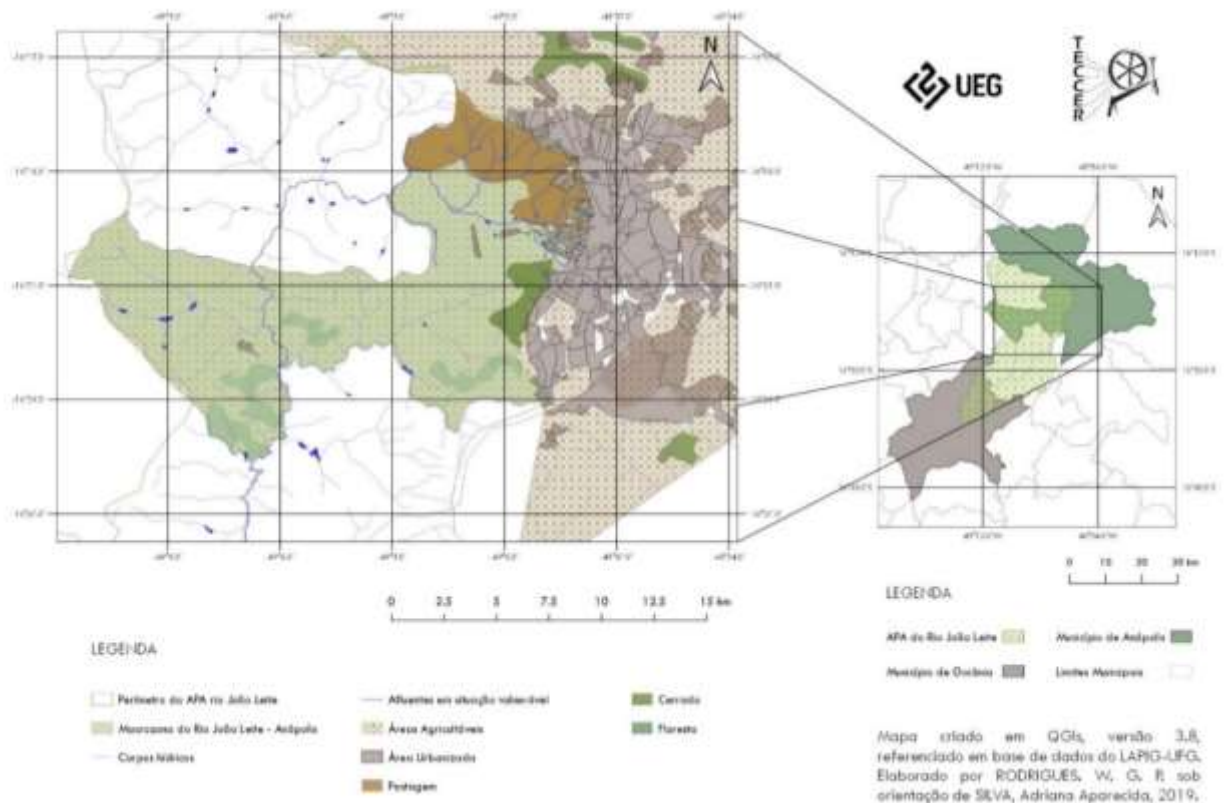
O Mapa 4, por sua vez, apresenta as morrarias à montante da represa, na chamada “Serra do Sapato Arcado”, mostrando os afluentes do Ribeirão João Leite e a concentração de nascentes no limite da área urbana oeste de Anápolis.

---

<sup>84</sup> Entre a criação da APAJoL, em 1992, e o último estudo realizado, em 2018.

As diretrizes de uso e ocupação dessa área que se intersecciona com a APA, são submetidas às definições do Plano de Manejo para a APAJoL – são, portanto, definidas segundo interesses estaduais, com fins de regulação dos usos e ocupações, desde que coerentes com o equilíbrio ambiental necessário ao provisionamento de recursos hídricos para o abastecimento do município de Goiânia.

Mapa 3: Localização da Macrozona do Rio João Leite; hidrografia, tipos de vegetação e ocupação urbana de Anápolis – Base de Dados de 2017.

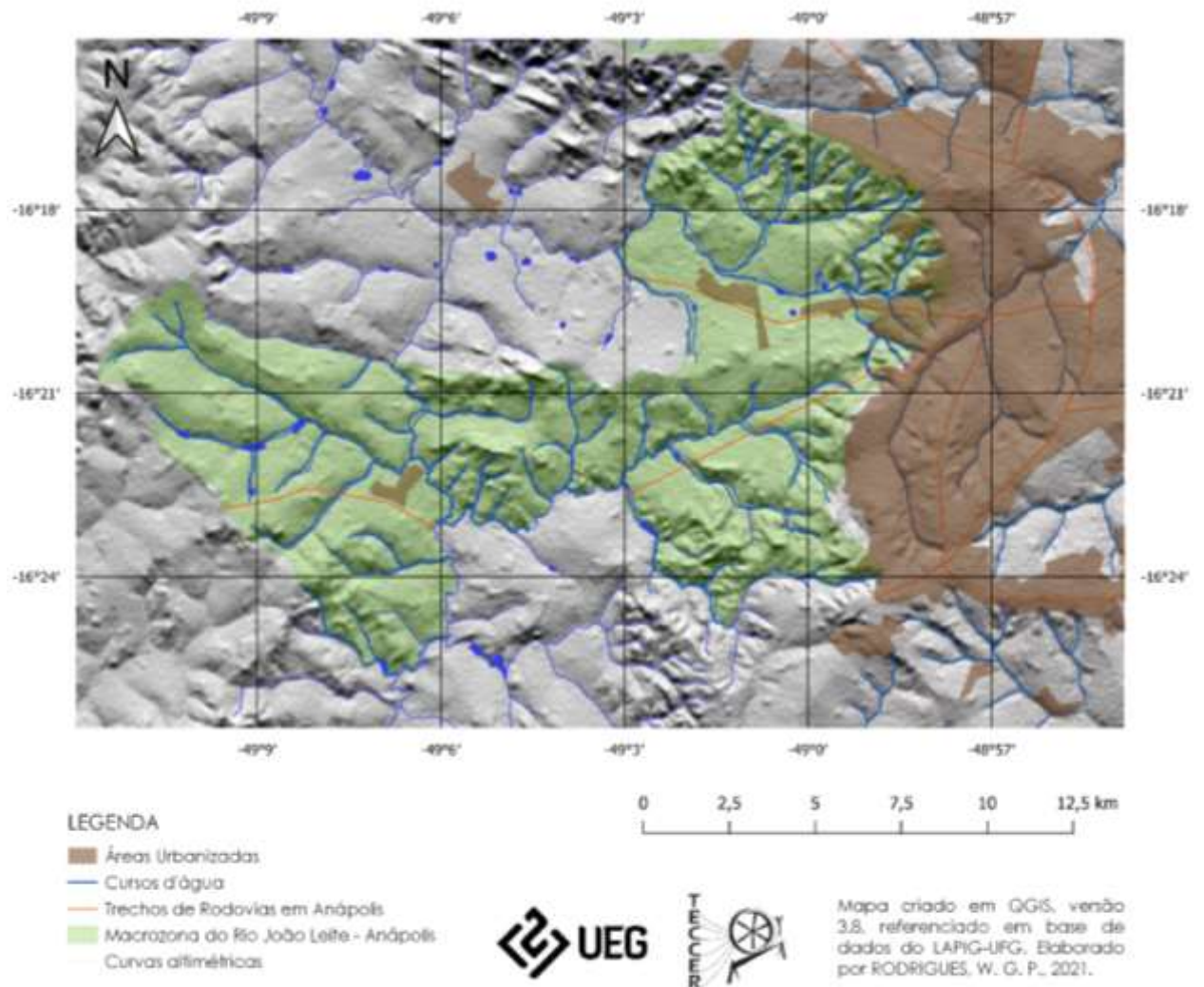


Fonte: do autor (2019)

O Plano Diretor Participativo de Anápolis (PDPA) define que “a aprovação de qualquer empreendimento na Macrozona do Ribeirão João Leite fica condicionada ao atendimento integral dos dispositivos contidos no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA do Ribeirão João Leite”. (PDPA, 2016). Projetos situados nessa área são objeto de análise pelo Núcleo Gestor de Planejamento do Plano Diretor – NGPPD.

Pelo zoneamento previsto no PDPA (2016), a macrozona compreende diferentes tipos de classificação do uso do solo, sendo: Zona Urbana Descontínua do Distrito de Goialândia – ZUD-G; Zona Urbana Mista – ZUM; Zona Central – ZC; Zona Rural – ZR; Áreas Especiais de Interesse Ambiental – AEIA; Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS; Áreas Especiais de Controle de Ameaça de Desastres Naturais – AECADN. (PDPA, 2016). Embora se configure como uma região de áreas e usos diversos, a maior parcela, no entanto, é de Zona Rural.

Mapa 4: Relevo, hidrografia e ocupação urbana na Macrozona do Ribeirão João Leite – Anápolis– Base de Dados de 2017.



Fonte: do autor (2021)

Conforme definido pelo PDPA (2016), entende-se área rural como aquela que está fora do perímetro urbano, não pertencente à Zona de Expansão Urbana e, portanto, não parcelável enquanto loteamento urbano. Perímetro urbano, por sua vez, é a linha imaginária que delimita a zona urbana, estabelecendo limite entre esta e a zona rural, e que pode ser contínuo ou descontínuo. Na Macrozona do Rio João Leite, o distrito de Goialândia é um exemplo de zona urbana descontínua. A Zona Rural, por sua vez, é descrita como área inclinada à preservação do ambiente e da paisagem natural.

Art. 26. A Zona Rural considera os aspectos físicos, ambientais e de homogeneidade, incentivando a diversidade de usos sustentáveis, com diretrizes para:

- I. preservar a qualidade dos recursos hídricos;
- II. sustentabilidade dos ecossistemas;
- III. recuperação de áreas degradadas;
- IV. preservação de nascentes;
- V. uso de agricultura orgânica;
- VI. áreas de corredores ecológicos;
- VII. unidades de conservação – UCs e parques;
- VIII. área especial de interesse ambiental – AEIA;
- IX. reserva legal. (PDPA, 2016, p. 08)

Especificamente sobre a zona rural na Macrozona do Ribeirão João Leite, o PDPA (2016) afirma que os usos a serem permitidos ficam condicionados pelas diretrizes do Plano de Manejo, ficando sujeita às legislações correspondentes, que embora não sejam tão restritivos (em relação a uma Unidade de Conservação, por exemplo), prescrevem algumas diretrizes de preservação, como a obrigatoriedade da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA/ RIMA – e sua apresentação à fiscalização estadual.

Quanto às Áreas de Preservação Permanente (APPs), são definidas no Art. 147 como áreas protegidas, “com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. (PDPA, 2016, p. 47). As áreas assim compreendidas são: cinquenta metros no entorno das nascentes e olhos d’água, sejam perenes ou temporárias (§3º), veredas e espaços brejosos (§6º); o topo de morros e serras (§4º) e as encostas destes (§5º); e as áreas recobertas por formações florestais nativas de Cerrado (§7º). Pelas suas características, todo o Morro da Capuava (topo, encosta e imediações) é cabível de proteção. Além disso o Morro é definido com AEIA, tópico a ser tratado mais adiante.

Com essas limitações para a urbanização, a área em questão é propensa para o uso sustentável. Em seu diagnóstico, Cunha *et al* (2016) comenta acerca da melhor destinação para essa região do município de Anápolis. O argumento apresentado pelo autor alerta para a necessidade da preservação e recuperação da área, além de uma fiscalização rigorosa contra novas ocupações irregulares.

Os mapas de declividade produzidos para a área mostram que os valores mais acentuados, situados em patamares superiores a 23 % encontram-se ao longo dos cursos de água e delimitando as fraldas<sup>85</sup> das elevações regionais, **como aquela do Morro da Capuava**. Essas áreas declivosas deveriam estar infensas ao processo de urbanização. Entretanto todas elas foram incorporadas à urbanização. Assim, além dos desmatamentos necessários à produção dos equipamentos urbanos, eclodem processos erosivos lineares, aumentando a síndrome da destruição. A recuperação dessas áreas incorporando-as à cidade, possibilitaria a melhoria da qualidade de vida da população e, também, a qualidade ambiental do espaço urbano construído. A análise dos documentos [...] mostra que essa recuperação seria possível, se houvesse compromisso do Poder Público com a conservação ambiental. (CUNHA, 2016, p. 4) (grifo nosso)

### 3.3 Fragilidades – Situações de degradação ambiental

As deficiências no sistema de infraestrutura e de saneamento e os usos indevidos são apontados como causa de degradação de origem antrópica na Macrozona do Ribeirão João Leite. A proximidade e o avanço de áreas urbanizadas, segundo Nascimento (2005, p. 100) geram como consequência a fragilização do meio ambiente: pela disposição de resíduos sólidos (aterros de erosões, canal de escoamento, entulhos não autorizados e lixões); pelo baixo índice de cobertura vegetal e erosões (voçorocas, sulcos e ravinas, solo degradado e exposto, solapamento de margens); pela degradação dos cursos d'água (vegetação ciliar degradada ou inexistente, nascente aterrada, assoreamento); pela poluição das águas fluviais devido a descarga de efluentes no solo e água (esgoto bruto, agroindustrial e doméstico); pelo uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas; pela extração de areia e argila em APPs (para uso das fábricas ceramistas); pela ausência de práticas conservacionistas do solo nas propriedades rurais, com APPs fragmentadas e descaracterizadas, entre outros.

Os problemas de degradação ambiental apontados, baseiam-se na avaliação *in loco* e por imagens de satélite, analisando-se aspectos macroscópicos (Figura 19), além das consultas bibliográficas e o Relatório de Revisão do Plano de Manejo da APAJoL (SEMAD, 2019).

---

<sup>85</sup> Base de uma área elevada. Sopé, vertente.

Muitos desses processos de degradação têm origem anterior à criação da APAJoL, devido ao processo histórico de ocupação e antropização<sup>86</sup> do meio. Por isso, para garantir o abastecimento hídrico, são necessárias medidas que paralitem a progressão dos danos ambientais e que recuperem, o máximo possível, os danos já gerados.

Inexistem soluções de engenharia efetivas no caso da poluição proveniente de fontes difusas, como é o caso dos solos degradados, áreas de pastagem, extração de barreiro e solos agrícolas que predominam na área da APA João Leite. As formas mais eficientes de diminuir estas cargas difusas de poluentes são por meio de intervenções de caráter extensivo, relacionadas ao controle do uso de agroquímicos no meio rural, assim como o ordenamento territorial que limite a atividade agropecuária às áreas ambientalmente mais aptas para tal, fora dos locais mais sensíveis de recarga de aquíferos e de perda de solos, e assegure a manutenção ou recuperação da vegetação natural nestas últimas. Justamente para estas finalidades é que se criou a APA João Leite. (SEMAD, 2019, p. 317)

Figura 19: Área fronteira entre ambiente urbano e rural, na encosta do Morro da Capuava. Evidencia-se o desordenamento territorial, o descarte incorreto de materiais e o descumprimento da proteção nas APPs.



Fonte: fotografia do autor. (2019)

---

<sup>86</sup> Alteração de ambientes devido a ação humana.

A análise das tendências de ocupação da APAJoL, na Macrozona do Ribeirão João Leite em Anápolis, e que são observáveis a partir do Morro da Capuava, no entanto, permitem apontar principalmente: a aceleração dos desmatamentos para produção de monoculturas e pastagens (A), exploração mineral - argila e areia - (B), loteamentos em áreas de risco e APPs (C) com o conseqüente aumento da fragmentação e redução de área dos remanescentes florestais (figura 20).

Figura 20: Situações de degradação ambiental observáveis a partir do Morro da Capuava.



Fonte: fotografia do autor. (2019)

No limite do perímetro urbano de Anápolis, a área é representativa das bacias de borda de chapada, que são comuns em planaltos. Uma vez que se encontra a montante do Reservatório do Ribeirão João Leite, os riscos ambientais observados em Anápolis, desencadeiam outros processos de degradação que resultam na perda da qualidade da água ao

longo de toda a bacia hidrográfica. Segundo o Relatório do Plano de Manejo: “O crescimento da cidade de Anápolis, por estar localizada na seção alta da bacia, se não ordenado, pode resultar em poluição hídrica, produção de sedimentos e de assoreamento nas seções a jusante”. (SEMAD, 2019, p. 314).

Uma vez que a Macrozona é constituída por encostas íngremes, topos de morros e áreas de recarga de mananciais, recomenda-se: a desocupação das áreas de várzea, favorecendo o desenvolvimento do meio biótico; a formação da cobertura vegetal (preservada ou replantada) e as condições para que se desenvolva saudável; a gestão do solo, disciplinando as práticas agrícolas e realizando obras de redução de impacto, como terraceamentos e outros.

### 3.3.1 Bordas, campo-cidade

Percorrendo o perímetro rururbano de Anápolis, pôde-se perceber que o processo de urbanização não planejado gerou situações nocivas de despejo de lixo doméstico, resíduos de construção e lançamento de esgoto em áreas de nascentes.

O elevado grau de urbanização e edificações nestas áreas, aliado às formas de ocupações irregulares em locais de alta declividade, somados à impermeabilização no entorno dos corpos hídricos e a perda da proteção natural de suas margens, potencializaram os processos erosivos, intensificando o risco geológico.

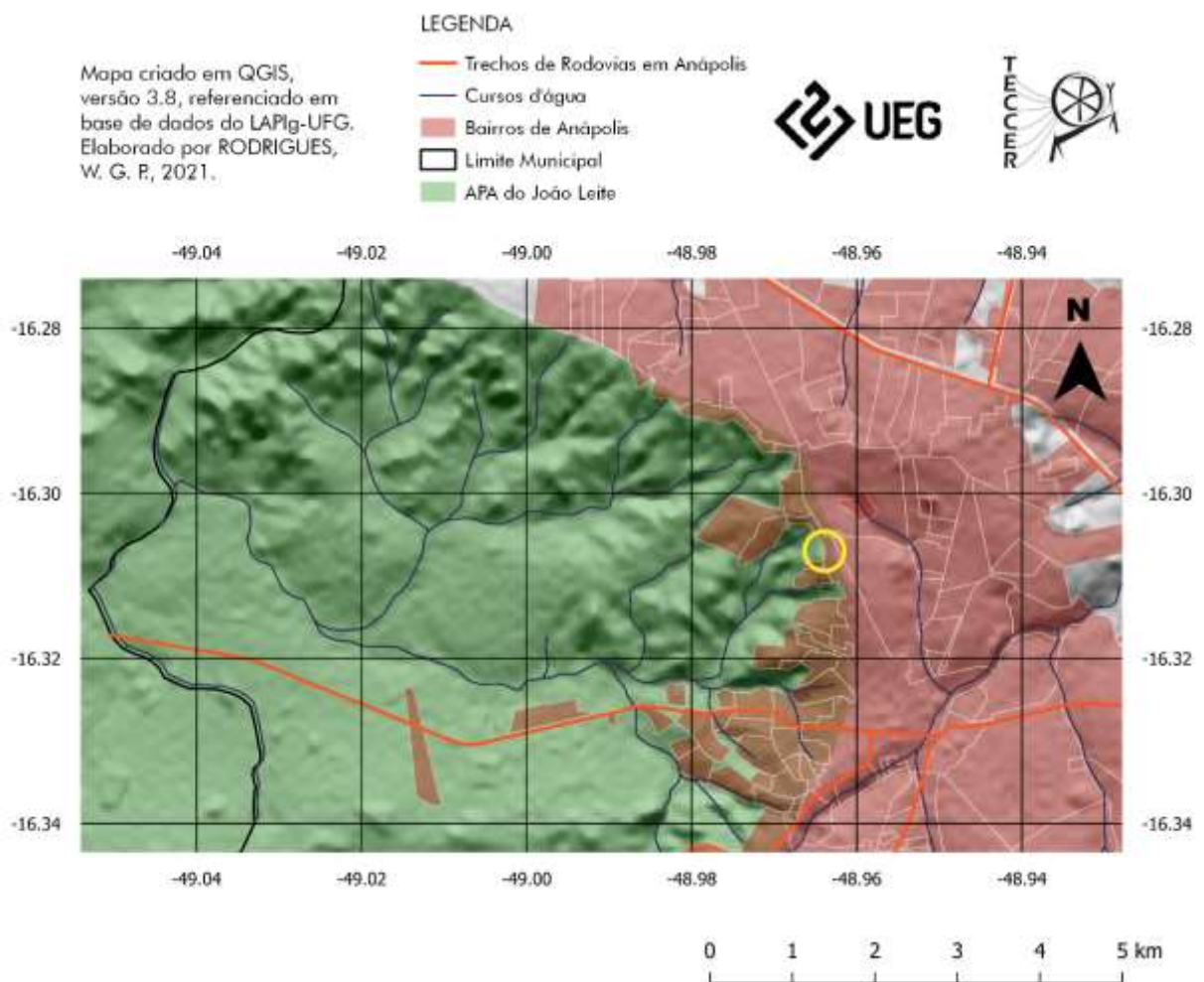
Estas áreas encontram-se principalmente no perímetro urbano do município [...] e do Córrego Catingueiro, que pertence a Microbacia Hidrográfica do Rio João Leite. (PDPA, 2006, p. 3.78)

O relatório ambiental e o primeiro Plano de Manejo, elaborados como requisitos para a implementação da APA e da construção da barragem do Ribeirão João Leite, já alertavam para as áreas de maior risco de erosão, localizadas nas proximidades de Anápolis e Goianápolis. (SEMARH, 2007). O Plano Diretor de 2006 também identificava pontos sensíveis de ocupação irregular em encostas de morros e cursos hídricos.

As áreas de risco em Anápolis recebem essa caracterização devido à potencialidade em sediar eventos classificados como de risco geológico, sendo intensificadas devido à má gestão da ocupação urbana, remoção da cobertura vegetal nativa das margens dos cursos d'água, de áreas com inclinação igual ou superior a 45°, de topos de morro e por estarem, em sua maioria, em fundos de vale e planícies de inundação. (PDPA, 2006, p. 3.78)

No mapa 5, a localização do Morro da Capuava é indicada pelo círculo em amarelo, com a APAJoL em verde, a oeste, e a área urbana em vermelho. As áreas em marrom correspondem à sobreposição entre estes, pelo que se percebe ser uma área densamente ocupada, justamente nos ambientes muito sensíveis à presença humana. A ocupação destas áreas teve origens distintas ao longo do tempo, por isso nem todas se encontram em ilegalidade jurídica.

Mapa 5: Área urbana do noroeste de Anápolis em intersecção com a APA do Ribeirão João Leite.



Fonte: do autor (2021)

O tipo de ocupação nessa parcela do território segue a lógica da expansão das cidades, na qual primeiro se instalam os moradores, empurrados para as periferias pelo preço dos imóveis na “cidade formal”, e que só depois passam a receber infraestrutura básica e a

regularização por fim. As condições dessa cidade informal acarretam na liberação incorreta de efluentes domésticos, descarte clandestino de resíduos de construção civil em lotes baldios, pontos de assoreamento, uso incorreto do solo em desrespeito ao Plano Diretor, entre outros problemas.

[...] o Plano Diretor aprovado em 1992 possuía o objetivo geral semelhante ao Plano Diretor de 1985: limitar a expansão periférica, impedindo a dispersão urbana geradora de altos custos de urbanização e baixo atendimento dos serviços públicos e preservar as áreas a oeste da cidade. [...] não houve respeito a esses objetivos uma vez que foram aprovados 40 novos loteamentos nos anos de 1998 a 2000, alguns em área de preservação ambiental do Rio João Leite. Dentre esse total, 25 se localizavam fora do perímetro urbano da cidade. (BRITO, 2007, p. 234)<sup>87</sup>

Essas alterações na ocupação da área vêm modificando drasticamente a paisagem local. Contrariando as diretrizes de planejamento, a expansão urbana irregular agravou os problemas ambientais desfavorecendo o uso sustentável dessas áreas.

Essa área encontra-se parcialmente ocupada por bairros residenciais de classes sociais diferenciadas, por pequenas indústrias e loteamentos, o que possibilita fazer comparações entre os diferentes usos da terra e verificar a intensidade de ocorrências dos problemas ambientais. A ocupação irregular das terras é um problema grave e envolve aspectos de natureza social, legal, ecológica, ambiental e urbanística, entre outros. É neste contexto que a atividade de planejamento evidencia a necessidade do envolvimento do conhecimento geográfico no levantamento, análise e estudo da área em questão, subsidiando e propondo medidas que atenuem e reabilitem o ambiente natural e humano. (NASCIMENTO, 2005, p. 6)

Nas áreas rurais, por sua vez, os principais agentes promotores de atividades erosivas correspondem aos barreiros, trilhas de gado, e o plantio agrícola de hortifrúti e eucaliptos, sem adoção de práticas conservacionistas ou manejo adequado. Em muitos casos, o solo já empobrecido, em função desses impactos, é destinado à subutilização como pastagem de animais. O relevo fortemente ondulado, de alta susceptibilidade erosiva, conteve por certo tempo o avanço sobre essas áreas de risco.

Observa-se que a urbanização ainda não se estendeu para o compartimento das Morrarias porque (por enquanto), freada pela alta rugosidade topográfica do setor em questão. As altas declividades, aliadas aos tipos de solos [...], e à existência de remanescentes de Floresta Estacional indicam que, pelos complexos problemas de conservação que apresenta, tal compartimento deveria ser área de proteção permanente, e com reflorestamento. Entretanto, nele permanece a atividade rural com fazendas de criação de gado sustentado por pastagens mal manejadas de braquiária. (SANTOS; LOPES, 2017, p. 14-15)

---

<sup>87</sup> Essa questão é tratada no item “3.3.5 Morar no alto – loteamentos na encosta do Morro da Capuava”.

Além dos impactos de uma área rural com manejos inadequados, nas últimas décadas observa-se o avanço do perímetro urbano, o que pode ser verificado no entorno do Morro da Capuava com bairros residenciais próximos e com atividades agropastoris (Mapa 5). Nessas áreas de intersecção entre o ambiente urbano e “natural” (rural), a construção civil substitui a cobertura vegetal nativa, impermeabiliza o solo e agrava o assoreamento e os processos erosivos. Também é flagrante a presença de construções residenciais em áreas de risco, e em alguns casos, muito próximas das grandes declividades e sob ameaça de desabamento. (Figuras 21 e 22).

Alguns desses bairros bordejam a escarpa localizada na porção noroeste de Anápolis, não respeitando a distância necessária, prevista em lei, para a urbanização de áreas com tais características. Tal fato pode ser claramente percebido no bairro Anexo Itamaraty, onde há casas e ruas instaladas nas proximidades da escarpa, distando poucos centímetros da borda, submetendo pessoas e edificações a uma condição de risco. (SANTOS; LOPES, 2006, p. 4)

Figuras 21 e 22: Bairros residenciais ocupando parcialmente as APPs. Constatase que algumas construções se situam em áreas sensíveis e de risco. Novas construções continuam sendo executadas. Perspectivas do Morro da Capuava para o vale.



Fonte: fotografia do autor. (2019)



Fonte: fotografia do autor. (2019)

### 3.3.2 Fontes, olhos d'água

O avanço das atividades e ocupação humanas sobre este ecossistema, alterando seus elementos e dinâmicas naturais, põe em risco seu equilíbrio frágil. A redução da qualidade d'água pode ser apontada como consequência, gerada pela má deposição de resíduos urbanos (esgotos e lixões) em áreas sensíveis, pelo desaparecimento de nascentes ocasionados principalmente pela impermeabilização do solo e pelas áreas de pastagem.

Sobre a hidrografia do entorno do Morro da Capuava, seus afluentes (Córregos Capuava, Lagoinha, do Frigorífico, Catingueiro, Mato Grosso, dos Inhames, dos Pereiras e Jurubatuba), conformam uma rede de nascentes e de drenagem que corresponde à maior contribuição na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite (BRHRJ), com 118 nascentes. (LIMA, ALMEIDA, 2019, p. 27). Esse número revela a importância dessas vertentes à montante do reservatório e o papel da vazão dos seus afluentes na formação do represamento artificial responsável pelo abastecimento de Goiânia. O mapa 5, apresentado no subitem anterior, mostra as nascentes dessa bacia de borda de chapada, no entorno do Morro da Capuava. O mapa 3 tem destacadas as linhas correspondentes a esses córregos mostrando o curso até a formação da barragem de abastecimento. Nele também se pode observar a predominância de pastagens nessa região de nascentes, o que compromete a manutenção das APPs.

Segundo Nascimento (2005) somente a sub-bacia do Catingueiro, situada na região oeste do município, possui 60 nascentes numa área de 114 Km<sup>2</sup>. Outro córrego tributário do Ribeirão João Leite, o da Lagoinha, juntamente com o Córrego da Capuava, possuem área de aproximadamente 20 Km<sup>2</sup>, situados na região noroeste de Anápolis. Estão sujeitos aos mesmos problemas de uso/ocupação do solo em áreas rurais: a presença massiva de trilheiros de gado que resulta em ação erosiva junto aos fluxos d'água provenientes a montante e vindo a aumentar os riscos de inundações.

As áreas próximas aos cursos d'água tendem a apresentar um nível freático mais elevado e, portanto, mais fácil de ser interceptado na presença de erosão linear, facilitando, portanto, o surgimento de processos de voçorocamento. Destaca-se que a porção oeste já é muito afetada por voçorocas que se instalaram em cabeceiras de drenagem. (JESUS, 2013, p. 82)

As raízes da vegetação nativa do Cerrado são imprescindíveis para que as águas penetrem o solo, alimentando o lençol freático e as nascentes que se encontram nas bordas dos morros. Desta forma, a impermeabilização pela urbanização e o uso agropecuário alteram tal mecanismo ecossistêmico, secando nascentes e diminuindo a vazão da água que vai formar os córregos, além da perda da flora e fauna originários.

A redução dessas APPs pode causar diversos danos na bacia em longo prazo, como a escassez de água, já que a ausência da mata ciliar faz com que a água da chuva escoe sobre a superfície, não permitindo sua infiltração e seu armazenamento no lençol freático. Com isso, as nascentes são reduzidas, o que é preocupante, já que a Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite é uma bacia de abastecimento urbano. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p. 59)

A questão da vazão dos cursos d'água está interrelacionada à questão do desmatamento e da preservação das áreas remanescentes de Cerrado como forma natural de prevenção de processos erosivos e de assoreamento.

A redução de movimentos de massa é importante para regiões com a presença de serras, morros e terrenos ondulados que, quanto mais cobertos de vegetação nativa, mais estarão com sua estabilidade de declive conferida pela rede de raízes bem desenvolvidas. Isso reduz o número de movimentos de massa e, conseqüentemente, a chance de eventos de deslizamento e escorregamento. (SEMAD, 2019, p. 317)

O diagnóstico da bacia da Lagoinha é um exemplo das perdas das nascentes nos altos dos morros, pela não observância da preservação das APPs, o que leva ao rebaixamento do lençol freático e à redução no fluxo de água dos córregos subsidiários do João Leite, alterando o ciclo hidrológico.

A bacia do córrego da Lagoinha, área de uso da terra misto urbano-rural, apresenta seu compartimento de Cimeira semi-urbanizado (área urbana semi-consolidada: Bairro Anexo Itamaraty, Residencial das Palmeiras e parte da Vila Jaiara). Embora constituído por superfície plana e alta adequada à urbanização, observa-se que esta é uma área de recarga do lençol freático. As águas infiltradas nesse compartimento alimentam as nascentes que se encontram nas suas bordas, e que concorrem à formação do córrego da Lagoinha afluente do córrego Catingueiro tributário do Jurubatuba que, juntamente com o córrego Pedreira, constituem o ribeirão João Leite. Desta forma, a impermeabilização pela urbanização pode interferir neste ciclo, secando nascentes e diminuindo a vazão da água que vai formar os córregos. (SANTOS; LOPES, 2007, p. 14)

A irrigação das plantações existentes na área (mesmo as de pequeno porte) implica na captação de água subterrânea e superficial por desvios e pequenas represas. Entretanto, verifica-se cada vez mais a pressão pela expansão de monoculturas latifundiárias na região.

Enquanto que esta cidade se associa às demandas produtivas do agronegócio globalizado, passando a ser cada vez mais um local onde se realiza a materialização das condições gerais de reprodução do capital; por outro lado os municípios em seu entorno criam vazios demográficos intensos e passam a responder às dinâmicas da própria cidade-polarizadora. É como se Anápolis orbitasse o agronegócio em seu sentido mais amplo, enquanto que as cidades em sua própria órbita de influência (Ouro Verde de Goiás, Campo Limpo de Goiás e Goianápolis) a orbitassem, prestando serviços típicos de regiões periurbanas. (SEMAD, 2019, p. 279)

Pela quantidade de nascentes presentes nessa Macrozona, faz-se necessária e urgente a aplicação das leis ambientais, e a fiscalização do seu cumprimento, de acordo com o estabelecido pelo Plano Diretor. Boas práticas na recuperação de nascentes exigem o isolamento das APPs por cercamento e replantio, preferencialmente de espécies nativas; o controle das erosões (por replantio ou obras de engenharia, como terraços e bacias de contenção) e promovendo o acesso à informação e educação ambiental para a população.

Outro parâmetro que chamou bastante atenção é quanto à ausência das APPs em sua forma íntegra, onde 90% das nascentes estão em descumprimento à lei. Cabe salientar que 50% dos pontos visitados possuem algumas espécies de árvores formando uma leve cobertura vegetal [...], sendo necessário seu adensamento, e o restante encontra-se sem total proteção vegetal, onde se faz necessário urgente intervenção em sua recuperação. (ASSIS; PASQUALETTO, 2011, p. 10)

A conservação da vegetação nativa, ou a promoção de seu replantio, trariam muitos benefícios diretos na promoção do equilíbrio ecossistêmico, como: a estabilização de superfícies, serve como obstáculo contra rajadas de vento e filtragem de poeiras e partículas poluentes, a proteção de nascentes e a melhoria da qualidade da água, o equilíbrio do índice de umidade do ar; e outros indiretos, ligados ao bem-estar das populações, como: funcionarem como elemento de valorização visual e ornamental, e servirem à recreação/lazer por sua apreciação e sombra.

Figura 23: Vista a partir do Morro da Capuava para a região de várzea, formada pelos declives na bacia do Ribeirão João Leite, a sudoeste de Anápolis.



Fonte: Fotografia do autor, 2021.

### 3.3.3 Os pastos e a pata dura dos bichos

A criação pecuarista extensiva, principalmente de bovinos, na área da APA, implica na perda da biodiversidade (ocupando as áreas de espécies animais nativos), favorece o surgimento de zoonoses e, pelo despejo incorreto de dejetos, polui diretamente o solo e a água. Tais fatores decorrem de um manejo incorreto que vem provocando a degradação da área e levam a uma piora na qualidade da água na APA.

Grandes partes das áreas de contribuição estão urbanizadas [...], fato que gera impacto significativo na nascente e consiste na impermeabilização do solo. Isso reduz a recarga do lençol freático, abaixando-o seu nível que, por conseguinte diminui a vazão de afloramento. Outra questão impactante identificada é a contaminação por esgoto clandestino na drenagem. A vegetação local é reduzida devido ao desmatamento, dificultando a infiltração no solo das águas pluviais. (ASSIS; PASQUALETTO, 2011, p. 10)

Além disso, a atividade pecuarista, graças ao pisoteio das criações de gado, leva à compactação do solo e ao “sufocamento” das nascentes, uma vez que estas não se encontram cercadas e protegidas, nem mesmo nos limites das APPs.

O processo de modificação do solo por pisoteio, embora silencioso, causa modificações na capacidade das águas da chuva em percolar o solo e atingirem o lençol freático. Em processo simbiótico à compactação, ocorre o inevitável aumento da velocidade de escoamento superficial, o que reforça a menor capacidade de percolação das águas no solo – notadamente nas regiões de gradiente de relevo mais acentuado. (SEMAD, 2019, p. 313)

As próprias características do solo, associadas à derrubada da vegetação nativa e à criação de gado, provocam o sucessivo surgimento de sulcos que evoluirão para erosões, como pode ser observado na Figura 24, bem ao lado do Morro da Capuava.

Assim é que as vertentes declivosas revestidas por tais solos, utilizadas para pastagem (braquiária), são marcadas por enorme quantidade de trilheiros de gado que, embora em curvas de nível, se constituem em caminhos preferenciais para as águas pluviais que, no tempo, acabam abrindo, ao longo deles, sulcos rasos. Tais sulcos, inicialmente paralelos, porque em andares altimétricos escalonados, acabam coalescendo em função da ação erosiva dos fluxos d’água provenientes de montante originando, com a remoção do solo, grandes cicatrizes. (SANTOS; LOPES, 2007, p. 15)

A Figura 24 mostra o contraste entre remanescentes de mata ciliar, sobre os solos mais férteis dos vales (à esquerda), intercalados por áreas de pastagem e de braquiária (ao centro), onde notam-se trilheiros de gado e as formações erosivas, decorrentes desse manejo inadequado. No canto inferior direito, a encosta do Morro da Capuava, em parte coberto por vegetação nativa, mas também por espécies exóticas, como o capim-gordura. A presença deste, caracteriza as regiões altamente antropizadas.

Na série histórica, desde a criação da APAJoL, o avanço das atividades antrópicas sobre as áreas remanescentes de Cerrado – que ainda conservam suas potencialidades hídricas, ecológicas e culturais de sua paisagem – coloca em risco a gestão e a qualidade ambiental da paisagem da bacia. O município de Anápolis, por sua extensão e demografia, protagoniza situações de degradação.

Uma análise multitemporal realizada com imagens obtidas pelo sensor Thematic Mapper (TM), acoplado ao satélite Landsat-5, entre os anos de 1985 e 2011, demonstrou que na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite houve um decréscimo na área de remanescentes de vegetação nativa em 7,4% e que, dentre os municípios que compõem a bacia, Anápolis foi o que mais apresentou supressão dessas áreas (11,1%). (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p. 46)

Figura 24: Área desprotegida devido o desmatamento, onde verifica-se o agravamento de processos de erosão do solo. Encosta do Morro da Capuava, ao norte.



Fonte: Fotografia do autor.

As atividades desenvolvidas nas áreas desmatadas, é justamente, em larga medida, a agropecuária. Os estudos feitos por Oliveira; Ferreira (2015) sobre a cobertura e uso do solo, entre os municípios que compõem a APAJoL, demonstraram que

[...] o município de Anápolis, assim como na análise geral da bacia, apresenta oscilação nas classes de agricultura e pastagem; em 2011, o uso predominante do solo na bacia foi o de pastagem (42,8%), o maior valor desde 1985. Nota-se também o crescimento do perímetro urbano da cidade dentro [da] bacia; em contrapartida, houve um decréscimo de 11,1% nos remanescentes de vegetação nativa entre 1985 e 2011. (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p. 55)

Como um sistema que se retroalimenta, o pisoteio dos bovinos impede a rebrota da vegetação nativa, prejudicando seu desenvolvimento e impedindo a regeneração natural das áreas. Espécies exóticas de gramíneas invasoras, como a braquiária, tem crescimento rápido e

conseguem se desenvolver, mas às custas de competir e limitar o crescimento das gramíneas nativas, justamente as que proporcionariam a permeabilidade das águas pluviais. Como agravante, a braquiária, o capim-gordura e outras espécies que colonizam essas áreas, são bastante inflamáveis e, portanto, susceptíveis a incêndios. Como resultado do desmatamento, a perda da sombra torna o solo mais exposto ao calor e à luz, o que favorece o surgimento de focos de fogo natural. Nos casos onde a queimada é proposital, os danos facilmente fogem do controle. Nas áreas de nascentes, sensíveis, mesmo a vegetação adaptada ao fogo não resiste às bocas e patas duras dos animais de criação extensiva.

### 3.3.4 Raízes originárias, daqui mesmo

Sobre a presença de vegetação em Anápolis, os estudos de Lopes *et al.* (2006) mostraram um índice de área verde (IAV) de apenas 12,63 m<sup>2</sup> (área verde por habitante).<sup>88</sup> Estes dados se encontram defasados, em vista do aumento populacional na última década. O cálculo utilizado, também não diferencia a vegetação nativa da exótica. Portanto, nem toda vegetação desse levantamento presta os serviços de regulação ambiental coerentes com o ecossistema local. O agravante risco de redução dessas áreas torna imperativo a criação de políticas de preservação, em consonância com a legislação urbanístico-ambiental.

Dentre as formações savânicas e campestres, são encontrados apenas alguns remanescentes de cerrado sentido restrito e campos nos meios urbano e rural. Na área urbana, estes remanescentes, assim como os de mata semicaducifolia de interflúvio estão ilhados e fragmentados pelo sistema viário, loteamentos e edificações. Na zona rural estes tipos de vegetação nativa encontram-se circundados, seccionados ou intercalados por pastagens e culturas rotativas anuais. (PDPA, 2006, p. 380)

O regime de chuvas na região é bastante concentrado, decorrente de estações muito definidas. No período seco, há a redução da vazão das águas superficiais e no período chuvoso, há aumento do assoreamento, levando grande quantidade de sedimentos para os cursos d'água porque o solo perdeu sua permeabilidade. Essa perda de absorção reduz a disponibilidade dos lençóis freáticos, que dariam condições de que o meio ambiente tivesse condições de se manter na estação seca.

---

<sup>88</sup> A quantidade mínima ideal, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 36 m<sup>2</sup>, cerca de três árvores, por morador. A área considerada mínima é de 12 m<sup>2</sup> de área verde por habitante.

A vegetação nativa também tem a função de conter o assoreamento, principalmente as matas ciliares. Sem essas, os materiais sedimentares escoam diretamente para os cursos hídricos, causando alterações na dinâmica da vida aquática como a eutrofização<sup>89</sup> e colonização da área por espécies ruderais<sup>90</sup> (KELLER, 2015). Os efeitos de assoreamento e perda de absorção do solo, são ainda mais graves quando ocorrem em áreas de morrarias – exatamente o caso na bacia do Ribeirão João Leite.

Caso as águas da chuva encontrem vegetações naturais, os serviços ecossistêmicos de “filtragem natural” da água são ativados, reduzindo a velocidade de escoamento superficial e aumentando a penetração subsuperficial, garantindo a recarga e a vazão de base. Ademais, esse processo natural da vegetação retém sedimentos e poluentes, o que garante que menos poluentes são carreados aos cursos d’água. A substituição da vegetação nativa por usos como agricultura e pecuária acabam por prejudicar esses serviços ecossistêmicos que ocorriam de forma natural na bacia do ribeirão João Leite e sua Área de Proteção Ambiental. (SEMAD, 2019 p. 313)

No espaço público no topo do Morro da Capuava, particularmente, percebe-se a invasão de espécies vegetais exóticas, como o capim-gordura, *Melinis minutiflora*, (figura 25) o que tem sido considerado uma das maiores ameaças à manutenção dos serviços ecossistêmicos (por exemplo, a permeabilidade do solo) e ao equilíbrio da biodiversidade em áreas de conservação, por suplantarem as espécies nativas, devido a seu rápido crescimento e proliferação. (Nascimento, 2003).

Desse modo, a supressão da vegetação e a fragmentação das áreas naturais restantes, são as principais causas de perda da biodiversidade florística. A Bacia do Ribeirão João Leite é predominantemente constituída por matas ciliares, de galeria e outras formações densas. Essas características de vegetação favoreceriam o deslocamento da fauna silvestre, principalmente terrestre, interligando uma heterogeneidade de habitats do Cerrado. Entretanto, a presença de áreas urbanas e a consequente fragmentação das áreas de Cerrado, se traduz em isolamento da fauna (veados, felinos, canídeos, primatas e tamanduás) e em problemas para as espécies da flora que dependem de animais para dispersão de sementes. Existe, portanto, um risco de diminuição das populações destas espécies, e até de serem localmente extintas.

---

<sup>89</sup> Crescimento descontrolado de algas e plantas aquáticas em decorrência do aumento de matéria orgânica proveniente de efluentes, num corpo d’água.

<sup>90</sup> Comunidades vegetais que se desenvolvem em ambientes fortemente perturbados pela ação humana, como capinzais, mamoneiras, embaúbas, taboas e outras.

Figura 25: Topo do Morro da Capuava, ocupado por capim-gordura. A espécie não promove os serviços ambientais que uma gramínea nativa prestaria. Além disso, disputa recursos com estas e é altamente inflamável.



Fonte: fotografia do autor. (2019)

### 3.3.5 Morar no alto – loteamentos na encosta do Morro da Capuava

O município de Anápolis vem sucessivamente ampliando seu perímetro urbano, avançando inclusive em direção à área da APAJoL. Em 2011, contrariando inclusive uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Goiás, os vereadores aprovaram os limites da cidade, a despeito dos lotes vagos existentes e das glebas existentes em seu interior (MPGO, 2012). O parcelamento urbano nessa região é proibido, de acordo com o Plano de Manejo da APA.

Já a área ambiental homogênea 2 e 3 dispõe que nessas duas categorias de zoneamento não será permitido o parcelamento inferior a 3 ha, bem como não será permitida a implantação de novos empreendimentos que causem a supressão de vegetação nativa remanescente, o que conflita, portanto, com o previsto na Lei Municipal nº 376/2018 – Plano Diretor de Anápolis. (SEMAD, 2019, p. 239)

Em 2015, contrariando recomendação explícita do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO), a Câmara de Vereadores do município de Anápolis, por meio de lei complementar, ampliou novamente o limite do perímetro urbano, em desacordo com o planejamento da APAJoL: “apreende-se que todas as alterações, atividades ou modalidades de utilização que estejam em desacordo com o disciplinado pelo Plano de Manejo da Unidade de Conservação é manifestamente proibido”. (SEMAD, 2019, p. 238).

De acordo com o Laudo Técnico, a ampliação era injustificada, uma vez que as glebas presentes dentro do perímetro anterior e os lotes vazios nas áreas já parceladas, acomodariam a previsão de crescimento demográfico para as próximas duas décadas.

A área urbanizada do município de Anápolis possui uma das mais baixas densidades médias de 38,79 hab./ha. (Censo 2010) das cidades de mesmo porte. Conforme dados do Cadastro Técnico Imobiliário (CTM, 2015), a cidade possui em torno de 190.000 unidades prediais e territoriais, destes 51.000 lotes vagos aproximadamente e ainda grandes vazios urbanos entre áreas ocupadas. A taxa de crescimento geométrico da população pelo último censo, segundo o IBGE é de 1,61% e com tendência decrescente ao longo dos anos. Como a média de pessoas por domicílio é de 3,21 (Censo 2.010), multiplicando-se pelo número de imóveis vagos, obtém-se o potencial para incremento populacional de, no mínimo 163.200 habitantes. Desta forma, o número de lotes vazios sem considerar as áreas livres e glebas já disponíveis já possibilita abrigar o crescimento por mais de 10 anos. (CAU/GO, 2012)

O que se observa é que decisões políticas, aliadas às pressões da iniciativa privada, promovem os loteamentos de acordo unicamente com seus interesses, em clara inobservância dos critérios técnicos de urbanismo e política ambiental.

Portanto, as ampliações indiscriminadas do perímetro urbano representam uma afronta à Lei do Estatuto da Cidade e, ao mesmo tempo representa não utilizar o planejamento para dirigir, orientar e induzir a expansão urbana e a distribuição da população em conformidade com a projeção de crescimento demográfico do município. Ao invés de prevenir e corrigir, fomenta o agravamento de novas distorções do crescimento urbano com inevitáveis efeitos negativos sobre o meio ambiente. Esta alteração ilegal do perímetro de expansão urbana incluiu áreas pertencentes à Bacia do João Leite e permitirá o parcelamento de áreas de nascentes deste Rio, em flagrante descumprimento às normas estaduais previstas no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – APA. (CAU/GO, 2012)

Por parte dos proprietários de terras e dos administradores públicos, ouvidos nas oficinas participativas da revisão do Plano de Manejo, a percepção comum é de que a legislação da APAJoL é uma imposição feita às demais cidades, para que atendam às necessidades da capital.

Os entrevistados reconhecem a importância da APA como principal fonte, proteção e conservação dos recursos hídricos. Embora esta compreensão seja unânime, grande parte dos entrevistados identificam, de forma contraditória, a APA como um entrave ao desenvolvimento econômico e social. Isto porque o Plano de Manejo elaborado em 2009 se consolidou de maneira restritiva estabelecendo normativas que restringiram atividades econômicas e expansão urbana. Com isto se unificou uma visão de que a APA foi criada para atender apenas a demanda por recursos hídricos da capital, deixando o ônus para a região. (SEMAD, 2019, p. 229)

O Plano de Manejo, no entanto, traz o embasamento legal que justifica esse tipo de prerrogativa e admoesta para o uso do bom senso, para que se respeite os limites de propriedade e o planejamento e crescimento das demais localidades. Contudo, no caso de Anápolis, as violações a essas leis ambientais ocorrem também em relação ao próprio PDPA, sem nenhuma justificativa técnica ou necessidade de demanda que as apoiem.

Sendo assim, as mudanças de zoneamento pretendidas pelos Municípios devem ser avaliadas de forma técnica, a fim de se observar a necessidade de tais modificações, bem como o grau de comprometimento que essas mudanças podem acarretar para o cumprimento efetivo dos objetivos da Unidade de Conservação afetada. (SEMAD, 2019, p. 239)

Observando-se especificamente as áreas do entorno do Morro da Capuava, as áreas urbanas mais evidentes são: o Bairro Bom Sucesso, o Bairro Itamaraty 2 e o Anexo Bom Sucesso. Além do impacto sobre as nascentes próximas, tais loteamentos desagregam as áreas naturais próximas, perturbando a paisagem natural.

A Planta Cadastral do Loteamento do Bairro Bom Sucesso, datada de 3 de setembro de 1985, contém uma indicação por escrito da proximidade do loteamento com o Morro da Capuava. A planta também revela que a ocupação da área é antiga, anterior ao primeiro tombamento.

Já o bairro Anexo Bom Sucesso, não traz indicação de data em sua Planta Cadastral. Observando a série temporal de imagens de satélite através software Google Earth, é possível estimar que sua ocupação se intensifica a partir do ano de 2010. Em imagem de 2005 (Figura 26), já se percebe que a área estava desmatada e demarcada por arruamentos não-

pavimentados, ficando o sopé do Morro da Capuava totalmente exposto. Denota-se inclusive a movimentação mecanizada do solo.

Figura 26: Localização do atual Anexo Bom Sucesso, à época de sua implantação.



Fonte: Imagem de satélite obtida pelo *software* Google Earth. (Imagens históricas, 05/07/2005).

Os Bairros Bom Sucesso e Anexo Bom Sucesso, situados na encosta oeste do Morro da Capuava, são classificados no Plano Diretor Municipal como Área Especial de Interesse Social – AEIS, que são áreas “destinadas à implantação de programas habitacionais, mediante operações de iniciativa pública ou privada, visando garantir a implementação de política habitacional do Município de Anápolis”, geralmente devido à situação de ilegalidade e/ou vulnerabilidade das populações que aí vivem. (PDPA, 2016, p. 14). No caso específico destes bairros, são considerados AEIS de tipo I e II, que correspondem “às áreas sujeitas à incidência de políticas habitacionais do Município, visando garantir acesso a moradia à população de baixa renda”.

I. Áreas Especiais de Interesse Social I – AEIS I, correspondentes às áreas onde se verificam posses urbanas por famílias de baixa renda, em imóveis integrantes do patrimônio público;

II. Áreas Especiais de Interesse Social II – AEIS II, correspondentes às áreas onde se encontram implantados loteamentos clandestinos ou irregulares, da iniciativa privada;

[...] §2º. Sobre as AEIS I e II serão aplicados os instrumentos de regularização fundiária e urbanística cabíveis, face ao domínio do imóvel a regularizar. (PDPA, 2016, p. 14)

No Art. 189 do PDPA, que define as diretrizes da Política Municipal do Patrimônio Imobiliário, prevê-se a ação do poder público municipal para a “regularização fundiária das áreas ocupadas irregularmente e destiná-las para os Programas Habitacionais voltados para a população de baixa renda e para a construção de equipamentos públicos, conforme a demanda identificada”. (PDPA, 2016, p. 61)

O PDPA determina que a gestão municipal se comprometa em promover a desocupação de edificações nas APPs e desenvolver medidas de recuperação ambiental. Para tal fim, é permitida a instalação de equipamentos destinados a lazer nas APPs, a exemplo dos parques e praças, desde que os materiais utilizados na pavimentação permitam a permeabilidade do solo em pelo menos 50%.

Sobre a prerrogativa do Poder Público no direito de desapropriação, justifica-se quando: para implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; criação de Unidades de Conservação (UC), Estações Ecológicas, Reservas Ambientais, Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA) e outros; Proteção de Áreas de Interesse Histórico, Cultural ou Paisagístico; Ordenamento e Direcionamento da Expansão Urbana. (PDPA, 2016)

A utilização desse instrumento exige, porém, que, no caso de remoção de moradores, impeça-se os efeitos da gentrificação<sup>91</sup>, ou seja, a solução habitacional deve dar-se dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, com a participação dos moradores nos processos decisórios.

Figura 27: Áreas Especiais no entorno do Morro da Capuava. APPs dos cursos d’água (verde); AEIA do Morro da Capuava (marrom); limites dos bairros (laranja). Em azul, as AEIS do Anexo Bom Sucesso (acima) e do Bairro Bom Sucesso (abaixo).

---

<sup>91</sup> Gentrificação é o fenômeno de mudança do perfil socioeconômico de uma localidade, que pode ocorrer posteriormente a melhorias e investimentos realizados, onde os antigos moradores são substituídos por uma população mais abastada.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de carta-imagem em sobreposição a imagem de satélite.

### 3.3.6 Antenas para o céu

Há ainda, no topo do Morro da Capuava, Estações de Rádio Base – ERB, que são considerados Empreendimentos Geradores de Impacto, devido seu “potencial para sobrecarregar a infraestrutura urbana ou que repercutam significativamente no meio ambiente, que alterem os padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança ou o espaço natural circundante”, conforme Art. 98 do PDPA, e cuja aprovação depende da apresentação do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança e RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança, que devem notificar os impactos sobre o meio ambiente e a infraestrutura urbana na área de influência definida. (PDPA, 2016, p. 31).

Além de serem Empreendimentos Geradores de Impacto, as ERBs são classificadas como Usos Especiais, para as quais a autorização de instalação prevê regulamentações específicas adicionais, a saber: inexistência de outra ERB num raio de duzentos e cinquenta metros; inexistência de posto de combustível, escola, creche, asilo, hospital, clínica, centro de

saúde ou maternidade, num raio de cem metros; distância de dez metros entre a torre e imóveis vizinhos; sinalização de advertência sobre os riscos de aproximação; compartilhamento obrigatório da capacidade excedente da infraestrutura; autorização e homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Figura 28: Estacionamento e ERBs no Morro da Capuava.



Fonte: fotografia do autor, 2021.

As antenas são marcos visuais na paisagem, que tornam o Morro da Capuava reconhecido, mesmo de longe. Mas a proximidade com casas e mesmo com o espaço de uso público em seu topo é uma questão a ser fiscalizada pelo poder público, avaliando riscos e visando garantir a segurança da população afetada por essa presença.

### 3.3.7 De barro, chaminés

Como fora apontado anteriormente na Figura 20, a partir do Morro da Capuava avista-se a Vila Fabril (a oeste, sentido Anápolis-Campo Limpo), bairro marcado pela presença de fábricas ceramistas (de tijolos, telhas, filtros de água) que atendem Anápolis e municípios vizinhos. Segundo Freitas (1995), até a metade da década de 1990, a ocupação humana foi parcialmente contida nesta direção, devido as condições de relevo, desfavoráveis à ocupação.

A oeste, em direção a Vila Fabril e adjacências, a ocupação tem sido desestimulada devido ao relevo extremamente acidentado [na bacia do Rio João Leite], que assim se constitui num obstáculo natural à ocupação humana, bem como a inviabilidade do aproveitamento do terreno, devido a questões de preservação ambiental. (FREITAS, 1995 *apud* SANTOS, 2017, p. 226)

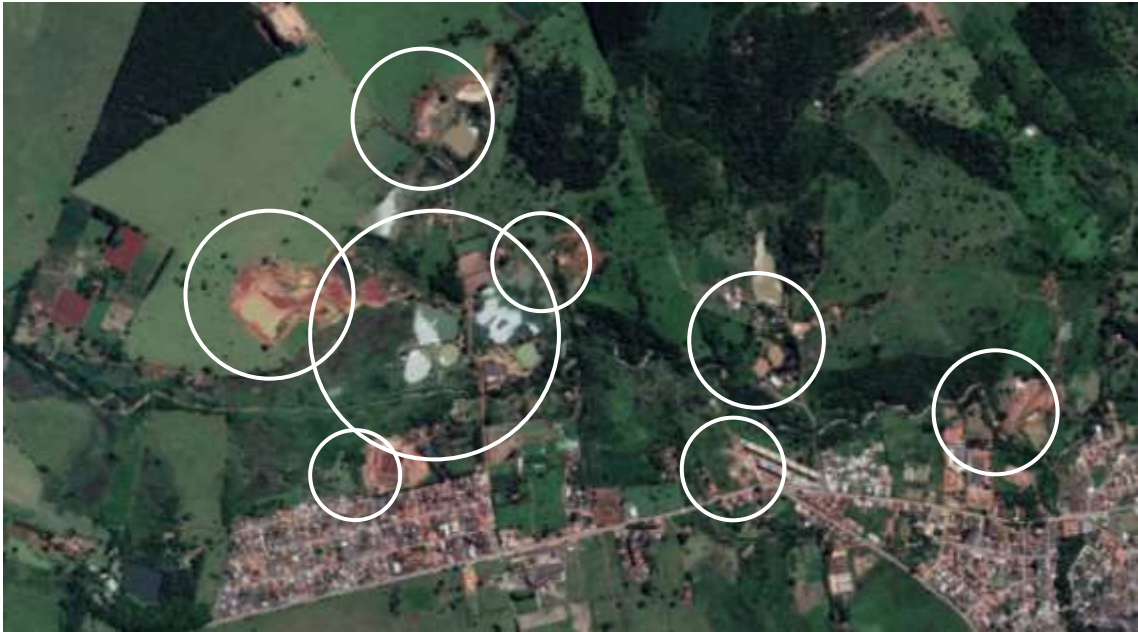
Entretanto, as fábricas já geravam impactos ambientais consideráveis e nos anos recentes, contrariando as condições de relevo e as normas ambientais, novos loteamentos foram aprovados. Na Zona Rural da Macrozona do Ribeirão João Leite, concentram-se 30 indústrias ceramistas de Anápolis, de acordo com Nascimento (2005). Situadas nas adjacências do Córrego Catingueiro (tributário do Ribeirão João Leite), essas fábricas estão associadas a zonas ativas de extração de argila no entono imediato. Zonas desativadas também podem ser identificadas, que deixaram áreas de planície degradadas pela atividade mineradora que revolve os solos. Do Morro da Capuava ainda se pode mirar as chaminés das fábricas, que permanecem ativas (Figura 29). Pela imagem de satélite, nota-se as fendas no solo, deixadas pela atividade de extração (Figura 30).

Figura 29: Indústrias ceramistas na Vila Fabril, vistas a partir do Morro da Capuava.



Fonte: Fotografia do autor.

Figura 30: Imagem de satélite onde observa-se as áreas degradadas pela extração de argila.



Fonte: Imagem de satélite obtida pelo *software* Google Earth

Em decorrência do uso do solo para estes fins fabris, resultam alguns danos ambientais, como o desmatamento da vegetação típica e as consequências deste para o empobrecimento do solo; a extração de argila para o processo de fabricação dos produtos cerâmicos, tornando o terreno ainda mais suscetível a erosões e ocasionando o assoreamento, além das alterações na paisagem que podem ser dramáticas; emissão de poluentes atmosféricos, em vista da escolha como fonte energética da queima de carvão em larga medida.

Associado a esses danos ambientais diretos, o Plano de Manejo da APAJoL de 2009 “identificou o incremento da atividade de olaria, associada à indústria de construção e que inclusive motiva a expansão do cultivo de eucalipto [espécie exótica] para fornecer material combustível”. (SEMAD, 2019, p. 279). Esse cultivo se traduziu em perda do equilíbrio nos serviços ecossistêmicos e hidrológicos, uma vez que o eucalipto absorve bastante água dos lençóis freáticos para se desenvolver. Segundo Castro (2012), o consumo de lenha pelas fábricas de cerâmica é de 1,7 a 4,1m<sup>3</sup>/1000 peças e o consumo de argila é em média 2Kg por peça.

Tal uso, requereria, ainda na fase de licenciamento, um Plano de Recuperação Ambiental que previsse o descarte de rejeitos de solo e resíduos de carvão do processo fabril e planos de recuperação do solo e da vegetação destes locais de extração, de modo a garantir um

uso sustentável destes recursos. Em função da criação da APA, as fábricas foram instruídas a estabelecer planos de recuperação do ambiente.

As olarias que assinaram o acordo de recuperação da APA do João Leite se propuseram reflorestar o local, recompor o solo através de pastagem para gado e a criar peixes nas grandes fendas deixadas pela extração da argila, aterrar o local, entre outras medidas de recomposição do solo. Outro fator ambiental negativo é o desmatamento do cerrado para queima usado pelas olarias por ser de baixo custo. (CASTRO, 2012, p. 21)

### 3.4 Amparo – Políticas Públicas de Proteção Ambiental

O estudo das modificações dos componentes paisagísticos regionais empreendido por Ab'Saber (2003), aponta para três diretrizes básicas para a proteção do patrimônio genético do cerrado, que refletem diretamente na área do Morro da Capuava, suas imediações e seu papel como barreira à expansão da cidade:

1. A preservação de percentuais significativos de cerrados e cerradões, localizados em abóbadas de interflúvios, transformando-os em verdadeiros bancos genéticos dos cerrados;
2. Conservação de faixas de cerrados e campestres nas baixas vertentes de chapadões, com centenas de metros de largura, conforme cada caso, a fim de que o manejo das terras de cultura não interfira no frágil equilíbrio da faixa de contato entre vertentes e fundos de vales com florestas de galeria;
3. Congelamento ao máximo possível de uso dos solos nas faixas de matas de galeria, visando à preservação múltipla dos corredores aluviais de florestas biodiversas, assim como das veredas existentes à sua margem. (AB'SÁBER, 2003, p. 43)

Apesar dos estudos e mecanismos de preservação criados, observa-se o descumprimento da legislação ambiental e, como consequência, o agravamento dos níveis de degradação nesse trecho do território.

Com todos os problemas visualizados, analisados e discutidos, pode-se concluir como principal problema decorrente nas nascentes é a omissão das pessoas diretamente nelas envolvidas, seja a população circunvizinha, proprietários dos terrenos onde se encontram e até mesmo os órgãos ambientais. Tal fato fez com que fossem dizimadas as APPs, gerando-se erosões e assoreamentos, degradação, poluição e contaminação das águas, sua escassez até o cessamento do afloramento por completo. (ASSIS; PASQUALETTO, 2011, p. 12)

A iniciativa da recuperação desse ecossistema, precisa partir do Poder Público, pela implementação do Plano de Manejo e fiscalização da área. O texto da revisão do Plano Diretor de 2016, se compromete no Art. 10º a cumprir as determinações do Plano de Manejo da Área

de Proteção Ambiental – APA do Ribeirão João Leite para a definição de usos compatíveis e aprovação de empreendimentos em toda a área municipal pertencente a essa bacia hídrica. (PDPA, 2016, p. 9).

Os artigos 144, 145 e 146 do Plano Diretor Municipal versam sobre estratégias, objetivos e diretrizes da Política Municipal de Qualificação Ambiental, que almejam proporcionar qualidade de vida em consonância com o uso racional dos recursos naturais, proteger, conservar e recuperar os ecossistemas e favorecendo “o interesse coletivo em detrimento ao individual”. (PDPA, 2016, p. 45). Considera como objetivos, desenvolver ações de educação ambiental, conscientizando a população sobre a necessidade de conservação do patrimônio natural; fomentar projetos de prevenção da degradação ambiental, preservação da identidade natural do município e de redução de impactos ambientais existentes.

Ações descritas no Plano Diretor Municipal que dizem respeito especificamente à área de estudo, incluem: uma ação integrada da gestão dos recursos hídricos com os municípios vizinhos; criação de corredores ecológicos e de um cinturão verde no entorno do perímetro urbano; manejo adequado de espécies ruderais e exóticas nas cercanias das nascentes e córregos; a desocupação de edificações nas APPs; promover a recuperação ambiental de cursos d'água e fundos de vale e fiscalizar eventuais infrações. Enquanto ações de planejamento e gestão públicas previstas em lei, os órgãos de fiscalização (estaduais e municipais), ONGs e a sociedade civil podem manifestar-se exigindo seu cumprimento.

#### **3.4.1. Especial Interesse – AEIA**

O Morro da Capuava, por ter elementos remanescentes de vegetação típica do Cerrado, é classificado como Área Especial de Interesse Ambiental – AEIA, reserva legal de interesse natural e paisagístico a nível municipal, que pode abranger mananciais, matas e florestas nativas. O Poder Público pode se valer dessa categoria do planejamento urbano visando a proteção, a manutenção e a recuperação de características do meio físico, consideradas de interesse coletivo, por meio de restrições legais ao seu uso e ocupação, devido o valor de seus aspectos ambientais. A não observação destas restrições caracteriza infração ambiental e ficam os infratores sujeitos à responsabilização e punição (Art. 156, PDPA, 2016, p. 50). As Áreas de influência das AEIAs ficam submetidas a restrições urbanísticas, de modo a garantir sua integridade e a qualidade do ecossistema local, tais como: taxa de ocupação

máxima, altura máxima das edificações, taxa de Permeabilidade Mínima e índice Máximo de Aproveitamento, por exemplo.

Na definição do PDPA, elas podem ser de três tipos, para os quais há parâmetros específicos de restrição para seu perímetro e imediações. O Morro da Capuava é classificado como AEIA do tipo 01. As AEIA 1, porém, não impõem restrições urbanísticas em seu entorno ou “área de influência” (Art. 153, PDPA, 2016, p. 48-49).

Figura 31: A AEIA do Morro da Capuava compreende o pico com o espaço público e parcialmente sua encosta.



Fonte: Portal 6. Disponível em: <https://portal6.com.br/2018/03/12/recebendo-novas-melhorias-morro-da-capuava-sera-vigiado-por-cameras-de-videomonitoramento/>. Acesso em junho de 2021.

A preservação exigida, nesse caso, fica restrita apenas à proibição da supressão de árvores, que é vedada, abrindo-se uma exceção que permite a retirada, quando se tratar de espécies exóticas, desde que seja feita a compensação com espécies nativas brasileiras, preferencialmente do Cerrado. O texto não deixa claro que a compensação precisa ocorrer no mesmo local onde a espécie exótica foi extraída, mas subentende-se que sim. Isso, aliado à nenhuma outra medida urbanística de restrição, significa que o PDPA deixa uma lacuna de proteção, que possibilita alterações na paisagem do Morro da Capuava.

Se por um lado, o que distingue a AEIA de tipo 01 é não incidência de regras mais rigorosas em seu entorno (inexistência de uma área de abrangência), em outro trecho da Lei

do PDPA, estabelece-se que a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir<sup>92</sup> e da Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo<sup>93</sup> ficam impedidas nos imóveis localizados em AEIS (Art. 220 e 251, respectivamente). Sem fazer distinção entre os tipos de AEIS, deduz-se que a norma valha para os três tipos. Isso ao menos impede a transformação dos padrões de adensamento e alteração do tipo de uso do solo no entorno. Em outras palavras, a construção civil pode aumentar obedecendo os padrões de densidade atuais, mas há algum nível de proteção quanto a transformações mais radicais. (PDPA, 2016, p. 69, 73).

O PDPA determina ainda que a fiscalização municipal deve identificar e responsabilizar administrativamente os empreendimentos degradadores ou modificadores do meio ambiente por ação antrópica, exigindo sua reabilitação pela elaboração e implantação de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, devolvendo ao ambiente e à paisagem as condições de equilíbrio e de uso pós-degradação. O PRAD deve conter cronograma físico-financeiro de implantação e execução, que seja factível e coerente, contendo a avaliação do dano ambiental e as medidas previstas de recuperação (revegetação, engenharia geotécnica, remediação e tratamento químico, entre outros métodos). Também deve propor o acompanhamento e a manutenção das medidas implementadas, que podem ser de tipo corretivo, mitigador ou compensatório. (Art. 159 e 160, PDPA, 2016, p. 50-51).

### 3.4.2 Norma hierárquica – Plano de Manejo

O Plano de Manejo da APAJoL tem seu próprio zoneamento, baseado em padrões homogêneos de áreas naturais e de ocupação da região, compatibilizados com as estratégias de recuperação e preservação desejadas, e o uso sustentável permitido, desde que compatível com o objetivo de sua criação.

Vale destacar, nesse contexto, que o Plano de Manejo da APAJoL é uma importante ferramenta estratégica para a gestão da Unidade de Conservação. Sua elaboração ocorre por meio de estudos técnicos que buscam compreender as características físicas, biológicas e socioeconômicas da região, a fim de obter elementos suficientes para garantir a definição de um zoneamento ambiental compatível com grupos de áreas que, de acordo com suas características e necessidades, constituirão zonas

---

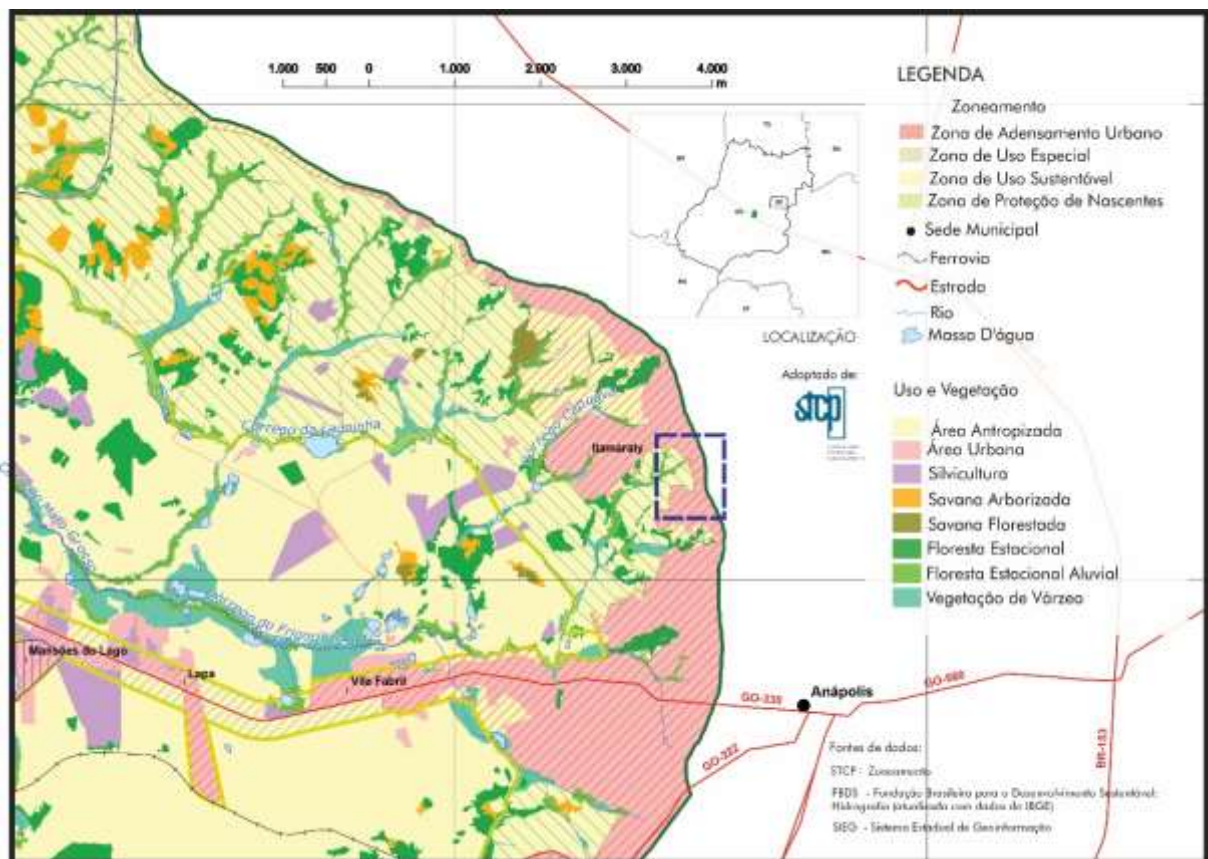
<sup>92</sup> Concessão do poder público para que o proprietário do imóvel construa acima do coeficiente básico estabelecido, mediante pagamento de uma contrapartida financeira.

<sup>93</sup> Assim como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, flexibiliza os tipos construtivos e atividades socioeconômicas no imóvel, mediante pagamento.

regidas por normas específicas, com maiores ou menores restrições sob o ponto de vista do uso e ocupação. (SEMAD, 2019, p. 230)

Na área de recorte desse estudo – a intersecção entre a APAJoL e o município de Anápolis, sobretudo o entorno do Morro da Capuava – incidem três macrozonas do Plano de Manejo, de acordo com suas características, a saber: a Zona de Proteção de Nascentes, a Zona de Uso Sustentável e a Zona de Adensamento Urbano, conforme indicado pelo mapa do Plano de Manejo da APAJoL. (Figura 32).

Figura 32: Zoneamento da APAJoL no entorno do Morro da Capuava, sinalizado pela linha tracejada em azul-escuro. (Mapa anterior aproximado)



Fonte: adapta pelo autor, a partir do Mapa “Zoneamento x Uso do solo e Vegetação”, SEMAD/ STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2019).

A Zona de Proteção de Nascentes, configura-se como uma faixa fronteira à área da APAJoL. No caso anapolino, essa faixa de proteção é interrompida pela presença de áreas urbanas sobre as APPs, justamente na parte mais elevada da APA, de vertentes à montante e com a maior contribuição de nascentes para os cursos d'água e recarga dos aquíferos. O

objetivo dessa zona é a recomposição vegetal dessas áreas, para a proteção da rede de nascentes e de drenagem e para a conservação da sua paisagem natural. Nessa zona ficam proibidos usos industriais, atividades pecuaristas de grande porte e outras consideradas fontes poluidoras, como postos de combustível. A retirada de vegetação fica condicionada à compensação ambiental, por servidão ambiental<sup>94</sup> (preferencialmente, na proporção de uma unidade de área devastada para uma unidade de área ser recuperada, 1:1) ou recuperação florestal, a ser realizada antes da extração (na proporção 1:3, uma unidade desmatada para três a serem recuperadas). O parcelamento do solo fica condicionado ao Plano Diretor Municipal, contudo, respeitando sessenta por cento (60%) de permeabilidade, sistemas de tratamento de efluentes, coleta seletiva e controle de erosões, entre outras medidas mitigadoras de impacto ambiental. Já os imóveis rurais devem conter vinte por cento (20%) de vegetação nativa preservada ou reflorestada, observando as APPs e preferencialmente configurando corredores ecológicos. (SEMAD, 2019, p. 4.14-4.18).

A Zona de Uso Sustentável é caracterizada por remanescentes de vegetação nativa mesclados com usos agropecuários em propriedades de médio e grande porte. São proibidos os usos para carvoarias, postos de combustíveis, frigoríficos, indústrias de processamento de grãos e outros. A retirada de áreas vegetadas fica submetida às mesmas condições da Zona de Proteção de Nascentes, enquanto a taxa de permeabilidade nos parcelamentos do solo deve ser de quarenta por cento (40%). São recomendadas atividades econômicas de menor impacto ambiental, como a agricultura orgânica e a agroflorestal. (SEMAD, 2019, p. 4.18 – 4.23)

Dado que os fragmentos de vegetação nativa não são autossustentáveis, principalmente na parte alta da bacia do ribeirão João Leite (Nishi *et al.*, 2010), há necessidade de uma intervenção na área em estudo no sentido de aumentar a cobertura vegetal. Esse aporte de infraestrutura natural pode se dar pela revegetação e recomposição de matas nativas, principalmente na seção superior. (SEMAD, 2019, p. 315)

A Zona de Adensamento Urbano, por sua vez, compreende as áreas de concentração de residências ou de previsão de ocupação, conforme o Plano Diretor de cada cidade. No caso anapolino, a última revisão do Plano Diretor, que ampliou o perímetro urbano em algumas áreas da Macrozona do Ribeirão João Leite, justamente no entorno do Morro da Capuava, conflita com o que estabelece o Plano de Manejo, que proíbe a expansão sobre áreas da Zona

---

<sup>94</sup> Regime em que o proprietário abdica de utilizar-se da terra para qualquer atividade, em quantidade superior do que é exigido como áreas de Reserva Ambiental e APPs.

de Proteção de Nascentes.<sup>95</sup> Além disso, como nas demais zonas, a retirada de vegetação exige compensação conforme Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), a ser executado. As propriedades e empreendimentos devem respeitar vinte por cento (20%) de área permeável. Cabe as prefeituras também a elaboração e implantação do Plano de Saneamento Básico e Plano de Arborização Urbana, como formas de promover a qualidade de vida das populações e o equilíbrio socioambiental. (SEMAD, 2019, p. 4.28-4.31).

### 3.4.3 Rumos (Programas de Manejo)

Considerando os relatórios técnico-científicos e estudos sobre a região, bem como os resultados das Oficinas Participativas ocorridas em razão da revisão do Plano de Manejo em 2019, foram propostos doze Programas de Manejo, de modo a dar orientação clara das atividades a serem desenvolvidas na APAJoL, de acordo com cronograma estabelecido, para o seu cumprimento no prazo de um a dez anos (SEMAD, 2019). Uma síntese desses programas, sua finalidade e ações específicas é apresentada a seguir, de modo a oferecer um panorama das ações que porventura virão a ser implementadas na área.

a. Programa de Conhecimento, que apoie a pesquisa científica na APAJoL, de sua flora, fauna, recursos naturais, viabilidade de usos sustentáveis, patrimônio histórico e arqueológico, junto Institutos de Pesquisa e Universidades, que possam subsidiar decisões futuras (áreas prioritárias de preservação, por exemplo) e orientar os gestores públicos.

b. Programa de Monitoramento Ambiental, que promova o acompanhamento continuado do cumprimento e da efetividade das medidas protetivas aplicadas, apoiando projetos de levantamento e mapeamento de áreas de risco, APPs, focos de incêndio, atropelamento de animais; monitorar o fornecimento e qualidade da água e os projetos de recuperação ambiental, Deve articular instituições públicas, setor privado e ONGs.

c. Programa de Monitoramento de Ocupações Irregulares, que, junto ao Poder Público, deve buscar solucionar ou, ao menos, reduzir o impacto dos parcelamentos e empreendimentos irregulares, bem como ordenar a ocupação e evitar novos núcleos informais.

d. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, que fomente os projetos de avaliação, monitoramento e controle das áreas onde houve extração mineral e das APPs, junto a prefeituras, empresas, sindicatos e ONGs.

---

<sup>95</sup> Essa temática foi abordada no item 3.3.5 “Morar no alto – loteamentos na encosta do Morro da Capuava.”

e. Programa de Formação de Corredores Ecológicos, que deve articular formas de viabilizar a constituição de corredores ecológicos, sistemas agroflorestais, reservas legais e outros, permitindo o fluxo gênico das diferentes espécies da flora e fauna no território da APAJoL. Também deve “estabelecer a obrigatoriedade das concessionárias rodoviárias locais em implantar passagens de fauna em locais de alta sensibilidade ambiental”. (SEMAR, 2019, p. 446).

f. Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que tem por objetivo ampliar o Programa Produtor de Água, que realiza pagamento direto aos proprietários de terras que adotam medidas de conservação de recursos naturais e da biodiversidade. Deve mapear propriedades a incluir no programa e estruturar um fundo financeiro que o viabilize, junto a companhia de saneamento (SANEAGO).

g. Programa de Fiscalização, que deve realizar a fiscalização interinstitucional, de modo a coibir crimes ambientais, responsabilizar os agentes causadores de danos, atuar junto à administração pública acompanhando o licenciamento ambiental das atividades inseridas na APA e exercer o poder de polícia ambiental.

h. Programa de Comunicação e Educação Ambiental e Patrimonial, a que cabe criar canais de comunicação com gestores, instituições e sociedade civil sobre a preservação do patrimônio natural, promover ações de conscientização, fomentar o ensino formal e informal e cursos de capacitação sobre a região da APAJoL, divulgar informações institucionais e conhecimento produzido, utilizando-se inclusive de meio digitais. Engloba as prefeituras, instituições de ensino de todos os níveis, produtores rurais, empresas, ONGs e a sociedade civil em geral.

i. Programa de Alternativas de Desenvolvimento, que implementa atividades socioeconômicas de uso sustentável, cooperativa e associações entre os moradores, Sistemas Agroflorestais (SAF), piscicultura de espécies nativas e outros. Promover a capacitação de profissionais para atuar orientando as comunidades.

j. Programa de Uso do Reservatório João Leite para Atividades de Educação Ambiental, Lazer e Recreação, ordena os usos indiretos dos recursos da APAJoL, o turismo, os projetos de educação ambiental, de lazer e recreação. Também lhe cabe avaliar a viabilidade desses usos e licenciá-los.

k. Programa de Operacionalização do Plano de Manejo, garante a gestão operacional, equipamentos e infraestrutura, os recursos humanos e administrativos, e da efetividade aos demais programas. Articula o Conselho Consultivo da APAJoL, voluntários,

instituições públicas e privadas, gerando relatórios periódicos, mobilizando recursos financeiros e acionando instrumentos políticos para a implementação do Plano de Manejo.

I. Programa de Sustentabilidade Financeira, visa mobilizar recursos orçamentários para projetos e ações, promover a valorização da beleza natural e das características cênicas da Unidade. Estimula a conversão de multas em programas de recuperação ambiental e orienta a melhor destinação dos recursos obtidos. É suposto incentivar as parcerias público privadas e fomentar as ações de preservação entre os proprietários de terras na APAJoL.

Esses programas servem como indicativos de possíveis (e desejáveis) ações a serem utilizadas na Macrozona do Ribeirão João Leite e poderiam ser diretrizes para um plano de reabilitação do Morro da Capuava e seu entorno. Ações de conscientização e educação ambiental, por exemplo, poderiam ser implementadas entre seus frequentadores, aproveitando-se desse uso espontâneo para a promoção dos estudos sobre o ecossistema local.

Mas um dos desafios para a implementação dos programas do Plano de Manejo é justamente a conscientização dos gestores públicos e da população para a importância e a função da APAJoL. Em todos os municípios existe uma carência de ações que promovam a educação ambiental e que elucidem sobre as questões da APA e da BRHRJ.

Além do sentimento de entrave gerado pela unidade, a população no geral não tem conhecimento sobre a APA e sua importância. Bem como também não há clareza sobre as regras de zoneamento. Em alguns municípios os representantes afirmaram que há fiscalização e punição, principalmente para o produtor rural, quando procedem de maneira indevida causando prejuízos aos recursos da APA, mas não há na mesma medida orientação que previna que os erros aconteçam. E adicionam que plano de manejo de 2009 é pouco objetivo, o que dificulta a interpretação e a gestão municipal. (SEMAD, 2019, p. 229)

Apesar do “sentimento de entrave”, compartilhado por gestores e proprietários de terra, a APAJoL também é fonte de recursos para os municípios, por meio dos repasses do ICMS Ecológico e do Programa Produtor de Água, que realiza o pagamento por serviços ambientais, diretamente aos produtores rurais de alguns municípios cadastrados, mas com vistas de ampliação. O programa compensa os investimentos realizados pelos proprietários de terra, com o objetivo de manter a vazão e qualidade da água. Para os municípios menos populosos, o maior repasse em valores monetários do ICMS gerado no município, provém da APA.

Assim, o argumento de que a proteção ambiental representa um entrave ao desenvolvimento social, é incorreto. “O que se observa, no entanto, é a carência de parcerias para a implantação e acompanhamento das atividades de campo, principalmente com as prefeituras municipais, através de suas respectivas Secretarias de Desenvolvimento Rural ou correspondente a mesma pasta”. (SEMAD, 2019, p. 321).

Seja por desconhecimento, ou por falta de interesse político em aplicar essas medidas, o fato é que esses instrumentos e programas poderiam ser empregados para a geração de renda às populações inseridas nesse território, além de outros modos de produção econômica menos geradoras de impacto, como a agrofloresta e a agricultura orgânica. Esses modelos dependem de informação e incentivo para que deixem de ser parte apenas dos planos e metas e passem a ter aplicação efetiva.

### 3.4.4 Horizonte de transformações – Instrumentos de Política Urbana

Para fazer cumprir as diretrizes de regulação da ação humana no território, promovendo o desenvolvimento em equilíbrio com o ecossistema, o município dispõe de instrumentos urbanísticos, como os que estão previstos no Estatuto da Cidade. A criação de AEIS, AEIA, a desapropriação e o tombamento<sup>96</sup>, por exemplo, são algumas aplicações dessa prerrogativa do Poder Público.

Outro instrumento jurídico e político previsto, que poderia afetar o espaço do Morro da Capuava, são as Operações Urbanas Consorciadas; que permitem a “alteração de parâmetros urbanísticos, normas do parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, [...] a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente”. (Art. 258, PDPA, 2016, p. 74).

A aplicação desse instrumento depende, porém, de lei específica e necessita apresentar estudos de impacto ambiental e de vizinhança (EIA/EIV), garantir a preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico e ambiental, protegidos por tombamento ou lei; além de obrigar a oferta de contrapartida dos proprietários, usuários e investidores privados beneficiados pela operação e a obrigatoriedade da participação

---

<sup>96</sup> O instrumento permite a inclusão de imóveis construídos, mas também de sítios urbanos e rurais como bens patrimoniais dos quais se deseja manter as características, dada sua importância.

da sociedade civil nos órgãos de controle da operação, entre outras determinações. Assim, espera-se que, mesmo que seja porventura empregado, o espaço do Morro da Capuava se encontre protegido em suas características fundamentais.

### 3.5 Herança: Meio Ambiente e Patrimônio

A responsabilidade das ações humanas para com o meio natural é tratada em diversos estudos acerca da sustentabilidade (entendida no âmbito ecológico, socioeconômico e cultural-comunitário) partindo da compreensão de que os bens naturais são finitos. Um plano de desenvolvimento consciente deve se ater a estas questões e todos os programas políticos e sociais que visem o bem coletivo devem ter por princípio a observação dessas premissas.

As intersecções entre as culturas e o meio natural, as formas como interpretam e assimilam seus elementos, mostram que a natureza passa a ser, por si, objeto de apreciação e algo que os indivíduos, em suas respectivas particularidades culturais e religiosas, buscam se aproximar. A ideia de que a natureza é, por si, um patrimônio comum e interligado às populações, e o modo como esse entendimento passa a estruturar e justificar políticas de preservação, é sintetizado pelo conceito de “patrimônio ambiental urbano”.

Assim, por exemplo, é que vão surgir, no final do século XX, ideias como a de “patrimônio ambiental urbano”, na qual se aproximam três campos – o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental –, que até então pouco se comunicavam. Isso só vai ser possível pelas alterações internas que cada uma dessas áreas vem sofrendo: por um lado, o conceito de patrimônio – ao se afastar da noção reificada de monumento – incorpora a ideia da dinâmica da cultura e do ambiente construído; por outro, percebe-se – através da mediação de ideias como a de sustentabilidade e de qualidade ambiental – a necessidade de se pensar conjuntamente as chamadas “áreas históricas” e o restante do tecido urbano e do território. E finalmente, entende-se que a ideia de meio ambiente inclui o ambiente urbano, no qual vive a maior parte da humanidade. (CASTRIOTA, 2009, p.13)

O tombamento do Morro da Capuava como patrimônio ambiental municipal atesta a importância deste lugar. Como atributos do sítio, a paisagem natural (zona rural) circundante e a vista do horizonte distante, o relevo, fauna e vegetação, a cadeia de montanhas no horizonte, as nuvens; tudo é objeto de apreciação contemplativa e sua conservação adquire esse duplo aspecto: ambiental e cultural.

Entretanto, a lei de tombamento não determina maiores restrições para a modificação do Morro da Capuava, nem delimita a abrangência espacial dessa proteção. Em entrevista concedida pelo vereador Wederson Lopes (2021), autor da lei de tombamento, percebe-se o reconhecimento e a intenção de valorizar as áreas remanescentes de Cerrado na encosta do morro. Mas a última intervenção municipal no local, efetuou justamente o plantio de espécies exóticas (*Ficus benjamina*), talvez pelo seu rápido crescimento. O entrevistado menciona ainda ter tido conhecimento do intuito de empreiteiras em explorar economicamente a vista do topo do Morro da Capuava, o que lhe causou preocupação e o motivou a levar a proposta de retomada do tombamento. Os trechos da entrevista sobre o tombamento ambiental são apresentados na sequência. A entrevista na íntegra encontra-se no Apêndice desse trabalho.

Entrevistador: Sabe-se que o Morro da Capuava é um local de interesse cultural, ambiental e histórico para a cidade de Anápolis. Quais desses aspectos o tombamento contempla?

Wederson Lopes: *Então, o tombamento contempla todos os três aspectos. Ali foi tombado através dessa lei, como patrimônio histórico, cultural e ambiental. [...] E é um patrimônio ambiental por causa do Morro da Capuava ser um morro preservado, é um morro que tem né, características do Cerrado nosso aqui, e nós não queríamos perder essa característica rústica aqui, daquele local. Então, o que que garantiu a lei? Garantiu que ele não pode perder sua finalidade; pode ter melhorias, pode ter infraestrutura, porém não pode perder sua finalidade contemplativa, histórica e ambiental aqui no nosso município.*

Entrevistador: O tombamento é uma medida de proteção mais comumente (mas não só) aplicada a bens materiais, como monumentos, construções, entre outros. No caso do Morro da Capuava, o que exatamente é resguardado pelo tombamento? A paisagem está contemplada enquanto bem patrimonial a ser protegido?

Wederson Lopes: *Então, com relação a preservação, como eu até já respondi nas perguntas anteriores, é preservar o local com suas características. E aquele local é um local público! Que é tradicionalmente utilizado pela população para contemplação da cidade, é pessoal que vai pra lá pra espalhar, pra passear, pra fazer suas preces, suas orações, então, essa preservação da cultura que foi gerada pela população anapolina, que é uma população é, bastante né, a grande, a devastadora maioria da população Anapolina é uma população cristã, mas também, a preservação ambiental e a preservação cultural daquele local.*

Entrevistador: Na visão de Vossa Senhoria, intervenções na paisagem (como novos loteamentos e edificações) podem ser vistos como violações à medida do tombamento?

Wederson Lopes: *Sem dúvida. O tombamento é justamente pra evitar esse tipo de ação, de loteamento, de desafetação daquela área e a posterior venda daquela área pra outras finalidades que descaracterizariam o Morro da*

*Capuava como local tradicional da cidade de Anápolis, como um local onde houve ali a passagem da Coluna Prestes, um local que tem uma preservação ambiental, um local que tradicionalmente também é frequentado pela população Anapolina pra contemplação, orações, preces, descanso... Então, com certeza, a finalidade, o objetivo do tombamento, foi evitar a especulação imobiliária, o loteamento naquele local. (LOPES, 2021)*

Uma vez aprovado, o tombamento de 2015 não foi suficiente (ou mesmo considerado) como impeditivo à aprovação da ampliação do perímetro urbano, que poderá acarretar ainda mais danos ambientais sobre esse território já tão fragilizado.

Não se trata de entender o patrimônio como algo estanque e inalterável, mas é digno de nota que uma medida injustificável, do ponto de vista da demanda populacional, consiga se impor, mesmo com tantas instâncias de proteção: o tombamento, a AEIA, a Macrozona do Ribeirão João Leite, o Plano de Manejo da APAJoL, a recomendação técnica do CAU/GO e a Ação Civil do Ministério Público de Goiás. O que poderia, então, conter o ímpeto insaciável de usurpação dos recursos naturais?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – LITANIA: ENALTECIMENTO

A pesquisa teórica desenvolvida, buscou fundamentar e explicar conceitualmente os fenômenos ocorridos em torno do espaço do Morro da Capuava. Em seu sentido cultural, a visitação de indivíduos e grupos revela uma sensibilidade e uma busca preferencialmente por paisagens idílicas, ligadas à sensação de tranquilidade e que remetem às origens, a um passado rural. Em seu sentido religioso, os espaços elevados adquirem a conotação de serem “mais próximos de Deus”, além das muitas referências aos morros presentes nas escrituras. À medida que essas práticas se tornam mais recorrentes e passam a conferir ao espaço uma “identidade”, isso se constitui como traço cultural local.

O conflito entre crentes e não-crentes é apaziguado pelo discurso, em tese tolerante, flagrado na entrevista com o Sr. Wederson Lopes. O espaço do Morro admitiria essa diversidade de públicos (o que de fato ocorre). Entretanto, é notável uma demarcação simbólica unilateral e monotemática. É difícil supor qualquer manifestação sociopolítica de cunho mais progressista neste espaço e nem é possível supor os efeitos disso, caso ocorresse. Esse domínio simbólico do espaço por grupos proselitistas e reacionários existe, mesmo que se identifiquem contraexemplos (andarilhos e pedintes, uso recreativo de *cannabis*, encontros homoafetivos, grupos que compartilham a escuta do *rap* e do *hip-hop*, ensaios de *rock*, entre outros).

Como se viu, a cultura é altamente mutável no tempo. E o espaço nunca é dado, precisa ser conquistado. É o que ocorreu quando a sociedade organizada interviu e exigiu o cancelamento do intento de se construir um templo no local (2016). Mas a apatia recente frente a esse avanço de grupos extremistas religiosos é também sintoma de um esvaziamento dos espaços de disputa política. O estado de coisas no presente, embora não seja imutável, oferece um quadro para ser interpretado. A memória da Passagem da Coluna Prestes, por exemplo, embora seja utilizada para justificar o tombamento histórico, não é difundida e nem mesmo mencionada no espaço.

Embora seja difícil afirmar a presença e permanência dos “revoltosos”, no espaço do Morro da Capuava, os autores memorialistas convergem em alguns pontos. A campanha em 1925 esteve nas proximidades (incluindo combates e movimentações entre as tropas) e uma comissão de anapolinos pede que a cidade seja poupada de saques. Há o assassinato de um

proprietário de terras e o assassino é executado em retaliação por ordem de Prestes. Vindos da direção oeste, furam a barreira dos legalistas em direção a oeste. (É mesmo possível que para isso, tivessem que passar pelo Morro da Capuava, ou suas encostas.) Em 1926, o combate teria sido entre forças não rivais, devido a uma manobra arquitetada por Prestes. É nesse ponto que Ferreira (1979) menciona especificamente o Morro da Capuava, como lugar próximo de onde teria sido executado um revoltoso, capturado no centro da cidade. Sabe-se que muitos dos que aderiam a campanha, não eram exatamente engajados na “causa” da Coluna, ou mesmo obedeciam a seu regimento. Fazendas citadas nesses relatos são homônimas de córregos situados na encosta do Morro da Capuava. Essa memória construída que vincula esses eventos a este espaço, constitui já a história do lugar. Mas é flagrante que só conste nos textos e não seja materializada, num memorial ou uma placa, pelo menos.

O desejo de estabelecer um marco humano da coletividade no Morro existe pelo menos desde o cinquentenário da cidade, com o intuito de construir um Cristo Redentor lá (1967). Mas essa intervenção só veio muito recentemente (2016), com sua estruturação enquanto praça. Sua área foi declarada de utilidade pública em 2014, um precedente para as obras de requalificação. As idas e vindas do tombamento reforçam o sentido de espaço de disputas que o Morro da Capuava tem. Nesse caso, a motivação parece ser econômica com a implantação de loteamentos em sua encosta.

Esses loteamentos, por exemplo, poderiam reivindicar condições de habitação digna. Embora sejam AEIS e, portanto, deveriam ser assistidas por programas de Habitação de Interesse Social, a principal promessa do Poder Público para esse espaço é a pavimentação asfáltica. O ideal seria mediar os aspectos ambientais e sociais realizando desapropriações – mediante indenização e possibilitando às famílias opções de moradia em local adequado próximo – e executando obras de estabilização de erosões e replantio, com espécies nativas adequadas para este fim.

Também a propósito do meio natural, o tombamento enquanto patrimônio ambiental é bastante frágil, justamente por essa discrepância entre o discurso e o que se verifica empiricamente. Entendemos que, particularmente nesse caso, a ideia de meio ambiente é inseparável do conceito de paisagem, e por isso exigiria uma ampla mudança na abordagem municipal sobre políticas ambientais. No espaço físico imediato do Morro, a prerrogativa enquanto AEIA, que permite a substituição de espécies existentes não nativas por um replantio de espécies do Cerrado, deveria ser aplicada. Além de outras obras de infraestrutura

de reparação devido a ocupação antrópica: regulamentação mais restritiva do uso e ocupação do solo; proteção por cercamento e (re)florestamento de todas as nascentes e córregos tributários do Ribeirão João Leite; obras de saneamento; acessibilidade do passeio e de vias e calçadas; padronização da linguagem de comunicação urbana (fachadas, totens, placas...) em seu entorno; e até os recentes debates sobre preservação da paisagem sonora, que favoreçam sua continuidade como espaço “tranquilo”.

A propósito, se a motivação do tombamento era preservar o Morro da Capuava como espaço livre e área verde (espaço público, espaço livre e área verde são conceitos diferentes, mas o Morro concentra esses três aspectos), isso poderia ser conseguido apenas com a AEIA ou com uma especificação no Plano Diretor, por zoneamento e diretrizes de planejamento local. Isso denuncia o quanto as práticas de regulação urbanística são ainda muito incipientes. Mas entendemos que o tombamento foi importante para o reconhecimento do lugar, e que desencadeou inclusive a necessidade do desenvolvimento dessa pesquisa.

Esperamos com este trabalho, promover a atenção e o cuidado para com este ente (físico e simbólico) tão relevante para o município de Anápolis. Igualmente suscitar seu potencial para práticas culturais diversas (espaços de leitura, de produção de música, de festividades) e de educação ambiental e patrimonial. Se o Morro da Capuava pode ser considerado um símbolo municipal, que o seja em seu sentido máximo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, Alexandre Silva. A Assembleia de Deus em Anápolis: 71 anos de amor e dedicação ao Evangelho de Cristo. In: **Caderno de Pesquisas – Museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”**, Ano 3, nº. 1 e 2. Anápolis, Go, 2011.

ARIMATHÉA, Amador de. **Anápolis - Suas ruas, seus vultos, nossa história**. Goiânia: Editora Papillon, 2007.

ASSIS, Pedro Henrique Ferreira de; PASQUALETTO, Antonio. Avaliação de Nascentes na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite. **ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Anais eletrônicos**, 2011. Disponível em: <http://abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/Uploads/Evento22/TrabalhosCompletosPDF/IV-011.pdf>. Acesso: maio/2021.

AZEVEDO, Cristiane A. de. A PROCURA DO CONCEITO DE RELIGIO: ENTRE O RELEGERE E O RELIGARE. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/9773>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BARBOSA, Altair Sales. O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água. **Jornal Opção**, Edição 2048, 2014. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua-16970/>. Acesso: maio/2021.

BATISTA, Godofredo Sandoval. **Anápolis: 150 anos de bairrismo**. Goiânia: Editora Kelps, 2010.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. p.279-303. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Geografia Cultural: uma antologia**. vol.1. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. 1974, p.639.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000** – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRITO, Regina Maria de Faria Amaral. **A Evolução e Produção da Estrutura Urbana em Anápolis – 1993 a 2004: estudo da interferência das gestões municipais**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás. Goiânia: IESA, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio**. São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009. 379 p.

CASTRO, Joana D'Arc Bardella; OLIVEIRA, Bruna de; SOUZA, Carlos Alberto Francisco de. Indústria, Meio Ambiente e Sustentabilidade: Um Estudo Para A Região Oeste De Anápolis/GO. **Revista de Economia da UEG**, v. 8 n. 1. p. 16-37. Anápolis, GO, 2012.

CAU/GO, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás. **PORTARIA Nº 2/2012. Laudo técnico – Perímetro Urbano de Anápolis**. Goiás, 2012.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros. Meio Ambiente e Agricultura: Uma Análise sobre o Cerrado Brasileiro e as Políticas para Proteção Ambiental. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**. Maceió - AL, v.5, n.7. junho/2018, P. 80-97.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. **Patrimônio histórico e cultural do município de Anápolis**. 2011. Goiânia, GO: Ed. Kelps, 2011. 84 p.

COELHO, Luan Filipe Fonseca. **A Dinâmica territorial do município de Anápolis (GO): antigos distritos, novos municípios**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2020.

CUNHA, Bernardo Cristóvão Colombo da; ALMEIDA, Carlos Henrique Ferreira; CORONHA, Isabela Cristina Neias; ZÓZIMO, Marco Aurélio Dias; FERNANDES, Reidner Matheus. Degradação da Área de Preservação Permanente do Rio das Antas na Área Central de Anápolis. **VII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente – Anais**. PPSTMA – UniEVANGÉLICA, 2016.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DERRIDA, Jacques e VATTIMO, Gianni (org.). **A Religião: o seminário de Capri**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes – Rebeldes errantes**. 1ª reimpressão, 3. Ed. 1991. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é História).

DUTRA E SILVA, Sandro; BARBOSA, Altair Sales. Paisagens e fronteiras do Cerrado: ciência, biodiversidade e expansão agrícola nos chapadões centrais do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 46, n. 1, p. e34028, 28 abr. 2020.

ELIADE, Mircea, 1907-1986. **O sagrado e o profano: A essência das religiões**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis Sua vida, Seu povo**. Brasília: Editora Senado Federal, Centro Gráfico, 1979.

FRANGELLI, Patrícia. A geografia da religião no Brasil: intelectuais pioneiros, propostas e metodologias de estudo. **Espaço e & Cultura**. n.31, 2012.

FREITAS, Revalino. **Anápolis: passado e presente**. Anápolis: Editora Voga, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma geografia do sagrado. **RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise**. Curitiba, v. 5, p. 67-81, 2001. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18316/11880>>. Acesso: junho/2021.

GOIÁS. Decreto - Lei nº 5.704, de 27 de dezembro de 2002. **Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) João Leite e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, 27 dez. 2002.

GOMES, Horieste; MONTENEGRO, Francisco. **A Coluna Miguel Costa/Prestes em Goiás**. 1.ed. Goiânia: Teixeira, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O horizonte humanista. p.304-337. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. (Título original: The right to the city). Tradução: Jair Pinheiro, Marília: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. p.113-123. In: **Geographia**. ano V, n.10, 2003.

ISA – INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL **Áreas protegidas em Goiás**, 2012. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/noticia/119158>. Acesso: abril/2021.

JESUS, Andrelisa Santos de. **Investigação Multidisciplinar de Processos Erosivos Lineares: Estudo de Caso da Cidade de Anápolis - GO**. Tese de Doutorado, Publicação G.TD - 087/2013, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 340 p.

KELLER, Patrícia Pereira Ribeiro. **Diagnóstico do estresse hídrico na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite**. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Meio Ambiente) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. 153 f.

KLINGER, Bertoldo. **Narrativas Autobiográficas – 380 Léguas de Campanha, em 3 meses**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1949.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEAL, Oscar. **Viagem às Terras Goyanas (Brazil Central)**, Lisboa: Typhographia Minerva Central, 1892.

LIMA, Deborah Moreira; ALMEIDA, Rherison Tyrone Silva. Avaliação das áreas de preservação permanente das nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite antes e após o programa produtor de água. **Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia - RENEFARA**, v. 14, 2019, p. 22-34.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes (Marchas e Combates)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MACHADO, Hamilton. **Imagens do Comércio Anapolino no Jornal “O Anápolis” (1930-1960): A Construção da Manchester Goiana**. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MIKESELL, M. "Tradition and Innovation in Cultural Geograpy". *Annals of the Association of American Geographers*, 68 (1), 1978.

MPGO, Ministério Público de Goiás. **MP aciona município e Câmara de Anápolis por lei de expansão urbana**, 2012. Disponível em: <https://mp-go.jusbrasil.com.br/noticias/3108039/mp-aciona-municipio-e-camara-de-anapolis-por-lei-de-expansao-urbana>. Acesso: maio/2021.

NASCIMENTO, Adriana Souza. **Impactos ambientais e expansão urbana nas cabeceiras de drenagem do Córrego Catingueiro Anápolis/GO**. 2003.153 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

NASCIMENTO, Adriana Souza. Impactos ambientais e expansão urbana nas cabeceiras de drenagem do córrego catingueiro Anápolis/Go. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Wellington Nunes de; FERREIRA, Nilson Clementino. Avaliação multitemporal do uso e cobertura do solo da bacia hidrográfica do ribeirão João Leite utilizando imagens Landsat-5. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 38, p. 46-62, 2015.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 5.ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1989.

PDPA, Plano Diretor Participativo de Anápolis. **Leitura do território. Leitura da cidade. Leitura da comunidade. Diretrizes e propostas**. Prefeitura Municipal de Anápolis. Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Anápolis. Anápolis, 2006.

PDPA, Plano Diretor Participativo de Anápolis. **Lei Complementar Nº 349, De 07 De Julho De 2016**. Prefeitura Municipal de Anápolis, Câmara Municipal de Anápolis. Anápolis, 2016.

PEREC, Georges. **Tentativa de esgotamento de um local parisiense**. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo, Editora Gustavo Gili, 2016. 1ª Ed. 60 p.

POLONIAL, Juscelino. **Introdução à história política de Anápolis, 1819-2007**. Goiânia: Editora Kelps, 2007. 188 p.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo, 1991. 2 ed. Ed. Brasiliense.

RELPH, Edward. "An Inquiry into the Relations Between Phenomenology and Geography". **The Canadian Geographer**, 1970, vol. XIV, nº 3, pp. 193-201.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. p.187-224. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Introdução a geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

SANTOS, Kesia Rodrigues dos. **As relações entre o sítio natural e a urbanização na produção dos riscos ambientais: as inundações na cidade de Anápolis (GO)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências – Campinas, SP, 2017. 342 p.

SANTOS, Lidiane Ribeiro dos; LOPES, Luciana Maria. Compartimentação Morfopedológica e Uso do Solo na Bacia do Córrego da Lagoinha, município de Anápolis (GO). In: **Conpeex - Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFG**, v.3, 2006, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2006. Disponível em: [https://projetos.extras.ufg.br/conpeex/2006/porta\\_arquivos/posgraduacao/0920499-LidianeRibeirodosSantos.pdf](https://projetos.extras.ufg.br/conpeex/2006/porta_arquivos/posgraduacao/0920499-LidianeRibeirodosSantos.pdf). Acesso: maio/2021

SANTOS, Lidiane Ribeiro dos; LOPES, Luciana Maria. Bacia do Córrego da Lagoinha em Anápolis (GO): Morfopedologia, uso da terra e problemas decorrentes. In: **Simpósio Brasileiro de Geografia**, 13, 2007, Viçosa. Anais...Viçosa: UFV, 2007. Disponível em: [http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo11/059.pdf](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/059.pdf). Acesso: maio/2021

SECIMA. Programa Produtor de Água João Leite/Go - **Projeto Básico - Atividades de Conservação de Solo e Cercamento De Áreas**. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás (SECIMA). Goiânia-GO, 21/05/2015.

SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás. **Plano de Manejo da Area de Proteção Ambiental João Leite**. Governo do Estado de Goiás, 2019.

SEMARH - Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás. **Plano de Manejo APA João Leite / ITCO - Goiânia**, 2007.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos: Geografia e Fenomenologia**. 1. Ed. Editora Contexto. São Paulo, 2019. 128 p.

SILVA, Alex Sandro da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião a Partir das Formas Simbólicas em Ernst Cassirer: Um Estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. **REVER. Revista de Estudos da Religião**. junho / 2009 pp. 73-91.

SILVA, José Fábio. **O progresso como categoria de entendimento histórico: um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-GO (1930-1957)**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2014.

SILVA, Rosenilda Rodrigues da. Breve descrição dos patrimônios históricos de Anápolis. In: **Caderno de Pesquisas – Museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”**, v. 2, p. 31-8, 2010. Anápolis, Go, 2010.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Forma da Cidade de Origem Portuguesa**. Ed. UNESP, São Paulo, 2012. 1 ed. 205 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. **Representações sociais do progresso. Uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro em Anápolis, GO**. / Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Artes Visuais (FAV). Programa de Pós Graduação em Projeto e Cidade. Goiânia, 2015. 134f.

VEIGA, Luiz Maria. **A coluna Prestes**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1994.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. 1. ed. Cosac Naify Portátil. São Paulo, 2014. 128 pp. Tradução de: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich.



## APÊNDICE 2

\* Inspirado em Tentativa de esgotamento de um local parisiense<sup>97</sup> (Perec, 2016) e nos exercícios de redução fenomenológica de Serpa “focando na abordagem do ‘absolutamente dado das coisas’ (aqui, ‘coisas’ no sentido dos ‘elementos da paisagem’) e do ‘intentar/intuir puro’ da consciência dos sujeitos observadores em situação”. (2019, p. 42)

\* As visitas foram realizadas seguindo protocolos de segurança (utilização de máscara com certificação e evitando contato próximo ou fala com outros indivíduos) e após o recebimento de uma primeira dose da vacina contra o SARS CoV-2 (primeira e segunda visita correspondem respectivamente, a 7 e 11 dias após a aplicação).

\* Os pontos 1, 2 e 3 que serão mencionados estão apontados no croqui do Apêndice 1.

### Nota nº 1

16+1 de agosto de 2021

por volta das 5 da tarde chego no topo do Morro

Venho pelo acesso antigo, agora meio abandonado. A curva em plena subida é bem desafiadora, mesmo para os carros. Como o outro acesso (o novo) não tem calçadas, essa rua antiga ficou reservada mais para pedestres e ciclistas.



<sup>97</sup> “Em outubro de 1974, Georges Perec instalou-se por três dias seguidos na praça Saint-Sulpice, em Paris. Em diversos momentos desses dias anotou tudo o que via: os acontecimentos cotidianos da rua, as pessoas, os veículos, os animais, as nuvens, o passar do tempo. Fez listas de tudo o que ocorria, mesmo dos fatos mais insignificantes da vida cotidiana. Mas nada ou quase nada de conclusivo. ‘O que acontece quando não acontece nada’, só o passar do tempo, das pessoas, dos carros e das nuvens.” – Texto de quarta capa da referida obra.



faço algumas fotos

Faz 29° C, umidade do ar baixa, poucas nuvens.

O horizonte é coberto por uma suave névoa.

O céu apresenta um azulado pouco intenso. O ar já saturado de agosto ofusca a saturação da cor.

Dois sujeitos (um em cada extremo) apresentam-se sentados na mesma posição desde que cheguei.

Acabo de contabilizar 20 pessoas, incluindo eu. Mas a mobilidade é grande, o grupo de visitantes se renova em um curto espaço de tempo, pessoas chegam e se vão com frequência. Agora mesmo vejo um senhor saindo a pé.

Percebo que algumas pessoas preferem ficar dentro de seus carros.

Pelo menos 4 pares de pessoas circulam dando voltas por todo o caminho do passeio.



Acaba de chegar uma mulher cadeirante, cabelos curtos, acompanhada por outra, aparentemente mais jovem.

Um gato e um cachorro, até agora.



Muitos passarinhos.

Existe um interessante equilíbrio entre homens e mulheres, idosos e jovens.

Algumas crianças.

Um casal passa por mim, acompanhado de uma fotógrafa. Estão fazendo um álbum de noivado, ou casamento, aparentemente. A mulher usa um vestido branco de um tecido leve. O homem usa uma camisa branca, mangas dobradas até os cotovelos.



Venta forte e a grama já se apresenta bastante seca.



Um carro aciona partida atrás de mim. Minha posição é esta: (ponto 1, conforme croqui). Simultaneamente chega uma pick-up com uma pessoa e uma moto com um casal. Estacionam próximos. Eu ainda não havia notado a faixa anunciando um culto para homens “todos os sábados”.



Outro carro, com um homem.

Um casal alto faz fotos um do outro.

A cadeirante e sua acompanhante também. Agora a cadeirante alisa com as mãos os cabelos da outra, que está sentada no chão ao seu lado. Depois se abraçam. É uma cena afável.

Um senhor de cabelos grisalhos passeia observando atentamente a tudo.

Uma menina subiu na árvore e não parece nada preocupada com qualquer julgamento.



À minha direita, uma mulher usando máscara, sentou-se e começou a ler a Bíblia. Sei que é a Bíblia por causa das abas que facilitam a abrir nos diferentes livros.

É difícil acompanhar tudo. Escrevo três linhas e quando volto a observar, tem um careca e um senhor de camisa amarela que não tinha visto até então.

Venta mais forte agora e o sol começa a baixar.

A qualidade da luz esboça os primeiros tons do crepúsculo.



Sai uma moto, chega a pé um senhor de muleta numa mão e segurando um cachorrinho pela coleira na outra. Sentou-se. Parece querer sossego, mas o cachorro (um pinscher?) pula em seus joelhos pedindo atenção.

Chega um casal com três filhos (suponho), sendo uma criança de colo.

Um jovem portando um violão.

A menina que havia subido na árvore agora saltita pelo gramado. Tem os cabelos presos num rabo de cavalo, camisa cinza, short vermelho.

Um senhor com a mão levantada à altura do peito e a bíblia no outro braço, perambula fora dos caminhos calçados, muda de direção abruptamente, “igual barata tonta”, como se diz.

O sujeito com o violão prepara-se para tocar.

O homem da muleta parou para conversar com a mulher que lia a Bíblia. Ambos de máscara.

Ele soltou o cachorrinho da coleira, mas ele ainda continua pregado a ele.



O sol se escondeu atrás de uma nuvem comprida e fina. O céu avermelhou. Mudo de lugar. (Ponto 2). Mas é uma tarefa ingrata, essa que inventei. As pessoas não param de chegar e sair e fazer coisas.

Lembro de Chico Buarque, em “As Caravanas”: “não há barreira que retenha esses estranhos”.



Uns parecem ficar muito pouco tempo. O tempo de um ajoelhar e reverenciar até o chão, pra sair em seguida. Outros estão aqui desde antes de eu chegar.

Acabo de contar aproximadamente 52 pessoas.

Um casal, no ápice do crepúsculo, se entrega a um ósculo demorado.

Alguns jovens tentam fazer fotos usando a perspectiva para fazer parecer que estão a segurar o Sol.

A última “curva” do Sol desaparece completamente. Um vento sudoeste acompanha e completa esse ato. Paira uma sensação estranha, de melancolia, de fim, de... não sei explicar. Até que alguns vencem a inércia e, depois de uma paralisação geral, decidem ir-se. Um grupo apenas. A maioria permanece.

São 18:10.



Foram tantas fotos, selfies, beijos e bíblias, chegadas e partidas, que só posso sentir que esta tarefa ficou muito incompleta.

As luzes acenderam.

Um grupo maior se formou no deck.

19:00 h

São 13 pessoas no deck, em círculo. Um senhor se dispõe a regar as árvores do Morro. Com ele e comigo, resulta 15. E há outras 24 pessoas espalhadas e um outro grupo de aproximadamente 5 pessoas que acaba de partir (estavam num lugar pouco iluminado do estacionamento e não consegui contar exatamente).

O número de frequentadores diminui, mas passam a constituir grupos maiores e mais barulhentos. Fico levemente irritado, me afasto para fumar.



O grupo maior (dos 13) acaba de se desfazer. Estão indo embora. Muitos usavam uma camiseta azul, um uniforme de trabalho. Cumpriram sua tarefa, ao contrário de mim.

Quanto alívio deve ser, acreditar na salvação.

Minha nova obsessão são duas amigas que se sentam ao chão, uma frente à outra e parecem confidenciar segredos e desabafos. Poderia ser qualquer lugar, mas decidiram que fosse aqui. Sabe-se lá porquê.

Agora 19 pessoas ao todo, contando comigo. A maioria em pares. Um trio. Três solitários.

Chega um novo casal. Na verdade, são 2 trios. Em um dos deles, estáticos, um deles parece abençoar os outros dois. O outro trio caminha ao redor.

Um dos solitários é bastante forte, usa regata e boné; sentou-se em dos bancos na “ponta” do Morro.

Um cachorro circula.

Atrás de mim, luzes de carros, chegando e saindo.



As confidentes ainda confidenciam.

Chega outro sujeito usando roupa esportiva. O primeiro vai embora.

Eu não registrei quando, mas vesti um agasalho. Faz frio. Vejo 4 casais e duas amigas, bastante jovens.

Só uma mulher caminha em volta. Veste blusa azul e calça legging preta.

Uma das confidentes se foi, a outra continua sentada no chão.

Eu bem que desejava conversar com essas pessoas. Não só essas de agora, todas que estiveram aqui.

Faz anos que escrevo sobre aqui, e ainda não entendo o que se passa aqui.

Lembro da melancolia do poente, há pouco mais de uma hora atrás.

Existe “algo” no Morro que não é óbvio.

Um dos casais (suponho) é constituído de um homem muito gordo e uma mulher muito magra. Ela usa tênis esportivo, mas permaneceu sentada o tempo todo. Agora conversam com 2 mulheres que passavam, aparentemente mãe e filha.

Está quieto. Ninguém mais abençoa ninguém, nem incita ninguém a cantar.

O cachorro se coça à minha frente. A confidente nº 2 permanece onde estava, concentrada no horizonte (que agora é apenas breu).

Outro carro sai. As luzes dos faróis me atingem.

Me surpreendo. A confidente nº 1 acaba de retornar. Usa blusa preta e calça rosa. Voltam a conversar.

(Eu conseguiria algum dinheiro abrindo e lendo tarô por aqui?)

Uma mulher em traje executivo fala ao celular. O cachorro dá voltas em torno do próprio rabo.

Uma moto, outro casal. Estou cansado.

São dois cachorros, na verdade. Idênticos. Encontraram-se, cheiraram-se e seguiram.

23 pessoas.

24.

+ 1, calça jeans escuro, jaqueta jeans claro.

Agora são 3 cachorros idênticos. Brincam, correm.



Uma mulher de vestido longo rosa surgiu, não sei de onde, não a vi chegar. Debruça-se no deck, acompanhada de um homem de camisa cinza.

[...]

## Nota nº 2

21 de agosto de 2021

16:47h 27°C

Céu completamente limpo. Me surpreendo que o Morro esteja vazio, para um sábado. Mas ainda é cedo. Uma senhora saía a pé quando eu chegava. O novo acesso criado com a requalificação do Morro da Capuava, em 2016, é completamente desprovido de acessibilidade para pedestres e ciclistas. Precisei me desviar de um carro que partia, eu e minha bicicleta, recuando para um espaço muito estreito, entre o asfalto e uma cerca de arame farpado.



Uma jovem no deck. Uma senhora ao celular, um carrinho de picolés ao seu lado. Aproveita a sombra de uma mangueira não tão alta (uns 5 metros), já com cachos de flores. Um senhor aproveita uma vasta sombra olhando para o leste. Sua bicicleta recostada ao lado.



Uma família inteira repousa de dentro do carro. Bancos inclinados, o motorista parece cochilar. Por que ninguém quis descer? Por que vir cochilar aqui?

Outras 9 pessoas, contando comigo. 6 estão sentados em bancos. Eu no chão, no ponto 1 (conforme croqui, Apêndice 1). Um sobre sua moto, no estacionamento.

Um pombo voou rápido atravessando todo o espaço, a poucos metros do chão.

O senhor de bicicleta muda de lugar, buscou outra sombra.

Chega um grupo grande, 9 pessoas jovens, 4 homens e 5 mulheres. Os rapazes parecem refugiados.

Uma senhora se põe a caminhar pelo caminho calçado. Máscara branca, um vestidinho que cobre até os joelhos, azul escuro. Cabelos presos.

Uma outra, ruiva, está parada de costas para o Sol, vestido longo até os pés, florido.

Eis o primeiro cachorro, de pelo preto.

O grupo dos 9, que estava no deck, se deslocou para bem perto de mim; é onde há sombra.

Outro cachorro, de pelo branco, manchas caramelo, menor que o primeiro.

1 senhor veio regar a planta, bem diante de mim, que deve ter cerca de um metro. Não reconheço a espécie.

O clima está agradável, apesar de que começa a ficar muito seco nessa época (mas vai piorar).

Um grupo de 5 pessoas no deck agora. Uma mulher porta a Bíblia. Os demais acompanham, constrictos. Um deles filma com o celular.



As falhas do projeto da praça ficam evidentes. Cada centímetro quadrado de sombra é aproveitado, mesmo que não priorize a melhor vista. E os bancos, ao Sol, desocupados. Hesitam em sentar na grama, já seca, e na terra vermelha. Sem opção, acabam por ceder. Mas o desconforto deve contribuir para que fiquem pouco.

Outro grupo, 6 pessoas, homens e mulheres em igual proporção. Não, não. Um menino logo depois junta-se a eles. Carregam uma sesta, repleta de pacotinhos. Não consigo identificar o que sejam.

A vendedora de picolés se levanta. Parece desiludida.

Mais e mais pessoas vão chegando. A maioria casais, com ou sem filhos.

Hoje, agora,  $\frac{3}{4}$  das pessoas estão no “lado sul” da praça. Destes, metade estão no deck.

Sim, a vendedora de picolés foi embora.

Mais pessoas preferem ficar no conforto do carro.

Sim, são mesmo refugiados. É perceptível o sotaque crioulo, mesmo pregando em português.

É, um deles prega o evangelho. Está de joelhos enquanto os outros sentados ao seu redor, em círculo. Usa um tablet, suponho que uma versão digital da bíblia. Pude ouvir qualquer coisa como: “Devemos agir de forma diferente destes nossos irmãos...”.

Soberbo e terrivelmente entediante.

O grupo da sesta com pacotinhos vai embora. Confesso que não entendi.

Outro cachorro de pelo preto, muito parecido com o outro.

Venta muito.

Uma menininha cata algo do chão. Uma mão em formato de pinça, a outra em formato de concha.

Poses e fotografias no deck.

Um garotinho com bicicleta azul e a supervisão de sua mãe. Passa bem devagar, atento ao grupo dos 9. As “rodinhas” ruidosas no caminho de paralelepípedos.



Uma bandeira nacional (???) e a sensação de constrangimento alheio. As pessoas são decepcionantes. Não sou obrigado a fazer um relato isento. Serei seletivo.

[...]

(No ponto 2.)



Outro pombo, mesma situação.

Conto 63 pessoas.

Fumaça ao longe. Aproxima-se o poente.



Uma espécie de metafísica do banal.

Lá vem ele, outro poente.

Todos tomam suas posições e câmeras.

Um grande grupo de 13 pessoas, uniformizadas com camisetas estampadas (coincidência?).

Um disco amarelo, aparecendo pela metade. Se foi. E pensar que isso rege nosso movimento, que nos dá vida.

De novo a mesma sensação de melancolia. A mesma, porém, diferente. Nada se repete. É sempre outra mesma coisa.



Exemplo: eu não havia reparado na pipa presa nos galhos de uma árvore. Outro: da primeira vez não havia esses dois grandes cachorros (eu não sei raças de cães) caminhando tão elegantemente. (São obedientes. Se quisessem, arrastariam facilmente sua dona com sua força.)

Esse tipo de coisas.

O vento ficou mais ameno. Ainda está claro, mas logo deve escurecer.

18:19h. Acendem-se as luzes. Aproximadamente 72 pessoas.

Surge Vênus no céu e morceguinhos dando rasantes. Mudando abruptamente de direção.

Sabe se orientar nessa vida quem já acompanhou com os olhos os morceguinhos.

As folhagens num movimento voluptuoso, como se dançassem uma valsa suave.

Urano retrógrado: o revés do avesso, contrário do contrário.

Rasantes dos morceguinhos, como se pudessem escutar e entender Steve Reich. Não captaria com a câmera se filmasse (nisso vou abusar de vossa imaginação).

Um moço de mocassins, filmando uma sobra de crepúsculo, migalhas de arrebol. Chegou atrasado? Faz uma selfie. As cores do céu ao fundo.

(Acho que o reconheço, seria conhecido do amigo de um amigo meu. Ou coisa assim.)

É curioso que se pense em azul, quando se fala em cor de céu. É como ignorar a variedade, esse apagamento das cores.

Eu também quis imaginar o Morro da Capuava com mais variedade do que aparenta.

Espero não ter falhado nisso.

Atrás de mim a Lua começa sua apresentação. Como se revezasse perfeitamente com o Sol.

Agora é a sua vez. Cheia, repleta de luz.

Começam a colocar cadeiras de plástico ao meu lado, um grande círculo de 15 cadeiras.

Deve ser o tal “culto de varões”. Apenas homens. Um, de camisa azul, parece impaciente,

com expectativa. O grupo dos 9 se desfez. E simultaneamente surge esse outro. Já são 12 sentados. Esperam mais alguns, aparentemente. Levantam-se.

Eu tinha me proposto gravar novos áudios hoje (os primeiros não ficaram bons). Mas não vou acompanhar isso. Conseguiram o que queriam.

Volto ao ponto 1 e o estresse passa ao ver dois garotinhos correndo pelo gramado seco. Mui pequeninos, uns 2 anos de idade. Seus pais (ou tios? enfim...) também descansam sentados relaxadamente na terra vermelha. A terra e a noite.

A terra ainda molhada da planta regada horas atrás. E as crianças ainda a correr.

Os que estão nas cadeiras ainda parecem esperar. Não compreendo. Tanto faz.

[...]

O deck oferece uma sensação diferenciada. Pelas ripas de madeira, você sente pelos pés, pelo tato, quando alguém se move aqui. É curioso esse tipo de conhecimento que independe da visão.

A Lua ainda figura à altura das torres de transmissão. Vejo que a vegetação ao redor se encontra bem alterada. Houve uma queimada recentemente. Essas lateritas e cupinzeiros, pelo que já passaram?

A cidade toda acesa, mas por aqui, é como se passasse outro tempo. Obviamente, o que se passa na noite é diferente do que acontece em outro momento.

As pessoas caminham, bem aleatoriamente, em passos mais lentos.

Alguém aponta o que se pode ver (as luzes longe, do município de Campo Limpo, provavelmente).

A Lua sobe um pouco mais e chegam músicos. (É pra se estar acostumado já.)

19:51h

Cheiros, de perfume e de comida.

Muitos elegeram o Morro da Capuava para se divertir hoje. Sei lá o que fazem, sei que vêm para cá. Não sei porque vêm para cá. Podia ser um lugar qualquer, é um lugar qualquer, e, no entanto, vêm para cá. Não posso saber.

Alguém resolver testar a resistência do deck. Pula sobre ele. Balança, havia mesmo de balançar. Sim, ainda estou aqui. Isso é tudo.

Não param de chegar grupos, cada vez maiores (eu gosto assim). Mesmo que eu me queixe, é gratificante.



Uma mariposa, um gatinho, um farol alto de carro e a impossibilidade de descrever tudo.

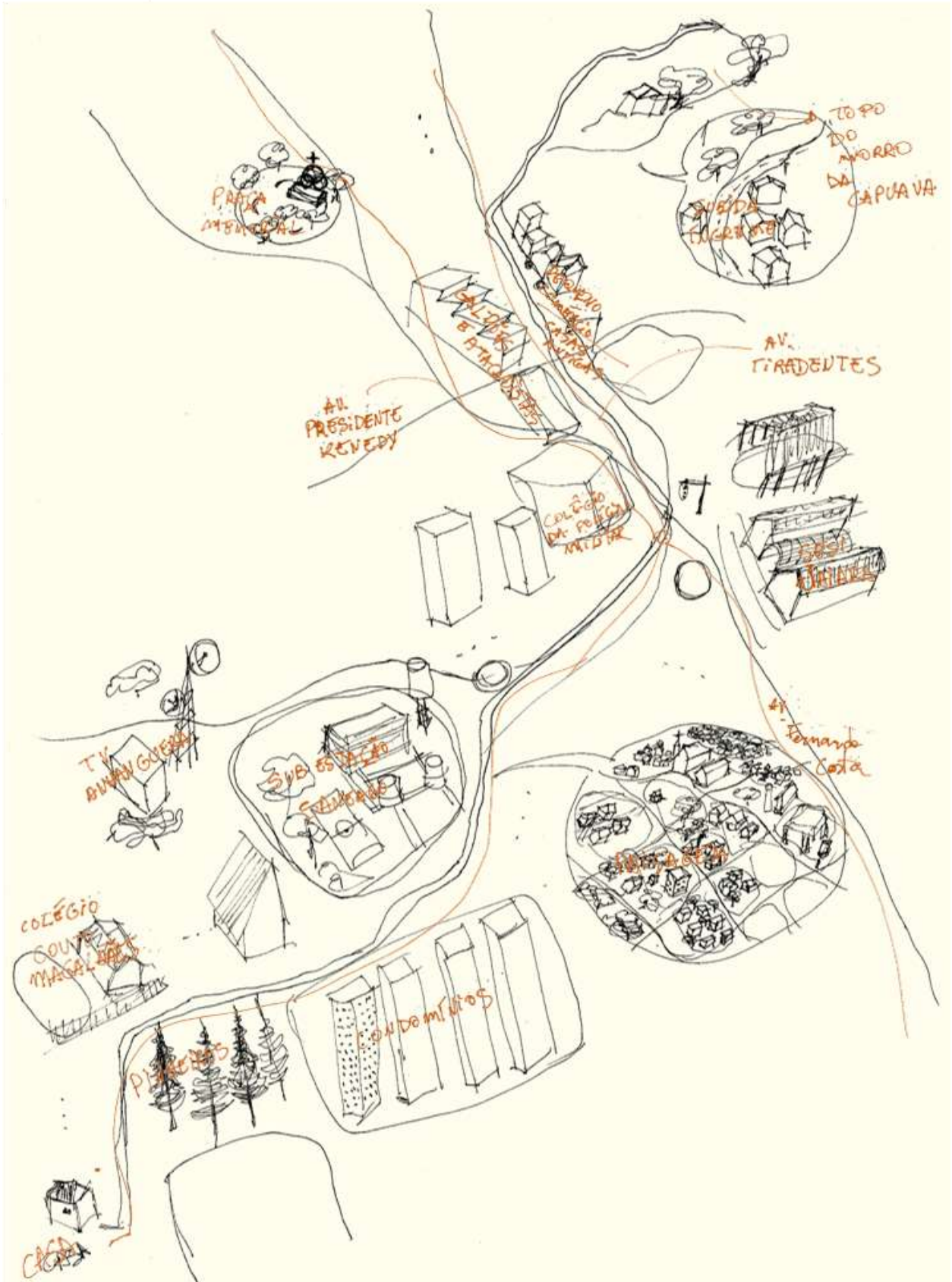
Já faz bastante frio. Continuam a chegar e sair. Incessantemente; como a vida é.

Era uma dúvida e agora se confirma: é mais de uma pessoa que se dispõe a regar as plantas daqui. Graças a Deus.

[...]

APÊNDICE 3

Mapa mental. Percurso de ida de casa para o Morro da Capuava.



## APÊNDICE 4

\* Entrevista concedida por meio virtual; as questões foram enviadas por escrito a S.S.<sup>a</sup>, Wederson Lopes, e as respostas recebidas através de áudios, em 18 de fevereiro de 2021. Posteriormente transcrita *ipsis verbis*.

Entrevistador: Conte um pouco sobre a origem da intenção de propor o tombamento do Morro da Capuava. Se existir alguma ligação afetiva ou motivação pessoal, esse relato também é de relevância para o estudo.

Wederson Lopes: *Na verdade, o Morro da Capuava havia sido tombado alguns anos atrás, décadas atrás, e houve uma lei revogando o tombamento do Morro da Capuava porque havia o interesse de gestões anteriores, para que ali fosse um local que fosse desafetado e vendido pra que pudesse ser ou loteado ou feito ali um restaurante, um empreendimento, um bar, algo ali pra aproveitar a vista da cidade e trazer lucro pra quem fosse comprar aquela área. E nós ficamos preocupados com a situação, até porque muitas pessoas frequentam o Morro da Capuava, com a finalidade de ali contemplar a vista da cidade, é um local público, as pessoas vão ali pra fazer suas preces, independente de religião, ou vão ali simplesmente pra descansar a cabeça, pra espairar. E há ainda uma prerrogativa na Lei Orgânica do Município, como uma demanda que deveria ser implementada, que era o tombamento do Morro da Capuava, isso conta na Lei Orgânica do Município de Anápolis. Então, diante de todas essas informações, nós apresentamos o projeto no ano de 2013, se não me engano, essa lei foi aprovada em 2015, onde nós conseguimos aprovar o tombamento do Morro da Capuava, visando a sua preservação. Não houve nenhuma motivação particular com relação ao vereador, mas com relação a uma demanda, a uma parcela da população que frequenta daquele local, onde o vereador, né, o Wederson, eu, o autor dessa lei, também sou frequentador do Morro da Capuava*

Entrevistador: Havia algum movimento social ou reivindicação popular que pedia essa medida de proteção?

Wederson Lopes: *Então, com relação a essa mobilização, havia sim uma mobilização com relação a melhorias ali no Morro da Capuava: questões de segurança, de acessibilidade, de banheiros, né, iluminação... Havia uma demanda nesse sentido, porém não havia um*

*conhecimento de grande parcela da população, do risco que se corria daquele local, ele não atender essa finalidade que já é tradicional da cidade e se perder. Então, como nós tínhamos conhecimento desses fatos e fomos procurados pra que pudéssemos apresentar, junto ao Poder Executivo a demanda de melhorias daquele local, nós aproveitamos as duas situações e aconteceu tanto a aprovação da lei quanto as melhorias ali no local.*

Entrevistador: Sabe-se que o Morro da Capuava é um local de interesse cultural, ambiental e histórico para a cidade de Anápolis. Quais desses aspectos o tombamento contempla?

Wederson Lopes: *Então, o tombamento contempla todos os três aspectos. Ali foi tombado através dessa lei, como patrimônio histórico, cultural e ambiental. Histórico por que? Porque ali houve a passagem, na década de 20, da Coluna Prestes, passou ali pelo Morro da Capuava, é algo que está relatado em livros aqui da cidade, então nós consultamos inclusive os historiadores da cidade de Anápolis, pra saber se realmente havia uma relevância histórica, e foi contemplada através dessa passagem da nossa história do Brasil. Também é um patrimônio cultural devido a essa tradição da população Anapolina, independente de religião, de frequentar o Morro da Capuava, pra descansar, pra contemplar, pra orar, pra rezar. Então há essa cultura do povo anapolino em frequentar o Morro da Capuava. E é um patrimônio ambiental por causa do Morro da Capuava ser um morro preservado, é um morro que tem né, características do Cerrado nosso aqui, e nós não queríamos perder essa característica rústica aqui, daquele local. Então, o que que garantiu a lei? Garantiu que ele não pode perder sua finalidade, pode ter melhorias, pode ter infraestrutura, porém não pode perder sua finalidade contemplativa, histórica e ambiental aqui no nosso município.*

Entrevistador: O uso da população para atividades devocionais-religiosas foi interpretado como um fator cultural que justifica o tombamento?

Wederson Lopes: *Então, é um dos pontos que justifica, um dos pontos... Mas não o único, então o fato de pessoas irem ali pro Morro da Capuava pra fazer suas orações, suas preces, louvor, se reunir ali é um dos fatos sim que caracteriza a cultura de frequência na quele local, mas como eu citei antes, existem outros, como as pessoas que vão ali somente pra contemplar, pra sentar ali, pra ver a cidade, pra descansar, pra espairecer... Então, são outros fatos que também justificam a cultura do povo anapolino em frequentar aquele local. Além dos fatos históricos e ambientais.*

Entrevistador: O tombamento é uma medida de proteção mais comumente (mas não só) aplicada a bens materiais, como monumentos, construções, entre outros. No caso do Morro da Capuava, o que exatamente é resguardado pelo tombamento? A paisagem está contemplada enquanto bem patrimonial a ser protegido?

Wederson Lopes: *Então, com relação a preservação, como eu até já respondi nas perguntas anteriores, é preservar o local com suas características. E aquele local é um local público! Que é tradicionalmente utilizado pela população para contemplação da cidade, é pessoal que vai pra lá pra espalhar, pra passear, pra fazer suas preces, suas orações, então, essa preservação da cultura que foi gerada pela população anapolina, que é uma população é, bastante né, a grande, a devastadora maioria da população Anapolina é um a população cristã, mas também, a preservação ambiental e a preservação cultural daquele local.*

Entrevistador: Na visão de Vossa Senhoria, intervenções na paisagem (como novos loteamentos e edificações) podem ser vistos como violações à medida do tombamento?

Wederson Lopes: *Sem dúvida. O tombamento é justamente pra evitar esse tipo de ação, de loteamento, de desafetação daquela área e a posterior venda daquela área pra outras finalidades que descaracterizariam o Morro da Capuava como local tradicional da cidade de Anápolis, como um local onde houve ali a passagem da Coluna Prestes, um local que tem uma preservação ambiental, um local que tradicionalmente também é frequentado pela população Anapolina pra contemplação, orações, preces, descanso... Então com certeza a finalidade, o objetivo do tombamento, foi evitar a especulação imobiliária, o loteamento naquele local.*

Entrevistador: Um dos fatores indicados como justificativa para o tombamento, é o fato histórico da passagem da Coluna Prestes, relacionado a este local. Qual a importância desse fato para a proposição e aprovação do tombamento?

Wederson Lopes: *Então, esse é mais um, então é um conjunto de fatores. A questão da passagem da Coluna Prestes, né, a história, faz parte da história brasileira né, há várias décadas e isso precisa ser melhor explorado até, pela comunidade educacional do município de Anápolis, com relação a essa passagem; então esse é um dos pontos, não é o único que justifica, mas já justifica com relação a questão do tombamento de um local histórico. Então isso é importante e justificou com relação a parte histórica e tem a parte ambiental e a parte cultural também.*

Entrevistador: Apesar de ser apontado como um fator para o tombamento, não há nenhum monumento ou marco que relembra a passagem da Coluna Prestes como episódio histórico. Vossa Senhoria, acredita ser importante resgatar a memória desse evento?

Wederson Lopes: *Então, na verdade, só existe um livro, existe um livro, na verdade, de Haydée Jayme, que relata essa passagem da Coluna Prestes ali pelo Morro da Capuava, na cidade de Anápolis. É um fato que realmente é pouco explorado e repercutido e divulgado na cidade de Anápolis. E é mais um dos motivos, dessa lei que tombou o Morro da Capuava, pra provocar essa curiosidade na população, principalmente, nós achamos que as escolas municipais, a comunidade no município de Anápolis deveria buscar realmente conhecer melhor esse fato, de Carlos Prestes, da Coluna Prestes, dessa passagem aqui pela região de Anápolis. Existem relatos que passou ali também pela Cidade de Goiás, Goiás Velho como a gente fala, também da passagem da Coluna Prestes. Então, sim, considero que é importante que essa história seja resgatada e divulgada no nosso município.*

Entrevistador: A lei: 2.511, de 25 de agosto de 1997, foi a que determinou o primeiro tombamento do Morro da Capuava, que foi revogado pela lei nº 2.913, de 20 de novembro de 2002. Vossa Senhoria sabe o que motivou essa revogação?

Wederson Lopes: *Então, a revogação foi motivada justamente para que aquele local fosse vendido, pra que se loteasse aquele local, pra construção de edifícios, casas, edificações ali naquele local, é, que descaracterizaria completamente o Morro da Capuava, e também, é, houveram notícias de que haveria a intenção de empreendedores de criar ali no Morro da Capuava um empreendimento, tipo um grande restaurante, com bar, com boate, pra que pudesse explorar ali a vista do local, né, trazendo pra esse tipo de empreendimento retorno financeiro.*

Entrevistador: A lei nº 3.171, de 07 de dezembro de 2005, Art. 2º, § 2º, além de atribuir à Secretaria de Cultura a inscrição no Livro dos Tombos do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal, diz que:

Deverão ser providenciadas as inscrições nos Livros dos Tombos e os devidos processamentos relativos aos tombamentos determinados por esta Lei e pelas Leis Municipais n.º: 1.824, de 03 de janeiro de 1991; 2.511, de 25 de agosto de 1997 e 2.732, de 29 de maio de 2001.

Portanto, essa lei já não contempla a retomada do tombamento do Morro da Capuava? Por que isso não se realizou, e em que medida o projeto da autoria de Vossa Senhoria foi importante para revalidar esse instrumento de proteção?

Wederson Lopes: *Nós entendemos que não, não estava contemplado, o Morro da Capuava estava desprotegido, havia ainda uma prerrogativa na Lei Orgânica do Município de Anápolis, como uma ação futura a ser implementada, quando foi fechado e aprovada a Lei Orgânica do Município de Anápolis, ficou como uma demanda a ser implementada, o tombamento do Morro da Capuava. E essa ação nossa, ela foi feita, seguiu todos os trâmites, foi aprovada na Câmara Municipal, foi sancionada pelo prefeito há época, e, sim, agora nós temos a garantia de que o Morro realmente está protegido no município de Anápolis. E essa lei é tão importante que nós estamos hoje gravando essa entrevista, pra falar sobre essa lei do Morro da Capuava, que inclusive deu segurança ao Executivo, para que ele pudesse implementar melhorias, trazendo segurança e acessibilidade pra que a população continuasse frequentando aquele local.*

Entrevistador: Certo de que serão mui valiosas as vossas considerações, agradeço desde já pela disponibilidade em responder. Agradeço muitíssimo.

Atenciosamente,

Web Gabner Pereira Rodrigues, mestrando do TECCER – UEG